

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE

Maria Aparecida de Carvalho Correia

**PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE
CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL À LUZ DA TEORIA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Porto Alegre

2023

Maria Aparecida de Carvalho Correia

**PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE
CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL À LUZ DA TEORIA DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Guilherme Motta Sarmiento

Coorientadora: Prof.^a Dra. Tânia Gomes Figueira

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Correia, Maria Aparecida de Carvalho
PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA: ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA
FEDERAL À LUZ DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS /
Maria Aparecida de Carvalho Correia. -- 2023.
320 f.
Orientador: Alexandre Guilherme Motta Sarmento.

Coorientadora: Tânia Gomes Figueira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde,
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Inclusão. 2. Pessoas com deficiência . 3.
Acessibilidade. 4. Representações sociais. 5. Teoria
do núcleo central. I. Sarmento, Alexandre Guilherme
Motta, orient. II. Figueira, Tânia Gomes, coorient.
III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Maria Aparecida de Carvalho Correia

**PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL À LUZ DA
TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Educação em Ciências.

Aprovado em: 29 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Guilherme Motta Sarmento — UFRGS (orientador)

Prof.^a Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira — UFRGS

Prof. Dr. Carlos Ventura Fonseca — UFRGS

Prof.^a Dr.^a Maria Júlia Pantoja — UnB

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de
nós? Alvos passeando por aí

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à
sobrevivência. É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas
cicatrizes

Achar que essas mazelas me definem é o pior dos
crimes

É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir

Emicida

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer envolve todo um processo, que se inicia com a reflexão a respeito da própria trajetória: de onde você saiu, como foi o percurso, e onde, como e com quem irá chegar ao final. É fato, como afirma Gonzaguinha, “que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá”, por isso, agradecer também é um ato de reconhecimento e humildade. Dito isso, inicio meus agradecimentos dedicando toda honra e toda glória a Deus. Sem Ele eu nada seria, nada poderia, nada alcançaria. Essa é a minha fé e por ela também sou grata.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alexandre Guilherme Motta Sarmiento, agradeço por toda dedicação, disponibilidade e incentivo quando eu mesma não acreditava que estava no caminho certo. E à minha coorientadora, amiga querida, Prof.^a. Dr.^a. Tânia Gomes Figueira, muito obrigada por ser atenciosa, criteriosa e por fazer-me refletir, sempre com muito respeito, cuidado e carinho. Ter você conosco nessa jornada foi um grande privilégio, você é luz!

Aos meus pais, Domingos (*in memoriam*) e Josephina, agradeço por serem meus exemplos de caráter, luta, coragem, honra e respeito. Com eles aprendi que humildade é diferente de subserviência, mas que também não há nada melhor do que servir aos que precisam. Obrigada por todo amor, dedicação e apoio que foram fundamentais para chegar até aqui.

Aos meus irmãos Robertto, Domingos e Silvio, obrigada por fazerem parte do que sou, cada um à sua maneira. Às minhas irmãs, Rita, Magaly e Graciete, exemplos de mulheres, mães, filhas e guerreiras, admiro-as demais e agradeço por todo incentivo, especialmente à Rita pela ajuda substancial ao apagar das luzes.

Ao meu companheiro Leonardo, que esteve ao meu lado durante o mestrado e o doutorado, não tenho palavras para agradecer por toda compreensão, suporte e parceria.

Ao meu filho Daniel que, assim como Léo, passou por esses dois processos turbulentos ao meu lado, e sempre foi compreensivo e um grande companheiro, agradeço por você existir, por ser essa pessoa leve e divertida, e pelos momentos de descontração que temos juntos. Filho, por você busco ser sempre o melhor que está ao meu alcance.

Aos professores e toda a equipe do PPgECi, bem como aos colegas de percurso, agradeço a oportunidade de partilhar essa experiência incrível que é fazer pesquisa e fortalecer a ideia de que a ciência e a educação são o caminho para o desenvolvimento do país e para a redução das desigualdades.

Aos professores doutores Maria do Rocio Fontoura Teixeira, Carlos Ventura Fonseca

e Maria Júlia Pantoja, agradeço pelas relevantes contribuições apresentadas no exame de qualificação e por gentilmente se disponibilizarem a participar da banca de defesa de tese.

Às amigas Leonara e Izabel, toda minha gratidão pelas partilhas e suportes diversos. Vocês fazem parte dessa conquista.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, minha instituição de trabalho, às minhas chefias e aos colegas de equipe, obrigada por todo incentivo, respaldo e compreensão sem os quais não teria obtido êxito.

Aos participantes da pesquisa, meu sincero agradecimento por colaborarem e por serem a parte mais essencial deste trabalho. À instituição que permitiu a realização da pesquisa com seus trabalhadores e que, por questões éticas, não será nomeada neste texto, agradeço pelo acolhimento e pela confiança.

A todos e todas que, direta ou indiretamente, fizeram parte desse percurso, agradeço e espero um dia poder retribuir a gentileza.

Às pessoas com deficiência, seus familiares e rede de apoio, todo o meu respeito e admiração. Contem comigo para derrubar preconceitos, conquistar espaços e mudar nossa sociedade para melhor.

RESUMO

A inclusão de pessoas com deficiência, embora seja um tema bastante abordado academicamente, compreende um campo de estudo amplo e que deve ser revisitado constantemente, uma vez que práticas inclusivas e garantias de acessibilidade ainda não são amplamente observadas. Embora no Brasil exista um arcabouço legal robusto estabelecendo direitos e garantias às pessoas com deficiência, a inobservância dessas normas e as atitudes capacitistas predominam, contribuindo para que a exclusão ainda seja a regra e não a exceção. Esta pesquisa buscou demonstrar que é necessário conciliar não apenas a previsão legal de direitos com a fiscalização do cumprimento das leis, mas também com a consolidação de Representações Sociais anticapacitistas, para que a inclusão seja efetiva e duradoura e, nesse sentido, teve por objetivo analisar as possíveis relações entre as Representações Sociais (Moscovici, 1976) de deficiência e percepções sobre inclusão de pessoas com deficiência de servidores e colaboradores de uma instituição pública federal e as ações inclusivas observadas nesse ambiente de trabalho. Foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, descritiva e analítica, por meio de um estudo de caso, e pesquisa de campo realizada em duas etapas. O texto é composto por dois artigos, como exigido no regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além dos tópicos Resumo, Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados, Considerações Finais e Referências. O primeiro artigo, já publicado, explora a correlação entre constructos como alteridade, diversidade, preconceito, estereótipos e estigmas e a consolidação de representações sociais de pessoas com deficiência, a partir da premissa de que a definição de um padrão de normalidade hegemônico suscita a classificação dos indivíduos e, conseqüentemente, a exclusão daqueles que não se enquadram nos parâmetros impostos. O segundo artigo, submetido à publicação, correspondeu à primeira etapa da pesquisa de campo e teve por objetivo verificar o atendimento de critérios de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência na instituição participante, por meio da aplicação de questionário estruturado junto a gestores de áreas específicas da instituição e da análise descritiva dos dados. Obteve-se como resultado um percentual de 58% de critérios atendidos total ou parcialmente pela instituição. A segunda etapa da pesquisa de campo buscou identificar as Representações Sociais de deficiência compartilhadas por trabalhadores da instituição pública federal e suas percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente de trabalho, por meio da aplicação de questionário semiestruturado elaborado pela autora, com questões fechadas, um Teste de Associação Livre de Palavras – TALP e questões discursivas, de forma a permitir a identificação do conteúdo e da estrutura da Representação Social de deficiência, com fundamento na Teoria do Núcleo Central (Abric, 2001). O processamento e análise dos dados foram realizados pelos *softwares* openEvoc e IRaMuTeQ. Foram identificados os termos ‘acessibilidade’, ‘inclusão’, ‘preconceito’ e ‘limites’ como elementos do núcleo central das Representações Sociais de deficiência e as percepções constatadas apontam para o interesse dos trabalhadores na realização de mais treinamentos, palestras e na disponibilização de mais informações sobre a temática da inclusão de pessoas com deficiência, e que sejam observados mais critérios de acessibilidade. Dessa forma, conforme previsto por Moscovici (1976), a consolidação de novas representações perpassa pela disponibilização de novos conteúdos informacionais, que irão refletir em comportamentos mais inclusivos.

Palavras-chave: inclusão; pessoas com deficiência; acessibilidade; representações sociais; instituição pública federal.

ABSTRACT

The inclusion of people with disabilities, although it is a topic that is widely discussed academically, comprises a broad field of study that must be constantly revisited, since inclusive practices and accessibility guarantees are still not widely observed. Although in Brazil there is a robust legal framework establishing rights and guarantees for people with disabilities, non-compliance with these norms and enabling attitudes prevail, contributing to exclusion still being the rule and not the exception. This research sought to demonstrate that it is necessary to conciliate not only the legal provision of rights with the monitoring of compliance with laws, but also with the consolidation of anti-ableism Social Representations, so that inclusion is effective and lasting and, in this sense, it aimed to analyze the possible relationships between Social Representations (Moscovici, 1976) of disability and perceptions about the inclusion of people with disabilities among employees and employees of a federal public institution and the inclusive actions observed in this work environment. A qualitative, descriptive, and analytical methodological approach was adopted, through a case study and field research carried out in two stages. The text is composed of two articles, as required by the regulations of the Graduate Program in Science Education at the Federal University of Rio Grande do Sul, in addition to the topics Abstract, Introduction, Theoretical Framework, Methodology, Results, Final Considerations and References. The first article, already published, explores the correlation between constructs such as otherness, diversity, prejudice, stereotypes and stigmas and the consolidation of social representations of people with disabilities, based on the premise that the definition of a hegemonic standard of normality raises the classification of individuals and, consequently, the exclusion of those who do not fit the imposed parameters. The second article, submitted for publication, corresponded to the first stage of field research, and aimed to verify compliance with accessibility criteria for the inclusion of people with disabilities in the participating institution, through the application of a structured questionnaire with managers of areas institution-specific and descriptive data analysis. As a result, a percentage of 58% of criteria fulfilled in whole or in part by the institution was obtained. The second stage of the field research sought to identify the Social Representations of disability shared by employees of the federal public institution and their perceptions about the inclusion of people with disabilities in the work environment, through the application of a semi-structured questionnaire prepared by the author, with closed questions, a Free Word Association Test and discursive questions, in order to allow the identification of the content and structure of the Social Representation of disability, based on the Central Nucleus Theory (Abric, 2001). Data processing and analysis were performed using openEvoC and IRaMuTeQ software. The terms 'accessibility', 'inclusion', 'prejudice' and 'limits' were identified as elements of the central core of the Social Representations of disability and the perceptions found point to the interest of workers in carrying out more training, lectures and making available more information about inclusion of people with disabilities, and that more accessibility criteria are observed. In this way, as foreseen by Moscovici (1976), the consolidation of new representations permeates the availability of new informational contents, which will reflect in more inclusive behaviors.

Keywords: inclusion; people with disabilities; accessibility; social representations; federal public institution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Nuvem de palavras Revisão Integrativa.....	22
Figura 2 — Quadrante de Vergés	71
Figura 3 — Esquematização da transformação das Representações Sociais.	72
Figura 4 — Perfil dos respondentes com deficiência.....	106
Figura 5 — Nível de conhecimento sobre inclusão de PcD e regras de acessibilidade	107
Figura 6 — Perfil dos participantes da pesquisa	108
Figura 7 — Informações sobre o convívio com PcD (respondentes sem deficiência).....	109
Figura 8 — Nível de conhecimento a respeito da inclusão de PcD e das regras de acessibilidade (respondentes sem deficiência)	110
Figura 9 — Árvore de similitude da RS de deficiência (Seção 3)	126
Figura 10 — Nuvem de palavras RS de deficiência (Seção 3)	127
Figura 11 — A instituição em que você trabalha é inclusiva?	128
Figura 12 — Nuvem de Palavras / Justificativa	128
Figura 13 — Dendograma da CHD da Questão 1/Seção 4	130
Figura 14 — Análise de similitude Questão 1/Seção 4.....	131
Figura 15 — Nuvem de Palavras das práticas favoráveis à inclusão	132
Figura 16 — Análise de similitude Questão 2/Seção 4.....	134
Figura 17 — Nuvem de Palavras práticas necessárias para aumentar a inclusão	136
Figura 18 — Dendograma da CHD da Questão 3/Seção 4	136
Figura 19 — Análise de similitude Questão 3/Seção 4	139
Figura 20 — Nuvem de Palavras práticas desfavoráveis à inclusão de PcD	141

ARTIGO 2: A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO – PESQUISA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Gráfico 1 — Resultados da pesquisa compilados em gráfico de barras agrupadas	95
------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Resultado de cruzamento dos parâmetros de análise no NVivo.....	25
Quadro 2 — Quantitativo por IES/Região	26
Quadro 3 — Correlação entre os artigos produzidos e os objetivos específicos da pesquisa ..	30
Quadro 4 — Registro dos comentários à Seção 2 do questionário	111
Quadro 5 — Parâmetros para a análise prototípica	115
Quadro 6 — Estrutura da RS de deficiência — Frequência x Ordem de Evocação	116
Quadro 7 — Campo Semântico do termo indutor Deficiência — Termos excluídos da análise prototípica.....	123
Quadro 8 — Dicionário de palavras IRaMuTeQ / Seção 4.....	125
Quadro 9 — Frases representativas da Questão 1/ Seção 4	129
Quadro 10 — Frases representativas da Questão 2/Seção 4	133
Quadro 11 — Frases representativas da Questão 3/ Seção 4	138

ARTIGO 2: A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO – PESQUISA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Quadro 1: Nível de instrução e de ocupação entre pessoas com e sem deficiência.	90
Quadro 2: Distribuição percentual das pessoas com deficiência, segundo a idade.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFC	Análise Fatorial de Correspondências
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CEUB	Centro de Ensino Unificado de Brasília
CF	Constituição Federal
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
EUA	Estados Unidos da América
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
NBR	Norma Brasileira
NC	Núcleo Central
OME	Ordem Média de Evocação
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoas com Deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PPgECi	Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências
RS	Representações Sociais
TALP	Teste de Associação Livre de Palavras
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TNC	Teoria do Núcleo Central
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
W3C	World Wide Web Consortium

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	PERCURSO ACADÊMICO.....	Erro! Indicador não definido.
1.2	ABORDAGEM INTRODUTÓRIA AO TEMA.....	16
1.3	REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	19
1.4	ESTRUTURA DA TESE.....	28
1.5	JUSTIFICATIVA.....	28
1.6	OBJETIVOS.....	29
1.6.1	Objetivo Geral.....	29
1.6.2	Objetivos Específicos.....	29
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	31
2.1	GENEALOGIA DA DEFICIÊNCIA.....	32
2.2	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ORIGEM, CONCEITOS E PECULIARIDADES.....	41
2.3	ARTIGO 1 — REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEU IMPACTO NA EFETIVIDADE DA INCLUSÃO.....	488
2.4	A ABORDAGEM ESTRUTURAL E A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL.....	67
3	METODOLOGIA.....	74
4	RESULTADOS.....	79
4.1	ARTIGO 2: A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO – PESQUISA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	79
4.2	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DEFICIÊNCIA E PERCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO DE PCD — RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO COM TRABALHADORES DE UMA DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL.....	102
4.2.1	Instrumento de coleta de dados.....	102
4.2.2	Participantes.....	105
4.2.3	Cenário de pesquisa.....	111
4.2.4	Procedimentos de análise das informações.....	112
4.2.5	Processamento e análise de dados com o openEvoc.....	114
4.2.5.1	<i>Definição dos parâmetros para obtenção dos dados no openEvoc.....</i>	<i>114</i>
4.2.5.2	<i>Análise das evocações de palavras.....</i>	<i>115</i>
4.2.6	Processamento e análise de dados com o IRaMuTeQ.....	123
4.2.6.1	<i>Preparo dos dados para importação do arquivo no IRaMuTeQ.....</i>	<i>124</i>
4.2.6.2	<i>Análise complementar à estrutura da RS de deficiência (Seção 3 do questionário)</i>	<i>125</i>

4.2.6.3	<i>Análise das respostas à Questão n.º 1 da Seção 4 — Você considera que a instituição em que você trabalha é inclusiva? Justifique.....</i>	127
4.2.6.4	<i>Análise das respostas à Questão n.º 2 da Seção 4 — Registre até três práticas que você observa que favorecem a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha</i>	132
4.2.6.5	<i>Análise das respostas à Questão n.º 3 da Seção 4 — Indique até três práticas que você considera que poderiam ser adotadas para aumentar a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha</i>	135
4.2.6.6	<i>Análise das respostas à Questão n.º 4 da Seção 4 — Informe até três práticas que você entende que deveriam deixar de existir na instituição em que você trabalha para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência</i>	140
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	149
	APÊNDICE A — ARTIGO NÃO SUBMETIDO.....	165
	APÊNDICE B — TCLE DA 1ª ETAPA DA PESQUISA DE CAMPO.....	19392
	APÊNDICE C — QUESTIONÁRIOS DA 1ª ETAPA DA PESQUISA DE CAMPO	19493
	APÊNDICE D — QUESTIONÁRIO DA 2ª ETAPA DA PESQUISA DE CAMPO.....	309

1 INTRODUÇÃO

Esta seção é composta pelo Percurso acadêmico da autora, uma Abordagem introdutória ao tema, uma Revisão integrativa da literatura, as Justificativas e os Objetivos do estudo.

1.1 PERCURSO ACADÊMICO

Pois como conhecer a origem da desigualdade entre os homens se não começarmos por conhecer eles mesmos? (Rousseau, 2017, p. 33).

Fazer um breve relato do meu percurso acadêmico até esse momento de conclusão do doutorado é um exercício que me proporciona muitas reflexões e sentimentos. Faz-me voltar ao tempo em que, ainda adolescente, fui pragmática e optei pela graduação em Direito ao invés de Psicologia. Mas ao escolher a área para desenvolvimento da pesquisa de Mestrado, após uma especialização em Direito Público e outra em Gestão de Pessoas, ambas voltadas para minha atuação profissional, esse desejo adormecido aflorou e levou-me a escolher o curso de Psicologia, com linha de pesquisa em Educação e surpreendeu-me constatar quão desafiadora e encantadora é a junção desses dois campos do saber.

O contato inicial com o tema desta pesquisa, a inclusão de pessoas com deficiência - PcD, ocorreu antes de ingressar oficialmente no programa de Mestrado do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, quando cursei duas disciplinas como aluna especial - Educação e Desenvolvimento Psicológico e Diversidade e Educação - e tive a sorte de ter como professoras as Doutoradas Elizabeth Tunes e Ana Flávia do Amaral Madureira. A primeira desenvolve pesquisas na interface entre psicologia e educação, com ênfase nos fundamentos da defectologia e do desenvolvimento atípico, com abordagens da relação professor-aluno e no significado social da escola; a segunda, que posteriormente viria a ser minha orientadora, tem inserção acadêmica no campo da cultura e desenvolvimento humano, com ênfase em diversidade e preconceito na perspectiva da psicologia cultural em sua vertente semiótica.

A sensibilidade e a postura crítica de ambas, observadas nas discussões de textos em sala de aula, incentivaram-me a abordar o tema da inclusão escolar de crianças com deficiência em minha dissertação, que teve por objetivo “analisar como os significados construídos por professores e manifestados nas interações em sala de aula refletem na

inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual” (Correia, 2017, p. 7), a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com oito professores e da observação direta em duas turmas regulares de Ensino Fundamental I de uma instituição pública de ensino do Distrito Federal. A identificação com o tema e sua relevância social levaram-me a uma imersão no universo da diversidade, da educação inclusiva e dos processos de significação, tendo como referenciais teóricos centrais a Psicologia Cultural, de Jaan Valsiner, e a Psicologia Histórico-Cultural, de Lev Semenovitch Vigotski.

Diante da possibilidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências - PPgECi da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, e, novamente, no intuito de inteirar-me da dinâmica do Programa, cursei como aluna especial a disciplina “Ciência, Tecnologia e Sociedade”, ministrada pelo Professor Doutor Alexandre Guilherme Motta Sarmiento, hoje meu orientador. No decorrer das aulas da disciplina e da Oficina de Elaboração de Projetos de Pesquisa ministradas pelo mesmo docente, iniciei a delimitação do meu objeto de pesquisa. Como registra Gondim (2021), esse processo envolve não apenas a identificação de um tema de interesse, que será transformado em uma questão a ser investigada, mas remete à trajetória intelectual prévia do(a) pesquisador(a), com seu arcabouço teórico acumulado e experiências de incursão no campo empírico. Além disso, deve-se levar em conta a viabilidade da pesquisa e sua relevância (Gondim, 2021).

A experiência acadêmica prévia direcionou-me para a escolha da inclusão de PcD no serviço público federal como meu objeto de pesquisa. Ademais, tendo em vista a linha de pesquisa escolhida - Implicações das Práticas Científicas na Constituição dos Sujeitos e de Currículos - encontrei na Psicologia Social, mais especificamente na Teoria das Representações Sociais - TRS, o suporte teórico para aprofundar minha investigação no tema, pois o fenômeno das Representações Sociais - RS encontra-se “ligado aos processos sociais implicados com diferenças na sociedade” e emerge perante “pontos duradouros de conflito dentro das estruturas organizacionais da própria cultura” (Duveen, 2015, p. 16).

Complementarmente, minha atuação profissional na área de gestão de pessoas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a participação em eventos e treinamentos sobre acessibilidade e inclusão de PcD, aguçaram meu olhar para a necessidade de implementação de políticas públicas e ações institucionais que possibilitassem a efetivação de direitos garantidos por lei e que ainda permanecem limitadas e insuficientes.

Dessa forma, para a elaboração deste trabalho utilizei os conhecimentos acumulados

em minha trajetória acadêmica, pessoal e profissional que direcionaram meu olhar para a diversidade e para os papéis atribuídos aos indivíduos e à coletividade para a promoção da inclusão de PcD, a partir de alguns questionamentos: por que ainda é reduzida a presença de PcD no serviço público, seja em cargos efetivos ou comissionados, como terceirizados ou estagiários? Por que, em geral, não há o cumprimento das normas de acessibilidade, para possibilitar a participação social e o uso de serviços públicos por PcD? Por que não há uma maior divulgação de informações sobre deficiências e sobre os direitos das PcD? Se houvesse mais informações disponíveis, seria possível uma mudança de cultura organizacional, ou mesmo de olhares sobre as PcD, que resultasse em uma redução dos preconceitos e favorecesse a inclusão dessas pessoas?

Essas questões preliminares e o aprofundamento teórico no tema levaram-me à questão central desta pesquisa: de que maneira a inclusão de PcD é percebida em uma instituição pública federal e qual a possível relação entre essa percepção e as ações inclusivas implementadas nesse ambiente institucional?

Com a finalidade de responder a essa pergunta, será inicialmente realizada uma abordagem introdutória ao tema, seguida de uma revisão integrativa da literatura e da apresentação da justificativa e dos objetivos da pesquisa.

1.2 ABORDAGEM INTRODUTÓRIA AO TEMA

O arcabouço normativo brasileiro que trata sobre a inclusão de PcD é bem diversificado e abrange desde adesões a tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (Brasil, 2009), até as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (ABNT, 2020).

Percebe-se, contudo, que não há correlação direta entre as previsões normativas que asseguram direitos e garantias para as PcD e a inclusão efetiva dessa parcela significativa da população brasileira. Recentemente foi incluído um novo módulo na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, que faz parte do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para possibilitar o levantamento das características sociodemográficas e econômicas das pessoas com deficiência no Brasil (IBGE, 2022).

Segundo dados extraídos da PNAD Contínua (IBGE, 2022), a taxa de analfabetismo e o percentual de PcD sem instrução ou com o nível fundamental incompleto chega a 19,5% e 63,3%, respectivamente, contrastando com percentuais de 4,1% e 29,9% entre as pessoas sem deficiência. Apenas 7,0% das PcD possuem nível superior completo, em vista de 20,9% das pessoas sem deficiência. Se considerado que a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade, é inevitável não se surpreender com a dimensão do cenário de exclusão escolar existente.

Quanto à taxa de participação na força de trabalho, apenas 29,2% das PcD de 14 anos ou mais possuem alguma ocupação formal frente a 62,7% das pessoas sem deficiência (IBGE, 2022) e, na Administração Pública, o percentual de servidores públicos com deficiência, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal referente ao mês de janeiro de 2022 (Brasil, 2022), resume-se a 0,96% do total de servidores do Poder Executivo Federal. Se as normas vigentes fossem cumpridas de forma substancial, haveria a redução expressiva de barreiras que ensejam essa exclusão estrutural e o panorama seria outro.

No entanto, a eventual inobservância de preceitos legais pode ser considerada menos prejudicial do que a revogação de normas e, conseqüentemente, a negação de direitos conquistados. A manutenção dos textos legais ou o seu aperfeiçoamento, a implementação de políticas para promoção da inclusão e a fiscalização da aplicação das normas dependem de vontade política e de ações gerenciais, mas o posicionamento popular favorável à inclusão é fundamental para impulsionar a defesa de direitos e a mudança das práticas discriminatórias. Por outro lado, a forma que a deficiência é percebida pelos indivíduos nos diversos espaços sociais pode acarretar barreiras atitudinais, motivo pelo qual deve ser também estudada para que soluções sejam propostas com vistas a favorecer atitudes inclusivas.

Conforme preconiza Foucault (1979), para que se possa entender as formas regulamentares e legítimas do poder deve-se tentar captá-lo em suas ramificações e extremidades, onde é possível observar os processos de sujeição dos corpos, de definição de modos de agir e de regulação dos comportamentos. Nesse sentido, os indivíduos exercem e sofrem a ação do poder na medida em que ele circula e é estabelecido em rede, e são transmissores das múltiplas formas de dominação existentes na sociedade, mediante a produção de discursos de verdade que instituem relações de poder a partir das quais “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer [...]” (Foucault, 1979, p. 180).

Com a consolidação de discursos que legitimam a valorização do ser humano pelo que ele é capaz de fazer estruturou-se o capacitismo, que é a discriminação decorrente da concepção de que as PcD são anormais, menos aptas ou incapazes (Dias, 2013). Esse preconceito não reflete apenas o desconhecimento ou atitudes discriminatórias contra as PcD, mas uma forma de pensar sobre os corpos em uma perspectiva de perfeição a partir de um padrão que estabelece diferenciação, classificação, negação e priorização (Campbel, 2020), e que acarreta a exclusão social das pessoas que não se enquadram nele. Embora essa definição de ‘funcionamento típico da espécie’ não seja universal, ela é transcultural e trans histórica e varia em sua apresentação e processos decorrentes da dicotomia entre o ‘normal’ e o ‘dispensável’, visto que para o capacitista a deficiência é um estado reduzido do ser humano (Campbel, 2020).

Por esse motivo considerei pertinente a abordagem da inclusão de PcD sob a perspectiva da TRS, que versa sobre uma modalidade de conhecimento particular, que articula elementos mentais, sociais e afetivos, e impacta na forma de se comunicar e de se comportar dos indivíduos organizados em grupos sociais (Moscovici, 1976). Além disso, as RS podem orientar atitudes e, quando identificadas, podem vir a subsidiar a introdução de novas práticas (Arruda, 2000).

Importa ressaltar que a mudança no cenário da inclusão de PcD no mercado de trabalho, e mais especificamente na administração pública, depende, necessariamente, de políticas públicas que garantam a efetivação da inclusão escolar. Isto porque, como observado acima, ainda existe um grande quantitativo de PcD sem instrução e, considerando-se o percentual que possui nível superior completo, este é menor que um terço do percentual referente às pessoas sem deficiência (IBGE, 2022).

Portanto, ao abordar o tema da inclusão de PcD e aprofundar o estudo visando identificar perspectivas que possam favorecer ações inclusivas em uma instituição pública federal, considero que forneci elementos para a reflexão e para impulsionar mudanças de práticas por partes dos profissionais da educação básica e superior, além de indícios sobre a importância da concretização da acessibilidade e da consolidação de novas RS sobre deficiência para a superação de barreiras que dificultam ou impedem a inclusão de PcD, que eventualmente podem vir a subsidiar e fomentar a formulação de políticas públicas inclusivas.

Pode-se afirmar, também, que o trabalho se coaduna à linha de pesquisa escolhida uma vez que objetiva investigar as práticas sociais existentes em uma instituição pública

para verificar como atuam na produção de verdades, subjetividades e identidades a partir da identificação das RS de deficiência compartilhadas pelos trabalhadores. Tendo em vista que o quadro de servidores da instituição pesquisada pertence à carreira de Ciência e Tecnologia e 46% destes possuem título de doutorado ou mestrado, seria pertinente indagar qual o papel da universidade na formação dessas representações e percepções sobre deficiência e inclusão. Embora a resposta a esta pergunta não esteja entre os objetivos deste estudo, outras pesquisas com este fim podem vir a indicar caminhos a serem percorridos pelos programas de graduação e pós-graduação, visando não apenas promover a inclusão e a acessibilidade, mas formar seres humanos anticapacitistas.

Nesse sentido, espero que o PPgECi possa se beneficiar das discussões, do aporte teórico e dos resultados deste trabalho para impulsionar a proposição de ações inclusivas no ambiente acadêmico, bem como incentivar seus docentes e alunos a discutirem o tema com vistas à transformação de RS que venham a suplantam barreiras atitudinais eventualmente existentes, possibilitando a formação de futuros docentes que venham a atuar de forma ativa e propositiva para a consolidação da inclusão escolar.

1.3 REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

A inclusão de PcD é um tema adotado com frequência em estudos acadêmicos, especialmente na área da Educação. Em pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES, na base Scielo Citation Index com os termos ‘inclusão’, ‘pessoas com deficiência’ e ‘educação’, delimitando o período de 2002 a 2022, foram localizados 115 resultados. No mesmo Portal, na base de dados Web of Science, com os mesmos parâmetros de busca, porém em inglês, foram identificados 712 resultados, dentre os quais estão os 115 produzidos no Brasil. A definição do intervalo escolhido para filtrar a pesquisa (2002-2022) deve-se ao surgimento da CDPD em 2009 e à publicação da LBI em 2015, estabelecendo-se uma margem prévia e posterior de sete anos para possibilitar a análise das publicações.

Dessa forma, em virtude da grande quantidade e da complexidade das informações disponíveis, é conveniente empreender preliminarmente um levantamento que possibilite a verificação das evidências elucidadas nos estudos já realizados, bem como as lacunas existentes, de forma a delinear um panorama da área pesquisada. Em pesquisas acadêmicas é praxe a realização de estudos que permitam organizar e sistematizar os temas mais

abordados em uma determinada área ou campo (Vosgerau; Romanowski, 2014).

Para situar a abordagem do objeto deste estudo no universo acadêmico realizei em outubro de 2022, com atualização em maio de 2023, pesquisa nas principais bases de dados, por meio do acesso CAFE/CNPq ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, com buscas nos acervos da Web of Science (Coleção Principal - Clarivate Analytics) e da SciELO Citation Index (Web of Science), bem como a utilização da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, disponível no portal do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, tendo como parâmetro de filtragem o período compreendido entre 2002 e 2022.

Foram obtidos os seguintes resultados de acordo com os termos incluídos nas buscas:

Tabela 1 — Resultado das buscas nos acervos da Web of Science, da SciELO e da BDTD

TERMOS INCLUÍDOS NA BUSCA	Nº ARTIGOS SCIELO	Nº ARTIGOS WEB OF SCIENCE	Nº TESES BDTD	Nº DISSERTAÇÕES BDTD
RS + EDUCAÇÃO + CIÊNCIAS	20	95	22	58
RS + EDUCAÇÃO + CIÊNCIAS + DEFICIÊNCIA	1	7	12	49
RS + EDUCAÇÃO + DEFICIÊNCIA	4	17	17	45
RS + DEFICIÊNCIA + INCLUSÃO	9	9	14	37
RS + DEFICIÊNCIA + INCLUSÃO + TRABALHO	2	2	2	16
RS + DEFICIÊNCIA + INCLUSÃO + SERVIÇO PÚBLICO	0	0	0	1

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Com propósito de compreender como a temática das RS de deficiência no campo da educação em ciências tem sido abordada no meio acadêmico foi realizada uma revisão integrativa, que é uma das modalidades de revisão de literatura que possibilita conhecer as características de outras pesquisas por meio da utilização de fontes bibliográficas de informação, com a finalidade de compreender o “movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 167).

A revisão integrativa compreende a execução de seis etapas (Botelho; Cunha; Macedo, 2011):

1. Seleção do tema de pesquisa e questões pertinentes ao tema;
2. Definição dos critérios que serão utilizados para incluir ou excluir textos, durante a busca;
3. Identificação dos estudos selecionados;
4. Categorização dos estudos selecionados;
5. Análise e interpretação dos resultados obtidos;
6. Síntese dos resultados alcançados.

A escolha e a delimitação dos descritores da primeira busca relacionam-se com o campo de estudo do PPgECi, em alinhamento com o tema central da pesquisa. Foram utilizados operadores lógicos booleanos para relacionar as expressões de busca e aspas para configurar o termo composto. Foi definida a seguinte estratégia para o levantamento das produções: “Representações Sociais” AND Deficiência AND Educação AND Ciências, com o objetivo de responder a seguinte questão: Qual é o perfil das pesquisas disponíveis nas bases de dados Scielo, Web of Science e BDTD, entre 2002 e 2022, que abordam a temática da deficiência, na área da educação em ciências, sob a perspectiva da TRS?

Conforme Tabela 1, foram encontrados 8 artigos, sendo 1 no Scielo e 7 na Web Of Science, 12 teses de doutorado e 49 dissertações de mestrado na BDTD. Os dados foram extraídos em planilhas do Microsoft Excel, para posterior tratamento conforme os objetivos da revisão. Inicialmente foram identificadas dentre os trabalhos selecionados 7 dissertações em duplicidade, as quais foram excluídas do banco de dados, restando ao todo 62 trabalhos para análise. Após essa primeira depuração, foram inseridos os resumos dos trabalhos nas respectivas planilhas. Dentre as 42 dissertações selecionadas, 3 delas foram excluídas porque estavam indisponíveis para download, o que impossibilitava o acesso ao seu conteúdo, restando um total de 51 arquivos, entre dissertações e teses, para análise, além dos 8 artigos.

Em seguida, os resumos foram transcritos para arquivos individuais e salvos no Microsoft Word, identificados pelo Título do trabalho, o tipo e o ano de publicação. Esse conjunto de arquivos foi inserido no software NVivo, na versão disponibilizada pela UFRGS para instalação. Esse software foi desenvolvido para facilitar a sistematização e a categorização de informações obtidas em pesquisas qualitativas, independentemente do método utilizado, e auxiliar os pesquisadores na análise e interpretação desses dados.

Foram estabelecidos os seguintes códigos de categorização:

- a) Abordagem da Teoria das Representações Sociais predominante: Cultural; Estrutural; Societal;

Destacam-se, além dos termos utilizados na própria busca (representações, sociais, deficiência e educação), as palavras “professores” e “inclusão” e, em menor proporção, as palavras “objetivo”, “estudo”, “análise”, “social”, “resultados”, “trabalho”, “práticas”, “inclusiva”, “processo”, “alunos”, “formação”, “pesquisa”, “pessoas”, “ensino” e “saúde”, como é possível visualizar na Figura 1. O termo “ciências”, embora utilizado como parâmetro para a busca, não aparece entre as cem palavras mais frequentes selecionadas pelo software. Nesse sentido, empreendeu-se outra consulta no NVivo vinculando necessariamente todas as palavras-chave da busca e foram identificadas apenas 3 dissertações que compreendem todos os parâmetros em seus títulos e/ou resumos:

- i. **Borges, Fábio Alexandre, 2006. Institucionalização (sistemática) das representações sociais sobre a “deficiência” e a surdez: relações com o ensino de ciências/matemática.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática da Universidade Estadual de Maringá. Embora traga o termo “Representações Sociais” em seu título, da análise do texto na íntegra, não há menção à Teoria inaugurada por Moscovici.
- ii. **dos Anjos, Paola Trama Alves, 2012. Inclusão escolar de alunos com deficiência: as (im)possibilidades através do olhar de quatro professores de ciências -** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Área de Concentração em Ensino de Ciências, Faculdade de Ciências, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Há embasamento na TRS, mas não há especificação da abordagem predominante na análise e a pesquisa tinha como objetivo geral conhecer as concepções de professores de ciências sobre a inclusão de alunos cegos em aulas de astronomia e de que forma estas concepções relacionavam-se com a mobilização de diferentes saberes docentes para a adaptação de atividades relacionadas ao assunto para esses alunos. Foi adotada uma metodologia qualitativa, utilizou-se como instrumento para obtenção dos dados um questionário com respostas dissertativas e uma entrevista semiestruturada, aplicados a 4 professores de ciência e os dados obtidos passaram por análise de conteúdo. Há nas considerações finais indicação da necessidade de reformulação nos cursos de graduação e de formação continuada dos professores de ciências, para que possam repensar suas concepções acerca da inclusão e mobilizar novos saberes, visando a reformulação das RS desses professores.
- iii. **Lamonier, Elisangela Leles, 2018. Perspectivas de futuro profissional das pessoas**

com deficiência e com necessidades educacionais específicas - Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de pesquisa de cunho qualitativo que teve a TRS como aporte teórico-metodológico para investigar, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 17 alunos com deficiência, quais são as representações sobre suas perspectivas de futuro profissional. Nas conclusões, aponta-se para a necessidade de mudança de pensamento e prática social, para que se deixe de rotular e associar competência e capacidade com aparência física ou sensorial.

Constata-se da análise dos textos que nenhum dos três se aproxima deste estudo, seja pela abordagem teórico-metodológica, pelos instrumentos utilizados, pelos sujeitos participantes da pesquisa ou pelos objetivos.

Da consulta realizada no NVIVO mediante o cruzamento entre os códigos de caracterização e as categorias de perfil, tendo por parâmetro o tipo da publicação, foram obtidos os resultados catalogados no Quadro 1.

Ressalte-se que, em se tratando dos instrumentos e dos sujeitos pesquisados, pode haver mais de uma opção de classificação, motivo pelo qual o quantitativo pode ser maior que o total de documentos analisados. Por outro lado, em alguns resumos não foi possível identificar todas as categorias de classificação, o que pode ensejar um quantitativo menor que o total. Dentre os instrumentos utilizados pelas pesquisas estão: Entrevistas, Grupos focais, Observação, Questionários, Revisão de literatura, e Técnica de associação livre de palavras - TALP. Esta última é uma técnica muito utilizada pelas pesquisas em RS, para identificar o conteúdo e a estrutura das representações. Dentre os instrumentos mais utilizados, em primeiro lugar aparecem as entrevistas, seguidas por um quantitativo equivalente de questionários e TALP.

Quanto às abordagens da TRS - Cultural, Estrutural ou Societal, no item 2.4 (p. 68-69) haverá a caracterização de cada uma delas. Na pesquisa realizada, a abordagem que predomina, de acordo com a leitura dos resumos, é a cultural, não tendo sido identificada nenhuma pesquisa com a abordagem societal.

Por fim, a metodologia utilizada majoritariamente é a qualitativa.

Quadro 1 — Resultado de cruzamento dos parâmetros de análise no NVivo

		Tipo de publicação		
		Dissertação	Tese	Artigo
Período/ano de publicação	2002-2006	4	1	0
	2007-2011	8	2	0
	2012-2016	12	2	3
	2017	2	2	0
	2018	0	0	1
	2019	0	0	0
	2020	9	3	2
	2021	2	2	2
	2022	2	0	0
Região da Instituição de origem	Norte	1	1	0
	Sul	4	0	0
	Nordeste	13	4	1
	Sudeste	18	5	0
	Centro-oeste	3	2	0
	Internacional	0	0	7
Abordagem da TRS predominante	Cultural	17	5	4
	Estrutural	5	0	2
	Societal	0	0	0
Instrumentos	Entrevistas	30	8	1
	Grupos focais	1	1	0
	Observação	1	0	0
	Questionários	10	2	2
	Revisão de literatura	7	0	0
	Técnica de associação livre de palavras TALP	8	2	4
Metodologia	Mista	5	2	4
	Qualitativa	31	10	2
	Quantitativa	0	1	0
Sujeitos pesquisados	Alunos ou estudantes	2	5	1
	Documentos	3	2	1
	Outros	10	0	5
	Pessoa com deficiência	6	4	0
	Professores	19	5	1
	Trabalhadores	1	1	0

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Dessa primeira análise depreende-se que apenas no ano de 2019 não houve nenhuma publicação e que o ano com a maior concentração de publicações foi 2020. As produções

acadêmicas partem majoritariamente de instituições de ensino das regiões Sudeste (23 estudos) e Nordeste (18 estudos), sendo que todos os artigos selecionados pela Web Of Science são de cunho internacional. As instituições de ensino superior – IES originárias das teses e dissertações foram as seguintes:

Quadro 2 — Quantitativo por IES/Região

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Dissertação	Tese	Região
PUC_GO - Pontifícia Univ. Católica de Goiás	1	1	CO
UFG - Universidade Federal De Goiás	1	1	
UFGD – Univ. Federal da Grande Dourados	1	0	
UFPA - Universidade Federal do Pará	1	1	N
IFPE - Inst. Fed. de Educação, C&T de Pernambuco	1	0	NE
UEPB - Universidade Estadual da Paraíba	1	0	
UFBA - Universidade Federal da Bahia	2	1	
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	4	1	
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	1	0	
UFRN – Univ. Federal do Rio Grande do Norte	3	2	
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	1	0	
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	2	0	
UNICENTRO – Univ. Est. do Centro-Oeste do Paraná	1	0	S
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	1	0	SE
METODISTA - Universidade Metodista de São Paulo	0	1	
PUC_SP - Pontifícia Univ. Católica de São Paulo	2	0	
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2	1	
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora	2	0	
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos	0	1	
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	3	1	
UFV - Universidade Federal de Viçosa	1	0	
UNESP - Universidade Estadual Paulista	3	1	
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas	1	0	
UNICSUL - Universidade Cruzeiro Do Sul	2	0	
UNISANTOS - Universidade Católica de Santos	2	0	

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Conforme o Quadro 1, na busca realizada utilizando-se os termos “Representações Sociais” AND Deficiência AND Inclusão AND “Serviço Público”, que abrangem a temática específica da presente pesquisa, foi localizada apenas 1 dissertação de mestrado na BTD. Foi realizada uma análise flutuante da integralidade do trabalho selecionado, visando responder a seguinte questão: Qual é o perfil das pesquisas brasileiras disponíveis nas bases de dados do Scielo, Web of Science e IBICT, entre 2002 e 2022, que abordam a temática da inclusão de pessoas com deficiência no serviço público, sob a perspectiva da TRS?

A dissertação selecionada na busca intitula-se “Práticas de inclusão e representações sociais sobre trabalhadores com deficiência em instituições de educação superior do

Nordeste”, da autoria de Danilo Colatino Ferreira, e foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2020. Teve como objetivo geral analisar “as representações sociais acerca de trabalhadores com deficiência para pessoas com deficiência, seus gestores e colegas de trabalho, considerando suas práticas de inclusão no serviço público em Instituições de Educação Superior - IES localizadas no Nordeste brasileiro”. O lócus da pesquisa foram Instituições Federais de Ensino Superior situadas nos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, e os sujeitos pesquisados dividiram-se entre 15 servidores com deficiência, que ingressaram no serviço público com essa condição, e 15 servidores sem deficiência, entre gestores e/ou colegas de trabalho do mesmo setor de atuação dos servidores com deficiência participantes. A pesquisa, de natureza mista, foi realizada em duas etapas com entrevistas semiestruturadas e análise de documentos institucionais sobre o processo de inclusão de PcD no ambiente de trabalho das Instituições pesquisadas. Não há indicação de utilização de repertório teórico-metodológico de uma abordagem específica da TRS e para proceder a análise dos dados obtidos foi utilizado o software Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de Questionnaires - IRaMuTeQ, o qual possibilita realizar análises lexicais e de similitude. Em síntese, concluiu-se que os servidores com deficiência são vistos como trabalhadores sem limitações, mesmo com as ideias de incapacidades defendidas pelo senso comum, o que o autor justifica devido ao contato direto entre os dois grupos pesquisados.

Ainda considerando o trabalho acima analisado, este compreendeu também uma revisão integrativa da literatura, porém os termos utilizados na busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (2020) foram: trabalho AND (servidor público) OR (serviço público) AND (pessoa com deficiência). Dessa forma, os resultados não contemplaram trabalhos com referencial teórico-metodológico restrito à TRS.

A partir da constatação de que o estudo concomitante das RS de PcD no serviço público ainda é pouco explorado academicamente, esta pesquisa propõe-se a relacionar práticas institucionais que favoreçam a promoção da inclusão de PcD no ambiente de trabalho em uma Instituição Pública Federal às RS e percepções de seus trabalhadores sobre o tema. Trata-se, portanto, de pesquisa dotada de originalidade, pressuposto essencial para sua aceitação como um trabalho acadêmico, em específico como tese de doutoramento, uma vez que, de modo geral, possui tema, objetivos, dados, resultados e interpretações próprias, bem como representa uma contribuição única para o aprimoramento do conhecimento científico (Vagarinho, 2019).

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Este texto encontra-se estruturado conforme padrão definido para redação de Teses, previsto no inciso II, do Art. 37 do regimento do PPgECi da UFRGS, válido para alunos que ingressaram até 09/2021: Resumo, Introdução, Trabalhos Publicados, aceitos para publicação ou submetidos à publicação, Conclusões e Referências. Foram acrescentados os tópicos Referencial Teórico e Metodologia, com o propósito de possibilitar um aprofundamento maior na fundamentação teórica da pesquisa, o que não foi possível realizar nos artigos, devido à limitação do número de páginas para submissão.

1.5 JUSTIFICATIVA

É inegável a necessidade de proposição de políticas e ações inclusivas que possibilitem o acesso e a permanência de PcD no sistema educacional do Brasil. Isto porque não há inclusão no mercado de trabalho, de forma digna e justa, se não houver antes a inclusão escolar. Por sua vez, para que a inclusão escolar seja efetiva e gere impactos positivos no desenvolvimento e formação das crianças com deficiência, é indispensável que as Políticas Públicas reorientem suas práticas para prover planejamento e capacitação pedagógica de professores e outros agentes educacionais de forma contínua, flexível e ágil (Kitahara, 2018), permeados por RS anticapacitistas e de afirmação da importância do respeito à diversidade humana.

Esse, no entanto, é um processo lento, a ser exigido agora para que possa dar frutos a médio e longo prazo. As PcD, adultos em idade produtiva, necessitam que as ações afirmativas e políticas públicas inclusivas os alcancem de imediato e, para tanto, legislar com esse objetivo é indispensável para garantir direitos às PcD e impor deveres à sociedade como um todo, com o intuito de reduzir barreiras e promover a acessibilidade. Mas mesmo com um arcabouço legal favorável à inclusão, esta não será uma realidade tangível se não houver uma mudança nas RS que resulte na superação de barreiras atitudinais para a observância de ações inclusivas nas instituições públicas e privadas.

Um dos efeitos esperados desta pesquisa é reforçar a importância do respeito à diversidade humana e do cumprimento dos parâmetros legais para a inclusão de PcD, mas propõe-se, também, a compreender um recorte da realidade (Gondim, 2021), que é a inclusão

de PcD no serviço público. Conquanto não tenha a pretensão de propor soluções para eventuais problemas constatados, sua realização justifica-se por ensejar reflexões acerca da necessidade de se considerar a inclusão de PcD de uma forma mais sistêmica, aliando o cumprimento das normas de acessibilidade à consolidação de RS inclusivas.

1.6 OBJETIVOS

1.6.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as possíveis relações entre as Representações Sociais de deficiência e percepções sobre inclusão de PcD de servidores e colaboradores de uma instituição pública federal e as ações favoráveis a esta inclusão implementadas no ambiente institucional.

1.6.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, pode-se elencar:

- a) Analisar a interveniência de constructos como alteridade, diversidade, desigualdade, preconceitos e estereótipos na construção de RS de PcD e a exclusão social vivenciada por essas pessoas;
- b) Verificar o atendimento dos critérios para a implementação da acessibilidade como um dos fatores determinantes para a inclusão de PcD em uma instituição pública federal; e,
- c) Identificar as RS de deficiência compartilhadas pelos trabalhadores da instituição pública federal participante da pesquisa e suas percepções sobre a inclusão de PcD no ambiente institucional.

A correlação entre os objetivos específicos e os trabalhos produzidos pode ser observada no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 — Correlação entre os artigos produzidos e os objetivos específicos da pesquisa

Artigo	Status	Objetivos específicos da tese	Procedimentos metodológicos
1 - Título: Representações sociais sobre as pessoas com deficiência e seu impacto na efetividade da inclusão.	Publicado em 2021, na Revista Mundi Sociais e Humanidades, Curitiba/PR, v. 6, n. 1, p. 108-1 a 108-26, na Edição de jan./jul. 2021.	Analisar a interveniência de constructos como alteridade, diversidade, desigualdade, preconceitos e estereótipos na construção de RS de PcD e a exclusão social vivenciada por essas pessoas.	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa bibliográfica.
2 - Título: A promoção da acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho – pesquisa em uma instituição pública federal.	Submetido em abril de 2022 à Revista Educação, Artes e Inclusão, Qualis B1 em Ensino.	Verificar o atendimento dos critérios para a implementação da acessibilidade como um dos fatores determinantes para a inclusão de PcD em uma instituição pública federal;	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionários com perguntas fechadas, adaptados a partir do Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade (JANUZZI <i>et al.</i>, 2019); e, • Análise descritiva dos dados.
3 – Título: Representações Sociais de deficiência em uma instituição pública federal.	Ainda não submetido (Incluído na Tese como Apêndice A).	Identificar as RS de deficiência compartilhadas pelos trabalhadores da instituição pública federal participante da pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionário contendo um TALP; • Análise prototípica com o software openEvoc; e, • Análise de similitude com o software IRaMuTeQ.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Existe aqui uma forte evidência, a partir da história política desse século, que não existe nada mais prático que uma boa teoria (Farr, 2013, p. 44)

Em 2012 foi publicado no Brasil, por meio de tradução realizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, o Relatório Mundial Sobre a Deficiência, no qual foi divulgada a estimativa de que aproximadamente 15% da população mundial no ano de 2010, ou seja, mais de um bilhão de pessoas, viveriam com alguma forma de deficiência. Dentre estes indivíduos projetou-se que em torno de 200 milhões experimentaríamos dificuldades funcionais consideráveis (OMS; BM, 2012).

De acordo com os dados da PNAD/2022 (IBGE, 2022) existem 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência no Brasil o que equivale a 8,9% da população brasileira. Apenas em termos comparativos, trata-se de quantitativo similar à população do estado do Rio de Janeiro, ou superior à atual população de Portugal em 70%.

Números tão expressivos provocam algumas reflexões: qual a trajetória do estabelecimento da deficiência como constructo relacionado à anormalidade e à incapacidade? Por que historicamente foram negados direitos e foi normalizada a exclusão de PcD? Como a análise da deficiência a partir da perspectiva da TRS pode favorecer a desconstituição do capacitismo e a promoção da inclusão social das PcD?

Foucault (1979) fornece alguns elementos para iniciar essa análise e revela uma construção social que parte de baixo para cima, ou seja, não atende, em princípio, a uma política de exclusão deliberada, mas nasce como mecanismos de controle, repressão ou exclusão perpetrados pelos níveis mais elementares da sociedade, como a família, os grupos sociais de convivência (escola, igreja etc.), e os especialistas (médicos, psicólogos etc.). Em um dado momento, esses comportamentos instituídos inicialmente com determinados objetivos tornam-se economicamente vantajosos e politicamente úteis para os detentores do poder.

Para possibilitar a identificação de concepções que alimentam esses sistemas que geram exclusão, a seguir será apresentado o repertório teórico a respeito da constituição da deficiência como instituto e da TRS como perspectiva de análise, diagnóstico e intervenção social.

2.1 GENEALOGIA DA DEFICIÊNCIA

[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (Souza-Santos, 1999, p. 62).

É possível afirmar que as deficiências sempre existiram na humanidade. Silva (1987) refere-se à paleopatologia, ciência que empreende o estudo de ossos pré-históricos, para registrar achados que indicam a existência de deficiências desde os primórdios da vida humana na Terra. Segundo seus relatos, os Cro-magnon, surgidos ao final da Idade do Gelo, povoaram esparsamente a Europa e foram os primeiros a registrar aspectos da sua vida, como os animais que caçavam ou que os ameaçavam, bem como contornos de mãos, algumas com dedos a menos.

De acordo com Crespo (2011, p. 1), “no dia 31 de março de 2009, matéria do jornal Folha de S. Paulo, informa que foi achado o crânio de uma criança que viveu há 530 mil anos”, em um grupo de homo heidelbergensis (antepassados diretos dos neandertais), o qual apresentava sinais claros de uma rara doença chamada craniossinostose que, além de apontar para a existência de lesões no encéfalo, poderia significar que a criança apresentava algum tipo de dano cognitivo ou motor e precisava de cuidados especiais dos membros do grupo. A descoberta “poderia ser a primeira evidência de que os humanos ancestrais não eliminavam sua prole quando ela nascia com defeitos congênitos” (Crespo, p. 1).

Outrossim, vasos e urnas de vários períodos da Pré-história exibem homens com evidências de formas físicas diferentes, como indicação de que homens com nanismo ou com curvatura acentuada da coluna eventualmente sobreviveram até a idade adulta. No Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos de mais ou menos 4.500 A.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. (Silva, 1987). Todos esses achados arqueológicos podem ser considerados evidências contrárias ao pensamento do senso comum de que as pessoas eram sempre descartadas se nascessem com defeitos congênitos.

Em oposição às possíveis condutas de aceitação e cuidado, várias culturas de povos originários das Américas (Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Peru etc.) praticavam o

abandono ou o extermínio como alternativa para lidar com crianças ou adultos com deficiências físicas ou mentais, seja em decorrência de concepções sobrenaturais, ou devido à ausência de autossuficiência e agilidade para cuidar de si mesmo em momentos de perigo (Silva, 1987). No Direito Romano, a Lei das Doze Tábuas assentia ao pai matar os filhos ‘deformados’ e em Esparta, na Grécia Antiga, as crianças com deficiência eram atiradas em um precipício ou abandonadas em lugares considerados sagrados, tais como florestas, vestíbulos dos templos, ou cavernas (Silva, 1987).

Na Idade Média os sacerdotes atuavam para conceder atenção espiritual e assistencial à saúde, nos templos e mosteiros, revestida de caráter mágico-religioso. Inspirados pela doutrina cristã de caridade ao próximo, foram criados os primeiros hospitais para viajantes, doentes, loucos, pobres e deficientes (Silva, 1987; Crespo, 2011).

Esses são apenas alguns exemplos de que não há linearidade ou homogeneidade quanto à percepção e ao tratamento das PcD em momentos históricos e locais diversos.

Empreender uma genealogia da deficiência é buscar assimilar a inconstância e a variação das estruturas que se sucederam para a sua produção tal como hoje a compreendemos a partir do “[...] acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais” (Foucault, 1979, p. 152). A análise genealógica tem por pressuposto ativar saberes locais autênticos, descontínuos e não legitimados cientificamente, visto que não submetidos aos métodos reificados e ao esforço centralizador da ciência. Foucault (1979, p. 4) chama a atenção para a importância desse tipo de análise em face da suscetibilidade de mudança “nas regras de formação dos enunciados que são aceitos como cientificamente verdadeiros” sujeitos a regimes interiores de poder; a genealogia não busca encontrar as raízes das identidades, mas identificar as discontinuidades que as engendram.

A partir da concepção de que a deficiência não é uma coisa em si, nem tampouco tem uma significação universal, invariável no tempo e nos contextos, é essencial desenvolver uma análise da instituição chamada deficiência, como produção de sentido dotada de historicidade, decorrente de práticas e discursos de objetificação e de denominação (Lobo, 2008). Serão reproduzidas nesse texto, entre aspas simples, nomenclaturas utilizadas pelos autores e consideradas inadequadas no contexto atual.

A genealogia da deficiência no Brasil, nos termos propostos por Lobo (2008) a partir da concepção foucaultiana, retrata um histórico de preconceitos, segregação, exclusão, desigualdade social e atribuição de sentidos negativos às diferenças, que levou as PcD a comporem uma minoria não pela inexpressividade quantitativa desse grupo, mas por

destoarem em suas singularidades daquilo que era considerado normal para a homogeneidade dominante. Este tópico não tem a pretensão de realizar uma genealogia da deficiência em toda sua amplitude, mas de apresentar alguns caminhos percorridos até sua definição atualmente vigente.

No século XVI, as diferenças eram consideradas deformidades e as pessoas que as apresentavam eram muitas vezes denominadas como ‘monstros’. No Brasil recém ‘descoberto’ os povos originários, de início, causavam estranheza ao observador estrangeiro: “Raríssimamente se acha entre eles torto, cego, aleijado, surdo, mudo, corcovado, outro gênero de monstruosidade” (Vasconcelos, 1956, p. 58 *apud* Lobo, 2008, p. 32).

Para muitos a existência dos então considerados ‘monstros’ tinha origem na manifestação da ira ou da glória de Deus e podia despertar temor, adoração, desprezo ou ódio. Havia a separação em dois grupos, conforme as crenças populares: as espécies monstruosas, como as sereias, estariam na classe das criações divinas intermediárias, como expressão da harmonia da criação; já os monstros individuais, eram considerados frutos da transgressão humana e, por isso, produto da ira de Deus (Lobo, 2008).

Com o passar do tempo, aliou-se a ideia da monstruosidade à figura do homem selvagem, como eram vistos os povos originários das terras invadidas, concepção altamente conveniente à sua subjugação, punição e eliminação, atribuída de maneiras similares aos negros escravizados e aos colonos, com a intenção, subliminar ou não, de atribuir a fatores naturais a razão para a inferiorização desses grupos.

A partir do século XVII as classificações das monstruosidades passaram a ser compostas por um sistema de representações em que a identidade é o resíduo da diferença, define-se algo a partir do que não é o padrão. Na chamada era clássica, de acordo com Foucault (1978, p. X):

[...] essa será a narrativa da exclusão como condição para o advento de critérios de normalidade e de normal, será a narrativa da maneira como julgamentos morais vão se infiltrando [...] em tratados técnicos e práticas que aspiram validade científica a fim de garantir, através da gestão das margens, as formas de perpetuação da norma.

Se na Idade Média observou-se a exclusão dos leprosos, com um cunho de expiação religiosa, no classicismo foi instituído o internamento como forma de segregação com significações políticas, sociais, religiosas, econômicas e morais. Foram tornados internos todos aqueles considerados um estorvo para a sociedade como pobres, desempregados, libertinos, prostitutas e insanos, pelo que é possível conceber o internamento como uma forma de supressão do convívio social daqueles que são “heterogêneos ou nocivos”, ou seja, os “a-sociais” (Foucault, 1978, p. 79). A loucura era incluída dentre as razões para o internamento

na medida em que representava incapacidade para o trabalho, impossibilidade de participação social e fator determinante para a pobreza do indivíduo.

Evidencia-se, então, no século XVII na Europa, um verdadeiro processo de banimento por meio da homogeneização no espaço do internamento, no qual foi agrupado “todo um conjunto de condutas condenadas, formando uma espécie de halo de culpabilidade em torno da loucura” (Foucault, 1978, p. 92-93), como justificativa para a segregação não para tratamento ou cura, mas para infligir castigos e penitências como ritos de purificação:

Nosso saber positivo nos deixa incapazes para decidir se se trata de vítimas ou doentes, de criminosos ou loucos: estavam todos ligados a um mesmo modo de existência, que podia levar eventualmente tanto à doença quanto ao crime, mas que não lhes pertencia desde o início. (Foucault, 1978, p. 109).

A ‘doença mental’ emergiu como desconstituidora da capacidade jurídica das pessoas: uma vez definida a ‘doença’ e ‘decretada’ a interdição, havia o reconhecimento jurídico de sua irresponsabilidade e incapacidade, sua anulação como sujeitos de direitos, motivo pelo qual não se justificava tratar a loucura de forma humana (Foucault, 1978). Isso é reforçado pelos relatos e registros das exposições dos ‘loucos’ nas casas de internamento e de espetáculos de dança e acrobacias por eles protagonizados, mediante açoitamento.

A partir do século XIX, a psiquiatria insurgiu-se contra a exibição de loucos, porém não impediu que outras características humanas fossem taxadas como monstruosidades e exploradas em espetáculos quase sempre considerados de cunho científico e educativo, ou apenas recreativo: “Em geral, os candidatos deveriam ter uma marca física ou um dom fora do comum: irmãos siameses, homem tronco, mulher barbada, gigante, anão; engolidor de espadas, de fogo, levantador de pesos [...]” (Lobo, 2008, p. 70). Embora o objetivo fosse a exposição de ‘seres exóticos’, muitas vezes pessoas eram exibidas devido a características raciais (não-branca) e culturais consideradas inferiores. Independente de qual fosse a distinção física, mental ou racial, os que eram assim explorados eram considerados ‘aberrações’ e indignos de pena. Esses espetáculos duraram nos Estados Unidos da América – EUA até o advento da crise econômica nos anos de 1940 e no Brasil perduraram por mais tempo (Lobo, 2008).

Com o reconhecimento da biologia enquanto campo científico no século XIX, as desordens genéticas passaram a ser objeto da teratologia, que pode significar estudo das anomalias e malformações ou ‘de monstruosidades’. Iniciou-se, então, a investigação das causas, mecanismos e padrões do desenvolvimento anormal, em conexão com as noções de organismo, meio, reprodução e hereditariedade. Deixaram-se de lado as justificativas fundadas na ira ou no prodígio divinos, para voltar-se as atenções para o momento da

concepção e para a imputação de desregramentos morais como causa de eventuais características teratológicas da prole (Lobo, 2008). Bénédicte August Morel, em seu tratado das degenerescências, defendeu que um desvio no processo hereditário poderia produzir uma variedade degenerada da espécie, motivo pelo qual os higienistas, então especialistas da teratologia social, “concentraram seus esforços em formular uma doutrina de prevenção do mal pela naturalização de regras morais tomadas como higiênicas” (Lobo, 2008, p. 52).

Além dos deslizes comportamentais dos genitores, a consanguinidade e a miscigenação foram consideradas causas da degenerescência, para as quais foram propostas intervenções preventivas de caráter higienista e moral.

A eugenia, idealizada por Francis Galton no final do século XIX, e que semanticamente corresponde a ‘bem-nascido’, buscou guarida na teoria evolucionista de Darwin e prestou-se a erigir o embasamento científico para viabilizar a seleção humana e o melhoramento da espécie com a defesa da existência de raças e indivíduos biologicamente superiores (Moura; Crochik, 2016). Outras teorias ou práticas revestidas de caráter científico como a frenologia, a craniometria, a antropologia criminal e os testes de inteligência, fomentaram a concepção de que existiam indivíduos geneticamente inferiores que representavam um perigo para o futuro da sociedade (Gould, 1991; Lobo, 2008) e justificaram práticas institucionais preconceituosas e discriminatórias, como a limitação nas políticas imigratórias, a segregação, a esterilização e, até mesmo, o extermínio daqueles considerados biologicamente inferiores - pessoas com debilidade mental, esquizofrenia, loucura, epilepsia, cegueira, surdez, deformidades corporais graves, negros, judeus, homossexuais e outros classificados como ‘anormais’ ou ‘degenerados’ (Gould, 1991; Lobo, 2008; Moura; Crochik, 2016). Percebe-se a influência cultural na produção científica e a manipulação tendenciosa de dados, de forma deliberada ou não, para atender aos interesses dominantes, aponta Gould (1991):

A ciência não consegue escapar à sua curiosa dialética. Apesar de estar inserida numa cultura, ela pode se tornar um agente poderoso no questionamento e até mesmo na subversão das premissas que a sustentam. [...] Os cientistas podem propor teorias criativas capazes de forçar seus atônitos colegas a rever procedimentos até então inquestionáveis. Mas o potencial da ciência como instrumento para a identificação dos condicionamentos culturais que a determinam só poderá ser completamente desenvolvido quando os cientistas abrirem mão do duplo mito da objetividade e do avanço inexorável rumo à verdade. (Gould, 1991, p. 7).

Como parte do projeto de purificação da espécie instaurado pelo nazismo, houve a propagação de que a educação de crianças com deficiência consistiria em um custo adicional de aproximadamente 100 milhões de marcos alemães e foi insistentemente difundido o slogan ‘vida indigna de vida’ para incitar o ódio, ou ao menos o desprezo, contra as PcD. Tudo isso

para legitimar a esterilização de mais de 400.000 pessoas contra suas vontades ou sem o seu conhecimento, devido ao diagnóstico de doenças hereditárias, e o assassinato de mais de 250.000 PcD sob o pretexto de se tratar de uma morte misericordiosa (Dias, 2013). Nos EUA, de 1924 a 1972 vigorou uma lei na Virgínia/EUA que autorizava a esterilização de pessoas consideradas “débeis mentais e antissociais, incluindo ‘mães solteiras, prostitutas, delinquentes comuns e crianças com problemas disciplinares’” e foram esterilizadas mais de 7.500 pessoas nesse período.

Constata-se nos dois fatos históricos citados a desumanização da pessoa com deficiência e a estigmatização de que seriam um peso morto para a sociedade ‘sadia’, a partir da produção de discursos de verdade e seus consequentes efeitos de poder (Foucault, 1979), fundamentados na lógica utilitarista dos corpos:

A problematização da utilidade do corpo para o trabalho a partir da década de 1920 não era uma questão nova. A novidade, no entanto, consistia na ênfase gradativa do discurso médico sobre a preservação desse corpo, desde o início do século, e sua aliança ao discurso liberal da eficiência, introduzido pelo sistema de produção industrial [...]. Então, ‘os menos fortes, menos inteligentes e menos capazes’ acabam por formar o plantel dos menos eficientes e, conforme o grau da sua ineficiência, poderão chegar ao grau negativo dessa tão almejada eficiência e ser considerados *deficientes*. (Lobo, 2008, p. 238–239).

No Brasil, ainda que não tenha sido instituído um tribunal eugênico, nem levadas a termo medidas extremas como as vistas na Alemanha e nos EUA, no começo do século XX havia uma preocupação explícita com o perigo social que as crianças julgadas ‘anormais’ representavam, devido a supostas tendências às perversões e à criminalidade, além da categorização como fardos sociais a serem sustentados pela sociedade devido à presumida incapacidade laboral (Lobo, 2008).

Tais percepções justificaram a proposição de texto legal no qual se previa a exigência de certificado médico pré-nupcial, para evitar concepções inadequadas que gerassem frutos enquadrados como ‘degenerados inferiores’, ou ‘anormais’: “os cegos, os surdos-mudos, os aleijados, os doentes, as crianças que não aprendiam, determinados tipos de delinquentes, principalmente os juvenis” (Lobo, 2008, p. 109). Mesmo que a lei não tenha sido aprovada, prosseguiu-se com a profilaxia dos corpos e das condutas, com o afastamento de pessoas com essas características do convívio social por meio da internação, assim como na Europa, inicialmente em hospícios também destinados a adultos e, após 1903, em um espaço exclusivo chamado pavilhão Bourneville. Confundiam-se as motivações, fossem de ordem punitiva/reclusiva, piedosa/filantrópica ou médico/pedagógica, de forma que ainda é possível verificar resquícios dessas condutas na atualidade:

[...] mortes ocorrem até hoje devido ao descaso das autoridades públicas quanto ao

abandono dos doentes e deficientes e ao extermínio mais ou menos clandestino de crianças, delinquentes e homossexuais. Não houve aqui a máquina concreta de um tribunal eugênico, tampouco leis proibitivas dos casamentos, esterilizações compulsórias ou extermínio oficial. Nem por isso ficamos a salvo da vigilância médica sobre os comportamentos e estigmas, ou dos julgamentos dos destinos dos considerados anormais ou degenerados, de sua morte por abandono ou violência, quase sempre impunes. (Lobo, 2008, p. 121).

Em 1872 é realizado no Brasil o primeiro Censo estatisticamente confiável que caracteriza a população a partir de marcadores sociais como raça, sexo e condição livre ou escrava, além de contabilizar as pessoas então consideradas ‘defeituosas’, nas categorias de cegos, surdos-mudos, aleijados, dementes e alienados (Lobo, 2008).

A ‘surdo-mudez’ e a ‘idiotia’ foram enquadradas como enfermidades, porque pressupunham uma afecção mental sujeita a tratamento, evolução ou cura e passaram a ser acompanhadas pela psiquiatria, e sobre os ‘surdos-mudos’ recaia a pecha de serem intelectualmente inferiores. A partir de 1850, no Brasil, foram criadas instituições especializadas, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-mudos. Tais instituições, embora imbuídas hipoteticamente de uma proposta pedagógica, não foram muito além do caráter asilar e segregacionista e comportavam em grande número de pessoas indigentes (Silva, 1987; Lobo, 2008).

Em 1901, foi fundado por Moncorvo Filho o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que contemplava “[...] objetivos preventivos quanto ao nascimento de prematuros e de crianças doentias e defeituosas, assistindo mães na gravidez, no parto e no aleitamento [...]” (Lobo, 2008, p. 335) e oferecia trabalho terapêutico e educacional de crianças consideradas ‘defeituosas’, fundamentado, porém, em ideais higienistas e nacionalistas.

Por trás de toda a subjugação, exploração, segregação e inferiorização das PcD existia a ideia de transgressão à norma (Lobo, 2008). Porém, como Skliar (2003, p. 35) argumenta “[...] o problema não é o anormal, a anormalidade, e sim a norma, a normalidade, o normal”. Trata-se de uma perspectiva defendida por uma ideologia dominante que estabelece os parâmetros para corpos saudáveis, autossuficientes e belos, que oprime, isola e encarcera todos aqueles que neles não se enquadrem. Há um apagamento do ser humano, do sujeito, que passa a ser identificado unicamente por sua deficiência, uma identidade homogênea, não mais individual, sem expressão de gênero, sexualidade, classe social, religião, intelectualidade (Skliar, 2003). Como apontado anteriormente:

[...] não há nada que suponha a existência de um outro deficiente em si mesmo, redutível, transparente, nominável. Trata-se, isso sim, de como essa alteridade foi e é inventada, produzida, traduzida, governada; em síntese, estão sendo mencionados o colonialismo e a colonização no processo de produção de uma alteridade específica. (Skliar, 2003, p. 166).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a concepção de deficiência é uma construção social e cultural, não uma questão biológica, tanto que o termo foi cunhado apenas na primeira metade do século XX para caracterizar, coletivamente, os indivíduos com alterações físicas, sensoriais e cognitivas, antes categorizados pelos seus ‘defeitos’ (Bampi, 2010).

Rechaçadas as perspectivas sobrenaturais e religiosas, bem como afastadas as manipulações dissimuladas de teorias científicas para justificar práticas cruéis e criminosas, no âmbito da concepção social da deficiência adveio o modelo biomédico, para a qual os impedimentos físicos, mentais e sensoriais considerados indesejáveis relacionados a fatores genéticos, embriológicos, enfermidades e outros fatores intercorrentes, deveriam ser submetidos a tratamentos médicos e terapêuticos para reabilitação ou cura dos corpos e mentes, para atenuar os sinais da anormalidade. Esgotadas as possibilidades de intervenção biomédica, ou paralelamente a estas, eram aplicadas práticas educacionais para potencializar a aproximação ao simulacro da normalidade (Barbosa; Diniz; Santos, 2010; Botelho; Porciúncula, 2019).

Percebe-se que, apesar de propiciar avanços no sentido de assegurar alguns direitos, como a garantia à segurança social das PcD, o modelo biomédico ainda mantinha a visão pejorativa na qual estes indivíduos eram considerados inaptos para estudar, trabalhar e exercer a sua cidadania. Somente com o advento da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975, foram-lhes assegurados direitos civis, políticos e sociais, mediante os quais passaram a ser considerados, pelo menos em tese, aptos a integrar e participar da vida em sociedade, embora a definição do termo ‘deficiente’ ainda representasse uma limitação intrínseca ao indivíduo para interagir socialmente (Botelho; Porciúncula, 2019).

A Constituição Federal - CF brasileira de 1988 trouxe em seu texto a expressão ‘portadores de deficiência’, atualmente em desuso, sem, no entanto, oferecer para ela uma definição. Mas a Carta Magna inovou no ordenamento jurídico pátrio ao proibir discriminações de critérios salariais e de admissão ao trabalho, estabeleceu a reserva de vagas em cargos e empregos públicos, previu a obrigatoriedade de oferta de atendimento educacional especializado e estabeleceu alguns parâmetros de acessibilidade (Botelho; Porciúncula, 2019).

Fomentado pelos movimentos sociais em defesa dos direitos das PcD e embasado na crítica à visão utilitarista do capitalismo em prol da produtividade protagonizada pelo materialismo histórico e em estudos sobre a diversidade humana, foi concebido o modelo social de deficiência que afastou a relação causal entre as características pessoais e as desvantagens experimentadas pelas PcD, defendida pelo modelo biomédico, e passou a

considerar as barreiras existentes nas sociedades como responsáveis pela restrição, em maior ou menor grau, à participação social desses indivíduos (BARBOSA; DINIZ; SANTOS, 2010, p. 109). Ao dissociar a ideia de deficiência de um estado patológico, a intervenção biomédica deixa de ser reconhecida como forma de inserção social por meio da cura ou da reabilitação, para servir como um fator potencializador do bem-estar dessas pessoas (Botelho; Porciúncula, 2019).

A partir de 2006, quando foi assinada a Convenção sobre os Direitos das PcD na Organização das Nações Unidas - ONU, consagrou-se a expressão pessoa com deficiência e sua definição: “são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009).

Atualmente o modelo recomendado para a mensuração de deficiências é o da classificação biopsicossocial, que em maio de 2001, foi aprovado pela Assembleia Mundial da Saúde e no Brasil é denominado Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (OMS, 2008). De acordo com Bampi (2010):

[...] o modelo CIF é multicausal e está baseado na funcionalidade, que cobre os componentes de funções e estruturas do corpo, atividade e participação social. Segundo esse modelo, a incapacidade é resultante da interação entre a disfunção apresentada pelo indivíduo, a limitação de suas atividades, a restrição à participação social e os fatores ambientais que podem atuar como facilitadores ou barreiras para o desempenho das atividades e da participação. A CIF é baseada, portanto, em abordagem biopsicossocial que incorpora os componentes de saúde nos níveis corporais e sociais. (Bampi, 2010, p. 4).

A Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015 (Brasil, 2015), denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, adotou a definição da pessoa com deficiência da Convenção da ONU e estipulou que toda avaliação, quando necessária, utilizasse a abordagem biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, de forma a considerar “os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação” (Botelho; Porciúncula, 2019, p. 124), embora não refira-se expressamente à CIF.

A LBI representa um grande avanço em direção à reparação histórica do sofrimento, do apagamento e da segregação impostos às PcD no Brasil, às quais foram negados o direito à independência, à isonomia de oportunidades, a ter controle sobre o próprio corpo, à própria sexualidade e à própria identidade. A dívida com aqueles que levaram toda a vida internados em instituições, ou reclusos em suas casas, jamais será paga, mas é possível começar a

construir uma nova realidade.

Diniz (2007), na Introdução da sua obra “O que é deficiência” faz um relato sobre Jorge Luis Borges, um grande escritor argentino cego, no qual ressalta que a maioria das pessoas tem o impulso de considerá-lo como um exemplo de superação, que venceu as dificuldades impostas pela deficiência e alcançou o sucesso. Entretanto, segundo a autora, o próprio escritor rechaça essa vitimização e romantização de sua condição e afirma que a cegueira é apenas uma das formas corporais de se estar no mundo e implica em um modo de vida diferente, mas que, com as condições sociais adequadas, pode ser considerada trivial.

Tratar a existência com uma deficiência como uma, dentre tantas, expressões da diversidade do ser humano, ameniza a percepção de limite, sofrimento e inferioridade, visto que “O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência [...] A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida” (Diniz, 2007, p. 8).

Considerar a deficiência uma variação da expressão da espécie humana não implica em ignorar as possibilidades ou necessidades de tratamento médico e de reabilitação para garantir a saúde e a qualidade de vida dessas pessoas, tanto quanto das pessoas sem deficiência, mas é essencial rechaçar a ideia de que a deficiência se resume a uma restrição de funcionalidade ou habilidade e começar a reconhecer o papel dos contextos sociais pouco sensíveis às diferenças, que levam à exclusão e à desigualdade de oportunidades e de vivências (Diniz, 2007; Campbel, 2020).

Insta problematizar e desconstituir o discurso de medicalização, incapacitação, inferiorização e compaixão no qual foram inseridas as PcD para que elas próprias sejam protagonistas de suas histórias no âmbito político, educacional, laboral e interpessoal, conforme expressa o lema “Nada sobre nós sem nós”.

No intuito de estabelecer parâmetros para a análise dos estereótipos e preconceitos que circundam a existência e resistência das PcD, além de apresentar elementos teóricos que contribuam para a compreensão do processo de formação, identificação e transformação de RS nessa seara, será a seguir pormenorizada a TRS.

2.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ORIGEM, CONCEITOS E PECULIARIDADES

A Teoria das Representações Sociais - TRS tem a sua gênese na vertente europeia da psicologia social e apresenta algumas contraposições marcantes ao modelo americano que se

identifica pelo individualismo, experimentalismo, micro teorização e a-historicismo, dentre outros aspectos. As RS são consideradas fenômenos psicossociais cultural e historicamente condicionados, posto que variam a depender dos grupos sociais que as elaboram, as utilizam e as fazem circular por meio da comunicação social (Sá, 1996).

Trata-se de uma grande teoria que abarca conceitos base e um conjunto de dinâmicas, considerada por seu idealizador, Serge Moscovici (2015), como uma teoria em construção, o que contrasta com as diversas microteorias típicas da vertente americana da psicologia social. Em contraposição ao individualismo, orientam-se por uma perspectiva mais social, pois como afirma Farr (1992, p. 186 *apud* Sá, 1996, p. 23) “estão tanto na cultura quanto na cognição”. Diante da amplitude do campo de estudos da TRS, não seria coerente privilegiar apenas um método específico de pesquisa, como o experimental, motivo pelo qual coaduna-se com uma pluralidade metodológica, que não se prende à necessidade de replicação da pesquisa, aspecto característico do behaviorismo metodológico adotado pelos teóricos americanos (Sá, 1996). Esta última é considerada uma diferença marcante entre os campos da cognição social (americana) e das representações sociais (europeia).

Antes da abordagem proposta por Moscovici, havia a distinção dos fenômenos em dois níveis: na esfera individual ou na esfera coletiva, denominada cultura ou Representação Coletiva, com características distintas e com total separação entre o intrapessoal e o interpessoal (Farr, 2013). Moscovici (1976) inspirou-se em Durkheim e seu conceito de representações coletivas como:

[...] o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos; longas series de gerações acumularam aqui sua experiência e saber. (Durkheim, 1978, p. 216 *apud* Sá, 1993, p. 21).

Tratava-se, portanto, de formas de compreensão coletiva estáveis que tinham uma função imperativa e não se confundiam com a soma dos pensamentos individuais (Moscovici, 1976). Essa concepção é flagrantemente oposta à concepção da psicologia social norte americana que admitia apenas a influência dos contextos sociais sobre processos psicológicos individuais (Sá, 1996).

Porém, enquanto a teoria durkheimiana separava radicalmente as representações em individuais e coletivas, sendo aquelas objeto de estudo da psicologia e estas da sociologia, e buscou analisar como tradições religiosas de povos considerados primitivos constituíam o substrato básico de religiões mais evoluídas e as influências dessas tradições, consideradas imutáveis, nos comportamentos sociais, Moscovici (1976) propôs, com a TRS, o estabelecimento de uma ciência mista, interessada pelas representações que circulavam na

sociedade contemporânea e que abarcavam uma forma de conhecimento elaborada socialmente e compartilhada com o objetivo prático de tornar inteligível a realidade e facilitar a comunicação em determinado grupo social. Inicialmente, dedicou-se a investigar o processo de circulação do conhecimento científico em segmentos sociais fora do seu campo de domínio, a partir das percepções e atitudes de sujeitos de diferentes estratos sociais, além das informações disseminadas pelos meios de comunicação de massa sobre a psicanálise (Moscovici, 1976).

Para Sá (1996, p. 29) “O termo *representações sociais* designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los”. Trata-se de um termo polissêmico, que compreende concomitantemente o processo de elaboração, o produto e as estruturas estabelecidas, o que se reflete na dificuldade de definição conceitual a priori. A noção de representação social em si abarca as dimensões cognitiva, afetiva e social, por seu efeito convencional e prescritivo sobre a vida cotidiana.

O caráter dinâmico e mutável das RS reflete a diversidade das ideias compartilhadas socialmente e a descentralização da legitimação do conhecimento, submetida a formas difusas de poder que buscam constituir uma hegemonia favorável a determinados grupos sociais. Por isso, frequentemente, as representações emergem de posicionamentos divergentes ou conflitos relativos a um fenômeno novo ou ameaçador, o que oportuniza à TRS ter por objeto problemas interdisciplinares de alta complexidade, como os pertinentes aos campos da educação e da saúde, contribuindo de forma ímpar para os estudos em ciências sociais e humanas (Duveen, 2015; Marková, 2017).

De acordo com Jovchelovich (2013, p. 55), “[...] a esfera pública, enquanto lugar da alteridade, fornece às representações sociais o terreno sobre o qual elas podem ser cultivadas e se estabelecer”. Isso porque a pluralidade humana incita o diálogo e demanda o estabelecimento de espaços em que seja possível a comunicação de posicionamentos divergentes, na busca pela compreensão e pelo consenso. Como instrumento mediador entre indivíduo e o social, enquanto totalidade e não um conjunto de indivíduos, as RS consistem em uma estratégia para lidar com a diversidade e mutabilidade apresentada pela vida social (Jovchelovich, 2013).

Moscovici (2015) aponta para a intervenção de representações em algumas situações, como na classificação, mesmo que inconsciente, de pessoas e coisas como ‘visíveis’ ou ‘invisíveis’ em decorrência da sua relevância social, na aceitação da realidade das coisas sem questionamento e na adesão a um sistema de definições nem sempre coerente, o que evidencia a sua dupla natureza: convencional e prescritiva.

Perante as convenções estabelecidas sobre pessoas, objetos ou acontecimentos, é possível categorizá-los e enquadrá-los em determinados modelos compartilhados por grupos sociais nos quais os pensamentos são organizados em consonância com os padrões subjacentes e as pessoas reagem, na prática, com base nesses estímulos previamente definidos. Devido à sua função prescritiva, a representação impõe-se de forma irresistível e impensada, a partir de “uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente” (Moscovici, 2015, p. 37). Entretanto, as pessoas e grupos não são meramente receptores passivos das representações, mas utilizam-nas como insumo para elaborar seus posicionamentos e ações em suas interações sociais.

Para compreender como essas convenções e modelos surgem, se consolidam e são compartilhados deve-se identificar a que realidade elas pertencem e para isso vale estabelecer a distinção entre universo consensual e universo reificado. O universo consensual é composto pelo senso comum, uma categoria de conhecimento abundante, diversificada e atrelada a determinados contextos. Nesse universo os grupos de pessoas são vistos de forma homogênea, como sujeitos legítimos para emitir opiniões e falar em nome do grupo, possuem convenções linguísticas e uma ética que perpassa as manifestações, delineando o que pode e o que não pode ser dito (Marková, 2015; Moscovici, 2015). Já o universo reificado distingue-se por estratificar em papéis e classes os sujeitos participantes, que são identificados por suas competências e méritos e compõem um sistema com organizações preestabelecidas, cada uma com normas, métodos e formas linguísticas específicas, tendo como produto o conhecimento científico (Sá, 1996; Moscovici, 1976, 2015).

Por muito tempo a ciência e a filosofia extraíram material do senso comum para produzir conhecimento, mas em determinado momento esse processo inverteu-se e as ciências passaram a inventar e propor “[...] a maior parte dos objetos, conceitos, analogias e formas lógicas a que recorremos para fazer face às nossas tarefas econômicas, políticas ou intelectuais” (Moscovici, 1976, p. 20–21). Destarte, devido à impossibilidade de dominar todas as teorias e fenômenos científicos, o ‘homem comum’ resume, adapta, classifica e torna familiar o conhecimento científico disponibilizado por meio da comunicação.

Vale ressaltar que ao se apossarem desses conhecimentos científicos, devidamente decantados pelos meios de comunicação, os indivíduos formam um outro tipo de conhecimento em um contexto social específico, reelaborado para atender às suas necessidades e composto de figuras e expressões socializadas: as RS. Estas pertencem ao universo consensual ou ao senso comum e são comparadas por Moscovici (1976) a uma

fotografia, devido ao seu grau de definição simbólica de determinados conceitos. A ciência e o senso comum não se confundem ou se substituem mutuamente, cada qual tem a sua linguagem, suas características e o seu papel.

Representar algo não significa reproduzir uma ideia ou dispor de um conjunto de informações ou opiniões a seu respeito, mas reconstituí-lo. Por isso, Jodelet (2001) afirma que as RS são uma forma de conhecimento prático que liga um sujeito a um objeto, uma vez que as características de ambos incidem na sua composição. Além disso, a representação social simboliza o objeto e o interpreta, por meio de significações, fazendo parte desse processo as referências sociais e culturais do sujeito (Jodelet, 2001).

Essa dimensão funcional das representações integra a dinâmica dos universos consensuais em que diálogos e ações de determinados grupos confirmam crenças e interpretações compartilhadas, compondo, dessa maneira, um ambiente desejável e de familiaridade. Ao serem confrontados com a alteridade e o estranho, há uma rejeição pelos membros do grupo, uma sensação de rompimento da ordem pré-estabelecida e um incômodo diante do desconhecido. Busca-se, então, em imagens, ideias e linguagens partilhadas previamente formas de descrever e tornar acessível o não familiar e transformá-lo em familiar como é possível observar, por exemplo, com a associação entre a prática psicanalítica e a confissão religiosa, que possibilitou a mudança de valores para tornar aceitável uma prática até então incompreensível (Moscovici, 2015). É um caminho inverso ao adotado pela ciência, que parte de premissas para chegar a uma conclusão, de acordo com determinadas leis e procedimentos, e torna o familiar não familiar.

Os estereótipos, como formas de representação social, encaixam-se na concepção em que a conclusão precede a premissa e, por meio deles, julga-se e classifica-se antes mesmo de se ter informações suficientes ou de se fazer uma avaliação criteriosa sobre o objeto. São elementos que simplificam o processo de conhecimento de coisas novas e incomuns e transformam o que é abstrato em algo concreto. Para que isso ocorra, são ativados dois mecanismos que integram os processos formadores das RS: a ancoragem e a objetivação.

Ancorar é categorizar e denominar algo desconhecido com base em um paradigma pré-existente, positivo ou negativo (Moscovici, 2015). Nesse processo delimita-se um conjunto de características, sejam físicas, comportamentais ou linguísticas, que passam a caracterizar aquilo que antes era indefinido. A ancoragem cumpre uma função de concretização por meio da qual o objeto é abarcado em termos compreensíveis e imediatamente transferíveis, sob determinado ponto de vista fundado no consenso, e proporciona reações instantâneas dos sujeitos sem que conheçam o seu real significado

(Abric, 2001). É essencial a associação de um nome, de uma palavra, ao objeto, por exemplo, os termos psicanalíticos *neurose* e *complexo*, são utilizados socialmente para identificar alguns sintomas psíquicos banalizados pelo senso comum e que nem sempre guardam relação com os conceitos científicos originais (Moscovici, 2015).

Por meio da objetivação atribui-se uma imagem a um conceito abstrato, que se torna praticamente tangível (Sá, 1993). O exemplo dado por Moscovici (2015) para esse processo é que, ao se atrelar a ideia de Deus à imagem de um pai, o que era invisível se materializa na mente humana, deixa de ser um signo e torna-se uma réplica da realidade. Para os casos em que não há uma imagem relacionável ou disponível, Moscovici (2015, p. 72) revela a existência de núcleos figurativos, que são “[...] um complexo de imagens que reproduzem visivelmente um complexo de ideias”. Quando se diz que uma pessoa é neurótica é como se esse conceito compreendesse uma característica física, deixando de ser meramente uma palavra para se tornar um objeto.

Ancorar e objetivar são, portanto, formas diferentes de lidar com a memória, sendo que a primeira, em um movimento direcionado para dentro, classifica e rotula pessoas e objetos, enquanto a segunda direciona-se para os outros, ou seja, para fora, com a reprodução de conceitos em imagens (Moscovici, 2015).

Ao simbolizarem algo, as representações influenciam a forma de pensar e agir, mas ao mesmo tempo impõem um sentido de ordem, que gera estabilidade e senso de identidade social, pois “[...] diferentes condições sociais, existentes em diferentes grupos e sociedades, trariam como consequência diferentes representações sociais, que são, por sua vez, o resultado de necessidades de grupos ou sociedades ao lidar com novos fenômenos e novos problemas” (Wagner, 2013, p. 120).

Todavia, a TRS não pressupõe necessariamente a observância de progressos para representações mais adequadas, mas a transformação de um tipo de conhecimento em outro, ou mesmo a coexistência de diversos tipos de pensar e comunicar que são ativados por determinadas circunstâncias sociais, hipótese concebida por Moscovici como polifasia cognitiva, por meio da qual expressa-se o conflito entre o tradicional e o moderno, o usual e o científico (Fonseca, 2016; Marková, 2017). O ser humano, na concepção de sujeito polifásico (Arruda, 2015), passa por uma fragmentação do ‘eu’ na qual em seu trânsito por diversos grupos sociais assume identidades múltiplas que se moldam de acordo com seus objetivos em cada papel desempenhado. A polifasia cognitiva seria, dessa forma, um resultado intrínseco do dialogismo, em que o sujeito considera diversas fontes de conhecimento ao perpassar realidades sociais diferentes, embora possa ter um posicionamento prévio definido. Agir para

a consolidação de RS positivas que possam transitar em diversos contextos e contribuir para a transformação de RS inadequadas seria uma forma de empreender a mudança social.

Analisar a inclusão social das PcD sob o enfoque da TRS pressupõe questionar o porquê precípua da exclusão dessas pessoas, sua causalidade ou mesmo a distorção dessa causalidade. Moscovici (2015) é preciso ao afirmar que há uma articulação entre fins (ou intenções) e meios, além de diferenciar a causalidade pessoal, considerada uma explicação de direita, da causalidade situacional, entendida como uma explicação de esquerda. A primeira atribui ao indivíduo a responsabilidade por determinado acontecimento ou característica em si, enquanto a segunda a correlaciona ao ambiente ou à situação social.

Logo, a razão para a exclusão escolar pode, por exemplo, ser atribuída ao indivíduo, que devido sua ‘incapacidade’ ou ‘anormalidade’ não consegue se adaptar ao sistema educacional, ou à realidade social de que escolas não possuem a estrutura adequada para acolher essas pessoas de forma a possibilitar a expressão da sua capacidade e impulsionar o seu desenvolvimento. As RS podem, assim, legitimar a exclusão, sob a concepção de que crianças com deficiência são inadequadas para o ambiente da escola regular e atrapalham o desempenho dos demais, ou propiciar uma mudança social na direção da exigência de adaptação de todas as escolas para favorecer a inclusão, o que beneficiaria a todos devido à possibilidade de se vivenciar a diversidade.

A opção por uma das causalidades é excludente da oposta e demonstra a visão do outro a que está atrelada, porquanto “Toda realidade é a realidade de alguém, ou é uma realidade para algo” (Moscovici, 2015, p. 90), em determinadas condições de tempo/espaço. Isso porque, conforme identificado por Spink (1997 *apud* Arruda, 2000), existem três contextos, não somente individuais, mas coletivos, que atribuem sentido às experiências cotidianas: o contexto cultural, que abrange um longo período da história na qual se está inserido; o contexto social, que se resume ao perímetro temporal da história pessoal; e o contexto interacional, curto período em que se estabelece a interação entre indivíduos ou grupos. As relações sujeito-objeto em um contexto específico determinam o objeto em si, que nada mais é do que a representação de algo para alguém.

Com vistas a verificar a importância da abordagem da inclusão de PcD a partir das premissas da TRS, foi elaborado o Artigo 1, a seguir apresentado como parte deste tópico do Referencial Teórico.

2.3 ARTIGO 1 — REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEU IMPACTO NA EFETIVIDADE DA INCLUSÃO

Este artigo foi publicado em 2 de agosto de 2021, na Revista Mundi Sociais e Humanidades, Curitiba/PR, v. 6, n. 1, p. 108-1 a 108-26, na edição de jan./jul. 2021, QUALIS/CAPES B2 para a área de ensino no triênio de avaliação vigente à época (2013/2016) e analisou a interveniência de constructos como alteridade, diversidade, desigualdade, preconceitos e estereótipos na construção de representações sociais de PcD e na exclusão social por elas vivenciada, atendendo ao primeiro objetivo específico estabelecido para a pesquisa.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E
SEU IMPACTO NA EFETIVIDADE DA INCLUSÃO
SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT PEOPLE WITH DISABILITIES AND
THEIR IMPACT ON THE EFFECTIVENESS OF INCLUSION

Maria Aparecida de Carvalho Correia1
Alexandre Guilherme Motta Sarmiento2

Resumo: Diante de um cenário em que alguns países, como os Estados Unidos da América e o Brasil, ingressaram em um movimento de retrocesso civilizatório e de autoritarismo político, resultando, por vezes, em cerceamento de direitos já conquistados por alguns grupos minoritários, este artigo teórico propõe-se a refletir a respeito da constituição de representações sociais sobre as pessoas com deficiência, por meio de breve retrospectiva histórica e a partir da interveniência de fenômenos como alteridade, diversidade, preconceito, estereótipos e estigmas. Constata-se que o reconhecimento das diferenças entre os seres humanos e a sua consequente exclusão derivam da definição de um padrão de normalidade que serve como parâmetro para a classificação dos indivíduos, levando-se em consideração atributos físicos, comportamentais ou sociais. Busca-se, portanto, demonstrar que é imprescindível a transformação das representações sociais consolidadas sobre as pessoas com deficiência para que se reconheça a deficiência como parte da condição humana e, assim, seja-lhes garantido o acesso irrestrito a direitos e à efetiva inclusão social. Por fim, identificou-se a necessidade de se incrementar a pesquisa científica sobre os impactos das representações sociais na efetividade da inclusão das pessoas com deficiência nos diversos ambientes sociais, como a escola, a universidade, o mercado de trabalho, dentre outros.

Palavras-chave: Representações Sociais. Pessoas com Deficiência. Inclusão Social.

Abstract: Faced with a scenario in which some countries, such as the United States of America and Brazil, have joined a movement of civilizing backwardness and political authoritarianism sometimes resulting in the curtailment of rights already achieved by some minority groups, this theoretical article proposes to reflect on the constitution of social representations about people with disabilities, through a brief historical retrospective and from the intervening of phenomena such as alterity, diversity, prejudice, stereotypes and stigmas. It appears that the recognition of differences between human beings, and their consequent exclusion, arise from the definition of a standard of normality that serves as a parameter for the classification of individuals, considering physical, behavioral, or social attributes. Therefore, it intends to demonstrate that the transformation of consolidated social representations about people with disabilities is essential in order to recognize disability as part of the human condition and, thus, be guaranteed unrestricted access to rights and effective social inclusion. Finally, it was identified the need to increase scientific research about the impacts of social representations on the effectiveness of the inclusion of people with disabilities in different social environments, such as school, university, the labor market, among others.

Keywords: Social Representations. People with Disabilities. Social Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

É perceptível a tendência atual, no Brasil e em alguns outros países, de se relativizar comportamentos até pouco tempo considerados inadmissíveis, bem como um movimento de retrocesso civilizatório, de conservadorismo cultural e de autoritarismo político (Souza *et al.*, 2019), que se reflete na profusão de teorias infundadas como o terraplanismo e o questionamento do efeito de vacinas, dentre outras. Paralelamente à difusão dessas teorias, surgem propostas de alteração de alguns marcos legais que representam avanços consolidados na garantia de direitos individuais, que impactam negativamente sobre conquistas alcançadas por grupos minoritários após anos de reivindicação, como é o caso dos direitos concernentes às pessoas com deficiência.

Somente para citar dois exemplos recentes ocorridos no Brasil: no final do ano de 2019 foi divulgado pela mídia que seria publicado decreto definindo uma nova política de Educação Especial (Bond, 2019) que, de certa forma, retrocede ao modelo de integração, segregacionista e discriminatório, já suplantado pelo atual modelo de inclusão; além disso, encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.159 (Brasil, 2019a) cujo texto, dentre outros prejuízos às conquistas legais já concretizadas, representa uma afronta à atual regra de reserva de cota para a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas, possibilitando a substituição da contratação pelo recolhimento de uma multa de dois salários-mínimos a um programa, o que poderá acarretar a redução do já ínfimo percentual de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho, atualmente equivalente a 1% do estoque total de vínculos empregatícios (Brasil, 2019b).

Após avanços significativos na direção da inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil, como a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), legislação considerada um marco para a superação de barreiras que até então impossibilitavam a participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de condições, pode-se perceber um recrudescimento do preconceito, da discriminação e uma retomada da supremacia do poder econômico sobre a garantia de direitos básicos. Diante desse cenário, é premente a reflexão sobre os alicerces da inclusão social das pessoas com deficiência e acerca de quais as ações alternativas podem ser empreendidas para se evitar impactos negativos nas políticas inclusivas implementadas, ou mesmo em fase de implementação, de modo que não estejam sujeitas a correntes ideológicas passageiras.

Este artigo, de natureza teórica, propõe-se a analisar as representações sociais – RS constituídas histórica e culturalmente sobre as pessoas com deficiência como fatores que

impactam na efetividade de sua inclusão social, tendo por base a interveniência de fenômenos como alteridade, diversidade, desigualdade, preconceitos e estereótipos.

2 ALTERIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE

Moscovici (2015) afirma que o ser humano somente se torna realmente um ser social quando se encontra em interação com outros seres humanos, o que não significa reduzi-lo a um produto da sociedade, mas considerá-lo também como agente transformador da realidade em que vive.

A construção e o desenvolvimento do sujeito ontológico ‘Eu’ dependem da realidade social na qual o indivíduo se encontra inserido, sendo a alteridade um fator fundamental para esse desenvolvimento simbólico e a pluralidade essencial para o estabelecimento da ação e do discurso, visto que este seria desnecessário se todos os seres humanos fossem idênticos (Arendt, 2007; Jovchelovitch, 2013). Portanto, a condição humana vai além dos fatores que lhe são dados pela sua mera materialidade, ela é impactada por tudo aquilo com o que o indivíduo entra em contato durante a sua existência, por meio da convivência com outros seres humanos (Arendt, 2007).

Ao passo que todo ser humano é parte indissolúvel do meio social pelo qual é formado e que ajuda a constituir, é fato também que cada ser é único em suas características e particularidades, motivo pelo qual nenhum indivíduo deveria ser considerado inferior ou incapaz justamente em decorrência de seus diferenciais. Entretanto, é possível identificar no pensamento ocidental, desde Aristóteles, o discurso sobre a naturalização da conotação negativa para o que é diferente. Em determinados momentos históricos, como naquele em que viveu o filósofo grego, foi estabelecida uma hierarquia dos seres humanos, tanto no mundo natural quanto no mundo social, a partir da ideia de perfeição associada ao máximo de imobilidade (Santos, 2005). O trabalho, portanto, não era considerado digno para uma existência autenticamente humana, motivo pelo qual servia para distinguir não apenas classes sociais, mas para atribuir a condição humana a um indivíduo (Arendt, 2007).

Gould (1991) remete a uma fábula de Platão, em sua obra ‘A República’, na qual Sócrates, em um diálogo com Glauco, explica a ele um mito que elaborou para fazer com que os cidadãos da República aceitassem a hierarquização social. A fábula preconizava que Deus compôs cada ser humano com um material diferente, sendo que aqueles com capacidade de comando seriam feitos com ouro, e por isso merecedores de mais honras; os compostos por

prata teriam aptidões para auxiliares; e, por fim, os formados de latão e ferro deveriam se contentar em serem lavradores e artesãos. Glauco, então, afirmou que naquela geração não haveria como fazê-los acreditar em tamanha mentira, mas se a história fosse repetida para seus filhos e assim sucessivamente, em algum momento se estabeleceria como verdade (Gould, 1991).

Talvez com o mesmo intuito da fábula mencionada por Gould (1991), nos séculos XVIII e XIX, pesquisas científicas fundamentadas em teorias genéticas passaram a corroborar com a institucionalização das desigualdades. Para essas teorias fatores como raça, classe social ou deficiências, determinavam características que seriam transmitidas geneticamente, como a gradação da inteligência e a pobreza. Sob o pressuposto de que a ciência seria dotada de imparcialidade e de objetividade, teorias limitadoras, como o determinismo biológico, justificaram discriminações em nome da ciência e do bem da humanidade (Gould, 1991).

Assim, aos poucos, a diferença foi instituída como sinônimo de algo negativo, de “não ser”, a partir de determinados parâmetros definidos por grupos sociais hegemônicos (Santos, 2005; Skliar, 2003). A identificação do que é diverso deriva da noção de mesmidade, ou seja, aqueles que se encontram na posição de superioridade social ou econômica (iguais/mesmos) são o parâmetro para julgar os demais como diferentes. A diversidade, nesse sentido, parte do pressuposto de que diversos são os outros (Skliar, 2003). Entretanto, esse outro não tem uma constituição natural, mas é um objeto “socialmente construído através da linguagem e da representação” (Peter Du Gay, 1997, apud Skliar, 2003, p. 63). Ademais, o estereótipo é utilizado para reforçar uma lógica binária e a distribuição desigual do poder e para sustentar uma construção do outro na qual:

[...] o marginal, o indigente, o louco, o deficiente, o viciado em drogas, o homossexual, o imigrante, a mulher etc. ocuparam e ocupam os espaços do ser-alteridade; uma alteridade cuja relação com o **eu normal** permitiu a progressiva destruição de toda ambiguidade, a aniquilação de qualquer **outro indeterminado** que esteja ou queira estar fora dessa oposição (Skliar, 2003, p. 115, grifos do autor).

Deve-se reforçar que a constituição dos estereótipos e a tipificação do outro é apenas o resultado “de um conjunto complexo de operações linguísticas e culturais” (Skliar, 2003, p. 118), cujo propósito é fazer crer que a diferença provém de características individuais e não do contexto cultural, social e político.

A alteridade, portanto, pode ser compreendida como produto de um processo psicossocial de exclusão, alimentado por um sistema de representações sociais, cuja análise somente faz sentido no nível “das interações entre pessoas e entre grupos, que dela são

agentes ou vítimas” (Jodelet, 2001, p. 53). O problema não reside na diferença, mas na construção de significados que atribui a determinadas características pessoais um cunho de inferioridade, instituindo assim a desigualdade, porque tudo o que não é igual ao parâmetro é passível de ser marginalizado e excluído (Gusmão, 2000).

O reconhecimento da alteridade como respeito à singularidade de cada indivíduo, como ponto de partida para o estabelecimento do diálogo e para uma convivência justa e equânime, considerando a pluralidade humana, e não como a mera constatação da existência de diferenças, é essencial para a reformulação das RS sobre a inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil. Logo, o desafio é pacificar o entendimento de que cada ser é único e deve ser respeitado em suas diferenças e admitido como igual no acesso a direitos e no convívio social, na medida das suas necessidades.

3 PRECONCEITOS, ESTEREÓTIPOS E EXCLUSÃO

No âmbito da Psicologia Social, os processos de exclusão socialmente produzidos são analisados visando compreender como pessoas ou grupos tornam-se objeto de discriminação, partindo de noções sobre preconceito, estereótipo, representações sociais e ideologia (Jodelet, 2001). Gordon Allport inaugurou seus estudos sobre o preconceito buscando identificar as raízes da hostilidade que integram a natureza do preconceito humano, com o objetivo de controlar sua destrutividade. Para ele, existem várias fontes de preconceito e discriminação, como “a exploração econômica, a estrutura social, os costumes, o medo, a agressão, os conflitos sexuais”, dentre outros (Allport, 1971, p. 11).

O preconceito corresponde a atitudes baseadas em um julgamento prévio injustificável sobre um grupo específico ou sobre integrantes desse grupo (Jodelet, 2001; Myers, 1995). A pessoa preconceituosa, então, julga estar certa sobre algo que não tem fundamento (Allport, 1971; Jodelet, 2001) e mesmo que afirme ter razões para seu posicionamento, há, comumente, uma generalização a partir de experiências pessoais isoladas, que não justificam a atribuição de um juízo de valor a todo um conjunto de pessoas, ou seu direcionamento a um indivíduo em particular.

Por ser uma atitude, o preconceito alia crenças, sentimentos e inclinações para agir, sendo que essas crenças eventualmente constituem estereótipos e, quando eivados de carga negativa, podem ensejar condutas discriminatórias (Myers, 1995). “Estereotipar é generalizar” (Myers, 1995, p. 347) e a generalização é uma tentativa de simplificar o mundo em sua

complexidade:

É esta concepção, relacionando estereótipo a uma economia cognitiva e a uma função do conhecimento, que domina os modelos atuais (Hamilton, 1981). Na linguagem cognitivista do tratamento da informação, os estereótipos são esquemas que concernem especificamente os atributos pessoais que caracterizam os membros de um determinado grupo ou de uma categoria social dada. Eles são considerados como resultantes de processos de simplificação próprios ao pensamento do senso comum. (Jodelet, 2001, p. 59)

Nesse sentido, observa-se uma relação entre a Teoria das Representações Sociais - TRS e a formação de estereótipos, visto que estes categorizam objetos, pessoas ou acontecimentos, bem como têm caráter prescritivo ou impositivo ao pensamento, correspondendo, assim, à dupla função das RS (Moscovici, 2015).

As RS derivam de crenças sociais ou arquétipos do raciocínio comum que correspondem a imagens genéricas, consolidadas durante um amplo lapso temporal (Moscovici, 2015). Essas noções do senso comum encontram-se ancoradas “em sistemas de oposições (isto é, termos que são contrastados a fim de ser relacionados) relativas ao corpo, ao ser, à ação na sociedade e ao mundo de maneira geral” (Moscovici, 2015, pp. 245-246). Portanto, alguns estereótipos fundamentam-se nessa condição de oposição, como a ideia de que a mulher é o sexo frágil, em contraste com a força e a superioridade masculina, ou mesmo a oposição entre deficiência e normalidade. Esses discursos representam conflitos socioéticos e legitimam a contraposição social e cultural de determinados grupos.

Ainda a partir de noções do senso comum pré-concebidas, algumas características pessoais, físicas ou comportamentais são identificadas como dissonantes da normalidade e são utilizadas para categorizar as pessoas, a depender do ambiente social em que se encontrem, configurando um estigma (Goffman, 2017). O estigma pode ser considerado um atributo depreciativo, desde que não corresponda àquilo que é esperado de um indivíduo em determinadas circunstâncias, ou seja, quando não se enquadrar em determinados estereótipos. Há, nesse caso, uma interrelação entre atributo e estereótipo, constituída a partir de uma rede de significados estabelecidos em determinados ambientes ou mesmo em um grupo social como um todo (Goffman, 2017).

Se, portanto, os significados derivam da linguagem e das representações construídas, em sua maioria, a partir do ponto de vista da mesmidade, a classificação e a hierarquização social geram exclusão (Skliar, 2003) e, paralelamente, a necessidade de pertencimento social (Jodelet, 2001). Diversos experimentos citados por Myers (1995) e Jodelet (2001) confirmam a tendência dos indivíduos a agirem favoravelmente aos integrantes de seu próprio grupo,

visto que a percepção sobre si mesmo está ligada ao sentimento de pertencimento ao grupo. Quanto mais forte for a identidade social e o envolvimento emocional com o grupo, haverá maior inclinação a atitudes preconceituosas com pessoas de grupos distintos (Crocker; Luhtanen, 1990; Hinkle, 1992, apud Myers, 1995). Disso decorre a propensão a excluir ou desfavorecer aqueles que são considerados diferentes, muitas vezes reforçada por instituições sociais como a escola, o governo e os meios de comunicação (Myers, 1995). Por tratar-se de um fenômeno psicológico complexo (Allport, 1971), deve-se considerar, paralelamente, o contexto histórico, cultural e social no qual o preconceito se estabeleceu, para entender por que determinados grupos são alvo de discriminação e exclusão enquanto outros, mesmo sendo quantitativamente minoritários, não o são.

Trata-se, por conseguinte, de uma questão que pode ser analisada sob a perspectiva teórica da Psicologia Social, que busca realizar a análise dos processos culturais:

[...] responsáveis pela organização do conhecimento em uma sociedade, pelo estabelecimento das relações interindividuais no contexto do ambiente social e físico, pela formação dos movimentos sociais (grupos, partidos, instituições) através dos quais os homens agem e interagem pela codificação da conduta interindividual e intergrupal que cria uma realidade social comum com suas normas e valores, cuja origem deve ser novamente buscada no contexto social. (Moscovici, 2015, p. 154)

Constata-se que a Psicologia Social exerce um papel fundamental na análise dos mecanismos que estabelecem a exclusão decorrente da categorização social, a partir da identificação dos processos psicológicos, cognitivos e simbólicos que a constituem ou reforçam e que promovem sua racionalização e legitimação (Jodelet, 2001). Em sociedades desiguais, o preconceito cumpre o papel de legitimar a superioridade socioeconômica e de racionalizar as injustiças sociais, o que pode ser explicado pelo “fenômeno do mundo justo” (Myers, 1995). Essa teoria estabelece que, a partir de algumas concepções do senso comum que preconizam que o mundo é justo, as pessoas acreditam que cada um recebe o que merece. Então, as vítimas de preconceito mereceriam as condições a que são submetidas, o que, sob esse ponto de vista, não constituiria uma injustiça social (Jodelet, 2001; Myers, 1995).

Estereótipos de deslegitimação cumprem o papel de atribuir a determinados grupos características que justificariam a sua exclusão social e a sua desumanização, exclusão essa que se constitui em um fenômeno social, econômico e institucional, cabendo à Psicologia Social a importante função de contribuir para “a compreensão dos mecanismos que, na escala dos indivíduos, dos grupos e das coletividades, concorrem para fixar as formas e as experiências de exclusão” (Jodelet, 2001, p. 64).

O mesmo processo psicológico de justificação acontece com a meritocracia,

atualmente utilizada para justificar as desigualdades e as injustiças sociais, desconsiderando, no entanto, que a sociedade ainda se encontra organizada a partir de um sistema de privilégios. Baseado em dados colhidos em vinte e cinco anos de pesquisa, Mijs (2019) considera que a desigualdade social costuma ser legitimada pela crença popular de que o sucesso e a ascensão social decorrem de fatores meritocráticos e não de outros fatores como oportunidades, apoio ou riqueza familiar. Porém, como afirma Guareschi (2001, p. 154): “Devido à desigualdade de condições, exigir competição entre desiguais, é ganhar de antemão”.

Para uma pessoa com deficiência, então, as dificuldades começam antes mesmo de cogitarem competir pois, além das inúmeras barreiras impostas pela sociedade, diversos estigmas recaem sobre elas. A estigmatização do corpo com deficiência como um corpo à margem de padrões estéticos e funcionais decorre de uma complexa teia de representações produzidas e reproduzidas por discursos baseados em concepções culturais, que geram classificações opressoras e discriminatórias em sociedades estruturadas “para atender as demandas de pessoas que apresentam corpos sem impedimentos” (Guimarães, 2010, p. 202). Os espaços públicos e as oportunidades sociais não são, em sua maioria, adaptados para acolher em igualdade de condições a diversidade corporal e intelectual, o que acarreta o isolamento social, a estigmatização ou mesmo a marginalização das pessoas com deficiência (Barbosa *et al.*, 2010; Guimarães, 2010).

Durante muito tempo, os estudos sobre as deficiências se restringiram ao campo biomédico, limitando-se ao diagnóstico, tratamento, medicalização e adaptação da pessoa com deficiência aos padrões de normalidade socialmente impostos (Barbosa *et al.*, 2010; Diniz, 2007; Guimarães, 2010). Vygotski (1997), por sua vez, analisou o desenvolvimento psicológico da criança com deficiência a partir da sua interação social, indicando que esta não possui um desenvolvimento anormal, mas um desenvolvimento que ocorre de outra maneira, de uma forma peculiar. O meio social em que a criança, com ou sem deficiência, cresce faz toda diferença em seu efetivo desenvolvimento, ou seja, existem dois níveis de desenvolvimento que acontecem paralelamente: o orgânico ou fisiológico, e o social ou cultural (Vygotski, 1997).

Uma criança com deficiência não é, necessariamente, uma criança deficiente, a depender da sua forma de interação com o meio social, que por sua vez foi condicionado e adaptado para um tipo biológico humano definido como ‘normal’. Há, no entanto, uma forte conotação cultural nessa noção de ‘normalidade’, visto que a linguagem falada e escrita, por exemplo, foi definida a partir do padrão de indivíduos que escutam e enxergam. Mas, e se a

maioria das pessoas fossem cegas ou surdas, qual seria o padrão considerado ‘normal’? Dessa forma, o grande problema do desenvolvimento das crianças com deficiência é a incompatibilidade entre a sua estrutura psicológica e a estrutura sociocultural a que são submetidas, sem os meios necessários para uma adaptação efetiva que lhes dê condições semelhantes às de uma criança sem deficiência para se desenvolver (Vygotski, 1997).

Não se trata, portanto, de oferecer às pessoas com deficiência oportunidades assistencialistas para a sua inserção social, como ensiná-las trabalhos manuais, para que possam extrair uma renda ínfima. A isto Vygotski (1997) chama de educação da mendicância, uma vertente da caridade e não da educação social. Deve-se, sim, oportunizar o aprendizado de forma universal, com acessibilidade e suportes necessários para igualar as condições da pessoa com deficiência com as dos demais.

Na década de 1970, a partir de estudos empreendidos no Reino Unido e nos Estados Unidos da América, iniciava-se a mudança do enfoque sobre as deficiências, deixando-se de considerá-las como algo intrínseco ao indivíduo e uma tragédia pessoal e familiar, para serem compreendidas como uma consequência das estruturas sociais incapazes de acolher a diversidade em toda sua amplitude (Diniz, 2007; Guimarães, 2010). O modelo social veio trazer a percepção de que não é a restrição de uma funcionalidade ou habilidade que configura a deficiência, mas as limitações da sociedade para identificar e atender as necessidades de todos em suas especificidades (Barbosa *et al.*, 2010; Diniz, 2007).

A deficiência não é uma insuficiência ou um dano, mas um estímulo à procura de meios que compensem as eventuais incapacidades que se apresentam, para possibilitar o máximo desenvolvimento sociocultural do indivíduo. Por isso, Vygotski (1997) afirma que a convivência em igualdade de condições com a coletividade, em grupos heterogêneos, possibilita a potencialização do desenvolvimento intelectual de todas as crianças, não apenas daquelas com deficiência. Myers (1995) observa que os preconceitos e os estereótipos muitas vezes não subsistem quando há a oportunidade de convivência com as pessoas ou grupos discriminados.

Assim sendo, a inclusão social consiste na transformação da sociedade para que as pessoas com deficiência possam se desenvolver, exercer sua cidadania e transitar em todos os meios sociais (Sasaki, 2010), o que viria a revelar que as classificações impostas e cristalizadas pelo senso comum não são naturais, mas um produto da opressão social.

Para as pessoas com deficiência essa inclusão efetiva depende não apenas da definição de direitos por meio de leis e outros atos normativos, mas também da transformação das representações sociais vigentes para que viabilizem a consolidação de um novo olhar para as

suas características e capacidades.

4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE A DEFICIÊNCIA E A INCLUSÃO SOCIAL

Em determinados momentos da história, como afirmado anteriormente, certas teorias vigoraram como verdades inabaláveis e serviram para influenciar a estruturação social, a tomada de decisões políticas e para decidir sobre os destinos de pessoas que não se encaixavam nos parâmetros estabelecidos. Foucault (1979), ao utilizar a noção de genealogia, nega-se a buscar a origem de determinadas concepções, inclusive da verdade, por considerar que a identidade das coisas e dos conceitos não se concentra em uma essência original, mas é construída de forma difusa ao longo do tempo, constituída de erros e desvios decorrentes da ação humana. Pode-se dizer que há, em última instância, um regime de produção de verdades de caráter político, econômico e institucional, intrinsecamente ligado aos sistemas de poder, do qual a ciência faz parte por meio da autoridade intelectual do cientista ou pesquisador, como registrado por Foucault:

[...] discursos de verdade porque discursos com estatuto científico, ou como discursos formulados, e formulados exclusivamente por pessoas qualificadas, no interior de uma instituição científica. Discursos que podem matar, discursos de verdade e discursos [...] que fazem rir. E os discursos de verdade que fazem rir e que têm o poder institucional de matar são, no fim das contas, numa sociedade como a nossa, discursos que merecem um pouco de atenção. (Foucault, 2001, p. 8)

Por considerar que “a ciência deve ser entendida como um fenômeno social, como uma empresa corajosa, humana, e não como o trabalho de robôs programados para recolher a informação pura”, Gould (1991, p. 5) promoveu o questionamento das bases científicas de uma das mais execráveis teorias geradoras de preconceito e exclusão: o determinismo biológico. Na perspectiva dessa teoria, a sociedade seria um reflexo fiel da biologia e a conformação inata de cada sujeito definiria seu papel social e econômico e, conseqüentemente, as desigualdades sociais seriam decorrentes de características herdadas geneticamente (Gould, 1991). Cientistas renomados alegavam que suas descobertas estavam respaldadas em dados quantitativos, objetivos e imparciais, mas, na realidade, apenas reproduziam preconceitos sociais por meio da distorção no levantamento de dados, ou mesmo na interpretação dos resultados (Gould, 1991). Como consequência, pessoas foram parametrizadas, classificadas, mutiladas, tiveram suas vidas limitadas ou extirpadas, com fundamento no determinismo biológico (Gould, 1991), a serviço de um regime de produção

de verdades que obedecia a interesses políticos e econômicos.

A desvalorização da vida e a consequente exclusão social de indivíduos devido a classificações ditas científicas, mas que na prática expressavam preconceitos e legitimavam atos de segregação e eugenia, podem ser observadas no texto de uma Lei do Estado da Virgínia/Estados Unidos da América que, por quarenta e oito anos (de 1924 a 1972), legitimou a esterilização de mais de 7.500 (sete mil e quinhentas) pessoas, consideradas débeis mentais e antissociais, dentre as quais se encontravam “mães solteiras, prostitutas, delinquentes comuns e crianças com problemas disciplinares” (Gould, 1991, p. 359). A finalidade dessa lei era afastar o perigo da deficiência mental, evitando a multiplicação de “centenas de almas inúteis, que eram uma carga para o Estado e a comunidade, e que não teriam nascido se a procriação de seus antepassados débeis mentais houvesse sido impedida” (Gould, 1991, p. 173). É incômodo pensar que esses fatos realmente aconteceram e não faz muito tempo. Mas é muito pior reconhecer que nada impede que voltem a ocorrer, talvez fundamentados em novas teorias pseudocientíficas, ou mesmo em ideologias retrógradas e segregacionistas consideradas superadas.

As teorias científicas, por si só, não têm o condão de estabelecer padrões de comportamento ou de influenciar políticas públicas. Para que isto ocorra, deve haver uma rede de significados constituída e assimilada pela sociedade, passando a fazer parte de sua rotina e de seu repertório cultural e mental. No âmbito da Psicologia Social, há um fenômeno responsável por essa interconexão entre os conhecimentos científicos e o senso comum, que reelabora as definições e aplicações das ciências e as adapta a um contexto social específico. Desempenha, portanto, o papel de convencionalizar pessoas, objetos e comportamentos, enquadrando-os em categorias e modelos compartilhados, ao tempo em que direciona a forma de pensar e prescreve comportamentos. Esse fenômeno, ao qual Moscovici (1976) denominou representações sociais, orienta-se para as necessidades concretas dos indivíduos e se processa da seguinte forma, diante de experiências e conhecimentos não familiares:

Em primeiro lugar, vinculando-os a um sistema de valores, de noções e práticas que confere aos indivíduos as formas de se orientarem no meio social e material, e de o dominarem. Em segundo lugar, propondo-os aos membros de uma comunidade a título de veículo para suas trocas e de código para denominar e classificar de maneira clara as partes do seu mundo, de sua história individual ou coletiva. (Moscovici, 1976, p. 27)

Em relação às pessoas com deficiência, diversas RS foram consolidadas e compartilhadas ao longo da história, parte delas com respaldo pseudocientífico, fazendo com que preconceitos se cristalizassem e se perpetuassem, inclusive a partir de uma ideia

disseminada como senso comum de que desde os primórdios da humanidade essas pessoas foram descartadas e consideradas um estorvo.

Na realidade, não se observa na história das civilizações uma linearidade quanto ao tratamento dado às pessoas com deficiência ao longo do tempo. De acordo com Silva (1987), em alguns locais e épocas ao longo da história da humanidade houve a adoção de atitudes de aceitação, cuidado e incorporação à sociedade, algumas vezes inspirados por crenças sobrenaturais ou por mera compaixão e respeito, como no período Neolítico (há aproximadamente 8.000 anos), do qual desenhos em cavernas de mãos com dedos amputados e ossadas com fraturas regeneradas são alguns exemplos, bem como no Egito antigo, onde corpos mumificados e pinturas em objetos ou paredes, registram indivíduos com as mais diversas lesões, consideradas total ou parcialmente incapacitantes, exercendo papéis sociais de considerável importância.

Em outros momentos imperou o hábito do abandono ou do extermínio dessas pessoas, seja pela necessidade de sobrevivência, visto que não colaboravam para a obtenção de alimentos e dependiam do cuidado e proteção dos outros, ou devido a superstições de que as deficiências provinham de espíritos malignos e de pecados praticados por antepassados ou por elas próprias. Esses argumentos eram usados como justificativa para que fossem deixadas à própria sorte, levando-as a recorrer à mendicância ou a se submeter à exposição como tipos exóticos, dentre outras situações de degradação (Silva, 1987).

Com o passar do tempo, instituições como hospitais e asilos passaram a ser construídos para abrigar as pessoas com deficiência, porém mais com o intuito de afastá-las do convívio social do que de promover o seu bem-estar, havendo momentos em que essas instituições reuniam também pobres, desempregados e insanos (Silva, 1987). Muitas dessas casas de internação foram estabelecidas nos antigos leprosários e atendiam à “[...] preocupação burguesa de pôr em ordem o mundo da miséria; o desejo de ajudar e a necessidade de reprimir; o dever de caridade e a vontade de punir” (Foucault, 1978, p 60). Já no final do século XVIII na França, essas instituições viraram verdadeiras casas de horrores, sujeitando os internos a atos cruéis e desumanos (Silva, 1987).

Em sua análise sobre uma genealogia da deficiência no Brasil, Lobo (2008) parte do princípio de que a deficiência não existe por si mesma, como coisa, mas sim como instituição, como algo que foi objetivado e nomeado por meio de um discurso que, por sua vez, não é linear nem contínuo. Essa construção de sentidos da deficiência está atrelada aos caminhos da desigualdade imposta pelo modelo político e econômico implementado no país desde a colonização, originando-se com a imaginação fantasiosa da existência de monstros e figuras

excêntricas no ‘novo’ continente, passando pela inferiorização de índios e negros, e chegando, por fim, à constituição de uma minoria que se revela não pela quantidade de indivíduos nela enquadrados, mas por particularidades que os excetua da homogeneidade dominante (Lobo, 2008).

As primeiras tentativas de inserção das pessoas com deficiência na vida social, seja sob o aspecto educacional ou laboral, foram dotadas de uma visão assistencialista e focavam em seus limites e não em suas potencialidades. A partir de 1850, no Brasil, foram criadas instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, o Instituto dos Surdos-mudos e o Asilo dos Inválidos da Pátria, sendo que nenhuma delas resultou em uma maior inclusão social, mas predominantemente em segregação (Silva, 1987). Muitas instituições como essas, no Brasil e em outros países, confinavam as pessoas consideradas diferentes, afastando-as do convívio social. A educação especial, que veio a ser implementada posteriormente, também implicava na segregação de crianças em determinadas instituições, enquanto a integração estabelecia espaços separados dentro de instituições educacionais comuns, sendo que nenhum desses sistemas favorecia a inclusão efetiva.

Essa breve retrospectiva sobre os olhares e fazeres a respeito de pessoas com deficiência no Brasil e no mundo não tem a pretensão de esgotar as abordagens sobre o assunto, mas apenas a intenção de subsidiar uma análise voltada para a consolidação de representações sociais sobre a deficiência. Não se deve olvidar que o binômio capacidade/deficiência foi historicamente construído.

O corpo humano não é delimitado apenas por sua fisiologia, mas submete-se a processos históricos que definem a sua conformação e as regras a que deve se submeter, como: ritmo de trabalho exigível e aceitável, parâmetros para lazer e descanso, hábitos alimentares e de cuidado com o corpo, bem como valores morais (Foucault, 1979). Tudo o que diz respeito à consciência e ao domínio corporal decorre de regimes de poder que disciplinam e reprimem a expressão do corpo, prescrevendo parâmetros ideais para crianças, mulheres, militares e demais categorias sociais (Foucault, 1979). Desse modo, são constituídas representações sobre corpos sadios, hábeis, aptos, capazes, normais, assim como sobre seus opostos, e estabelecida, conseqüentemente, uma ‘corponormatividade’ (tradução para *able-bodiedness* em português), em que o adequado socialmente é o corpo capaz (Mello, 2016).

Mas, a partir de que parâmetros esse corpo padrão foi definido e a quais interesses ele atende? Partindo-se do pressuposto de que os seres humanos são todos diferentes entre si, a categorização dessas diferenças como vantajosas, prejudiciais ou mesmo triviais é

estabelecida pelo grupo social e pelo momento histórico no qual estão inseridos os indivíduos. Assim, há uma complexa rede de significados entrelaçados que engloba posicionamentos sobre a natureza do self, papéis de gênero, exercício da democracia, defesa de direitos humanos, dentre outros.

Na primeira metade do século XX foi instituído o modelo biomédico da deficiência, que considerava a deficiência como uma incapacidade decorrente de uma condição genética, doença ou acidente e consubstanciava-se na legitimidade científica, na unificação de terminologias previstas em classificações internacionais e na padronização para facilitar o diagnóstico e a assistência (Campbel, 2019; Diniz, 2007). A medicina exercia o papel normatizador e normalizador, a partir do qual seres humanos eram catalogados, excetuados da normalidade e submetidos a tratamentos cujo propósito era a cura ou a reabilitação. Novamente, são produzidos discursos de verdade mascarados de discurso científico e, conseqüentemente, a deficiência passa a identificar a pessoa e a determinar seu destino.

Esse modelo corresponde ao que Foucault (2001) denominou como exercício do poder por meio de tecnologias positivas, que têm por objetivo principal a organização disciplinar e a normalização, a partir da qualificação e da correção. Cabia ao poder público, nesse caso, disponibilizar serviços de saúde, de reabilitação, de assistência e de educação especial, onde as pessoas com deficiência fossem atendidas, de forma segregada, visando a sua adequação funcional (Diniz, 2007). Quanto à nomenclatura, por vezes estritamente baseada em diagnósticos médicos, era ainda carregada de termos depreciativos, como ‘aleijado’, ‘inválido’, ‘excepcional’, ‘retardado’, ‘incapaz’, ou eivada de eufemismos discriminatórios, como ‘pessoa portadora de necessidades especiais’ e ‘pessoa especial’.

Cabe, nesse ponto, observar o aspecto simbólico que permeia os universos consensuais em que se consolidaram essas percepções sobre as pessoas com deficiência. Moscovici (2015) considera que uma representação social tem por função básica tornar assimilável o desconhecido, o não familiar em familiar. Para tanto, são acionados “dois mecanismos de um processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas” (Moscovici, 2015, p. 60): a ancoragem e a objetivação. No processo de ancoragem há a comparação de algo desconhecido com o repertório de imagens e os conceitos assimilados pelo indivíduo, o que possibilita a aderência do que é considerado estranho a categorias e ideias preexistentes, levando à sua classificação e interpretação. Já o processo de objetivação significa tornar concreto aquilo que é abstrato (Moscovici, 2015), ou seja, atribuir a algo real a categorização que foi imputada ao ‘desconhecido’. São processos dinâmicos de constituição das RS e que estão diretamente ligados à reprodução de preconceitos e estereótipos.

Se as pessoas com deficiência são caracterizadas por suas pretensas lesões ou incapacidades e são segregadas ou excluídas da participação social, quando aparecem causam estranheza, devido ao afloramento de representações baseadas em imagens e significados predominantemente pejorativos e preconceituosos. Se houvesse a oportunização da convivência regular, seriam formadas percepções reais sobre essas pessoas e suas habilidades, o que possibilitaria o surgimento de novas RS. O escopo central dos movimentos sociais e dos estudos acadêmicos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência consiste em rechaçar sua classificação como anormais e instituir o reconhecimento da deficiência como uma das várias possibilidades para a existência humana (Diniz, 2007).

A conceituação, atualmente adotada no Brasil, decorrente do modelo social de deficiência encontra-se prevista no Art. 1º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009) e no Art. 2º, da Lei Brasileira de Inclusão - LBI, abaixo transcrito:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015)

Dessa definição, pode-se perceber que o foco não recai mais na limitação pessoal, no diagnóstico médico ou no impedimento funcional, mas na interação entre a capacidade intrínseca dos indivíduos e os fatores ambientais e sociais a que estão submetidos. Ainda de acordo com a LBI, as barreiras podem ser classificadas como: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes (seus meios e sistemas), nas comunicações e informação, barreiras atitudinais e barreiras tecnológicas.

Embora ainda seja necessário avançar muito na direção da completa acessibilidade em ambientes públicos e privados, as barreiras atitudinais, consubstanciadas em comportamentos preconceituosos e hierarquizadores dos sujeitos, a partir do enquadramento de seus corpos a um parâmetro de normalidade e capacidade funcional, são mais difíceis de se transpor, porque o descrédito, o estranhamento e a rejeição são atitudes que muitas vezes limitam ou mesmo impedem a inclusão social das pessoas com deficiência. Há, sim, muitas atitudes que se tornam verdadeiras barreiras afetivas e que acabam por dificultar as relações entre as pessoas com deficiência e as demais, como nas situações a seguir descritas:

Em quais momentos conseguimos nos comunicar com um cego sem tocá-lo sem consentimento? Já recorremos ao silêncio quando uma pessoa do espectro autista está confusa com ambientes agitados e muitos estímulos sensoriais? Tivemos paciência para repetir a explicação para uma pessoa com deficiência intelectual? O que dizer do microfone bem na frente da boca impedindo qualquer possibilidade de

leitura labial por uma surda, como ocorreu tantas vezes aqui hoje? Você já se percebeu cutucando literalmente uma pessoa com deficiência auditiva, no estilo encostar as mãos nos braços, para que ela perceba alguma situação? E o palestrante que se apresenta para a mesa de debates e é deixado em um plano inferior ao dos demais porque o auditório não possui escada para o palco e ninguém teve a ideia de montar a mesa em um plano que atendesse a todos? Já passou pelo constrangimento de falar com o acompanhante da pessoa com deficiência quando deveria se dirigir diretamente a ela? (Pessoa, 2019, p. 25).

Provavelmente, muitas pessoas já passaram por circunstâncias semelhantes e talvez sequer tenham percebido a inconveniência do seu comportamento. E não serão novas leis que farão mudar essa realidade. É a reformulação na forma de perceber a pessoa com deficiência que poderá favorecer uma verdadeira inclusão em todas as esferas sociais. Somente a desconstrução das representações sociais existentes e o estabelecimento de novas representações, mediante uma participação cada vez maior das próprias pessoas com deficiência na sociedade, poderão demover barreiras atitudinais cotidianas que dificultam ou impedem o estabelecimento de relações interpessoais apropriadas.

Nesse sentido, Campbel (2019) desenvolveu uma pesquisa voltada para a desconstrução das modalidades binárias, como capacidade versus incapacidade, constituídas sem que houvesse a participação dos sujeitos afetados por elas, o que tem total aderência ao lema das pessoas com deficiência “Nada sobre nós, sem nós”. A autora ressalta que determinados conceitos se consolidam a partir de comparações, mas não há questionamento sobre a motivação da comparação, qual o sentido dela e qual seu objetivo. O termo ‘capacitismo’, utilizado para denominar o preconceito contra as pessoas com deficiência, por exemplo, indica que a sociedade, a ocidental mais especificamente, preconiza uma série de crenças sobre a existência de um corpo padrão, perfeito, capaz e que o corpo com deficiência, tendo como indicativo a incapacidade, seria inferior. Entretanto, o próprio conceito de capacidade presume um panorama histórico, temporal e cultural que não é universal (Campbel, 2019).

As representações sociais sobre a diversidade corporal revelam que qualquer atributo que se diferencia do que é considerado ‘normal’ é inerentemente negativo e seria passível de melhoria, reabilitação e cura. Ao questionar esse sistema de definições e categorizações, Campbel (2019) chama a atenção para uma existência que não é definitiva, em que tudo está mudando o tempo todo, em que a estabilidade é ilusória, o que torna incoerente a cristalização de conceitos como ‘deficiência’ e ‘capacidade’, por exemplo. A capacidade não é uma condição inerente ao indivíduo, podendo sofrer variações durante a sua trajetória de vida. Da mesma forma, a deficiência não corresponde necessariamente a uma incapacidade, a depender

das condições oferecidas pelo ambiente social em que o indivíduo vive.

Existe uma grande probabilidade de que a maior parte dos seres humanos, em algum momento da vida, vivencie uma deficiência temporária ou permanente e, considerando o aumento da expectativa de vida em termos globais, com a chegada da velhice, experimente limitações em suas funcionalidades. No Brasil, diante da perspectiva de inversão da pirâmide populacional com o crescimento progressivo da população idosa, é previsível que se observe uma diminuição das habilidades funcionais, o que não corresponde a uma deficiência adquirida, mas cujos impactos são muito semelhantes. Ademais, é possível que a maioria das pessoas venha a conviver ou tenha que cuidar de uma pessoa com deficiência em algum momento da vida.

Sendo assim, trata-se de uma questão de primeira ordem a mudança das representações sociais existentes para que seja possível, de fato, reconhecer a deficiência como parte da condição humana e a inclusão social como o único caminho para uma sociedade mais justa e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos passos foram dados em direção à inclusão das pessoas com deficiência no Brasil e eles são significativos. A publicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que engloba a garantia de direitos e a instrumentalização para exercê-los é um deles. Mas, como afirmado na introdução deste artigo, essas conquistas são frágeis na medida em que legislações podem ser revogadas, direitos podem ser tolhidos.

Outrossim, subsiste a impressão de que as pessoas com deficiência não estão ocupando o espaço que lhes cabe por direito. Se o Brasil hoje tem mais de duzentos milhões de habitantes (IBGE, 2011) e por meio da Pesquisa Nacional de Saúde – PNS (IBGE, 2015), foi identificado que 6,2% dessa população tem alguma deficiência (auditiva, visual, física ou intelectual), onde estão essas mais de doze milhões de pessoas com deficiência? Por que as crianças com deficiência não estão em todas as escolas, públicas e privadas, se a legislação lhes garante esse acesso? Por que pessoas com deficiência não estão ocupando postos importantes no mercado de trabalho e não há sequer o preenchimento total das cotas a elas destinadas, seja na iniciativa privada, seja no serviço público?

Há muitas pesquisas que abordam a inclusão de pessoas com deficiência em diversos ambientes sociais, como no mercado de trabalho, na escola e na universidade. Porém, ainda é

necessário empreender estudos que revelem o porquê da incipiência dessa inclusão, bem como que indiquem alternativas viáveis para a mudança das representações sociais construídas a respeito das pessoas com deficiência. A gênese das representações sociais, por sua própria natureza, não é de fácil identificação, visto que somente passam a ser consideradas como objetos de pesquisas quando já estão consolidadas e em uso na sociedade, motivo pelo qual os estudos empreendidos nesta seara devem concentrar-se na constatação da forma como as representações, em um dado momento e local, influenciam na implementação de políticas e projetos de inclusão com impactos efetivos.

Para Moscovici:

No processo de comunicação, acompanhamos passo a passo a gênese das imagens e dos vocabulários sociais, seu conúbio com as regras e valores dominantes, antes que componham a linguagem definida, a fala da sociedade. (Moscovici, 1976, pp. 28-29)

Por conseguinte, utilizar os meios de comunicação e as instituições sociais que desempenham o papel de comunicadoras para divulgar a realidade das pessoas com deficiência e a necessidade da ampliação da sua participação social consiste, dentre outras coisas, em possibilitar a reestruturação das representações sociais existentes, além da superação do capacitismo que impera no imaginário popular.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) preconiza que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, motivo pelo qual não se pode negar o acesso à educação e ao trabalho, dentre outras garantias sociais, a uma pessoa devido a concepções baseadas em representações sociais construídas a partir de manifestações hegemônicas de poder obsoletas. É responsabilidade de toda a sociedade, e em particular da comunidade científica, o engajamento no processo de mudança das representações sociais sobre as pessoas com deficiência, no sentido de desconstituir estigmas e preconceitos que ainda impedem a concretização de práticas e atitudes verdadeiramente inclusivas.

REFERÊNCIAS

As referências do Artigo foram suprimidas e inseridas na seção REFERÊNCIAS, na parte final do texto.

2.4 A ABORDAGEM ESTRUTURAL E A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL

Transformar o conhecimento científico em senso comum por meio da consolidação de RS possibilita a (re)construção do discurso cotidiano, que por sua vez é refletido nas práticas sociais, uma vez reconhecida a indissociabilidade do pensamento/ação (Arruda, 2000). Por esse motivo, muitas pesquisas em RS inclinam-se a buscar respostas para problemas sociais com enfoque em grupos minoritários, populações vulneráveis e questões de menor destaque na sociedade que carecem de uma mudança de mentalidade para serem resolvidos. O fenômeno das RS relaciona-se aos processos sociais pertinentes às diferenças na sociedade e tem a capacidade de moldar a realidade e de transformar tipos sociais, pois “são a forma de ideação coletiva em condições de modernidade, uma formulação que sugere que, mediante outras condições de vida social a forma de ideação coletiva também poderá ser diferente” (Duveen, 1998, p. 467 *apud* Arruda, 2015, p. 106).

Por isso a abordagem da deficiência e da inclusão de PcD na perspectiva da TRS é adequada, diante da possibilidade de se coordenar o pensar-agir em torno de uma nova concepção de deficiência, respaldada cientificamente e propagada irrestritamente em todas as instâncias sociais, para que venha a ensejar a transformação das RS e a desconstituição dos estereótipos e dos preconceitos arraigados socialmente.

Nesse diapasão, para empreender pesquisas com vistas à intervenção social, deve-se captar a configuração das RS no tempo presente e analisar a forma na qual os seus elementos constitutivos estão hierarquizados, mediante a atribuição de pesos para identificar quais relações determinam o significado e o lugar que ocupam no sistema representacional (Abric, 2001). Para alcançar esse objetivo a abordagem estruturalista da TRS, da qual faz parte a Teoria do Núcleo Central – TNC, fornece o arcabouço teórico-metodológico adequado.

O paradigma das RS, desenvolvido por Serge Moscovici e aprofundado por Denise Jodelet e demais pesquisadores, como Willen Doise, Claude Flament, Jean-Claude Abric e Robert Farr, serve de ferramenta para a prática científica em pesquisas de natureza transdisciplinar, perpassando os campos da sociologia, da psicologia social e da antropologia, bem como da saúde, da educação, do meio ambiente e do serviço social, dentre outros (Arruda, 2000). No Brasil, consoante Jodelet (2011), a utilização da TRS e seus modelos metodológicos ocorre predominantemente como forma de lidar com questões sociais reais e sensíveis para a sociedade brasileira, como um instrumento para uma melhor compreensão da realidade social e para a identificação das melhores formas de intervenção sobre ela.

Diante do pressuposto de que as RS são um mecanismo de interpretação da realidade

pois, a priori, não existe realidade objetiva, mas objetos apropriados e reconstituídos cognitivamente por indivíduos ou grupos em determinados contextos ideológicos, históricos e sociais, entende-se que essas representações funcionam como um sistema de precodificação em que são estabelecidas antecipações e expectativas para guiar as ações e mediar as relações dos indivíduos com o espaço físico e social que os rodeia (Moscovici, 1976; Abric, 2001).

Moscovici (1976), considera que a gênese das representações derivada de uma concepção científica ocorre em etapas sucessivas, sendo a primeira delas a retenção seletiva pelos indivíduos de parte das informações que circulam na sociedade. Esses elementos específicos, além de selecionados, são classificados e dissociados do contexto que os produz, e passam a compor o núcleo da representação, que é simples, concreto, gráfico, coerente e correlaciona-se a aspectos da cultura e normas sociais do grupo. À vista disso, toda representação é constituída por um ou vários elementos que lhe atribuem significado e compõem o seu núcleo central - NC. Para Abric (2001), este é o elemento fundamental da representação e possui uma função geradora, dado que é através dele que os outros elementos ganham sentido, e uma função organizadora, visto que determina a natureza dos laços que unem os elementos da representação. O NC, ou estruturante, é considerado, ainda, o elemento unificador e estabilizador da representação, que garante a sua manutenção em contextos mutáveis e em transformação (Abric, 2001).

A TNC é, portanto, um aporte à TRS no sentido de torná-la, nas palavras de Flament (1989, p. 204 *apud* Sá, 1996, p. 51) “mais heurística para a prática social e para a pesquisa”. Sua gênese se deu a partir de uma proposta metodológica experimental, sem que houvesse a pretensão de controlar ou eliminar a influência das variáveis socioculturais sobre os comportamentos de indivíduos ou grupos observados no laboratório, pois estes, conforme a tese original de Abric, não seriam determinados pelas características objetivas da situação proposta, mas pela sua representação (Sá, 1996). Observa-se que essa proposta metodológica experimental teve o intuito de atribuir maior objetividade à TRS e não se aplica às investigações do surgimento das representações, mas tão somente àquelas que buscam analisar os processos de transformação das práticas sociais. Não obstante a sua utilização para fundamentar a proposição inicial da TNC, o método experimental não é considerado o mais adequado para as pesquisas em RS, sendo amplamente defendida pelos estudiosos dessa Teoria a adoção de uma abordagem plurimetodológica (Sá, 1996).

Após mais de sessenta anos da inauguração da TRS como campo científico, reconhece-se a consolidação de diversas escolas, concebidas como “um conjunto de pesquisadores que se reúnem ao redor de uma mesma prática marcada por uma associação

estreita entre um modelo teórico e uma metodologia” (Jodelet, 2011, p. 21), dessas escolas, destacam-se três abordagens distintas: a cultural, a societal e a estrutural.

A abordagem cultural é encabeçada por Denise Jodelet, grande responsável pela difusão da proposição original de Moscovici, bem como pelo seu desenvolvimento e sistematização, e para quem o estudo das RS distingue-se substancialmente de uma perspectiva psicológica puramente cognitivista ou clínica devido à sua particularidade de integrar na análise da construção e expressão dos sujeitos o seu pertencimento e a sua participação sociais e culturais (Jodelet, 2001). Ela destaca a vitalidade, a transversalidade e a complexidade como três particularidades das RS e esquematiza o campo de estudos das RS a partir de três perguntas, que levam a três problemáticas de pesquisa: “Quem sabe e de onde sabe? O que e como sabe? Sobre o que sabe e com que efeito? [...] a) condições de produção e de circulação; b) processos e estados; c) estatuto epistemológico das representações sociais” (Jodelet, 2001, p. 10).

Willem Doise, integrante da Escola de Genebra, foi o principal expoente da abordagem societal e considerava que o que diferencia a TRS das demais vertentes da psicologia social é o fato de integrar seus objetos de estudos, que residem na interface do indivíduo e do coletivo, em uma mesma análise que leva em consideração os modos de funcionamento da sociedade e dos indivíduos (Doise, 2001). Seu modelo teórico pressupunha quatro níveis de análise: intrapessoal; interpessoal; intergrupar; e societal. Este último nível leva em consideração que “o que valida a ordem social estabelecida é o desenvolvimento, em cada sociedade, de suas próprias ideologias, seus próprios sistemas de crenças e representações, valores e normas, mesmo que sejam expressos de maneiras diferenciadas” (Bertoni; Galinkin, 2017, p. 109).

Por fim, a abordagem teórico-metodológica estrutural proposta por Abric (2001) compreende a análise da organização interna da RS como fator essencial para o seu reconhecimento e identificação, sendo que “duas representações definidas pelo mesmo conteúdo podem ser radicalmente diferentes se a organização desse conteúdo e a centralidade de certos elementos, é diferente” (Abric, 2001, p. 21). Isto ocorre devido à coexistência em uma representação de dois sistemas, um formado pelo NC (sistema central) e outro pelos elementos periféricos (sistema periférico), os quais exercem diferentes funções e atribuem uma lógica dupla que atribui às RS características aparentemente contraditórias, podendo ser, ao mesmo tempo, estáveis e dinâmicas, rígidas e flexíveis, consensuais e dotadas de individualidade (Sá, 1996; Abric, 2001; Receptuti *et al.*, 2020). Importa destacar que essa abordagem, utilizada pela escola estruturalista do Grupo do Midi (Mediterrâneo) ou da

Universidade de Aix-em-Provence, composta por C. Flament, J.C. Abric, J. Vergès e outros, adequa-se à realização de pesquisas nas quais deseja-se empreender a análise de uma representação e compreender seu funcionamento por meio da identificação do seu conteúdo e de sua estrutura, com fulcro na TNC (Abric, 2001).

O NC constitui a base comum compartilhada e consensual da RS e tem a função de determinar o seu significado e sua organização. É composto por termos que refletem o sistema de normas e as condições sócio-históricas nos quais o grupo se encontra inserido, bem como expressam a sua homogeneidade. Outrossim, configura-se como o elemento coerente e estável da representação por ser pouco influenciado pelo contexto social e material imediato, sendo responsável por sua resistência à mudança e continuidade (SÁ, 1996; Abric, 1993; 2001; Receptuti *et al.*, 2020).

O sistema periférico, em contrapartida, desempenha o papel funcional de concretizar a RS em tomadas de decisões e condutas, uma vez que é mais sensível ao contexto social imediato e, por ancorar-se ao momento concreto, apresenta maior flexibilidade e adaptação às características individuais dos sujeitos que integram o grupo. Desse modo, possui as funções de regulação e adaptação do sistema central às constantes modificações das práticas sociais, permite a expressão da heterogeneidade interna do grupo e exerce também o papel de protetor do sistema central de forma a manter o NC inalterado, uma vez que absorve novas informações das questões vividas no cotidiano (Sá, 1996; Abric, 1993; 2001; Receptuti *et al.*, 2020).

Para identificação do conteúdo da RS e da sua estrutura, foi proposta por Vergès uma metodologia, a Análise Prototípica, “na qual admite-se que os termos de maior relevância para o grupo seriam evocados com maior frequência e com prioridade pelos indivíduos em tarefas de livre associação de palavras a um termo indutor” (Receptuti, 2019, p. 50). Assim, os elementos da estrutura da RS seriam organizados em quadrantes, na seguinte ordem: o 1º quadrante seria composto por termos com maiores frequências e mencionados mais prontamente e reuniria os prováveis elementos do NC; o 2º quadrante reúne termos com alta frequência, mas com uma ordem de evocação posterior e representa a primeira periferia da representação; ao 3º quadrante pertencem os termos com baixa frequência mas prontamente mencionados por um pequeno número de sujeitos e compreende a zona de contraste; por fim, o 4º quadrante corresponde à segunda periferia, na qual são alocados os elementos com baixa frequência e evocados mais tardiamente pelos sujeitos (Vogel, 2016; Receptuti, 2019). O quadrante de Vergés, como foi denominado, encontra-se ilustrado na Figura 2 abaixo:

Figura 2 — Quadrante de Vergés

		Ordem Média de Evocação (OME)	
		1° Quadrante	2° Quadrante
Frequência Média	Núcleo Central	(alta frequência e maior prioridade na evocação)	Primeira Periferia
			(alta frequência e menor prioridade na evocação)
	3° Quadrante		4° Quadrante
	Zona de Contraste	(baixa frequência e maior prioridade na evocação)	Segunda Periferia
		(baixa frequência e menor prioridade na evocação)	

Fonte: adaptado de Sá, 1996.

Sá (1996) chama a atenção para a importância do sistema periférico para o funcionamento da RS devido à sua dialética contínua com o sistema central. Para tanto, invoca os estudos realizados por Flament (2001) sobre a condicionalidade das cognições que integram uma representação, em decorrência de sua natureza prescritiva, e esclarece que:

[...] se pode tratar o fenômeno das representações sociais basicamente em termos das cognições prescritivas que as compõem, dado que, como formas de pensamento social prático que são, suas descrições do objeto representado implicariam sistematicamente em prescrições de algum tipo de ação por parte dos indivíduos ou grupos detentores de tais conhecimentos compartilhados. (Sá, 1996, p. 80).

Entende-se, nesse sentido, que nas pesquisas de RS as diversas respostas coletadas a questionamentos padronizados ou evocações de palavras seriam predominantemente prescrições cognitivamente condicionais, enquanto discursivamente poderiam se apresentar como absolutas ou incondicionais. Uma prescrição condicional seria expressa da seguinte forma: “em geral deve-se fazer isso, mas em certos casos (mais ou menos claramente identificados), deve-se fazer outra coisa” (Flament, 1994a, p. 91 *apud* Sá, 1996, p. 80).

No entanto, na estrutura da RS o sistema central seria composto por poucos elementos, mas de natureza prescritiva absoluta, e o sistema periférico por uma maior quantidade de elementos, com prescrições condicionais, que têm a função de promover a interface com a prática cotidiana (Sá, 1996). Assim, afasta-se a ideia de superioridade do sistema central diante do periférico, sendo que ambos desempenham funções essenciais e complementares na representação, como afirma Flament:

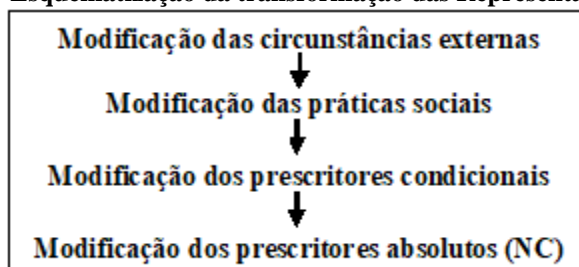
[...] ‘uma representação social não funcionará senão se todas as prescrições absolutas forem satisfeitas absolutamente’ [...] ao passo que, atendido esse requisito, basta que o sistema condicional de uma única prescrição condicional seja satisfeito para que a representação venha a contemplar uma ou outra de uma grande variedade de situações”. (Flament, 1994b, p. 44 *apud* Sá, 1996, p. 85).

Uma consequência não menos importante do paradigma da condicionalidade é a

relação estabelecida entre cognição e comportamento. Habitualmente, em uma cognição condicional de prescrição geral A e em certos casos B, o discurso espontâneo dos sujeitos registraria apenas a hipótese A, mas o comportamento poderia se concretizar em A ou em B, concluindo-se por uma incoerência entre cognição e conduta. Por outro lado, se considerada a prescrição condicional, a contradição somente se daria entre cognição e discurso, visto que seria previsível a ocorrência de comportamentos distintos e ainda assim compatíveis com a cognição (Sá, 1996; Flament, 2001). Isso revela a complexidade da estrutura e dos encadeamentos existentes entre os elementos de uma representação social, que dificilmente são revelados em discursos espontâneos dos indivíduos.

Eventualmente, quando ocorrem modificações sucessivas e perenes nas práticas sociais e os sujeitos do grupo passam a agir em contradição ao sistema da representação, os termos integrantes do sistema periférico podem ser incorporados ao NC, o que levaria à transformação da RS e da sua estrutura. Se, contudo, as práticas sociais são superficiais e reversíveis, há alteração no sistema periférico, mas o NC permanece estável (Abric, 1993). A dinâmica da transformação da RS devido à mudança nas práticas sociais foi esquematizada por Flament (2001) da seguinte forma:

Figura 3 — Esquematização da transformação das Representações Sociais.



Fonte: Flament, 2001, p. 44 (tradução nossa).

A transformação da RS pode ser de três tipos, segundo Abric (1993):

- a) Resistente – na qual novas práticas contraditórias podem ser administradas pelo sistema periférico com a sua transformação diante da aparição de esquemas estranhos, possibilitando a proteção do NC ao menos por um tempo determinado;
- b) Progressiva – nesse caso, as novas práticas não são totalmente contraditórias ao NC e os esquemas por elas ativados serão progressivamente integrados aos elementos do NC, até que seja formado um novo núcleo e, por fim, uma nova representação; e,
- c) Brutal – são transformações que agem diretamente nos elementos do NC, suplantando as defesas do sistema periférico.

Wagner (2013) reconhece que existem certos comportamentos individuais minoritários, claramente contrários às normas e prescrições convencionais, que, caso sejam adotados por um certo número de pessoas, podem vir a se tornar uma nova representação social para esse subgrupo da sociedade. Defende, ademais, a premissa de que as RS não explicam, mas descrevem um comportamento a elas relacionado, isso porque as crenças racionais e o comportamento racional seriam inseparáveis um do outro, de modo que uma representação específica não poderia ser usada como uma explicação para um comportamento a ela relacionado.

Embora as RS estejam intimamente relacionadas ao comportamento, vale evidenciar que este não seria um comportamento estritamente individual, mas de um indivíduo coletivamente considerado enquanto membro de um grupo social, visto que são elaboradas coletivamente como estruturas simbólicas que compreendem estímulo e comportamento de forma circular (Wagner, 2013). Porém, como afirmado pelo autor, não se verifica uma relação de causalidade entre uma RS e um comportamento, especialmente se a ação se der em um contexto de grupo, no qual é compreensível que os indivíduos possam desviar de sua expressão habitual de comportamento individual e subjetivo devido à força diretiva de símbolos e normas culturais e sociais.

Dessa forma, no âmbito desta pesquisa, não se buscou identificar as RS de deficiência para justificar ou prever comportamentos, mas pretendeu-se conhecer o repertório e a estrutura das representações consolidadas com a finalidade de verificar em que medida se encontram refletidas nas práticas voltadas à acessibilidade e à inclusão de PcD na Instituição pesquisada. A partir dessa constatação, é possível propor ações que influenciem a transformação dessas representações, ainda que no sistema periférico, para que venham a compor a estrutura simbólica que ensejará a manifestação de novos comportamentos no âmbito desse grupo.

Diante de todas as informações mencionadas, constatou-se que para se afirmar a existência de uma RS sobre um objeto é necessário identificar os termos que integram seu NC e demonstrar sua relação com os termos que compõem o seu sistema periférico (Sá, 1996; Receptuti *et al.*, 2020). Para tanto, importa compreender as possibilidades metodológicas aplicáveis às pesquisas em RS e, em específico, a adotada neste estudo para a consecução do seu objetivo.

3 METODOLOGIA

[...] a teoria das representações sociais não privilegia nenhum método de pesquisa em especial. Isto significa que é bastante amplo o leque de escolhas que mais uma vez seremos obrigados a fazer para concluir a construção do nosso objeto de pesquisa. (Sá, 1998, p. 80).

Após o estudo aprofundado sobre a consolidação de percepções da deficiência ao longo da história, sobre os movimentos civis em defesa dos direitos das PcD e, especialmente, sobre todas as limitações e exclusões sociais impostas a essas pessoas devido a preconceitos e estigmatizações, torna-se pouco provável realizar uma abordagem da inclusão de PcD de forma neutra e deixar de considerá-la um axioma a ser reforçado. Não se trata de mera opinião ou de um posicionamento moral ou político, mas de respeito ao ordenamento jurídico vigente, em cumprimento a tratados internacionais e dispositivos constitucionais, leis ordinárias e outros textos normativos, bem como de persecução da justiça social.

Embora não se possa ignorar a incidência, ainda que implícita, de valores e crenças nas investigações sobre questões sociais nas quais o pesquisador faz parte do contexto histórico, social e político do objeto pesquisado, o que dificulta a observância da neutralidade e da objetividade do fazer científico, é imperativo estabelecer “padrões e normas intersubjetivos, definidos em contextos institucionais, de modo a identificar vieses e incongruências presentes no trabalho científico” (Gondim, 2021, p. 22). Com esse propósito, bem como o de possibilitar a verificabilidade dos resultados alcançados, deve-se definir previamente os critérios metodológicos que serão utilizados para consecução da pesquisa, de forma a delimitar os métodos e técnicas de coleta e análise dos dados obtidos com a pretensão de aproximar-se o máximo possível da objetivação da subjetividade (Gil, 1987; Gondim, 2021). Nessa perspectiva, entende-se “método como caminho para se chegar a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (Gil, 1987, p. 27).

Quanto ao caráter científico da pesquisa, considera-se que este estudo atende aos critérios estabelecidos por Eco (1991) para tanto: possui um objeto de investigação definido, reconhecível igualmente pelos outros; apresenta algo que ainda não foi analisado, ou revê algo que já se analisou, porém sob outra perspectiva; é útil à sociedade, ou a parte dela; e é verificável, bem como refutável.

Para persecução dos objetivos da pesquisa, o estudo foi realizado no ambiente em que os sujeitos, com características e personalidades diversificadas, vivenciam o problema

estudado o que implica na constituição de um campo complexo (Creswell, 2010; Yin, 2016). Essas particularidades compõem características próprias da abordagem qualitativa, assim como a diversidade das fontes de dados, a compreensão e explicação da dinâmica de determinadas relações sociais, foco nos significados manifestados pelos participantes da pesquisa, o conhecimento parcial e limitado sobre o objeto, a imprevisibilidade do desenvolvimento da pesquisa, a utilização de lentes teóricas para fundamentar o desenvolvimento da pesquisa e a intenção de produzir novas informações que podem ajudar na compreensão do comportamento social humano (Creswell, 2010; Gherardt; Silveira, 2009).

Quanto aos seus fins, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e analítica, pois busca descrever as práticas de acessibilidade e inclusão adotadas pela instituição, bem como as RS de deficiência e percepções de inclusão de PcD, para tentar compreender as correlações estabelecidas entre esses parâmetros.

Trata-se de pesquisa aplicada, visto que os conhecimentos gerados terão aplicação prática e dirigem-se à compreensão de problemas específicos (Gherardt; Silveira, 2009) e, como estratégia de investigação, foi adotado o estudo de caso, por ser um delineamento que possibilita o estudo aprofundado de entidade (programa, instituição ou grupo social) ou de determinado fenômeno, para gerar um conhecimento amplo e detalhado por meio da coleta de dados e informações utilizando múltiplos procedimentos, durante um período definido (Gil 1987; Creswell, 2010).

De acordo com Gil:

Mesmo sem apresentar a rigidez dos experimentos e dos levantamentos, os estudos de caso envolvem as etapas de formulação e delimitação do problema, da seleção da amostra, da determinação dos procedimentos para coleta e análise de dados, bem como dos modelos para sua interpretação. O que implica descartar qualquer definição que apresente estudo de caso apenas como um método ou técnica de coleta de dados. (Gil, 2009, p. 5).

São características desse tipo de delineamento de pesquisa o caráter unitário e contemporâneo do fenômeno pesquisado, que não é dissociado do seu contexto, e a utilização de múltiplos procedimentos de coleta de dados, que possibilitem a análise em profundidade do caso. O estudo de caso pode ser utilizado de forma transdisciplinar e sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, porém apresenta algumas limitações como o fato de ser de difícil replicação e não favorecer a generalização (Gil, 2009).

Tendo em vista que a TRS é uma abordagem teórica apropriada para a investigação empírica sobre o senso comum produzido a partir da circulação na sociedade do conhecimento científico, sem se restringir às concepções do mundo reificado dos cientistas

(Fonseca, 2010), foi selecionada como unidade de análise do estudo de caso uma instituição pública federal da área de ciência e tecnologia, sediada em Brasília, no Distrito Federal, com 364 servidores em 2021, na primeira etapa da pesquisa de campo, dos quais 39,5% possuíam título de mestre ou de doutor. Em 2022, eram 343 servidores (291 em efetivo exercício na instituição), com percentual de 46% de mestres ou doutores, e o número de colaboradores era de 463 (453 prestadores de serviço terceirizado e 10 estagiários).

A definição desse cenário de pesquisa permitiu investigar as RS de deficiência e percepções de inclusão em um grupo de tamanho razoável, com integrantes com alto grau de formação acadêmica, o que posteriormente poderá servir de parâmetro para comparações com resultados de outras pesquisas realizadas em ambientes mais diversificados. Registre-se que a instituição escolhida também possui um reconhecido Programa de Qualidade de Vida e realiza periodicamente pesquisas para diagnosticar as fontes de bem-estar e mal-estar no trabalho, motivo pelo qual demonstra ser uma instituição aberta à experimentação de novas práticas e sensível aos indicadores de qualidade de vida e bem-estar no trabalho.

Embora não tenha em seu quadro muitos trabalhadores com deficiência declarada, foi possível constatar em conversas informais com os gestores na primeira etapa da pesquisa de campo e mesmo em alguns comentários registrados na segunda etapa, que uma das servidoras, que é cega, tem bastante engajamento nos movimentos de defesa dos direitos das PcD e foi responsável por solicitar diversas adaptações, seja no ambiente institucional ou pela disponibilização de tecnologias assistivas, para possibilitar a sua efetiva inclusão. Ademais, a instituição teve em período recente um Presidente com deficiência, o que favoreceu a visibilidade da inclusão, inclusive com a realização de evento com essa temática para seu público interno.

Minayo (2014, p. 197) afirma que “uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo” e não devem ser pensadas por quantidade e nem precisam ser sistemáticas. Mas os elementos utilizados nessa definição precisam estar claros nas escolhas metodológicas, para garantir que o fenômeno seja abordado em suas múltiplas dimensões e com intensidade, possibilitando extrair das interações um conteúdo abrangente, profundo e de qualidade, que será analisado sob o enfoque das teorias que fundamentam a pesquisa (Minayo, 2017).

O primordial, no que pertine à coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, é a transparência quanto à técnica de amostragem, para que se evidencie o rigor empregado na investigação científica. Uma das possibilidades de justificativa para definição da amostra é a saturação teórica:

Nas amostras não-probabilísticas (intencionais), tal definição é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o corpus a ser estudado [...] interrompe-se a coleta de dados quando se constata que elementos novos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais apreendidos a partir do campo de observação. (Fontanella, 2011, p. 389).

Em alinhamento com essas coordenadas, a seleção das amostras em cada etapa do estudo direcionou-se à consecução dos seus objetivos específicos, sendo que, para verificar o atendimento dos critérios de acessibilidade na instituição foram selecionados os gestores titulares das áreas que detinham as informações necessárias para responder os questionários específicos sobre cada dimensão de acessibilidade e, para identificar as RS de deficiência e percepções sobre a inclusão de PcD no ambiente institucional, o instrumento foi encaminhado para todo o quadro de pessoal da instituição, englobando servidores públicos, ocupantes de cargo ou função comissionada, terceirizados e estagiários, obtendo-se um retorno de mais de 100 respondentes, sendo que os dados obtidos foram suficientes para compor o *corpus* de análise das RS e produziram resultados satisfatórios e válidos.

Para empreender a pesquisa junto ao corpo funcional da instituição foi solicitada e obtida formalmente a autorização prévia do gestor de Recursos Humanos à época. Ademais, quanto ao aspecto ético da pesquisa, registra-se que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do PPgECi da UFRGS, em 25 de junho de 2019, e que a concordância com a participação na pesquisa foi obtida formalmente, nas duas etapas, mediante a leitura e aceitação de Termos de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE, por meio dos quais garante-se o sigilo quanto à identidade da instituição e dos sujeitos participantes. Dessa forma, considera-se que a pesquisa apresenta um baixo risco para seus participantes em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social ou cultural (Brasil, 2016).

Nos estudos das RS as orientações conceituais e os aspectos teóricos que delimitam o objeto da pesquisa influenciam de forma decisiva no planejamento da escolha dos procedimentos metodológicos e direcionam a qualidade e a relevância das informações coletadas, bem como a validade das análises e dos resultados da pesquisa, conforme esclarece Abric (1993):

A escolha de uma metodologia (tanto coleta quanto análise) é determinada, é claro, por considerações empíricas (natureza do objeto estudado, tipo de população, imposições da situação, etc.), mas também e fundamentalmente pelo sistema teórico que sustenta e justifica a investigação. No caso que nos interessa, a escolha das ferramentas deve necessariamente ser ditadas pela teoria das representações sociais a que o pesquisador se refere. (Abric, 1993, p. 54, tradução nossa).

Logo, para compreensão do objeto e consecução dos objetivos propostos, buscou-se conciliar os métodos disponíveis e apropriados para coleta dos dados em cada etapa da pesquisa. Foi, inicialmente, realizada pesquisa bibliográfica e documental, além de uma revisão integrativa da literatura, para fundamentar teórica e materialmente o trabalho e os artigos produzidos. Em complementação, e de forma a possibilitar a obtenção dos dados em profundidade, realizou-se a pesquisa de campo, em duas etapas.

Os métodos utilizados em cada etapa da pesquisa de campo, seus resultados e a análise dos dados, serão abordados em subtópicos a seguir.

Todos os procedimentos adotados foram documentados rigorosamente e, em prol da credibilidade da pesquisa, o conjunto explícito de evidências será analisado com imparcialidade, dentro das possibilidades já apontadas para objetivação da subjetividade (Creswell, 2010; Yin, 2016). Marková (2017) reforça que, embora os estudos de casos individuais não conduzam à generalização estatística, seus resultados podem servir de parâmetro para estudos de tipos semelhantes e para generalizações de teorias, como exemplifica a autora:

[...] pode-se colocar a questão de saber se as polêmicas intelectuais, formas de pensar e o choque de novas ideias com os valores estabelecidos são transferíveis para outros estudos de representações sociais além daqueles representados pelo caso da psicanálise na França no final da década de 1950. (Marková, 2017, p. 373)

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos nas duas etapas da pesquisa de campo.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão correlacionados aos objetivos específicos 2 e 3, e a seguir serão relatados, com as respectivas análises e discussões, primeiramente com a transcrição de um artigo acadêmico que reporta os resultados da primeira etapa da pesquisa de campo e, em seguida, com a apresentação dos dados obtidos na segunda etapa da pesquisa de campo.

4.1 ARTIGO 2: A PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO – PESQUISA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Este trabalho foi submetido em abril de 2022 à Revista Educação, Artes e Inclusão, Qualis B1 em Ensino, e contempla o segundo objetivo específico desta pesquisa ao verificar o atendimento dos critérios para a implementação da acessibilidade como um dos fatores determinantes para a inclusão de PcD em uma instituição pública federal.

Visando verificar o atendimento de critérios de acessibilidade para a inclusão de PcD na instituição pública federal, objetivo abordado neste artigo, foram selecionados como respondentes seis gestores, em nível de Coordenação-Geral ou Coordenação, conforme a estrutura organizacional da Instituição, das áreas de Planejamento Institucional, de Infraestrutura, de Comunicação Organizacional, de Logística, de Tecnologia da Informação e de Gestão de Pessoas. Para cada área referida foi elaborado um questionário online, no Google Forms, com questões fechadas em quantidade variável para cada dimensão a ser investigada, adaptados a partir do Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade (Januzzi *et al.*, 2019). Apenas os gestores selecionados tiveram acesso aos questionários, mas as respostas poderiam ser discutidas e analisadas com suas respectivas equipes, a fim de se averiguar o cumprimento ou não das normas de acessibilidade.

Os questionários aplicados (Apêndice C) continham, além do TCLE (Apêndice B), um somatório total de 324 itens, que foram respondidos de acordo com a seguinte classificação, proposta por Januzzi *et al.* (2019, p. 115):

1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
 - b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
 - c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.
2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:

- a) atende o item:
 - i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
 - ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
 - iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).
 - 3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
 - ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
 - iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;
 - b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;
 - 4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço.
- *Como referência

Foi realizada uma análise descritiva dos dados obtidos em termos percentuais de forma individualizada para cada área específica, visto que os itens de cada dimensão não se repetem dada a sua peculiaridade. Os resultados constam do Artigo 2, a seguir transcrito.

A promoção da acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho – pesquisa em uma Instituição Pública Federal
The promotion of accessibility and the inclusion of people with disabilities in the labor market – research in a Federal Public Institution

RESUMO

O presente artigo insere-se no campo de estudos da inclusão social e tem por objetivo verificar o atendimento de critérios de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por meio de pesquisa de campo empreendida em uma Instituição Pública Federal. Foram utilizados seis questionários de questões fechadas adaptados a partir do Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade (Januzzi *et al.*, 2019), respondidos pelos gestores das seguintes áreas da Instituição participante da pesquisa: Planejamento Institucional, Infraestrutura, Comunicação Organizacional, Logística, Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas. Foi realizada a análise descritiva dos dados obtidos de forma individualizada para cada dimensão da acessibilidade e observou-se o atendimento dos critérios de acessibilidade de acordo com a priorização estabelecida por Januzzi *et al.* (2019). Concluiu-se que, embora ainda seja considerado complexo o atendimento absoluto dos critérios normativos previstos para a promoção da acessibilidade, quanto mais houver avanços nesse sentido, ocorrerá proporcionalmente a redução de barreiras impostas às pessoas com deficiência para que os ambientes de trabalho, bem como qualquer outro espaço social, possam tornar-se mais igualitários e inclusivos.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão no mercado de trabalho; Pessoas com deficiência; Instituição Pública Federal.

ABSTRACT

This article is part of the field of study of social inclusion of people with disabilities and aimed to verify compliance with accessibility criteria for inclusion in the labor market, through field research undertaken in a Federal Public Institution. Six closed-ended questionnaires adapted from the Accessibility Self-Assessment Instrument (Januzzi *et al.*, 2019) were used, answered by the managers responsible for the following areas in the Institution: Institutional Planning, Infrastructure, Organizational Communication, Logistics, Information Technology and Management of People. A descriptive analysis of the data obtained individually for each dimension of accessibility was carried out, in which it was observed that the accessibility criteria were met according to the prioritization established by Januzzi *et al.* (2019). It was concluded that, although the absolute compliance with the normative criteria required for the promotion of accessibility is still considered complex, the more there is progress in this sense, the reduction of barriers imposed on people with disabilities will proportionally occur so that the work environments, as well as any other social space, can become more egalitarian and inclusive.

Keywords: Accessibility; Inclusion in the labor market; People with disabilities; Federal Public Institution.

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho encontra-se sujeito a impactos diretos e indiretos decorrentes das mudanças ocorridas nos sistemas produtivos. Da mesma forma, as relações laborais estão diretamente ligadas à dinâmica do mercado de trabalho e sujeitas à instabilidade observada nas variáveis a ele relacionadas (Pochmann, 2020). Indicadores como força de trabalho, população ocupada, taxa de desocupação e status no mercado de trabalho, sofrem oscilações devido a crises econômicas, políticas ou até sanitárias, como a ocasionada pela pandemia da Covid-19 (Duque; Martins; Peruchetti, 2020).

Ademais, é possível constatar que a redução do crescimento econômico aliada à reforma trabalhista de 2017, que limitou a proteção social e a regulação do trabalho no Brasil, têm impactado na expansão da taxa de desemprego, na subutilização da mão de obra disponível e na precarização das ocupações (Pochmann, 2020).

Diante dessas circunstâncias, não é difícil inferir que o panorama laboral brasileiro não se encontra favorável para as pessoas com deficiência (PcD). Uma reportagem da Revista VEJA, publicada em 21 de setembro de 2020, exibia o seguinte título “Brasil elimina mais de 23 mil empregos formais para deficientes em 2020 - Levantamento de economista da confederação do comércio mostra que saldo para geração de empregos de PcD foi negativo em todos os meses de 2020” (Mendes, 2020). A matéria, publicada no Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, apontava que, a despeito da garantia de reserva de um percentual de contratação pelas empresas (assegurada pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991), a deficiência se sobrepõe às demais qualificações do trabalhador, levando à ineficácia da chamada lei de cotas para PcD.

Pode-se dizer que houve muitos avanços na inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil nas últimas décadas, especialmente com a publicação da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (Brasil, 2015). Entretanto, há um longo caminho a percorrer para que as PcD possam ter a igualdade de condições no acesso a direitos minimamente assegurada. No tocante à inclusão no mercado de trabalho, nota-se que os obstáculos para as PcD se iniciam antes mesmo da chegada a essa etapa da vida. Isso porque, previamente à busca por uma atividade laboral, essas pessoas deveriam ter acesso à educação básica e, se desejassem, à superior. A inclusão escolar, por sua vez, mostra-se incipiente (IBGE, 2021) e, quando colocada em prática, muitas vezes resume-se à inserção dos estudantes com deficiência no espaço escolar, ao passo que o intuito primordial deveria ser maximizar o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e

socioemocionais (Glat; Pletsch, 2012; Mendes, 2018).

Escola e universidade deveriam ser reconhecidas como espaços privilegiados de aprendizagem amplamente acessíveis às pessoas com deficiência, que possibilitassem “a conquista da autonomia e [...] desenvolvimento das relações sociais e de novas competências, mediante as situações desafiadoras, indispensáveis à formação pessoal, social, educacional e profissional” (Dutra dos Santos, 2015, p. 11-12). Esse ideal também consta na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), que instituiu a acessibilidade, a não discriminação e a igualdade de oportunidades como princípios para acelerar ou alcançar a efetiva inclusão, com a adoção de medidas específicas para tanto (Gugel, 2019).

A CDPD consiste em um tratado internacional de direitos humanos e foi assinada na Organização das Nações Unidas (ONU), em 30 de março de 2007. Houve recepção pela legislação brasileira e aprovação pelo Congresso Nacional por intermédio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 (Brasil, 2008) e, posteriormente, com a publicação do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (Brasil, 2009). O rito legislativo utilizado para a referida aprovação lhe confere status semelhante ao de uma emenda constitucional. Dessa forma, os princípios e os direitos estabelecidos na CDPD devem orientar novas propostas legislativas brasileiras, consoante o disposto em seu Art. 4º:

1.Os Estados Partes se comprometem a assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação por causa de sua deficiência. Para tanto, os Estados Partes se comprometem a:

- a) Adotar todas as medidas legislativas, administrativas e de qualquer outra natureza, necessárias para a realização dos direitos reconhecidos na presente Convenção;
- b) Adotar todas as medidas necessárias, inclusive legislativas, para modificar ou revogar leis, regulamentos, costumes e práticas vigentes, que constituírem discriminação contra pessoas com deficiência;
- c) Levar em conta, em todos os programas e políticas, a proteção e a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência; [...] (Brasil, 2009)

Além disso, a CDPD reconhece em seu Art. 27 o direito da PcD ao trabalho de sua livre escolha, de forma a possibilitar independência e autonomia individual. Prevê, ainda, a necessidade de adoção de medidas de inclusão e acessibilidade para a proteção desse direito e para a promoção de oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência nos setores público e privado (Brasil, 2009).

Mesmo antes da recepção da CDPD pelo ordenamento jurídico brasileiro, encontrava-se estabelecido no país o modelo da ação afirmativa de reserva de cargos nos âmbitos público e privado (Gugel, 2007), previsto no inciso VIII, do Art. 37 da Constituição Federal - CF de 1988, no § 2º, do Art. 5º da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 e no Art. 93 da Lei nº

8.213, de 24 de julho de 1991 (Brasil, 1988; 1990; 1991). É importante registrar que, além de garantida a reserva de vagas, há previsão expressa nos incisos II e III, do Art. 8º, da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, de que configura crime punível com reclusão de dois a cinco anos e multa “obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público”, tal como “negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa”, por sua deficiência (Brasil, 1989).

Entretanto, apenas prever normativamente o acesso ao emprego não é suficiente para que a inclusão se concretize, visto que outros fatores devem ser observados, como proporcionar um meio ambiente de trabalho seguro e salubre, de acordo com o item 1, alínea a, do Art. 27 da CDPD (Brasil, 2009). Outrossim, deve-se garantir o atendimento de condições mínimas necessárias à realização do trabalho de forma autônoma e independente pelas pessoas com deficiência, o que implica na obrigatoriedade da observância de regras de acessibilidade ao longo de todo o percurso: desde o processo educacional dessa pessoa até o seu ingresso no mercado de trabalho e enquanto mantiver o vínculo laboral (Dutra dos Santos, 2015; Gugel, 2019).

Como previsto na LBI (Brasil, 2015), em seu Art. 2º, a deficiência não é apenas uma característica individual. Ela deve ser analisada em correlação com as barreiras impostas pela sociedade e o impacto causado na participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em todas as esferas sociais. Reduzir ou eliminar as barreiras (sejam urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, nos transportes, nas comunicações e, especialmente, as atitudinais) significa minimizar os efeitos do impedimento pessoal no desempenho de atividades sociais. Para que isso ocorra, é necessário garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. Não há inclusão sem acessibilidade, mas o atendimento desta isoladamente tampouco garante a inclusão em sua integralidade.

Este artigo tem por objetivo verificar o atendimento a critérios de acessibilidade para a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência por meio de pesquisa realizada em uma Instituição Pública Federal.

2 INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE

Nas duas primeiras décadas do século XX predominava a concepção determinista de desenvolvimento. O conceito de deficiência à época presumia o inatismo, a perspectiva de estabilidade ao longo do tempo e a necessidade de diagnóstico preciso – especialmente em se

tratando de deficiência intelectual, para a qual eram aplicados testes psicológicos visando diagnosticar a normalidade ou a anormalidade para, então, justificar a segregação (Marchesi, 2004).

A partir da década de 1940, teóricos ambientalistas e behavioristas passaram a considerar que a deficiência teria causas endógenas e exógenas e que o grau de incapacidade poderia decorrer da falta de estímulos adequados. Intervenções sociais e culturais, como a adaptação social e a atuação educacional, foram adotadas para favorecer o desenvolvimento de crianças com deficiência, o que levou à contestação da ideia de incurabilidade e imutabilidade e abriu espaço para a educação especial, ainda que em escolas ou classes exclusivas para PcD (Marchesi, 2004).

Também nessa década, após o fim da Segunda Guerra Mundial e perante as atrocidades perpetradas por regimes totalitários como o nazista, a comunidade internacional viu-se impelida a estabelecer um referencial ético universal e indivisível. Este foi consolidado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que preconiza o seguinte:

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2º

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...] Artigo 7º Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (ONU, 1948)

Pode-se perceber que, enquanto o Art. 1º enuncia o direito de todos os seres humanos à igualdade, o Art. 2º estabelece o princípio da não discriminação e o Art. 7º garante a todos a igualdade perante a lei e a proteção desta contra qualquer discriminação. Importa observar, nesse ponto, a distinção entre a igualdade formal, como ponto de partida abstrato (encontrada em dizeres como “todos são iguais perante a lei”), e a igualdade material, “correspondente ao ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades” (Piovesan, 2014, p. 10), à qual se pretende chegar.

Nesse sentido, é possível afirmar que a igualdade material vem ao encontro do reconhecimento das identidades individuais e do respeito à diversidade humana, o que exige não apenas a garantia do direito em abstrato, mas a atuação dos Estados de forma afirmativa. Para cumprir esse intuito, um dos meios adotados foi a implementação de um sistema internacional de proteção dos direitos humanos, fundamentado em tratados que visam garantir

parâmetros protetivos mínimos em temas centrais como a CDPD (Piovesan, 2014).

A Convenção representou uma mudança de paradigma típica das revoluções (Kuhn, 1998) sejam elas políticas, científicas ou comportamentais, pois teve o condão de inaugurar uma transformação no cenário excludente e discriminatório ao qual as PcD encontravam-se sujeitas.

Em seu primeiro artigo, a CDPD expõe seu propósito e a definição de deficiência, conforme transcrito a seguir:

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2009, p. 2)

Já de início pode-se constatar a quebra de dois paradigmas: a previsão de forma supranacional da imperatividade da inclusão de pessoas com deficiência e o reconhecimento do modelo social de direitos humanos.

Sob o ponto de vista jurídico, uma relevante mudança ocorreu baseada no Art. 12 da Convenção, que além de reafirmar que as pessoas com deficiência devem ser reconhecidas como sujeitos de direito (ou seja, pessoas titulares de direitos civis e outros) também deve ser reconhecida a sua capacidade legal, podendo, quando necessário, receber apoio para o exercício de seus direitos – geralmente de forma restrita e temporária. Essa inovação teve como consequência a alteração da legislação brasileira, que previa como absolutamente ou relativamente incapazes as pessoas com deficiência intelectual que eram, em regra, interditadas e precisavam de um responsável ou curador que as substituísse ou que complementasse suas ações no exercício de seus interesses e em seus atos. Com previsão semelhante no Art. 6º da LBI (Brasil, 2015), restou pacificado que a deficiência não afeta a capacidade civil plena, sendo garantida a assistência pertinente à necessidade específica de cada um e reconhecidas a autonomia e a independência das PcD para fazerem suas próprias escolhas e participarem ativamente das decisões relativas a programas e políticas que lhes digam respeito (Gugel, 2019).

A mudança da perspectiva biomédica para o modelo social significou um grande avanço para a inclusão das PcD. Os debates sobre o modelo social de deficiência iniciaram, segundo Diniz (2007), no Reino Unido durante as décadas de 1960 e 1970. Um de seus precursores foi o sociólogo Paul Hunt, deficiente físico, responsável pela criação da primeira organização política voltada para a discussão da experiência da deficiência como uma questão

social: a Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias).

O modelo social não invalida os benefícios dos tratamentos biomédicos, visto que pessoas com e sem deficiência precisam constantemente de cuidados médicos para melhorar suas condições de saúde e de qualidade de vida. No entanto, problematiza a exclusão social decorrente da deficiência “como uma forma particular de opressão social, como a sofrida por outros grupos minoritários, como as mulheres ou os negros” (Diniz, 2007, p. 16), devido à hostilidade do ambiente social à diversidade humana. Assim, os padrões de normalidade e anormalidade decorrentes das classificações das deficiências como fenômenos biológicos estabelecidos pelo modelo biomédico são substituídos pela análise do impacto do ambiente e das condições sociais sobre as funcionalidades do indivíduo. Como parâmetro para essa abordagem é possível utilizar a seguinte fórmula: Limitação funcional (física, mental, intelectual ou sensorial) X Ambiente (barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais...) = Deficiência (Lopes, 2014; Medeiros, 2005, apud Gugel, 2019). São exemplos desse cálculo:

- Limitação funcional 3 x Ambiente 0 = Deficiência 0
- Limitação funcional 1 x Ambiente 5 = Deficiência 5
- Limitação funcional 3 x Ambiente 5 = Deficiência 15

Depreende-se desses cálculos que a limitação funcional não deixa de existir, bem como que o impacto das condições do ambiente sobre a deficiência é significativo e proporcional à quantidade de barreiras presentes na sociedade. Nos casos em que o valor atribuído ao Ambiente for zero (inexistência de barreiras), a deficiência pode ser considerada apenas como uma característica da diversidade humana, sem consequências para a vida social do indivíduo (Lopes, 2014).

Para que a inclusão se consolide, portanto, é necessário aceitar e reconhecer a singularidade e a diversidade humana, uma vez que cada sujeito possui características físicas, biológicas e comportamentais que o distingue dos demais. É indispensável, do mesmo modo, adotar políticas inclusivas e antidiscriminatórias e construir espaços sociais menos excludentes, bem como alternativas para a convivência com a diversidade, levando à superação das barreiras atitudinais existentes.

Sob a perspectiva teórica do multiculturalismo, a inclusão torna-se inafastável, uma vez que se baseia “no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além das diferenças de vários tipos” (Sousa Santos, 2003, p. 33). A partir dessa concepção de multiculturalismo, o mesmo autor aponta a necessidade de um diálogo intercultural sobre a dignidade humana, que passa não somente

pelo reconhecimento da igualdade entre os seres humanos, mas principalmente pelo respeito à diversidade, uma vez que “temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza” (Sousa Santos, 2003, p. 458).

A acessibilidade é um dos meios para garantir a inclusão e a equidade nas relações sociais. Consiste em tratar desigualmente os sujeitos desiguais para equiparar suas oportunidades na sociedade, com a redução ou eliminação das barreiras. Além disso, configura-se como um direito essencial e fundamental para o exercício da cidadania da PcD. Seu surgimento remonta à década de 1950, quando soldados americanos retornavam da guerra para o convívio social com deficiências decorrentes dos combates e, junto a outras PcD, sentiram a necessidade de aderir aos movimentos que lutavam pela igualdade de direitos civis (1954-1968). Iniciou-se, assim, o “*Barrier-free Movement*” ou “movimento sem barreiras”, que reivindicava a eliminação de barreiras que limitavam a participação de PcD na vida em sociedade (ENAP, 2020).

No Brasil, atualmente, a LBI traz a seguinte conceituação no seu Art. 3º:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (Brasil, 2015, p. 1)

Cabe ao Estado brasileiro ser protagonista de ações inclusivas que devem ser concretizadas por políticas públicas – especialmente aquelas voltadas para as áreas de educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana, entre outras – visando garantir às PcD ambientes acessíveis. O passo inicial para que essas políticas sejam efetivas é identificar e reduzir ou eliminar barreiras que limitem ou impeçam a participação social da PcD. A LBI assim conceitua em seu Art. 3º:

IV - barreiras - qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...] (BRASIL, 2015, p. 2)

Promover a acessibilidade é adotar ações para eliminar os diversos tipos de barreiras que se interconectam, como as urbanísticas, arquitetônicas, tecnológicas, atitudinais, nos transportes, nas comunicações e na informação (Brasil, 2015).

A acessibilidade urbanística e arquitetônica, por exemplo, objetiva proporcionar um

espaço que contemple pessoas com as mais diversas características – como crianças, idosos, gestantes, PcD e outras – por meio da utilização do desenho universal, da adequação de ambientes, de sinalizações, maçanetas, mobiliários, dentre outras adaptações para possibilitar a todos um deslocamento seguro e autonomia em qualquer local (Januzzi *et al.*, 2019). É possível perceber a interface da dimensão acessibilidade urbanística e arquitetônica com as demais dimensões, inclusive a atitudinal, visto que a própria reformulação dos espaços depende de uma atitude dos responsáveis por planejá-la e executá-la.

Já a acessibilidade comunicacional, definida no Art. 3º, inciso V, da LBI, perpassa tanto a categoria anterior como a de transportes, a atitudinal e a tecnológica (Brasil, 2015). Deste modo, os ambientes devem estar adaptados com meios para “fazer a informação chegar às pessoas de maneira simples, fácil e direta”, de forma que não “dificultem ou impossibilitem a emissão e o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (Januzzi *et al.*, 2019, p. 28).

A acessibilidade tecnológica, por sua vez, pode dizer respeito aos instrumentos que possibilitam a superação de barreiras (*softwares*, aplicativos ou outros maquinários tecnológicos) ou à acessibilidade a sítios da internet e outros sistemas, conforme as recomendações do World Wide Web Consortium (W3C). Este consiste em um parâmetro internacional utilizado para a construção de sites que também pode ser usado na construção ou aquisição de sistemas (Januzzi *et al.*, 2019).

É possível notar que assegurar a acessibilidade é um fator indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva, em que as pessoas com deficiência usufruam de seus direitos e garantias fundamentais em condições de igualdade com as demais pessoas. Mas para mensurar a urgência que se impõe para a superação das barreiras elencadas na legislação, importa apresentar os dados disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019. A pesquisa tem por pressuposto atender à demanda registrada no Art. 31 da CDPD (Brasil, 2009) por informações confiáveis que viabilizem o monitoramento dos dados sobre as PcD. O propósito é gerar indicadores socioeconômicos, educacionais e de saúde que forneçam subsídios para a elaboração de políticas públicas que favoreçam a acessibilidade e a igualdade de oportunidades para todos.

Vale ressaltar que na PNS 2019 foi utilizado o modelo biopsicossocial para identificar as PcD de dois anos ou mais de idade, “a partir da mensuração do grau de dificuldade de algumas atividades que a pessoa possuía ao realizá-las, além de abordar o uso de aparelhos de auxílio e a forma de obtenção desses aparelhos” (IBGE, 2021, p. 29). As respostas foram categorizadas na seguinte escala: ‘nenhuma dificuldade’, ‘alguma

dificuldade’, ‘muita dificuldade’ ou ‘não consegue de modo algum’, e considerou-se como PcD:

[...] aquela que tenha respondido apresentar muita dificuldade ou não conseguir de modo algum em uma ou mais questões relativas às dificuldades sejam de enxergar, de ouvir, de se locomover, de realizar movimentos nos membros superiores ou de realizar tarefas habituais em decorrência de limitações nas funções mentais ou intelectuais, independente do uso de aparelhos de auxílio. Considerando os diversos tipos de deficiência captadas pela PNS de 2019, verificou-se também se a pessoa fazia uso de algum recurso ou aparelho de apoio e se os mesmos foram obtidos pelo SUS. (IBGE, 2021, p. 29)

O número de pessoas com deficiência, de acordo com a PNS/2019 (IBGE, 2021), era de dezessete milhões e trezentas mil pessoas, ou seja, 8,4% da população brasileira naquele momento.

Quadro 1: Nível de instrução e de ocupação entre pessoas com e sem deficiência.

	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA
Sem instrução e fundamental incompleto	67,6%	30,9%
Fundamental completo e médio incompleto	10,8%	14,9%
Médio completo e superior incompleto	16,6%	37,2%
Superior completo	5,0%	17,0%
Nível de ocupação (14 anos ou mais de idade)	25,4%	60,4%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2021, p. 33-34).

Constata-se, das informações registradas no Quadro 1, que há um percentual altíssimo de PcD sem instrução ou com o nível fundamental incompleto (67,6%), o equivalente a aproximadamente doze milhões de pessoas. Em parte, este dado pode ser justificado pela maior incidência de deficiências nas idades mais avançadas (Quadro 2), visto que a inclusão educacional é uma política relativamente recente. Apenas 5% da população com deficiência apresenta nível superior completo, enquanto na população sem deficiência esse percentual é de 17%. Infelizmente, esses números revelam a insuficiência das ações de inclusão escolar até o momento e a importância de políticas públicas que garantam o ingresso e a permanência de crianças, jovens e adultos com deficiência em escolas e em universidades.

É possível observar no Quadro 2 que, do quantitativo total de PcD identificado pelo IBGE (2021), pelo menos 45,4% teriam idade para estar no mercado de trabalho (considerando as faixas etárias entre 18 e 59 anos), o que contrasta com o percentual de 25,4% referente ao nível de ocupação, conforme a última linha do Quadro 1. Nota-se, ainda, a discrepância entre os grupos comparados, sendo mais que o dobro para as pessoas sem deficiência. Apesar da existência da reserva de vagas em concursos públicos e das cotas

na iniciativa privada, quase treze milhões de pessoas com deficiência não têm uma ocupação formal. Na Administração Pública Federal as pessoas com deficiência são apenas 0,96% do total de servidores públicos, o que equivale a 5.609 pessoas, de acordo com o Painel Estatístico de Pessoal referente ao mês de janeiro de 2022 (Brasil, 2022).

Quadro 2: Distribuição percentual das pessoas com deficiência, segundo a idade.

IDADE	PERCENTUAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
De 2 a 9 anos	1,90%
De 10 a 17 anos	3,30%
De 18 a 29 anos	6,20%
De 30 a 39 anos	6,80%
De 40 a 59 anos	32,40%
Com 60 anos ou mais	49,40%

Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2021, p. 31).

Pode-se depreender dos dados apresentados que segue imprescindível concentrar esforços para mudar substancialmente o panorama educacional e laboral brasileiro no que tange às PcD. A promoção da acessibilidade é um dos instrumentos mais importantes para alcançar resultados satisfatórios nesse sentido.

Por ser responsável pela gestão e execução das políticas públicas inclusivas, à Administração Pública cabe, em primeira ordem, a promoção da acessibilidade em suas instituições, de forma transversal, com o envolvimento de diversas áreas estratégicas e, principalmente, com a participação de pessoas com deficiência, em observância ao lema “Nada sobre nós sem nós” (Januzzi *et al.*, 2019).

3 A OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE ACESSIBILIDADE: DIAGNÓSTICO EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Embora a acessibilidade não seja exclusivamente direcionada às pessoas com deficiência – visto que se trata de medidas técnico-sociais destinadas a favorecer a todos os potenciais usuários de espaços e serviços –, ela representa uma das principais medidas para possibilitar a inclusão das PcD na sociedade.

No Brasil, anteriormente à recepção da CDPD pelo ordenamento jurídico interno, já havia a previsão legal da garantia do pleno exercício de direitos individuais e sociais das PcD na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Ela conferiu ao Poder Público e aos seus órgãos a

responsabilidade pela adoção de medidas em diversas áreas para reduzir ou eliminar barreiras de acesso às edificações e aos espaços urbanos. A Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015) também estabelece diversos critérios para a viabilização da acessibilidade, não excluindo a incidência de outras normas que regulamentem complementarmente a matéria.

De forma mais específica, o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências” (Brasil, 2004, p. 1) e determina a observância das normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A Norma Brasileira da ABNT que trata sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos é a NBR 9050. Publicada pela primeira vez em 1985, passou por quatro revisões desde então: em 1994, 2004, 2015 e a última em 2020. Seu escopo é estabelecer “[...] critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade” (ABNT, 2020, p. 1). Cumpre destacar que a referida norma “foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-040), pela Comissão de Estudo de Acessibilidade em Edificações (CE-040:000.001)” e que o projeto “circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 08, de 20.08.2012 a 18.10.2012” bem como o “Projeto de Emenda 1 circulou em Consulta Nacional conforme Edital nº 11, de 21.11.2017 a 21.01.2018” (ABNT, 2020, p. xii). A leitura do texto da NBR 9050 permite verificar o nível de detalhamento e especificidade dos requisitos de acessibilidade ali descritos.

Complementarmente, existem outras normas técnicas da ABNT que tratam sobre acessibilidade, como a comunicacional (ABNT NBR 15.599/2008, ABNT NBR 15.290/2015 e NBR 16452/2016), a de acessibilidade de software (NBR ISO 9241-171/2018), bem como normas esparsas que estabelecem parâmetros de acessibilidade, por exemplo a Resolução-Anatel nº 667, de 31/5/2016, que aprova o Regulamento Geral de Acessibilidade. Além destas, ainda são aplicáveis as recomendações do World Wide Web Consortium (W3C) – que, conforme já mencionado, é a principal organização internacional de padronização de conteúdo para a internet e estabelece recomendações de acessibilidade para a criação de sites e para a construção ou aquisição de sistemas pelas instituições públicas.

Visando fornecer insumos para que os gestores públicos transitem pelos caminhos da acessibilidade de modo a garantir a inclusão social das pessoas com deficiência e a sua efetiva participação na sociedade, a Rede de Acessibilidade, (coletivo formado por diversas organizações públicas, como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Tribunal de

Contas da União (TCU) e o Supremo Tribunal Federal) elaborou a publicação “Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas” (Januzzi *et al.*, 2019).

Nessa obra, os autores compilaram em capítulos distintos informações acerca de cinco dimensões de acessibilidade por eles identificadas: gestão da acessibilidade, acessibilidade arquitetônica e urbanística, acessibilidade comunicacional, acessibilidade em serviços e acessibilidade tecnológica. Ao final de cada capítulo, foram elencadas a legislação referente aos temas abordados e recomendações de ações hierarquizadas considerando-se o nível de prioridade no atendimento. Para viabilizar, no âmbito do planejamento institucional, o estabelecimento de objetivos e metas a partir da identificação do nível em que se encontra a organização quanto aos requisitos de acessibilidade requeridos pela legislação vigente, disponibilizaram também um “Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade” (Januzzi *et al.*, 2019). Por fim, consta um Glossário com algumas expressões utilizadas no texto.

Trata-se de uma publicação de caráter essencial e instrumental para o trabalho dos gestores públicos preocupados com a implementação dos critérios de acessibilidade em suas instituições. Diante da grande quantidade de exigências técnicas e da escassez de recursos públicos destinados a esse fim, além da existência de barreiras observáveis em todas as dimensões acima citadas, somente a partir de um diagnóstico da situação instalada é possível partir para a ação, com a priorização das categorias indispensáveis para garantir que as PcD possam exercer seus direitos em condições de igualdade com as demais pessoas.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa e demonstrar as especificidades dos critérios e parâmetros técnicos exigidos para o atendimento da acessibilidade, foram elaborados seis questionários a partir da adaptação do “Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade” (Januzzi *et al.*, 2019) para aplicação em uma instituição da Administração Pública Federal, com sede única instalada em um edifício construído há aproximadamente onze anos, localizado em Brasília/DF. Essa instituição conta com 366 servidores públicos em seu quadro de pessoal, dos quais 2 são pessoas com deficiência declarada (BRASIL, 2022), e conta com um reconhecido programa de qualidade de vida e bem-estar no trabalho, avaliado periodicamente por pesquisas realizadas junto ao seu quadro funcional.

Não obstante o Instrumento original adotasse uma subdivisão em cinco Dimensões de Acessibilidade para a organização dos itens, ao adaptá-lo foram identificadas questões inerentes à gestão de pessoas, motivo pelo qual alguns itens foram compilados em uma sexta Dimensão: Acessibilidade e Gestão de Pessoas. Os questionários foram respondidos pelos responsáveis pela gestão de cada dimensão na Instituição, isto é, pelos gestores titulares das seguintes áreas: Planejamento Institucional, Infraestrutura, Comunicação Organizacional,

Logística, Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas. Ao todo, seis respondentes leram e assinaram o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), no qual constava o objetivo da pesquisa e informações sobre o questionário e sobre seu caráter voluntário.

Como o objetivo da pesquisa exigia a demonstração do nível de atendimento dos critérios de acessibilidade pela Instituição, foi garantido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE o sigilo da identificação dos respondentes e da instituição participante da pesquisa, em virtude da vigência, à época do início desta pesquisa, de artigo da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que caracterizava como ato de improbidade administrativa o não cumprimento de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

O questionário aplicado continha 324 itens, que foram respondidos de acordo com a classificação a seguir:

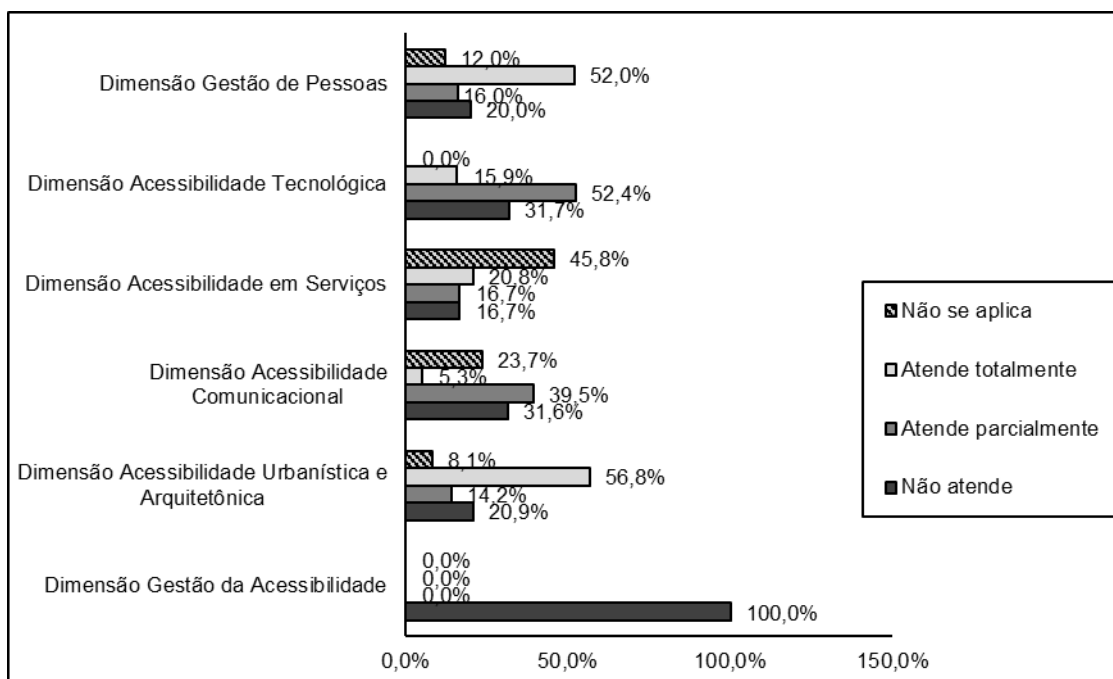
1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
 - b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
 - c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.
2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
 - ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
 - iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).

*Como referência
3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
 - ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
 - iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;
 - b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;

*Como referência
4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço. (JANUZZI *et al.*, 2019, p. 115)

Foi realizada uma análise descritiva dos dados obtidos em termos percentuais para as categorias descritas acima, de forma individualizada em cada questionário, visto que os itens de cada dimensão não se repetem. Os resultados estão compilados no Gráfico 1 abaixo e serão transcritos e discutidos no texto da análise de cada dimensão.

Gráfico 1 — Resultados da pesquisa compilados em gráfico de barras agrupadas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se no Gráfico 1 que a instituição pesquisada não atende a nenhum dos itens da dimensão Gestão da Acessibilidade (26 itens), que tem por finalidade favorecer a atuação dos gestores quanto ao planejamento, execução e monitoramento das ações de promoção transversal da acessibilidade. Tendo em vista seu papel central para o alcance dos resultados pretendidos, essas ações devem estar previstas no planejamento estratégico das instituições, elaborado com o envolvimento de diversas áreas e instâncias organizacionais, além de contempladas em instrumentos normativos internos “que orientem as ações e acompanhem a implementação e os resultados obtidos na instituição” (Januzzi *et al.*, 2019, p. 26). Além do mais, é indispensável a participação de pessoas com deficiência nesse processo de institucionalização da acessibilidade.

Dentre as recomendações prioritárias dessa dimensão estão: formalizar uma política de acessibilidade/inclusão, elaborada com a participação das pessoas com deficiência e fundamentada na legislação e nas normas técnicas vigentes; e estabelecer mecanismos de monitoramento da aplicação da política de acessibilidade, com a criação de uma unidade administrativa para essa função, vinculada à alta administração da instituição e composta por equipe capacitada na matéria (Januzzi *et al.*, 2019).

A dimensão de acessibilidade Urbanística e Arquitetônica (148 itens) talvez seja aquela com maior destaque e visibilidade, porque envolve exigências necessárias ao acesso,

ao deslocamento e à segurança não apenas para beneficiar as pessoas com deficiência, mas todos aqueles que, de forma temporária ou permanente, apresentem mobilidade reduzida (Art. 3º, inciso IX, da Lei nº 13.146/2015) por meio do oferecimento de espaços que atendam ao desenho universal visando a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade. Pode-se considerar que a instituição pesquisada tem um bom índice de atendimento dos requisitos de acessibilidade Urbanística e Arquitetônica, uma vez que atende totalmente (56,8%) ou parcialmente (14,2%) o somatório de 70% dos itens apresentados no instrumento de autoavaliação. Ademais, 8,1% dos itens foram classificados como não aplicáveis à instituição e 20,9% como não atendidos.

Nesta dimensão, a Rede Acessibilidade (Januzzi *et al.*, 2019) listou todos os itens como recomendáveis, estabelecendo uma ordem de prioridade de atendimento. Dentre os 50 primeiros itens, apenas sete não foram atendidos pela instituição. Portanto, é possível registrar como medidas prioritárias não atendidas: sinalizar área de resgate para pessoas com deficiência, dentro das especificações da norma vigente; instalar alarmes de fácil acesso em áreas interna e externa de espaços confinados, como sanitários acessíveis, boxes, cabines e vestiários isolados; sinalizar e iluminar as rotas de fuga com dispositivos de balizamento; disponibilizar, nas rotas de fuga que incorporem escadas/elevadores de emergência, áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para pessoas com cadeiras de rodas; prever um espaço de resgate a cada 500 pessoas de lotação, por pavimento, sendo no mínimo 1 por pavimento para cada escada e para cada elevador de emergência; nas rampas em que não houver paredes laterais, dispor de guarda-corpo, corrimãos e guias de balizamento com altura mínima que obedece à legislação pertinente, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa; e associar degraus ou escadas em rotas acessíveis a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical.

Quanto à dimensão Acessibilidade Comunicacional (38 itens), os critérios atendidos total (5,3%) ou parcialmente (39,5%) perfazem 44,8% dos itens do questionário. Se considerado que 23,7% de itens não se aplicam à instituição, o percentual de itens não atendidos ainda é bem significativo (31,6%). A comunicação é indispensável para o convívio social, especialmente no ambiente de trabalho, em que não apenas possibilita a interação com os gestores e com a equipe de trabalho, mas também garante o acesso a informações divulgadas pelos canais oficiais e a participação em eventos e outras atividades.

Um item apontado como indispensável nessa dimensão é a disponibilização de sinalização de emergência sonora e luminosa, sobre o qual a instituição informou que atende parcialmente. Dos demais quinze itens recomendados por Januzzi *et al.* (2019) para

atendimento prioritário, a instituição não atende oito, atende quatro e atende parcialmente três. Vale registrar que a gestão da área respondente informou no espaço para respostas abertas que “Está em andamento processo de licitação para contratação de intérpretes de libras para os vídeos” da instituição.

A dimensão Comunicacional encontra-se intrinsecamente ligada às demais, sendo recomendável o planejamento e a atuação conjunta entre as áreas responsáveis com o intuito de torná-la mais acessível, com informações disponibilizadas “de maneira simples, fácil e direta, independentemente de o receptor ter ou não algum tipo de deficiência” (Januzzi *et al.*, 2019, p. 58). Para tanto, fazer uso de recursos de acessibilidade comunicacional (como a audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em braille e dublagem) é indispensável para a efetiva inclusão dos trabalhadores, usuários e frequentadores da instituição com deficiência.

Quase metade (45,8%) dos itens do questionário da dimensão Acessibilidade em Serviços (24 itens) foi classificada como não aplicáveis à instituição. Portanto, proporcionalmente àqueles aplicáveis, pode-se afirmar que 38,38% dos itens foram considerados atendidos, 30,81% atendidos parcialmente e 30,81% não atendidos. Deve-se ressaltar que, para fins desta pesquisa, mostrou-se apropriado realocar alguns itens desta dimensão para a comunicacional, tecnológica ou de gestão de pessoas. Na publicação de Januzzi *et al.* (2019) há uma subdivisão da dimensão Serviços em três eixos - atendimento, eventos e visitação – e foi verificada maior aderência de alguns itens de acordo com as atribuições institucionais de diversas áreas respondentes.

Para cumprir a exigência legal de oferecer serviços de forma acessível às pessoas com deficiência, a instituição deve conhecer as especificidades do seu público-alvo (interno e externo) para identificar quais tipos de adaptações e recursos são adequados para atender a essa diversidade. Foi constatado que a instituição pesquisada não cumpre alguns itens prioritários quanto ao atendimento ao público, como: balcões de atendimento rebaixados e com área de aproximação frontal, para usuários em cadeiras de rodas, e atendentes capacitados em Libras nos balcões de atendimento ao público. Esta dimensão também tem interface com as demais, pois envolve planejamento, contratações, adaptações arquitetônicas, disponibilização de tecnologias assistivas e capacitação de pessoal.

A dimensão Acessibilidade Tecnológica (63 itens) visa possibilitar às pessoas com deficiência a autonomia e a independência necessárias na utilização de produtos e serviços, bem como garantir o acesso à informação por via da Tecnologia da Informação (TI). A Lei Brasileira de Inclusão destina o Capítulo II para tratar do acesso à informação e à

comunicação para as PcD. Na pesquisa realizada, essa dimensão, juntamente com a Gestão da Acessibilidade, não teve respostas à opção “Não se aplica”. Apenas 15,9% dos itens foram considerados totalmente atendidos, enquanto 52,4% foram atendidos parcialmente e 31,7% foi o índice de não atendimento dos itens relacionados à TI.

A priorização de itens dessa dimensão, apontada por Januzzi *et al.* (2019), levou em consideração as orientações do W3C. Dos 26 itens considerados como requisitos básicos de acessibilidade tecnológica, a Instituição atende 18 parcialmente, 4 totalmente e não atende 4 itens, sendo os que devem ser mais brevemente implementados: oferecer opção de mecanismo para pausar, parar ou controlar o volume do áudio quando este tocar automaticamente em página web durante mais de 3 segundos; oferecer opções para o usuário desligar, definir ou ajustar o limite de tempo definido pelo conteúdo; deixar de incluir em páginas web conteúdo que pisque mais de três vezes no período de um segundo, ou o *flash* deve encontrar-se abaixo dos limites de *flash* universal e *flash* vermelho; e oferecer mecanismo para ignorar blocos de conteúdo que são repetidos em várias páginas web. É essencial ressaltar a importância desta dimensão visto que cabe à TI instrumentalizar muitas ações promovidas pelas demais dimensões.

Por último, a dimensão Gestão de Pessoas, considerada neste trabalho como uma categoria individualizada por concentrar itens que dizem respeito à observância de requisitos de acessibilidade no tocante a seleção, registro, avaliação, alocação, adaptação, desenvolvimento e capacitação de pessoal. Essa dimensão foi composta por 25 itens, dos quais 52% foram considerados totalmente atendidos, 16% atendidos parcialmente e 20% não atendidos, assim como 12% considerados sem aplicabilidade para a Instituição pesquisada.

Dos 5 itens não atendidos, um dizia respeito ao cadastro detalhado de tipos de deficiência e suportes e recursos de adaptação necessários de forma individualizada, outro sobre a prioridade na tramitação dos processos administrativos relacionados a funcionários com deficiência e os outros 3 estavam relacionados a eventos e treinamentos. Este último aspecto aponta para a necessidade de inserção de módulos relacionados à inclusão social da pessoa com deficiência nas capacitações para gestores e em programas de ambientação de novos servidores, além da abordagem dessa temática de forma transversal a outros assuntos de interesse da instituição.

É possível constatar, a partir dos dados obtidos neste trabalho, o quão complexo é garantir a acessibilidade em um ambiente institucional, visto que não se trata simplesmente de reservar vagas para PcD ou instalar rampas de acesso. De 324 itens, 114 foram considerados totalmente atendidos pela Instituição, 77 atendidos parcialmente e 98 não atendidos. Pode-se

imaginar que um percentual de atendimento de 58% representa um grande avanço para a inclusão, porém, dada a especificidade de cada item, o não atendimento de um deles pode representar a exclusão de todo um grupo de pessoas de determinadas atividades.

As deficiências e as mobilidades reduzidas são diversas e devem ser contempladas em toda sua amplitude, sempre com a premissa de ensinar a construção e a manutenção de ambientes inclusivos. Por outro lado, observa-se que em alguns aspectos a acessibilidade já se encontra implementada, seja por cumprimento espontâneo das exigências legais, seja por demanda dos servidores das instituições ou de seus usuários. A partir de diagnósticos como o apresentado, é possível priorizar ações, realizar planejamentos e colocar em prática o que falta ser concretizado para viabilizar, enfim, a eliminação das barreiras que impossibilitam a ampla, segura e autônoma participação das PcD na sociedade brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais e políticos em defesa dos direitos das PcD continuam ativos e têm cada vez mais visibilidade e alcance com a difusão nas redes sociais e outras mídias digitais. Com isso, tem-se conseguido, por vezes, barrar ou sobrestar iniciativas de ordem legislativa tendentes a retroceder em conquistas já consolidadas, como foi o caso do Decreto N.º 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial. Seu teor contraria o modelo de inclusão de pessoas com deficiência nas classes comuns de escolas regulares, induz à privatização da educação, retoma o modelo biomédico de deficiência e intensifica processos de segregação e discriminação, além de não ter sido submetido à ampla discussão com a sociedade, tampouco com representantes dos movimentos de luta pelos direitos da pessoa com deficiência. Após várias manifestações, em dezembro de 2020 o Decreto teve seus efeitos suspensos por liminar em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (ADI 6590).

Por outro lado, a mera previsão legal não garante que os direitos das pessoas com deficiência estejam definitivamente assegurados. Isto porque não há fiscalização efetiva quanto ao cumprimento dos critérios de acessibilidade, com a consequente aplicação de sanções para aqueles que não os cumprem. Algumas alterações ou supressões em textos normativos configuram verdadeiros prejuízos à concretização da inclusão de PcD. Assim ocorreu com a publicação da Lei n.º 14.230, de 25 de outubro de 2021 (Brasil, 2021), que promove alterações na Lei n.º 8.429/1992, modificando e revogando diversos dispositivos,

dentre eles o inciso IX do art. 11, que previa:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: [...] IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação. (Brasil, 1992)

Isso representa, para o ordenamento jurídico brasileiro, a perda de um dispositivo que favorecia a fiscalização da implementação da acessibilidade. Portanto, percebe-se que os esforços direcionados ao cumprimento de políticas inclusivas concentram-se, em geral, em iniciativas das próprias pessoas com deficiência, de seus responsáveis e de suas entidades representativas, ou em ações isoladas de gestores conscientes do seu papel social.

Neste artigo buscou-se analisar a relevância da implementação da acessibilidade em uma instituição pública, o que se aplica também a escolas, universidades, shoppings, vias públicas e até prédios residenciais. Muitas normas e exigências se fazem necessárias para que as PcD sejam contempladas com a plena participação social. Constatou-se que, a despeito das dificuldades para o atendimento dos critérios normativos, quanto mais se avança nesse sentido, menos barreiras são impostas às pessoas com deficiência e o ambiente institucional torna-se mais igualitário e inclusivo.

Em se tratando de instituições públicas, a mera boa vontade dos gestores é insuficiente, uma vez que a adaptação de espaços, aquisição de mobiliários, de *softwares*, contratação de serviços e outras ações para a efetivação da acessibilidade exigem planejamento, disponibilidade orçamentária, processos licitatórios e deveriam levar em consideração a opinião das pessoas com deficiência. Ademais, a superação de barreiras atitudinais também deve fazer parte das políticas institucionais inclusivas, o que implica no envolvimento da área de gestão de pessoas, especialmente no tocante à qualidade de vida e bem-estar no trabalho, além da capacitação. Sendo assim, constatou-se que, como recomendado por Januzzi *et al.* (2019), o primeiro passo a ser dado para a promoção da acessibilidade é inserir o tema nos objetivos estratégicos das instituições e estabelecer uma unidade, com a participação de representante(s) das PcD, que possa atuar de forma transversal e auxiliar no planejamento, execução e monitoramento das ações inclusivas.

Embora pareça extremamente complexa, a promoção da acessibilidade não deve ser negligenciada, pois impacta, como visto, na vida de milhões de brasileiros com deficiência que têm direitos sociais, de acordo com o Art. 6º da CF, “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança [...]” (Brasil, 1988), como todos os demais cidadãos.

Para que a inclusão de pessoas com deficiência não fique sujeita a ideologias políticas ou a tendências governamentais passageiras faz-se necessário, mais do que a publicação de leis e atos normativos, garantir a sua concretização por meio de políticas públicas e, especialmente, promover uma reflexão sobre as representações sociais predominantes acerca das pessoas com deficiência. Isto porque é fundamental que a deficiência passe a ser reconhecida como uma característica humana e não mais de forma estereotipada como uma limitação, possibilitando, assim, a superação de barreiras atitudinais desfavoráveis à inclusão. Por este motivo, como recomendação para estudos futuros, sugere-se investigar as representações sociais da deficiência nas organizações, para que se avalie a necessidade de investimento em ações informativas e comunicacionais visando consolidar novas percepções sobre as PcD e, conseqüentemente, eliminar ou reduzir as barreiras atitudinais existentes.

Espera-se que os resultados desta pesquisa inspirem instituições públicas e privadas a avaliarem o atual nível de promoção da acessibilidade em que se encontram e a adotarem ações para a maximização do cumprimento dos critérios exigidos, impulsionando um movimento em direção à efetividade da inclusão das PcD no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

As referências do Artigo foram suprimidas e inseridas na seção REFERÊNCIAS, na parte final do texto.

4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DEFICIÊNCIA E PERCEPÇÕES SOBRE INCLUSÃO DE PCD — RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO COM TRABALHADORES DE UMA DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Este tópico aborda os resultados da segunda etapa da pesquisa de campo, voltada para a persecução do terceiro objetivo específico da pesquisa que consistia em “Identificar as RS de deficiência compartilhadas pelos trabalhadores da instituição pública federal participante da pesquisa e suas percepções sobre a inclusão de PcD no ambiente institucional”. Inicialmente seria apresentado em forma de Artigo, porém, devido à extensão da análise optou-se por se descrever todos os resultados e posteriormente organizá-los em Artigos, um dos quais já produzido e incluído nesta Tese como Apêndice A.

Serão descritos os procedimentos metodológicos adotados e em seguida apresentados os resultados alcançados, com as respectivas discussões e análises.

4.2.1 Instrumento de coleta de dados

A obtenção de informações nesta etapa da pesquisa de campo foi realizada com a utilização de um questionário semiestruturado planejado para possibilitar a investigação do conteúdo e da estrutura (organização) da representação social de deficiência do grupo definido, em alinhamento com a abordagem estrutural das RS (Abric, 2001).

Pode-se afirmar que os questionários mistos, com questões de caráter associativo elaboradas especificamente para a obtenção de dados voltados para a análise estrutural das representações, têm sido um método bastante utilizado para o estudo das RS, pois possibilita o acesso a uma maior quantidade de informações em pesquisas essencialmente qualitativas (Pereira, 2016). Para esta etapa da pesquisa a possibilidade de acesso a um maior número de sujeitos participantes não é indispensável, mas favorece a identificação de possíveis elementos pertencentes ao NC ou ao sistema periférico da RS por meio da análise prototípica, que se baseia na frequência e hierarquia dos termos evocados (Receptuti, 2020).

Em se tratando da abordagem estrutural e da TNC, os questionários tradicionais, com perguntas fechadas ou de múltipla escolha, ou mesmo as entrevistas, não predispõem o acesso à estrutura interna das RS como as evocações livres, conforme afirmado por Abric (2001):

O caráter espontâneo – e, portanto, menos controlado - e a dimensão projetiva dessa produção possibilitam o acesso, muito mais fácil e rápido do que em uma entrevista, aos elementos que constituem o universo semântico do termo ou do objeto estudado.

A associação livre permite atualizar elementos implícitos ou latentes que seriam suprimidos ou mascarados nas produções discursivas. (Abric, 2001, p. 59, tradução nossa).

Nesse sentido, o instrumento utilizado nesta etapa da pesquisa foi elaborado pela autora com subsídio em instrumentos validados e utilizados em outras pesquisas fundamentadas na abordagem estrutural das RS (Pereira, 2016; Vogel, 2016), considerando a complexidade que envolve os fenômenos representacionais.

O questionário foi estruturado no Google Forms (Apêndice D) e subdividido em quatro Seções:

- a) Seção 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE;
- b) Seção 2 - 10 questões fechadas para traçar o perfil sociodemográfico dos participantes;
- c) Seção 3 - Teste de Associação Livre de Palavras – TALP, para identificar o conteúdo e a estrutura das RS; e,
- d) Seção 4 - com 1 questão fechada e 4 questões abertas, para verificar as percepções dos respondentes acerca da inclusão de PcD na instituição.

O questionário inicia-se na Seção 1 com uma breve descrição da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa, seguida de esclarecimentos sobre o sigilo das informações pessoais e confidencialidade dos dados obtidos e, em caso de concordância com o TCLE, solicita-se a escolha por prosseguir com a participação na pesquisa.

Na Seção 2, as questões de 1 a 8, objetivaram caracterizar o grupo investigado (gênero, cor ou raça, faixa etária, vínculo com a instituição, tempo do vínculo, cargo ou função de confiança e escolaridade). A questão 8 indaga se o respondente é pessoa com deficiência e, em caso positivo, solicita informar qual o tipo da deficiência ou, caso negativo, qual o grau de convívio com pessoas com deficiência (convívio ocasional, convívio contínuo, não tem convívio). Essas informações permitiram identificar a constituição de eventuais subgrupos existentes dentro do grupo social investigado. Nas questões 9 e 10, buscou-se informações sobre o nível de conhecimento dos respondentes acerca da inclusão de PcD e das normas de acessibilidade.

A Seção 3 constituiu-se de uma questão de associação livre de palavras ao termo indutor “deficiência”, que possibilita ao sujeito evocar de forma rápida e espontânea termos ou palavras que representam o campo semântico dos elementos necessários para se compreender as RS do grupo sobre o objeto investigado, conforme preconiza a abordagem estrutural (Abric, 2001). Além do conteúdo das RS, portanto, deve-se identificar a sua

estrutura, motivo pelo qual, nesta etapa do questionário, os sujeitos da pesquisa evocaram quatro palavras associadas ao termo indutor e realizaram, em seguida, a hierarquização dessas palavras, por ordem de importância.

Ressalte-se que a constituição do significado do termo indutor “deficiência” é bastante controversa, conforme abordado no tópico 2.1 do Referencial Teórico, “Genealogia da deficiência”. Nos dicionários online Priberam e Aurélio, constam as seguintes definições para deficiência:

(de·fi·ci·ên·ci·a)
 substantivo feminino
 1. Imperfeição, falta, lacuna.
 2. [Medicina] Deformação física ou insuficiência de uma função física ou mental. (Deficiência. Priberam..., c2023).

Significado de Deficiência
 substantivo feminino
 Insuficiência orgânica ou mental.
 Defeito que uma coisa tem ou perda que experimenta na sua quantidade, qualidade ou valor. (Deficiência. Dicio..., c2023).

Entretanto, os significados sociais construídos em torno da palavra deficiência são os mais diversos, inclusive a legislação vigente baseia-se na concepção biopsicossocial do termo, motivo pelo qual para se trabalhar com o tema da inclusão de PcD, é essencial saber qual o entendimento das pessoas a esse respeito, sendo a abordagem estrutural da TRS uma possível e desejável via de identificação do conteúdo e da estrutura das RS de deficiência.

Por fim, na Seção 4, a questão fechada indagava se os respondentes consideravam a instituição participante da pesquisa inclusiva, tendo como opções as respostas sim, não ou parcialmente, com espaço aberto para justificativa. As questões 2, 3 e 4, de caráter dissertativo, visavam acessar as percepções existentes no grupo pesquisado a respeito das práticas inclusivas existentes na instituição, bem como sobre as ações que deveriam ser implementadas e as que não deveriam existir para promover a inclusão de PcD.

O questionário online foi disponibilizado para os servidores e colaboradores da instituição pública federal participante da pesquisa pelo e-mail institucional de divulgação coletiva interna, a partir do dia 31/10/2022, ficando disponível para preenchimento durante todo o mês de novembro de 2022. Como 95 prestadores de serviço terceirizado (dos postos de serviços de limpeza, copa e vigilância) da instituição não tinham acesso ao e-mail institucional, o questionário foi repassado para eles por meio de grupos no aplicativo Whatsapp, mas isso pode ter dificultado o acesso e/ou a disposição para responder a pesquisa.

4.2.2 Participantes

Em novembro de 2022 a instituição contava com um total de 754 colaboradores, dos quais 291 eram servidores públicos em efetivo exercício na instituição, 453 terceirizados e 10 estagiários (informações obtidas junto à área de gestão de contratos e de gestão de pessoas da instituição mediante consulta formalizada por e-mail pela pesquisadora). Desse universo, 104 pessoas responderam ao questionário disponibilizado, sendo que uma das respostas foi desconsiderada devido à manifestação de não concordância com os termos do TALP, embora o sujeito tenha concluído todas as etapas do questionário.

As informações sobre os participantes da pesquisa foram obtidas a partir das repostas à Seção 2 do questionário.

Em se tratando de pesquisa sobre RS de deficiência e percepções sobre a inclusão de PcD em um ambiente institucional, optou-se por inverter a ordem da análise dos dados para iniciar pela descrição dos perfis dos respondentes com deficiência.

Dos 103 participantes da pesquisa, 4 respondentes identificaram-se como PcD. É interessante observar que a informação obtida com a pesquisa difere do Painel Estatístico de Pessoal (Brasil, 2022), que na categoria de pessoas com deficiência declarada da instituição participante da pesquisa registra o quantitativo de 3 PcD, porém isso pode ser justificável devido às informações do Painel restringirem-se aos servidores públicos federais, enquanto que, dos participantes da pesquisa, 3 são servidores públicos investidos no cargo de Analista em C&T e 1 informou ser prestador de serviço terceirizado.

Dos 4 respondentes, 3 especificaram o tipo da deficiência, sendo 1 com deficiência física, 1 com deficiência visual e 1 com transtorno do espectro autista – TEA. Todos declararam ter entre 10 e 19 anos de instituição. Dos 4, apenas 1 se identifica com o gênero feminino, os outros 3 com o gênero masculino, e quanto à cor ou raça, 2 se declararam brancos e 2 pardos. Quanto à escolaridade, 1 informou ter graduação, 1 doutorado e 2 mestrado.

O único respondente que declarou ter cargo ou função comissionada é Analista em C&T, identifica-se com o gênero masculino, possui mestrado, tem entre 40 e 49 anos e especificou a sua deficiência como física.

De acordo com os dados da PNAD Contínua:

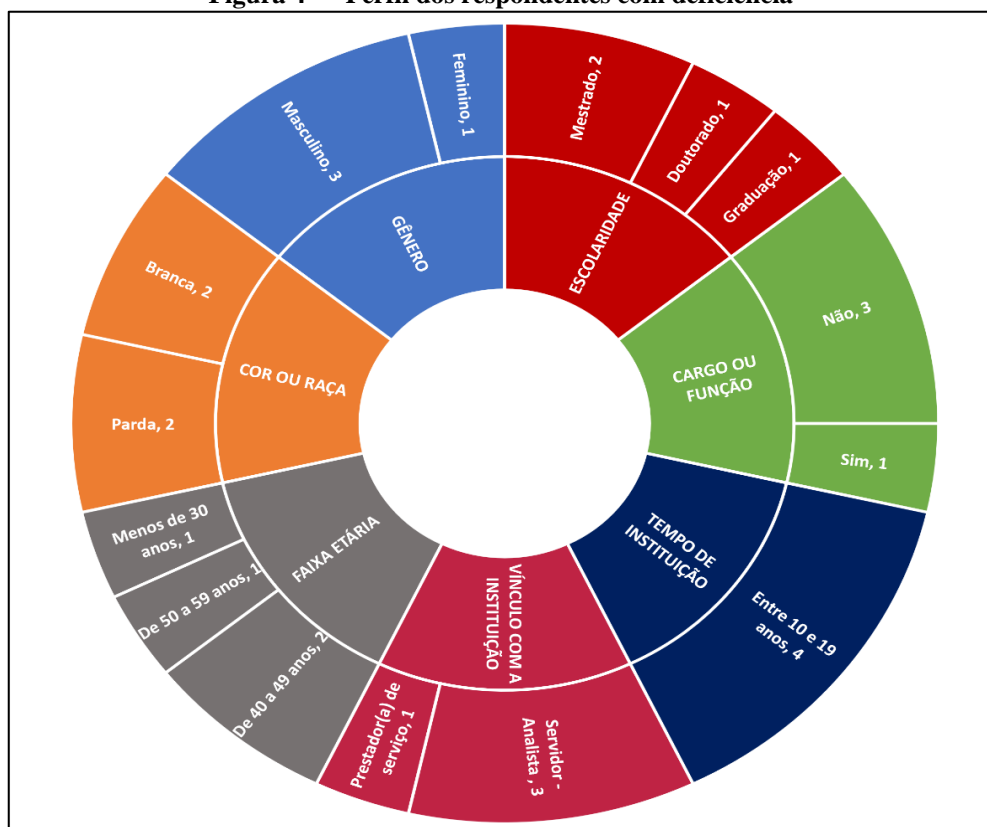
Cerca de 99,3 milhões de pessoas no Brasil estavam ocupadas em 2022, sendo que 4,7% dessas eram pessoas com deficiência. Em relação ao sexo, 42,6 milhões eram mulheres, das quais 2,3 milhões (5,4%) com deficiência. O contingente de homens ocupados foi de 56,7 milhões, sendo 4,1% desses, homens com deficiência (IBGE, 2022, p. 8).

No caso em análise, a taxa de aproximadamente 4% de PcD frente ao universo de 103 respondentes, coaduna-se com os parâmetros constatados PNAD Contínua (IBGE, 2022). Entretanto, se considerado o quantitativo total de colaboradores da instituição (754, entre servidores e outros), o percentual cai para 0,05%, mesmo índice constante do Painel Estatístico de Pessoal para a instituição (Brasil, 2022).

Considerando especificamente o objetivo desta etapa da pesquisa de campo os marcadores sociais de gênero e raça podem ser considerados ilustrativos, visto que não se busca diferenciar as representações por esses parâmetros. Entretanto, em pesquisas sobre a discrepância salarial dos trabalhadores(as) no Brasil, ou mesmo sobre a entrada e a permanência das PcD no mercado de trabalho, a análise dessas interseccionalidades é determinante para demonstrar como diferentes sistemas de desigualdade interagem e produzem tipos diversos de discriminação (Soares *et al.*, 2022).

Todos os dados anteriormente descritos referentes às PcD participantes da pesquisa foram compilados no gráfico constante da Figura 4, a seguir:

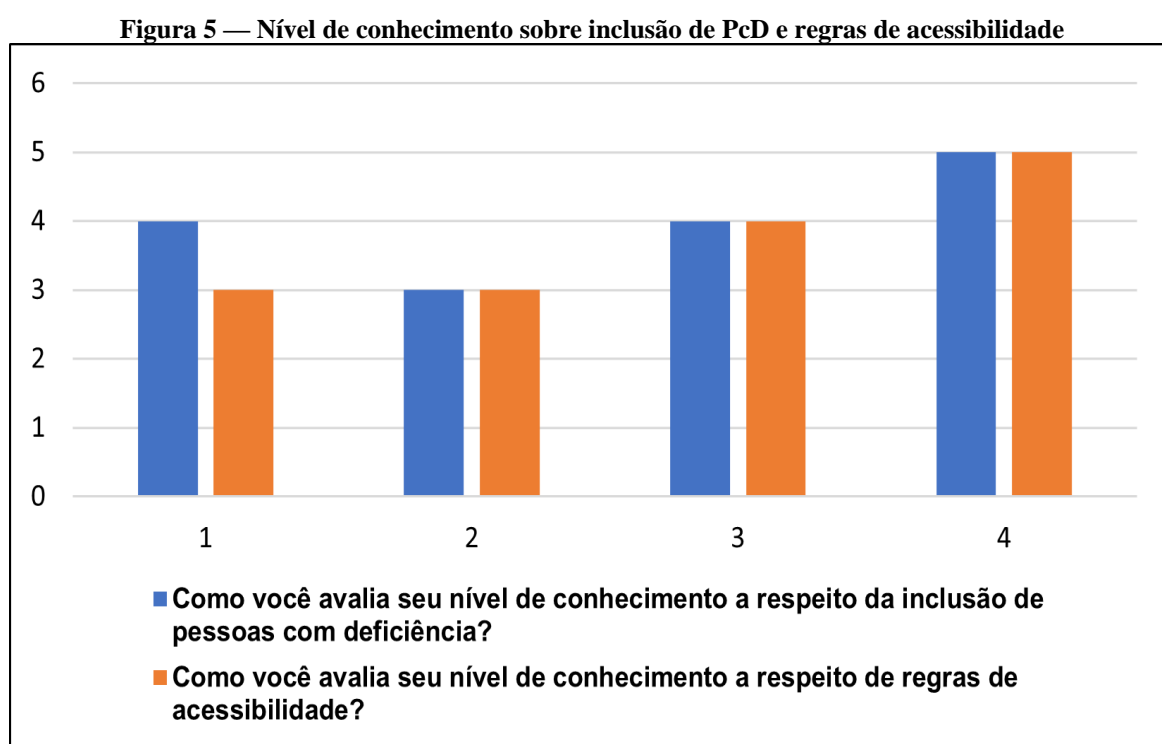
Figura 4 — Perfil dos respondentes com deficiência



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Um aspecto interessante ainda correlacionado ao subgrupo das PcD que responderam à pesquisa se refere à pergunta sobre o convívio com PcD, pois na elaboração do questionário havia a intenção de que fosse uma alternativa para aqueles que não declararam ser PcD. Entretanto, todos os declarantes optaram por responder a pergunta, havendo 1 que informou não ter convívio com PcD, 2 que têm convívio ocasional e 1 que tem convívio contínuo.

Quanto à avaliação pessoal sobre o nível de conhecimento a respeito da inclusão de pessoas com deficiência e das regras de acessibilidade, apenas 1 respondente escolheu o nível 5 para as duas categorias, que correspondia ao nível ‘muito alto’ na escala Likert de 1 a 5 (Figura 5).

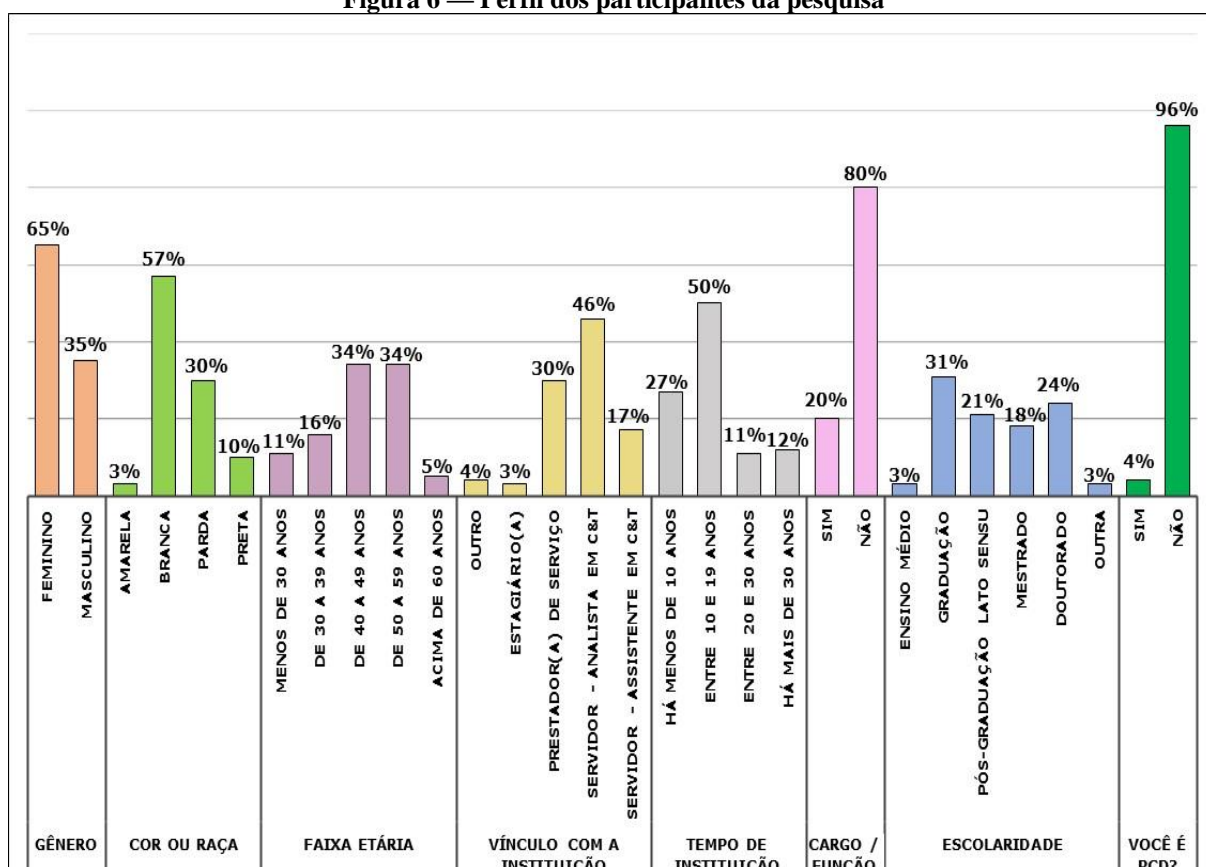


Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Por fim, no espaço aberto para comentários na Seção 2, apenas 1 dos respondentes com deficiência optou por manifestar-se, e registrou que a instituição ainda estava “engatinhando na forma como lidar com pessoas com deficiência, especialmente no campo cognitivo”.

Esgotada a análise dos respondentes com deficiência, a seguir serão analisadas as principais características dos participantes da pesquisa, compiladas na Figura 6, incluindo no quantitativo geral as PcD:

Figura 6 — Perfil dos participantes da pesquisa



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Dos 103 respondentes válidos, 4 identificados como PcD e 99 sem deficiência declarada, 65% identificaram-se com o gênero feminino. Predominaram os respondentes que se autodeclararam brancos (57%), na faixa etária entre 40 e 59 anos (68% – sendo 34%, de 40 a 49, e 34%, de 50 a 59), servidores investidos no cargo de Analista em C&T (45%), com tempo de instituição entre 10 e 19 anos (50%) e não ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada (80%).

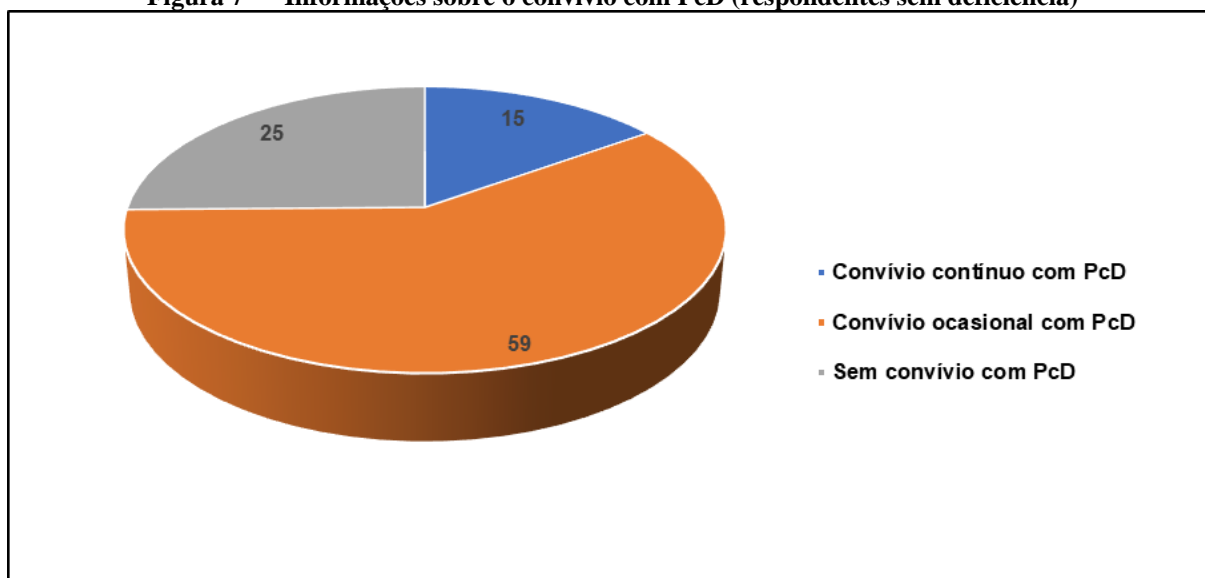
A título de descrição da imagem, dos demais respondentes, aproximadamente 3% se autodeclararam de cor/raça amarela, 30% como pardos e 10% pretos; 11% tinham menos de 30 anos, 16% estavam na faixa etária de 30 a 39 anos e 5% tinham mais de 60 anos; quanto ao vínculo com a instituição, 31% eram prestadores de serviço, 17% eram servidores investidos no cargo de Assistente em C&T, 3% eram estagiários e 4% marcaram a opção “outro” (3 destes especificaram a opção: colaborador, agente de Telecomunicações e Eletricidade e Gabinete - recrutamento amplo); 27% estavam há menos de 10 anos na instituição, 11% tinham entre 20 e 30 anos de vínculo e 12% informaram ter mais de 30 anos na instituição.

No que concerne à escolaridade, observa-se que, de modo geral, o perfil dos respondentes da pesquisa é formado por pessoas com nível superior (93%). Em torno de 41%

declararam possuir mestrado (18%) ou doutorado (23%), enquanto 21% informaram possuir especialização/pós-graduação lato sensu e 31%, graduação. Destaca-se que todos os respondentes do cargo de Assistente em C&T, cujo nível exigido para ingresso é o nível médio, informaram possuir nível superior (6 – graduação; 11 - pós-graduação lato sensu; 1 – mestrado). 3 respondentes, com vínculo de prestadores de serviço, declararam ter ensino médio completo e das 3 respostas classificadas como “outra”, na categoria escolaridade, 1 respondente informou possuir o nível fundamental incompleto, 1 ser doutorando e outro possuir pós-doutorado. Trata-se, portanto, de um grupo com nível de escolaridade bastante elevado, que em sua maioria (63%) pertence à carreira de Ciência e Tecnologia.

Com relação aos parâmetros de convívio com PcD, é possível observar na Figura 6 que em torno de 60% dos respondentes sem deficiência declarada afirmaram ter convívio ocasional com PcD no trabalho ou no cotidiano, enquanto aproximadamente 15% declararam ter convívio contínuo e 25% não ter convívio com PcD.

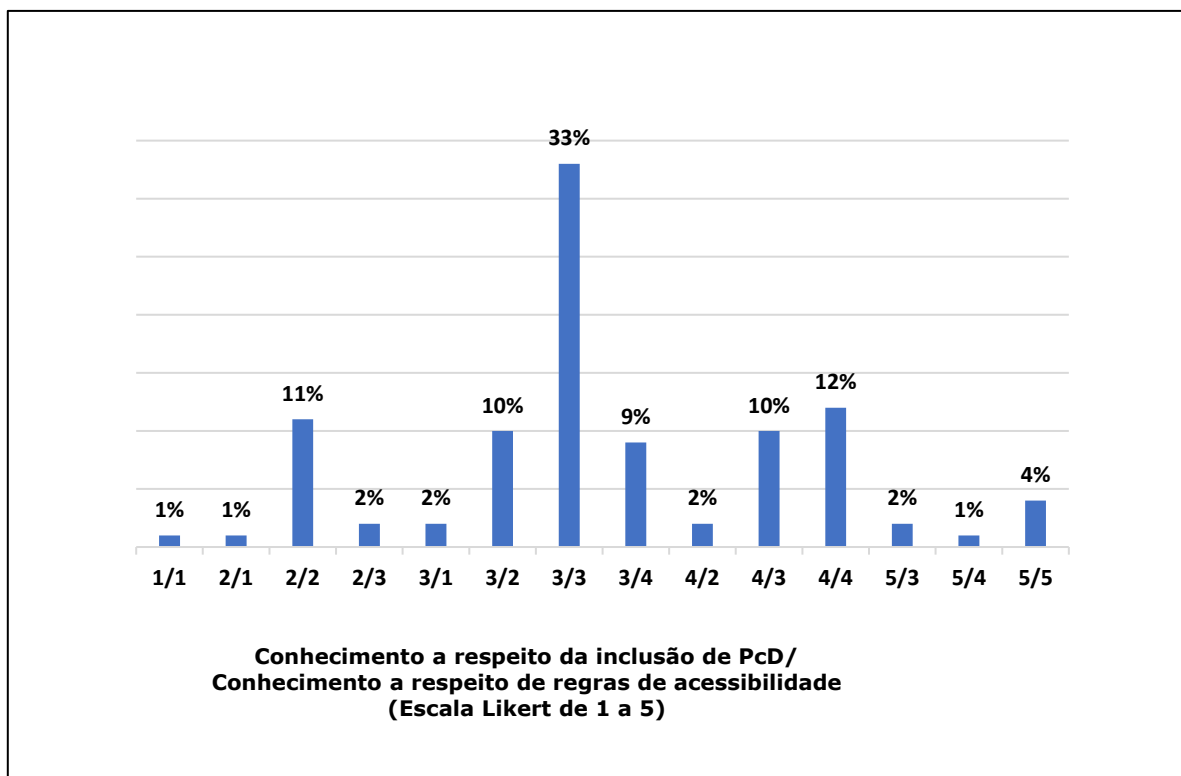
Figura 7 — Informações sobre o convívio com PcD (respondentes sem deficiência)



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A Figura 8, por sua vez, compila o quantitativo de respostas conforme a avaliação dos respondentes sem deficiência quanto ao nível de conhecimento pessoal a respeito da inclusão de PcD e das regras de acessibilidade, podendo variar de 1 a 5, na escala Likert, para cada tipo de conhecimento (por exemplo: 9 participantes avaliaram seu conhecimento a respeito da inclusão de PcD como de nível 3 e seu conhecimento a respeito de regras de acessibilidade como de nível 4 = 3/4):

Figura 8 — Nível de conhecimento a respeito da inclusão de PcD e das regras de acessibilidade (respondentes sem deficiência)



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Em torno de 33% dos respondentes informaram possuir um conhecimento médio (3/3) nas duas opções, apenas 1%, ou seja, uma pessoa avaliou seu conhecimento como muito baixo (1/1) e 4% consideraram ter conhecimento máximo (5/5) nas duas categorias. Percebe-se que 40% dos participantes consideraram ter um nível de conhecimento acima da média (de 3/4 até 5/5), somando-se os dois tipos de conhecimento.

Buscou-se com as três últimas questões (nível de convívio e de conhecimento sobre inclusão e acessibilidades) possibilitar análises correlacionais entre os termos evocados e a caracterização do grupo ou mesmo constatar eventuais diferenças entre as RS manifestadas por subgrupos.

Ao final da Seção 2 do questionário, foi aberto espaço para comentários e a seguir serão registrados os textos produzidos pelas pessoas sem deficiência que optaram por se manifestar. Os textos foram compilados no Quadro 4, mantidas as redações dadas pelos respondentes, com edição apenas dos trechos que identificavam a Instituição. Foi realizada a categorização e, em seguida, o agrupamento das unidades de registro em categorias comuns, conforme proposto por Bardin (2016):

Quadro 4 — Registro dos comentários à Seção 2 do questionário

CATEGORIA	TRECHOS PRODUZIDOS PELOS RESPONDENTES
1. Reconhecimento da atuação da instituição.	1.1 - Por ter uma colega deficiente visual atuante a própria instituição promoveu palestras e mais informações com o apoio da servidora, q convidou outras pessoas e abriu espaço de fala
2. Reconhecimento da importância do tema e interesse em ampliar o conhecimento a esse respeito.	2.1 - Gostaria de conhecer mais
	2.2 - Deveria ter informações de colaboradores com deficiência
	2.3 - Acredito que devemos apresentar mais informações aos agentes públicos sobre a conscientização da necessidade da acessibilidade no ambiente público.
	2.4 - Acredito que quanto mais informação é melhor para termos conhecimento sobre esse ou qualquer outro assunto, mas acredito também que cada um deve se interessar e buscar o próprio conhecimento, tendo em vista, que não deveríamos constranger quem tem algum tipo de deficiência a fim de saber como é e o que fazer.
	2.5 - O assunto é muito importante. Os órgãos públicos deveriam dar mais atenção ao assunto através de palestras, informativos, treinamento aos funcionários
	2.6 - Convivo com familiar com deficiência auditiva e busco informações sempre a respeito e vejo o quanto sempre tem algo novo que pode ampliar a qualidade de vida da pessoa com deficiência. Preciso muito ampliar meu nível de conhecimento a respeito da inclusão de pessoas dos mais variados tipos de deficiência. Necessitamos também no nosso setor [...] ampliar os conhecimentos sobre acessibilidade [...] E gostaríamos que também possam ser promovidos capacitação e curso sobre acessibilidade e inclusão em divulgação científica aos servidores e colaboradores.
3. Contribuições para a pesquisa (questionamentos e sugestões).	3.1 - Qual o sentimento que as pessoas guardam diante de uma pessoa com deficiência?
	3.2 - Gostaria de colaborar com a pesquisa sugerindo a questão: Você busca se informar a respeito das normas/regras de acessibilidade? (Cartilhas, folhetos, sites)
	3.3 - O ambiente de trabalho tem mecanismos/dispositivos para inclusão de pessoas com deficiência?
	3.4 - Gostaria de chamar atenção para deficiências que não estão previstas em lei, como a deficiência tátil (redução significativa do sentido do tato). Acho que uma pesquisa sobre deficiências físicas deveria levar isso em consideração.

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Durante as análises e discussões sobre as RS e percepções manifestadas pelos participantes os comentários acima serão revisitados.

4.2.3 Cenário de pesquisa

A segunda etapa da pesquisa de campo foi aplicada na mesma instituição pública da primeira etapa, tendo em vista a complementariedade dos resultados de ambas. Trata-se, portanto, de instituição da Administração Pública Federal, com sede única em Brasília/DF, da área de Ciência e Tecnologia, com quadro de pessoal, em novembro de 2022, de 754

trabalhadores entre servidores, prestadores de serviços terceirizados e estagiários. A instituição foi escolhida devido ao alto nível de formação de seus servidores e da interface com o ambiente acadêmico em suas ações de fomento, fatores considerados potencialmente intervenientes na consolidação de RS, uma vez que “o desenvolvimento da ciência, sua crescente importância na educação e difusão na sociedade contribuem para alimentar continuamente o senso comum com os novos objetos de representação” (Clémence *et al.*, 2014, p. 238).

4.2.4 Procedimentos de análise das informações

Considerando os objetivos propostos para esta etapa do estudo, o instrumento adotado para a coleta de dados e o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, optou-se por efetuar a análise textual dos dados obtidos com o auxílio de dois *softwares* gratuitos: o openEvoc e o IRaMuTeQ (*Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de Questionnaires*).

A análise das respostas à Seção 3, ou seja, do resultado do teste de associação livre de palavras – TALP, foi realizada com o auxílio do software openEvoc, desenvolvido por Sant’anna (2012), para:

[...] oferecer recursos de apoio à coleta, processamento, análise e visualização de dados a partir de funções básicas da estatística descritiva – cálculo de frequências e porcentagens, médias, medianas, moda – somadas a um conjunto de características incorporadas ao programa com o intuito de facilitar ou agilizar as etapas do processo. A funcionalidade essencial do programa consiste em coletar dados e processá-los de forma a gerar as tabelas de contingências de forma similar ao EVOC. As demais funcionalidades se aproveitam dos recursos envolvidos na construção do quadro de frequências e da ordem de evocação para desempenhar ações mais simples, tais como gerar gráficos estatísticos elementares (setores, barras, linhas, dispersão), tabelas de distribuição de frequências e mesmo cálculos de correlações simples. (Sant’Anna, 2012, p. 98).

O openEvoc possibilita a realização de uma análise prototípica, técnica aplicada às evocações livres que “parte do pressuposto que os elementos da representação social com importância em sua estrutura são mais prototípicos, isto é, mais acessíveis à consciência” (Wachelke; Wolter, 2011, p. 522). Por esse motivo, as palavras pertencentes ao núcleo central e ao sistema periférico das RS são separadas em quadrantes (Figura 2), com base no cálculo da frequência dos termos evocados e da ordem média de evocações - OME (Wachelke; Wolter, 2011; Sant’Anna, 2012).

Nessa etapa da análise, os dados referentes às evocações de palavras foram extraídos

do Google Forms em uma planilha do Microsoft Excel e organizados conforme a priorização estabelecida pelos respondentes, de 1 a 4, sendo a 1ª a mais importante e a 4ª a menos importante. Dos 103 respondentes, apenas 4 deixaram de evocar as quatro palavras (3 prestadores de serviço e 1 estagiário), dos quais 2 evocaram apenas uma palavra, 1 evocou duas palavras e 1 evocou três palavras, obtendo-se o total de 402 termos, com 147 termos diferentes. Após o tratamento da planilha, apenas com a correção de algumas palavras com erros de digitação (o que poderia provocar duplicidade), esta foi salva em formato CSV UTF 8 (delimitado por vírgulas), conforme exigido pelo software, e importada por *upload* no site openEvoc (c2023) para realização das análises referentes às evocações, com a finalidade de identificar a estrutura das RS de deficiência para os trabalhadores da instituição pesquisada.

Já as respostas às questões discursivas formuladas na Seção 4 para acessar as percepções dos trabalhadores sobre a inclusão de PcD na instituição foram analisadas por meio do IRaMuTeQ, *software* livre produzido pela equipe do Laboratório de Estudos de Pesquisas Aplicadas em Ciências Sociais – LERASS, e com atribuição de direitos a Pierre Ratinaud, que realiza a análise textual a partir da identificação do contexto, do vocabulário e de especificidades de palavras por meio de análises lexicais e de similitude, além da classificação hierárquica descendente (CHD ou também conhecida como método Reinert), que possibilita organizar as respostas ao questionário em classes, que são representadas por meio de dendrogramas (Camargo; Justo, 2013; Fernandes, 2000). Ademais, é possível extrair nuvens de palavras a partir da frequência constatada no *corpus* textual.

As respostas à Seção 4 também foram extraídas do Google Forms em uma planilha do Microsoft Excel e em seguida transcritas segundo as exigências dos códigos do IRaMuTeQ, com a edição de frases de modo a compatibilizar o *corpus* aos dicionários constantes do programa. Apenas as questões dissertativas sobre as percepções de inclusão de pessoas com deficiência foram submetidas às análises oferecidas pelo IRaMuTeQ.

Com o propósito de fazer cumprir o terceiro objetivo específico desta tese, que implica em “Identificar as RS de deficiência compartilhadas pelos trabalhadores da instituição pública federal participante da pesquisa e suas percepções sobre a inclusão de PcD no ambiente institucional”, foram empreendidas as análises pertinentes, conforme delineamento anteriormente detalhado. Dessa forma, a seguir serão apresentados e discutidos os dados e resultados obtidos.

4.2.5 Processamento e análise de dados com o openEvoc

A seguir serão relatados todos os procedimentos adotados para lançamento dos dados e extração das informações pertinentes com o *software* openEvoc, bem como as respectivas análises.

4.2.5.1 Definição dos parâmetros para obtenção dos dados no openEvoc

Faz-se necessário iniciar este tópico com alguns esclarecimentos quanto à escolha dos parâmetros utilizados para cálculo e definição dos pontos de corte a serem lançados no software de análise:

Não parece haver motivos explícitos ou claros para opção por um ou outro critério na inclusão de palavras para análise e determinação dos pontos de corte relativos às coordenadas de frequência e ordem de evocação. A escolha dos autores por um ou outro procedimento é geralmente realizada por razões particulares, talvez por facilidade de interpretação ou necessidade de ilustrar algum aspecto específico de resultados de pesquisa. Assim, é imprescindível que ao se realizar e relatar uma análise prototípica, sejam fornecidas informações referentes ao tratamento de equivalência das evocações, da distribuição das formas evocadas no corpus e da construção dos quadrantes de análise. (Wachelke; Wolter, 2011, p. 524).

Wachelke e Wolter (2011) são citados em diversos trabalhos acadêmicos (339 citações conforme Scielo Brasil) no que concerne às delimitações para composição do quadro de resultados da análise prototípica. Nesse sentido, no tocante à definição do ponto de corte da frequência, os autores registram que “o procedimento original proposto por Vergès (1992) é o cálculo da frequência média dentre as respostas, após exclusão das evocações com baixas frequências” (Wachelke; Wolter, 2011, p. 523).

Primeiramente, portanto, foi necessário definir a frequência mínima, o que foi feito com base na análise da distribuição dos termos evocados. Do total de 402 evocações, 26 termos foram evocados 4 ou mais vezes, somando-se 240 evocações (mais de 50% das evocações). Dessa forma, definiu-se a frequência mínima como 1% dos termos, ou seja, 4.

A partir da definição da frequência mínima, foi realizado o cálculo da frequência média, excluídas as evocações com baixas frequências. Dividiu-se, assim, as 240 evocações pelos 26 termos identificados e chegou-se a uma média de 9,23 evocações por termo, o que daria 2,2% de frequência média do total de evocações. Entretanto, o registro desse parâmetro no openEvoc (Sant’Anna, 2012) não difere do resultado obtido com 2% de frequência média, o que corresponde a 8 evocações. Dessa forma, definiu-se o percentual de 2% para o cálculo

da frequência média.

Por fim, o ponto de corte da OME foi obtido a partir do cálculo da média das ordens de evocação, de 1 a 4 ($1+2+3+4 = 10/4$), do qual resultou o valor de 2.5. Este parâmetro também tem respaldo em Wachelke e Wolter (2011), que preconizam para o cálculo da OME a utilização da mediana do número de evocações, quando este for ímpar, e da média das ordens de evocação quando as solicitações de resposta por participante for par.

O Quadro 5 a seguir, adaptado de Wachelke e Wolter (2011, p. 524), compila os parâmetros utilizados para a realização da análise prototípica dos dados obtidos na pesquisa:

Quadro 5 — Parâmetros para a análise prototípica

Informações referentes ao tratamento de equivalência dado às evocações:	Parâmetros de análise utilizados nesta pesquisa:
• Lematização (redução ao radical), categorização por conteúdo, ou outra possibilidade.	• Correção da escrita das palavras, retirada de espaços ao final.
Informações referentes à distribuição de palavras e critérios de construção dos quadrantes	
<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da amostra – 103 participantes; • Total de evocações – 402 termos; • Total de termos diferentes – 147 termos diferentes; • Frequência média de evocações – 2% do total de evocações = 8; • Frequência mínima das evocações – 1% do total de evocações = 4; • Ponto de corte para OME - foi empregado o critério da média das ordens de evocação. Como a escala era de 1 a 4, obteve-se o valor de 2,5. 	

Fonte: elaborado pela autora, 2023 (adaptado de Wachelke; Wolter, 2011, p. 524).

4.2.5.2 Análise das evocações de palavras

Com o *corpus* da pesquisa importado para o openEvoc (Sant’Anna, 2012), foi iniciada a análise dos dados, com a seleção dos campos referentes às evocações e da opção “Gerar tabela de frequências e ordens (Rangmot)”. Após a primeira análise realizada com os parâmetros do software (Frequência média 0.25/OME 2.75/Frequência mínima 0), repetiu-se o procedimento com a alteração dos parâmetros para constar os que foram definidos para esta pesquisa (Frequência média 2.0/OME 2.5/Frequência mínima 1.0).

O openEvoc, como já mencionado, utiliza a frequência dos termos evocados e a OME para descrever a estrutura prototípica das RS e organizar os elementos representacionais em um quadro de quatro casas (quadrante de Vergés), que simbolizam graficamente o sistema central e periférico das representações (núcleo central, zona de contraste, primeira e segunda periferias).

Dos 147 termos diferentes extraídos da pesquisa, apenas 26 termos foram contemplados no Relatório Geral de Evocações e compuseram configuração gráfica dos quadrantes de Vergés, conforme Quadro 6 a seguir:

Quadro 6 — Estrutura da RS de deficiência — Frequência x Ordem de Evocação

++	Frequência ≥ 2% / OME < 2.5		+-	Frequência ≥ 2% / OME ≥ 2.5	
9.2%	acessibilidade	1.97	8.96%	dificuldade	2.69
7.71%	inclusão	1.74	3.48%	respeito	2.64
3.23%	preconceito	2.23			
2.49%	limitação	2.1			
-+	Frequência < 2% / OME < 2.5		--	Frequência < 2% / OME ≥ 2.5	
1.99%	superação	2.25	1.99%	empatia	2.63
1.24%	desafio	2.4	1.99%	exclusão	2.63
1%	especial	1.5	1.49%	discriminação	2.5
1%	direitos	1.5	1.24%	física	2.6
1%	cuidado	2	1.24%	cego	3
1%	cadeirante	2.25	1.24%	igualdade	3.2
1%	mobilidade	2.25	1.24%	adaptação	3.2
			1%	acolhimento	2.5
			1%	necessidade	2.75
			1%	oportunidade	2.75
			1%	luta	2.75
			1%	capacitismo	2.75
			1%	surdo	3

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

No quadrante superior à esquerda são alocados os termos integrantes do NC, que nesta pesquisa possuem frequência média $\geq 2\%$ e $OME < 2,5$. Os termos encontrados tendem a refletir a homogeneidade do grupo e são considerados consensuais e estáveis (Sá, 1996; Abric, 2001). Os termos se destacam por terem sido evocados mais vezes (acessibilidade, 37 vezes; inclusão, 31 vezes; preconceito, 13 vezes; e limitação, 10 vezes) e classificados como muito importantes e de alto valor simbólico (o que equivale a uma OME mais baixa).

Em seguida, encontram-se os termos alocados no quadrante superior à direita, considerados elementos da primeira periferia. São termos com frequências altas, mas considerados de menor importância na classificação da ordem de evocação. Apenas ‘dificuldade’ e ‘respeito’ foram classificados na primeira periferia, sendo que a frequência de evocação da primeira foi o dobro da segunda.

Os termos com frequência inferior à média e OME abaixo do valor de corte integram o quadrante inferior à esquerda, considerada a zona de contraste da RS, visto que podem indicar a existência de pequeno(s) subgrupo(s) com outros valores simbólicos (Sant’Anna, 2012).

O último quadrante, no canto inferior à direita do Quadro 6, é denominado como segunda periferia e nele estão os termos com frequências menores do que a média e valores para OME maiores ou iguais ao valor de corte. São termos com baixa saliência e baixo valor simbólico para a RS e expressam maior adaptação tanto ao contexto social imediato, quanto às características dos integrantes do grupo.

É importante lembrar que o NC desempenha um papel organizador da estrutura do campo representacional e que, por outro lado, é determinado pelas referências normativas e ideológicas do grupo (Fernandes, 2000; Abric, 2001). Devido à sua função geradora, os elementos centrais atribuem sentido e significado à representação, possibilitam a compreensão dos elementos periféricos, bem como revelam a relação que existe entre os indivíduos e o objeto, direcionando suas ações (Alves, 2018).

O NC identificado a partir dos parâmetros previamente definidos para a análise das RS do grupo de trabalhadores participantes desta pesquisa revela ser composto por dois termos, acessibilidade e inclusão, que podem ser classificados como termos positivos, e por outros dois, preconceito e limitação, que denotam uma visão negativa. Os aspectos ‘positivos’ superam os ‘negativos’ em frequência (68 evocações dos positivos x 23 evocações dos negativos) e quanto à ordem de importância atribuída pelos participantes ou OME.

Entretanto, a análise do NC da RS de deficiência deve pautar-se, primordialmente, pelo conceito científico atualmente reconhecido pela legislação brasileira, visto que os objetos das representações, conforme a TRS, devem derivar de teorias científicas (Clémence *et al.*, 2014). O conceito de pessoa com deficiência adotado pela LBI decorre do modelo biopsicossocial, modelo reconhecido e utilizado pela CIF que, dentre seus objetivos específicos, busca “proporcionar uma base científica para a compreensão e o estudo da saúde e das condições relacionadas à saúde, de seus determinantes e efeitos” (OMS, 2008, p. 16)

Recapitulando a definição da LBI:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem **impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, o qual, em **interação** com uma ou mais **barreiras**, pode **obstruir sua participação** plena e efetiva na sociedade **em igualdade de condições** com as demais pessoas. (Brasil, 2015, grifo nosso)

Em complementação, a mesma Lei, no § 1º, do Art. 2º, estabelece que:

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
I - os **impedimentos** nas **funções** e nas **estruturas do corpo**;
II - os **fatores socioambientais, psicológicos e pessoais**;
III - a **limitação** no **desempenho de atividades**; e
IV - a **restrição de participação**.
(Brasil, 2015, grifo nosso)

Por conseguinte, observa-se que, dos quatro elementos integrantes do NC, apenas a palavra ‘limitação’ está expressamente citada no texto legal e, portanto, encontra respaldo científico para estar conectada à ideia de deficiência. Com isso, não se pretende afirmar que a deficiência equivale a uma limitação, mas que a sua representação, se derivada da visão científica em uso, deveria contemplar este termo por fazer parte dos critérios para a sua avaliação.

Porém, a interpretação da definição legal e de grande parte da produção acadêmica sobre o tema tem reiteradamente afirmado que a deficiência não corresponde a uma incapacidade ou às eventuais limitações decorrentes do impedimento, devendo-se evidenciar as potencialidades viabilizadas a partir da eliminação das barreiras sociais existentes. Assim, evocar as palavras ‘acessibilidade’ e ‘inclusão’ pode significar compreender que a deficiência deve vir acompanhada dos meios para a superação dos eventuais limites, sendo a acessibilidade o principal deles e a inclusão o resultado almejado. Nesse ponto, cabe revisitar a informação de que mais de 70% dos respondentes informaram possuir conhecimento mediano ou acima da média sobre inclusão e acessibilidade (Figuras 5 e 8).

Ademais, tendo em vista que por meio da ancoragem os indivíduos integram “o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando-o e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social” (Trindade *et al.*, 2014, p. 148), entende-se que os trabalhadores participantes da pesquisa possuem uma rede de significações permeada por referenciais de acessibilidade e inclusão. Isto porque, conforme mencionado na descrição do cenário da pesquisa, a instituição pesquisada possui um reconhecido Programa de Qualidade de Vida e, a partir de diagnósticos realizados periodicamente, estabelece Projetos de Qualidade de Vida no Trabalho que buscam reduzir as fontes de mal-estar no trabalho, sendo que os desafios relativos à acessibilidade são considerados como transversais a todos os demais. Em divulgação dos resultados da pesquisa de QVT realizada em 2019, foram identificadas as seguintes iniciativas de promoção de acessibilidade e à redução de barreiras às PcD:

- a) inclusão de legenda nas imagens publicadas em matérias do Portal;
- b) descrição e reprodução dos textos de informes divulgados por imagens no corpo

- de e-mails;
- c) avaliação quanto à acessibilidade dos canais de comunicação;
- d) promoção de campanhas internas de conscientização quanto aos direitos das pessoas com deficiência;
- e) realização de eventos, em celebração de datas comemorativas como: Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, em 2016; Dia do Cego, em 2017; e Dia Nacional de Luta das Pessoas Com Deficiência, em 2018;
- f) construção de um portal mais acessível na internet; e,
- g) instalação de sinalização em braile nas placas de identificação do Edifício Sede.

Conforme resultados da pesquisa sobre acessibilidade constante do item 4.1 deste estudo, foi constatado um percentual de 58% de atendimento total ou parcial dos requisitos de acessibilidade pela instituição, embora nenhum dos itens da dimensão ‘Gestão da Acessibilidade’, que diz respeito ao planejamento, execução e monitoramento transversal das ações de promoção da acessibilidade, tenha sido avaliado como atendido.

Assim, considerando-se que o objeto de RS em questão permeia, de forma consistente, práticas do grupo pesquisado, inclusive envolvendo a conversação (por meio de palestras e eventos) e a exposição a meios de comunicação internos (campanhas internas de conscientização), justifica-se a evocação dos termos ‘acessibilidade’ e ‘inclusão’ como elementos centrais da RS de deficiência sendo possível afirmar que estes indicam a relação do objeto com o grupo e o contexto ideológico ou o sistema de valores que o orienta (Sá, 1998; Fernandes, 2000).

Quanto à evocação do termo ‘preconceito’, pode justificar-se tanto pela vivência práticas das PcD e daqueles que com elas convivem, quanto pela grande disseminação midiática de casos de discriminação contra PcD e de retrocessos tentados contra os direitos da PcD, especialmente no período compreendido entre 2018 e 2022, referente ao último governo. Em matéria da Revista Carta Capital, Sipoli (2021) registra algumas tentativas de retirar conquistas que favorecem a inclusão, como o Projeto de Lei 6.159/19 (Brasil, 2019), que propôs alterações ao artigo 93 da Lei 8.213/91 (Brasil, 1991) e implicava em evidentes óbices à contratação destinada às PcD, e o Decreto 10.502/2020 (Brasil, 2020), já revogado, que inviabilizava a inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência em escolas regulares, por prever o seu atendimento por meio de classes e instituições específicas, em claro retorno à integração escolar. Sobre este último repercutiu a declaração do então Ministro da Educação, que contraria princípios da educação inclusiva e até o Plano Nacional de Educação, de que haveria crianças com grau de deficiência em que “é impossível a convivência” (Sipoli, 2021). Posteriormente a análise desse termo será retomada em paralelo

com outros elementos da representação.

Conforme registra Lahlou (2014):

[...] a difusão das representações sociais pode ser considerada um modo evolutivo de construção social, uma vez que a transmissão, longe de ser uma replicação, é na verdade uma reprodução seletiva que modifica a imagem do objeto em seus confrontos com as diferentes comunidades onde passa. (Lahlou, 2014, p. 127–128)

Assim, a complementação do NC pelos demais quadrantes que integram a representação é fundamental, pois os elementos periféricos desempenham um papel essencial na dinâmica da RS, uma vez que agem como protetores do sistema central e como prescritores de comportamentos, por estarem mais ancorados à realidade do momento (Fernandes, 2000; Flament, 2001). Na perspectiva da abordagem estrutural, duas RS só serão consideradas diferentes se seus elementos centrais não coincidirem, visto que os sistemas periféricos podem expressar fortes diferenças interindividuais (Fernandes, 2000).

Da análise das palavras que integram o segundo quadrante, referente aos elementos periféricos, ‘respeito’ teve apenas 3,48% de frequência, distanciando-se da palavra ‘dificuldade’, que apresentou 8,96% de frequência, estando abaixo apenas de ‘acessibilidade’ no núcleo central. Esse percentual poderia ter sido ainda maior, caso a pesquisa tivesse adotado a lematização e incorporado ‘difícil’ e ‘difícil acesso’ à contagem, cada termo com uma evocação. Ainda que tenha sido evocado 36 vezes, o termo foi classificado como de primeira e de segunda importância apenas 8 vezes cada; de terceira, 7 vezes; e, 13 vezes como de quarta importância.

A quantidade de evocações de ‘dificuldade’, entretanto, se analisada em conjunto com a saliência (maior frequência + maior hierarquia) dos termos ‘preconceito’ e ‘limitação’, pode indicar que esse elemento periférico desempenha a função de adaptação do sistema central às características da situação concreta, ou permite integrar variações individuais à representação, demonstrando a heterogeneidade do grupo (Sá, 1996; Abric, 2001). Pode-se inferir dessa hipótese que, embora a maior parte do grupo possua conhecimento sobre a temática da inclusão e das regras de acessibilidade, no dia a dia alguns podem observar ou vivenciar práticas preconceituosas, pautadas na ideia de deficiência como ‘limite’ e ‘dificuldade’.

Considerando ainda o sistema periférico, cabe analisar a segunda periferia, que agrega termos com baixa saliência e baixo valor simbólico para a representação e que no presente estudo podem ser divididos em três grupos:

a) simbologia positiva - empatia; igualdade; adaptação; acolhimento; oportunidade;

- luta;
- b) simbologia negativa - exclusão; discriminação; necessidade; capacitismo;
- c) características da deficiência - física; cego; surdo.

Uma das funções do sistema periférico, segundo Sá (1996), é a de concretização do sistema central. Essa função é observada nas evocações de termos como ‘empatia’, ‘adaptação’ e ‘acolhimento’, visto que podem ser entendidos como ações a serem adotadas visando a ‘inclusão’ de PcD, enquanto ‘igualdade’, ‘oportunidade’ e ‘luta’ podem ser consideradas formas de garantir maior ‘acessibilidade’.

Por outro lado, também é função do sistema periférico possibilitar uma modulação individual do sistema central, representando variações ligadas às experiências pessoais dos sujeitos (Sá, 1996). Logo, justifica-se a evocação dos termos classificados como simbolicamente negativos, sendo que no grupo de respondentes sem convívio com PcD foram evocados apenas 3 vezes, enquanto os respondentes com convívio ocasional ou contínuo com PcD os evocaram 17 vezes, no total, o que pode indicar a observância de vivências desfavoráveis às PcD na prática.

Quanto aos termos que caracterizam a deficiência ou indicam a natureza dos impedimentos das PcD, constatou-se que nenhum deles foi evocado por sujeitos que se declararam como PcD, o que demonstra a consciência de que, para eles, a deficiência não se resume ao impedimento.

Vale analisar separadamente o perfil dos quatro respondentes que evocaram a palavra ‘capacitismo’, pois trata-se de um termo técnico, utilizado para designar o preconceito ou a discriminação contra PcD que parte do pressuposto da incapacidade ou inferioridade dessas pessoas:

- a) Sujeito 1 – Possui graduação, não é PcD, tem convívio ocasional com PcD e tem nível de conhecimento 3, sobre inclusão, e 3 sobre acessibilidade;
- b) Sujeito 2 – Possui graduação, não é PcD, tem convívio ocasional com PcD e tem nível de conhecimento 4, sobre inclusão, e 4 sobre acessibilidade;
- c) Sujeito 3 – Possui mestrado, é PcD, tem convívio contínuo com PcD e tem nível de conhecimento 4, sobre inclusão, e 4 sobre acessibilidade;
- d) Sujeito 4 – Possui mestrado, não é PcD, não tem convívio com PcD e tem nível de conhecimento 3, sobre inclusão, e 3 sobre acessibilidade.

Não foi possível estabelecer um padrão entre os quatro respondentes, embora todos

tenham declarado conhecimento a partir da média sobre inclusão e acessibilidade. Ademais, apenas dois outros respondentes mencionaram o termo nos comentários opcionais. Portanto, menos de 6% dos participantes fizeram alusão ao capacitismo, termo amplamente debatido entre representantes e militantes dos movimentos sociais inclusivos e outros defensores dos direitos da PcD. Esse fato pode apontar para uma necessidade de se fomentar o debate sobre essa temática na Instituição.

Para concluir a análise da estrutura da RS de deficiência conforme Quadro 6, nota-se que o terceiro quadrante, conhecido como zona de contraste, reúne termos menos suscitados pelos respondentes, mas com ordem de importância semelhante às encontradas no sistema central, o que pode indicar a presença de um subgrupo que compartilha significados diferenciados ou contra normativos que eventualmente podem vir a formar novas RS (Abric, 2001; Wachelke *et al.*, 2016). Essa característica destaca-se principalmente nos termos ‘especial’, ‘direitos’ e ‘cuidados’, que possuem OME menor que a de todos os termos do NC, demonstrando um grau de importância considerável para esse subgrupo. Alguns desses termos podem denotar significados capacitistas, a depender do contexto em que forem utilizados, como ‘superação’, ‘desafio’, ‘especial’, ‘cadeirante’ e ‘cuidado’. Já ‘mobilidade’ e ‘direitos’ podem estar relacionados com os elementos centrais ‘acessibilidade’ e ‘inclusão’.

Ressalte-se que nas pesquisas de RS as respostas coletadas por TALP podem ser consideradas prescrições cognitivamente condicionais, expressas da seguinte forma: “em geral deve-se fazer isso, mas em certos casos (mais ou menos claramente identificados), deve-se fazer outra coisa” (Flament, 1994a, p. 91, *apud* Sá, 1996, p. 80). Destarte, essa condicionalidade cognitiva abarca tanto a natureza prescritiva e descritiva absoluta do sistema central, quanto as prescrições condicionais do sistema periférico.

A título de conclusão deste tópico, é possível inferir da análise da estrutura da RS de deficiência para os respondentes da pesquisa conforme os parâmetros estipulados para processamento pelo openEvoc, que existe um certo nível de conhecimento a respeito do tema, porém de forma superficial e com amplitude reduzida, tendo em vista a grande quantidade de termos evocados apenas uma vez (89), bem como alguns termos aventados duas ou três vezes, demonstrando a falta de coesão quanto à compreensão sobre o tema. Para ilustrar essa percepção, os termos excluídos da análise prototípica (30% do total) foram compilados no Campo Semântico a seguir:

Quadro 7 — Campo Semântico do termo indutor Deficiência — Termos excluídos da análise prototípica

TERMOS EVOCADOS UMA VEZ	adequação arquitetônica; afeto; amor; andar; assistência; ausente; barreira; cadeira de rodas; capacidade; cognitiva; compaixão; condições; condições adequadas de trabalho; constrangedor; cooperação; delicadeza; dependência; depressão; desamparados; descaso; desconforto; desconhecimento; desenho universal; desigualdade; desrespeitados; diferente; difícil; difícil acesso; direitos iguais; disposição; dna; eficiência; estímulo; expressão; falta de acessibilidade; falta de informação; falta de oportunidade; força de vontade; fragilidade; garra; genes; herança; humanização; identidade; impossibilidade; incapacidade física; incapacidade intelectual; incapacidade mental; incapacidade motora; informação; inteligência; invisível; isolamento; julgamento; lbi; legislação; lei nº 10.098/2000; lento; limite; maior necessidade de auxílio e apoio; medo; menos oportunidades; mobilidade reduzida; motora; não padronização; necessitado; obrigação; paraplégico; penalização; perseverança; pluralidade; prioridade; proatividade; produtividade; reconhecimento; resistência; restrição; saga; sobrevivência; sociedade; solidão; sorrir; sou capaz; transporte; tristeza; uma habilidade esperada que não está disponível por uma limitação física; uma quantidade de suficiência a menos; vida; visual ou auditiva.	89
TERMOS EVOCADOS DUAS VEZES	apoio; auditiva; comunicação; coragem; desrespeito; determinação; educação; equidade; falta; força; gentileza; incapacidade; integração; interação; legalidade; mental; mudo; obstáculo; pne; proteção; resiliência; sensibilidade; solidariedade.	23
TERMOS EVOCADOS TRÊS VEZES	aceitação; acesso; atenção; diferença; diversidade; necessidades especiais; pena; sofrimento; visual.	9
TOTAL		121

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

4.2.6 Processamento e análise de dados com o IRaMuTeQ

Semelhantemente aos procedimentos adotados para utilização do software openEvoc, o IRaMuTeQ também exige o preparo dos dados previamente para processamento das análises. A seguir serão detalhados os procedimentos adotados.

Antes de iniciar as análises referentes à Seção 4 do questionário, em caráter complementar aos resultados obtidos com o openEvoc, foram formatados e lançados no IRaMuTeQ os termos evocados no TALP. Após, seguiu-se para a formatação, lançamento e análise das respostas à Seção 4 do questionário, correspondentes às percepções dos trabalhadores sobre a inclusão de PcD na instituição.

A primeira questão dessa Seção era fechada, com o seguinte questionamento: “Você considera a instituição em que você trabalha inclusiva?”. As respostas poderiam ser ‘sim’, ‘não’ e ‘parcialmente’. Em seguida era solicitado que a resposta fosse justificada em poucas palavras.

As três perguntas finais eram discursivas e tiveram por objetivo tanto acessar o

conhecimento dos participantes sobre a inclusão de PcD, quanto as suas percepções sobre a realidade da inclusão na instituição. As perguntas foram as seguintes:

- a) Questão 2 - Registre até três práticas que você observa que favorecem a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha;
- b) Questão 3 - Indique até três práticas que você considera que poderiam ser adotadas para aumentar a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha;
- c) Questão 4 - Informe até três práticas que você entende que deveriam deixar de existir na instituição em que você trabalha para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência.

O questionário foi encerrado com um espaço para observações e comentários.

4.2.6.1 Preparo dos dados para importação do arquivo no IRaMuTeQ

Diferentemente do openEvoc, o IRaMuTeQ não aceita arquivos de planilha (extensão .csv), apenas arquivos de texto (extensão .txt), e exige igualmente a adequação dos termos, com digitação em letras minúsculas e conexão através de *underline* para substituição dos espaços nos termos que tiverem mais de uma palavra e ideia única, para que não aconteça erros de leitura. Os textos devem ser separados com linhas de comando com quatro asteriscos (****) no início e:

[...] um espaço branco depois, um asterisco e o nome da variável (sem espaço branco entre eles), um traço embaixo da linha (*underline*) e o código da modalidade da variável (também sem espaço branco entre eles), um espaço em branco e depois o asterisco da segunda variável, e assim por diante. (Camargo; Justo, 2013, p. 6).

O IRaMuTeQ dá a opção de lematização para viabilizar a construção de um banco de dados mais robusto, que consiste na padronização dos termos que compartilham o mesmo radical e classe, com variações em masculino e feminino, singular e plural, com a manutenção da forma mais frequente.

Como o *corpus* das evocações (Seção 3) era mais simples, a única alteração realizada foi a inserção de *underline* para unir palavras com significado único.

No Quadro 8, apresentam-se algumas das modificações realizadas para a construção do banco de dados da Seção 4 do questionário:

Quadro 8 — Dicionário de palavras IRaMuTeQ / Seção 4

PALAVRAS ORIGINAIS	PALAVRA FINAL
qvt	qualidade_de_vida_no_trabalho
pcd	pessoa_com_deficiência
pessoa com necessidade especial, pessoa portadora de necessidade especiais	PNE
(nome da instituição), órgão, conselho	instituição
piso tátil, piso, calçamento, chão, marcações, caminho, pavimento	piso_tátil
deficiente visual	deficiente_visual
(nome servidora)	servidora com deficiência visual
sistemas de informática, sistemas digitais	sistemas_informatizados
Local físico de trabalho, ambientes físicos	ambiente_físico
campanhas informativas, campanhas de educação, ações de informação	campanhas_de_conscientização
lbi	lei_brasileira_de_inclusão
rampas	rampas_de_aceso
Vagas (de estacionamento)	vagas_preferenciais

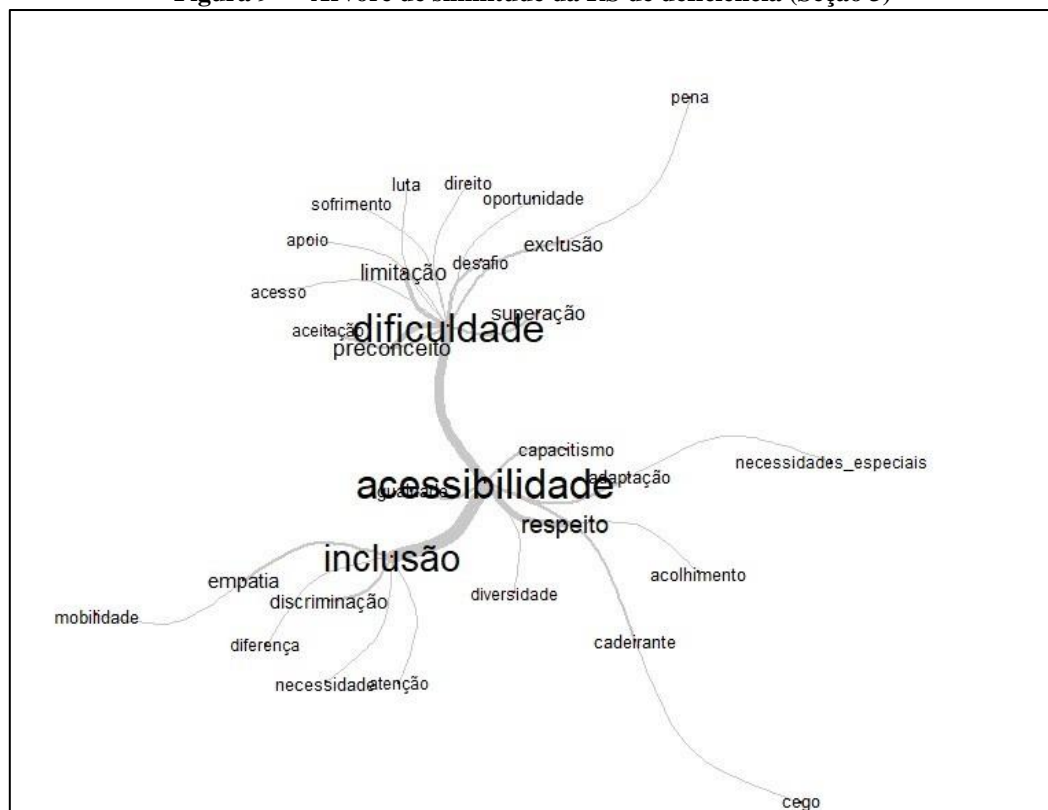
Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Uma vez lançados os dados no *software*, ele disponibiliza os seguintes tipos de análise: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades a partir de variáveis indicadas no *corpus* textual; Classificação Hierárquica Descendente (CHD); Análise Fatorial de Correspondência (AFC) a partir da CHD; Análise de Similitude de palavras presentes no texto; e, Nuvem de Palavras (Camargo; Justo, 2013). Entretanto, a depender da extensão do *corpus*, algumas dessas análises não são processadas. Os resultados serão explanados a seguir, organizados por questão.

4.2.6.2 Análise complementar à estrutura da RS de deficiência (Seção 3 do questionário)

Segundo Sá (1996, p. 126), a análise de similitude pode ser considerada a “principal técnica de detecção do grau de conexão dos diversos elementos de uma representação”, tendo sido adotada no campo das RS por Claude Flament. Com o intuito de complementar a análise prototípica realizada no tópico 4.2.5.2, utilizou-se o mesmo banco de dados utilizado para a construção do quadrante de Vergès pelo openEvoc, porém com a adaptação para importação dos dados pelo IRaMuTeQ, e obteve-se, assim, a árvore de similitude máxima constante da Figura 9.

Figura 9 — Árvore de similitude da RS de deficiência (Seção 3)



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

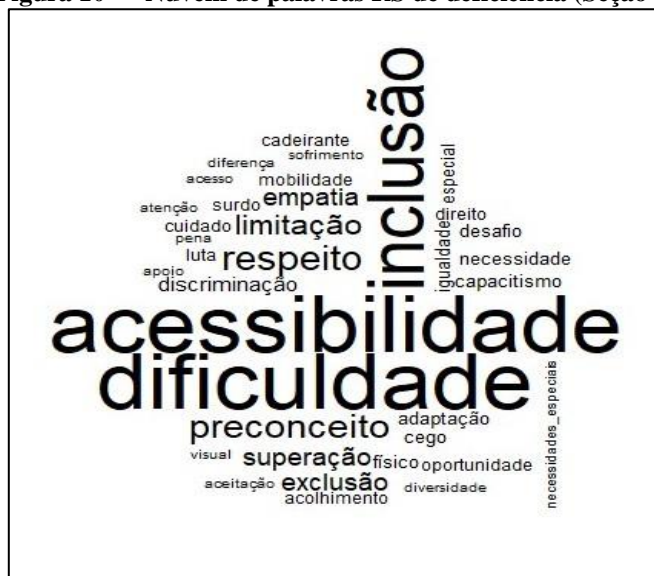
A partir da coocorrência ‘acessibilidade’ e das conexões com ela estabelecidas, é confirmada a sua centralidade para os sujeitos da pesquisa, no que diz respeito à representação de deficiência. A ela encontram-se conectados mais fortemente o termo ‘inclusão’, seguido de ‘dificuldade’ e ‘respeito’, demonstrando uma complementariedade entre os termos integrantes do NC (acessibilidade e inclusão) e os termos da primeira periferia. Curiosamente, o termo ‘capacitismo’ aparece conectado diretamente à ‘acessibilidade’ e não a ‘preconceito’.

Com referência ao termo ‘dificuldade’, observa-se forte centralidade inclusive frente aos outros dois elementos do NC, ‘preconceito’ e ‘limitação’, indicando que mesmo elementos que poderiam ser considerados positivos isoladamente, como ‘direito’, ‘oportunidade’ e ‘acesso’, quando correlacionados no contexto da pesquisa apontam, na verdade, para as dificuldades de acesso a direitos e oportunidades. Como se trata de elemento da primeira periferia, que atua na interface entre o NC e o contexto concreto de formação e funcionamento da RS (Abric, 2001), demonstra centralidade e correlaciona-se, também, com termos que representam a realidade ainda vivida pelas PcD no Brasil, em que a ‘exclusão’, o ‘preconceito’, a ‘limitação’, o ‘desafio’ e a necessidade de ‘superação’ e ‘luta’ ainda são a regra.

O termo ‘respeito’, também pertencente à primeira periferia, tem menor saliência e aparece conectado a ‘diversidade’, ‘acolhimento’ e ‘cadeirante’, enquanto ‘inclusão’, que integra o NC, relaciona-se com ‘diferença’, ‘discriminação’, ‘necessidade’, ‘atenção’ e ‘empatia’, estando mais fortemente ligada a esta última, expressando uma percepção de que a inclusão tem um caráter mais relacional e comportamental, exigindo atitudes direcionadas à sua concretização, no sentido de fazer ou não fazer algo.

Apenas com caráter ilustrativo complementar à Análise de Similitude, foi produzida Nuvem de Palavras, conforme Figura 10:

Figura 10 — Nuvem de palavras RS de deficiência (Seção 3)



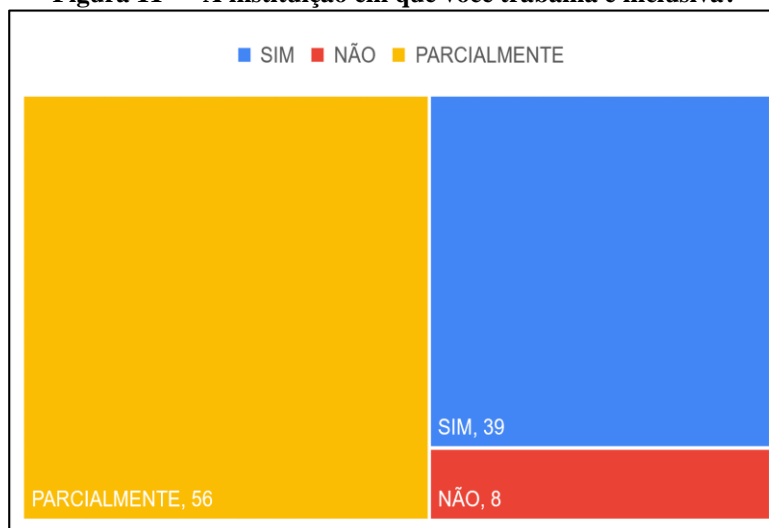
Fonte: elaborado pela autora, 2023.

4.2.6.3 Análise das respostas à Questão n.º 1 da Seção 4 — Você considera que a instituição em que você trabalha é inclusiva? Justifique.

Preliminarmente, foi necessário definir se as palavras da Questão n.º 1, com resposta fechada de múltipla escolha (sim, não e parcialmente), fariam parte da análise. Isto porque, foram incluídas no *corpus* para que a justificativa fizesse sentido, mas devido à sua repetição poderiam vir a causar um viés na análise. Dessa forma, optou-se por retirá-las do *corpus* para processar a análise da questão discursiva e mantiveram-se apenas os textos correspondentes às justificativas.

Os resultados quantitativos dessa questão foram compilados na Figura 11.

Figura 11 — A instituição em que você trabalha é inclusiva?

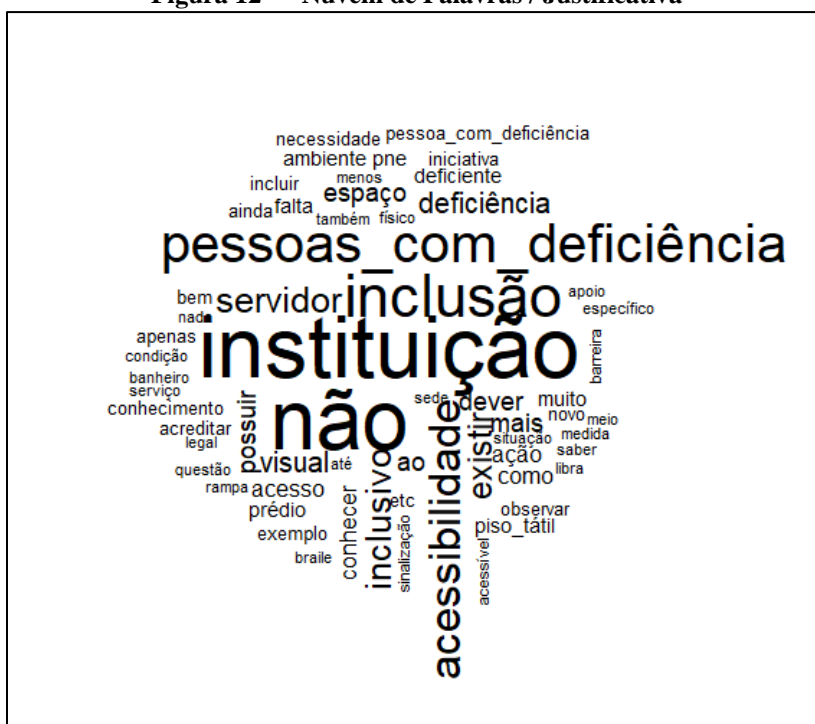


Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A título de informação adicional, entre os participantes da pesquisa que se declararam como PcD, dois responderam que a instituição é parcialmente inclusiva e os outros dois que a instituição não é inclusiva. Dentre os outros 6 participantes que marcaram a opção ‘Não’, 2 Não têm convívio com PcD, 2 têm Convívio contínuo com PcD e 2 têm convívio ocasional.

Para iniciar a análise do *corpus* extraído da Questão 1, foi produzida uma Nuvem de Palavras, conforme Figura 12:

Figura 12 — Nuvem de Palavras / Justificativa



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Observa-se a grande sobressalência dos termos ‘instituição’, ‘não’, ‘inclusão’, ‘pessoas_com_deficiência’, ‘acessibilidade’ e ‘servidor’. O ‘não’ em questão não diz respeito

à alternativa da questão fechada, faz parte dos textos produzidos nas justificativas. Na Nuvem de Palavras, o tamanho da fonte das palavras é proporcional a sua frequência e seu efeito é predominantemente ilustrativo, visto que não se utiliza de qualquer indicador suplementar.

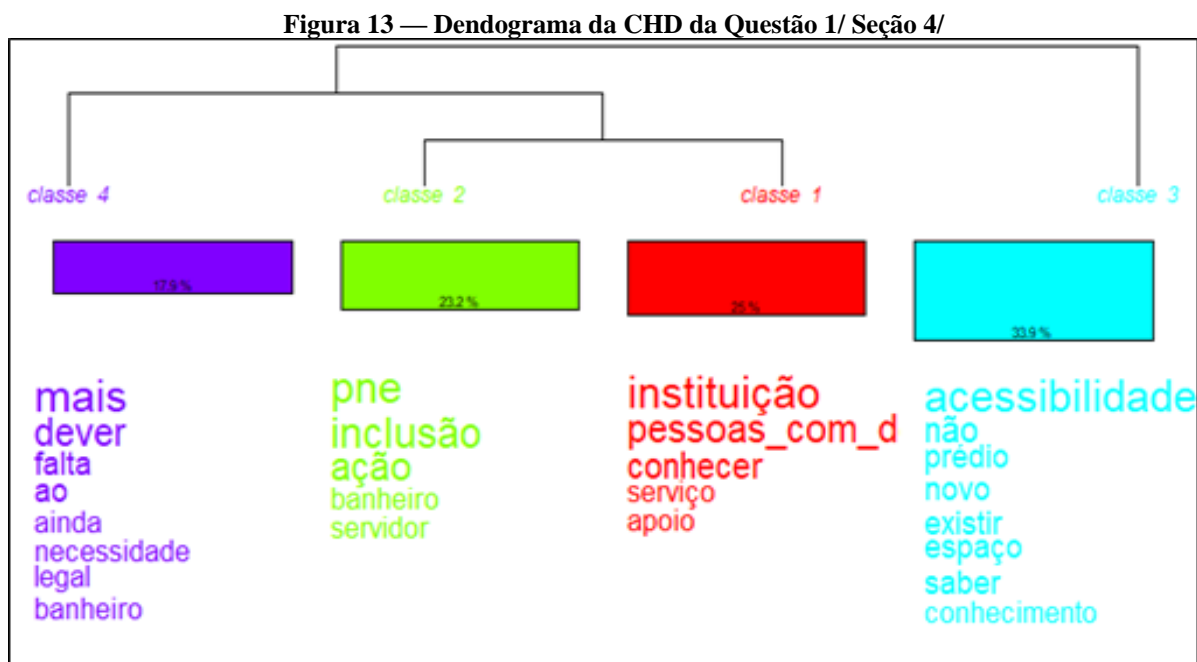
Algumas frases representativas desse corpus, compiladas no Quadro 9, possibilitam uma melhor avaliação da nuvem de palavras:

Quadro 9 — Frases representativas da Questão 1/ Seção 4

Classes	Denominação dos Núcleos temáticos	Frases Representativas
3	Insuficiência de acessibilidade (33,9 %)	<ul style="list-style-type: none"> - se preocupa com questões de acessibilidade; - tem acessibilidade e apoio; - apenas melhorar a acessibilidade e cumprir formalidades legais não basta; - a acessibilidade a meu ver não está suficientemente contemplada; - possui acessibilidade no prédio e há tentativas de atender computacionalmente os cegos e surdos; - piso de acessibilidade somente na entrada, mas não dentro da instituição acho que não tem placas em braile não sei também se há a disponibilidade de mobiliário adaptado a necessidades específicas como para cadeirante etc.; - somente alguns servidores e colaboradores se envolvem com o tema da acessibilidade existem poucas normas internas com base na lbi os ambientes físicos e virtuais não seguem plenamente os padrões de acessibilidade;
1	Instituição inclusiva x Invisibilidade das PcD (25%)	<ul style="list-style-type: none"> - pelo convívio e com as experiências que tive a instituição é uma instituição que preza pela inclusão a instituição já tomou medidas para a inclusão as pessoas_com_deficiência, mas ainda há muito a se fazer; - a instituição respeita e inclui as pessoas_com_deficiência; - a instituição apresenta medidas para inclusão de pessoas_com_deficiência mas entendo que outras medidas podem ser tomadas; - tenho essa percepção ao já ter observado a circulação de pessoas_com_deficiência nas dependências da instituição onde trabalho; - não vejo pessoas_com_deficiência na instituição; - não conheço o tema a fundo para afirmar se é realmente inclusiva, mas a instituição utiliza algumas ferramentas de inclusão; - não conheço nessa instituição pessoas_com_deficiência; - não conheço pessoas_com_deficiência na instituição;
2	Insuficiência de ações voltadas para inclusão (23,2%)	<ul style="list-style-type: none"> - as orientações e sugestões que recebemos do serviço de qualidade de vida da instituição são objetivas e preconizam o acolhimento institucional e interrelacional das pne e das pessoas que eventualmente passam por transtornos diversos; - não vejo tantas pne; - não há palestras treinamentos a respeito de inclusão; - há poucas iniciativas na área educativa para inclusão; - a administração tem preocupação com a inclusão; - a adoção de ações de inclusão são mais decorrentes aparentemente de obrigação legal do que de preocupação com as necessidades dos pne; - possui ações de inclusão; - não se percebe ações efetivas para a construção de uma cultura de inclusão;
4	O que falta para a inclusão (17,9%)	<ul style="list-style-type: none"> - calçadas, corredores e até banheiros deviam ser mais inclusivos; - talvez devesse ter mais pessoas_com_deficiência; - há profissionais atentos às questões da inclusão e da legais que devem ser cumpridas; - falta falar mais sobre a temática entre os servidores; - observo que falta mais campanhas_de_conscientização e incentivos para inclusão;

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O campo ‘Classes’ diz respeito à CHD, que organiza as formas lexicais em classes de acordo com a importância identificada de cada uma, pelo método de Reinert (CAMARGO; JUSTO, 2013), e classifica segmentos de texto conforme a frequência das palavras já lematizadas.



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Assim, foi possível discriminar as predominâncias argumentativas nos textos das justificativas, pois com a análise dos agrupamentos são identificados segmentos de texto que possuem vocábulos semelhantes entre si. As classes lexicais foram nomeadas, a partir da interpretação dos dados do Quadro 9 como: a) Classe 1: Instituição inclusiva x Invisibilidade das PcD; b) Classe 2: Insuficiência de ações voltadas para inclusão; c) Classe 3: Insuficiência da acessibilidade; e, d) Classe 4: O que falta para a inclusão.

A Classe 3 distancia-se das demais, tendo em vista que os seguimentos textuais versam predominantemente sobre a acessibilidade. A Classe 4 indica o que os respondentes consideraram em falta para que a instituição seja inclusiva e correlaciona-se às Classes 1 e 2, que trazem, respectivamente, o reconhecimento de práticas inclusivas em contraste com a invisibilidade das PcD na instituição, e a avaliação das práticas existentes como insuficientes para se considerar a instituição como inclusiva.

De maneira geral, as classes lexicais obtidas expressam a predominância da escolha pela opção ‘Parcialmente’ nas respostas objetivas, visto que em uma mesma classe há justificativas tanto favoráveis à consideração da instituição como inclusiva, quanto desfavoráveis, e até mesmo respostas ambíguas.

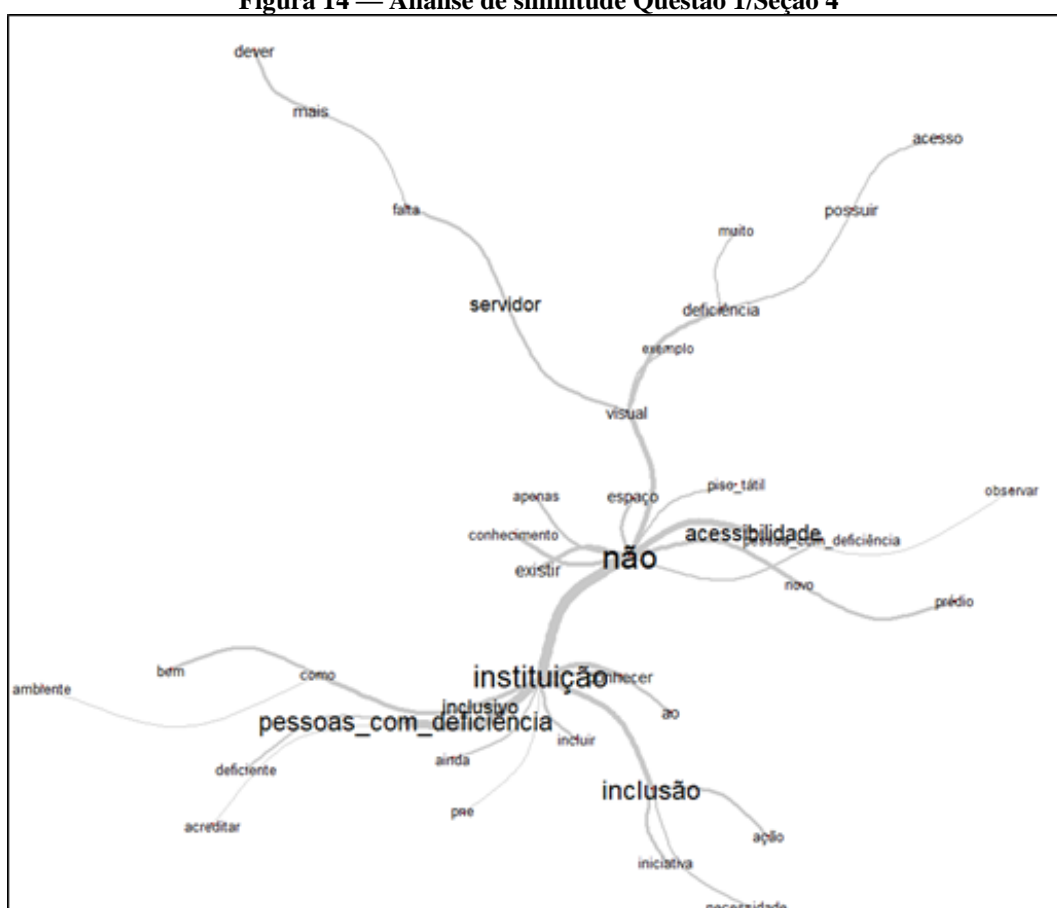
Para Carvalho *et al* (2020):

O estudo das repetições ou da frequência das palavras em um texto permite identificar mundos lexicais que podem estar relacionados a tendências ideológicas semelhantes, conflitos, rupturas, reaproximações ou oposições argumentativas sobre determinado tema. (Carvalho *et al.*, 2020, p. 11).

Nesse sentido, foi possível constatar da análise que os trabalhadores da instituição reconhecem a existência de práticas inclusivas, bem como de promoção da acessibilidade, porém, as consideram insuficientes.

Por fim, o software possibilitou a realização da Análise de Similitude dos termos utilizados nas justificativas, com o seguinte resultado representado na Figura 14:

Figura 14 — Análise de similitude Questão 1/Seção 4



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Analisando-se a Figura 14, identificam-se os termos de maior conectividade pelo maior número de conexões (arestas), cada uma das quais com indicação de várias ocorrências, sendo que alguns têm maior saliência e poder associativo, considerados, então como termos centrais das percepções dos participantes da pesquisa. Os termos ‘não’, ‘inclusão’ e ‘instituição’ apresentaram maior número de conexões, o que, em conjunto com os demais dados, leva à conclusão de que predomina uma percepção negativa sobre a inclusão na instituição, seja pela insuficiência de práticas inclusivas ou pela quantidade reduzida de PcD

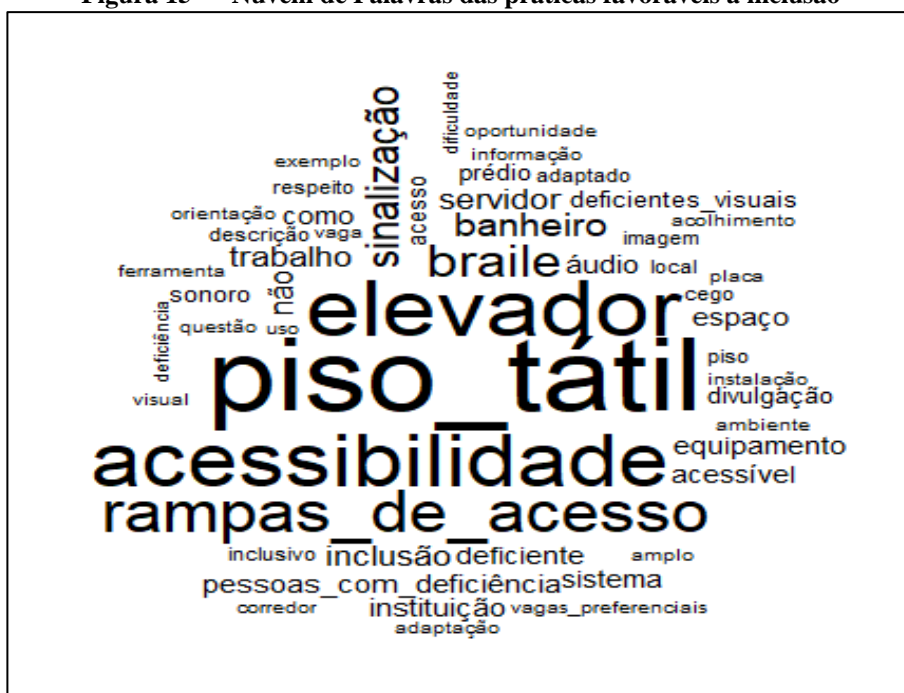
em seu quadro. Ambas as possibilidades também estão relacionadas à falta de divulgação das ações, ao compartilhamento de informações e à visibilidade das PcD no ambiente institucional. Especialmente para as pessoas que se declararam como PcD, essa percepção é de escassez de práticas inclusivas e de baixo nível de envolvimento institucional com o tema.

4.2.6.4 Análise das respostas à Questão nº 2 da Seção 4 — Registre até três práticas que você observa que favorecem a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha

As três questões finais da pesquisa tiveram a finalidade de avaliar a percepção dos trabalhadores sobre a inclusão de PcD no ambiente institucional, porém de maneira indireta, de forma que eles também expressassem seus conhecimentos a respeito da inclusão de PcD.

A primeira questão solicitou que os respondentes indicassem até três práticas observadas na instituição favoráveis à inclusão de PcD. Dos segmentos textuais produzidos, foi extraída a seguinte Nuvem de Palavras (Figura 15):

Figura 15 — Nuvem de Palavras das práticas favoráveis à inclusão



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

As palavras em maior destaque são elementos que fazem parte da dimensão de acessibilidade Urbanística e Arquitetônica, de acordo com Januzzi *et al.* (2019), cujos critérios a instituição atende total (56,8%) ou parcialmente (14,2%), consoante os resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa de campo registrados no Artigo 2. Sendo assim, os

resultados das duas etapas da pesquisa de campo são convergentes neste ponto, uma vez que os trabalhadores reconhecem como práticas inclusivas efetivas a existência de ‘piso tátil’, ‘rampas de acesso’, ‘braile’ no ‘elevador’, ‘vagas preferenciais’, ‘sinalização’, ‘banheiro’ adaptado, dentre outras.

Outra palavra com muito destaque é ‘acessibilidade’. A proeminência dessa palavra também se coaduna com o resultado anterior obtido na análise prototípica da estrutura da RS de deficiência, que apontou para a existência de um certo nível de conhecimento a respeito do tema, mas de forma superficial e com amplitude reduzida.

Para elucidar o contexto das menções das palavras destacadas acima, segue o Quadro 10 com o registro das frases mais representativas compiladas pelo IRaMuTeQ:

Quadro 10 — Frases representativas da Questão 2/Seção 4

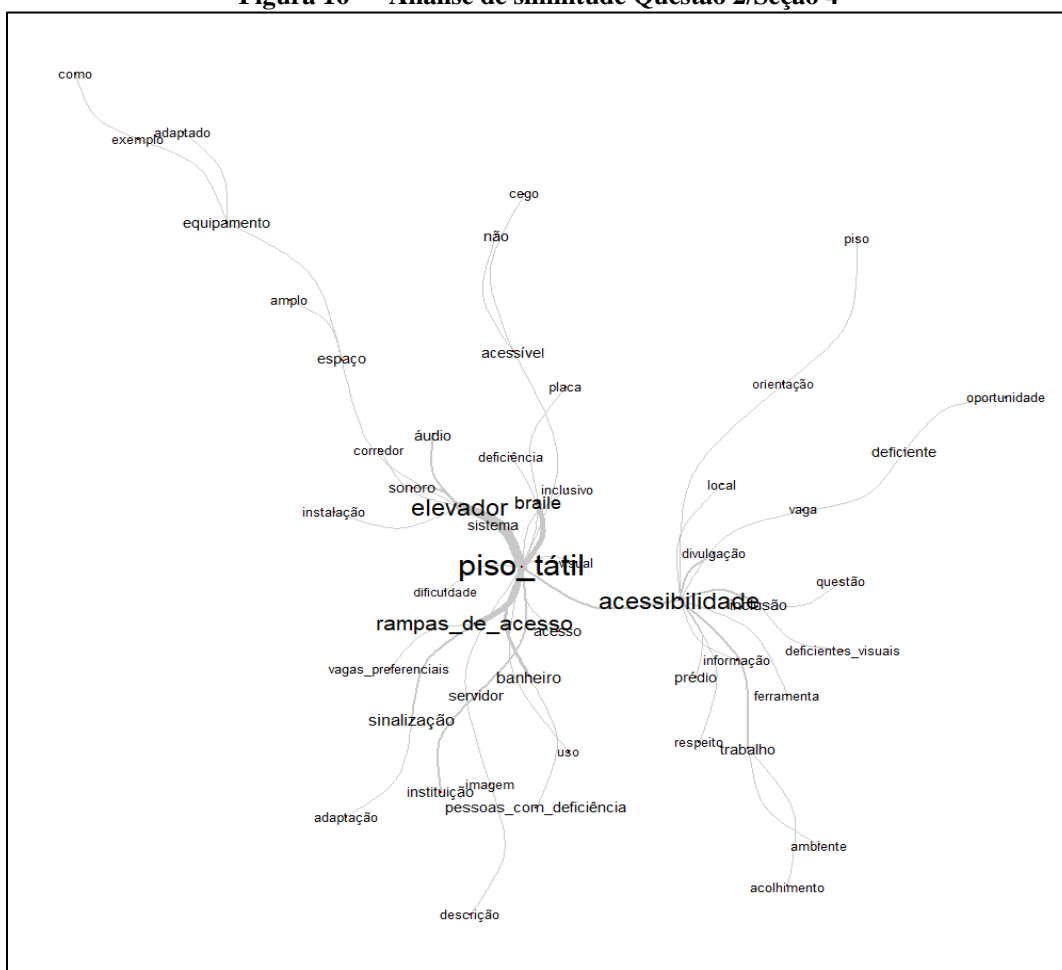
Classes	Denominação dos Núcleos temáticos	Frases Representativas
1	Elementos de acessibilidade urbanística e arquitetônica (54,5%)	<ul style="list-style-type: none"> - piso tátil; - descrição das imagens, piso tátil, comitê_de_qualidade_de_vida; - elevador com som, piso tátil; - como dito acima piso tátil, conversão texto_voz, e acesso por rampas_de acesso na maioria dos lugares; - rampas_de acesso, piso tátil, acessibilidade visual e auditiva das mensagens pelo local users; - rampas_de acesso, pessoas dispostas a ajudar e piso tátil; - piso tátil braile nas placas sistemas_informatizados adaptados; - piso tátil nos corredores, elevadores e rampas_de acesso; - piso tátil, braile nos elevadores, computadores adaptados às necessidades especiais; - cumprimento da lei, piso tátil, braile nos elevadores, acessibilidade no prédio e no estacionamento;
2	Acessibilidade sem especificação (45,5%)	<ul style="list-style-type: none"> - acessibilidade das instalações; - acessibilidade; - acessibilidade do prédio aos deficientes, envio de informações e esclarecimentos por email e reserva de vagas para deficientes nos concursos públicos; - contratação com vagas restritas e acessibilidade; - acessibilidade; - local de fácil acessibilidade; - acessibilidade; - equipamentos disponíveis, espaço para diálogo e acessibilidade mínima; - acessibilidade, companheirismo, humanidade; - acessibilidade a sistemas_informatizados, vagas_preferenciais em garagem, discussão sobre o tema;

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Tendo em vista a baixa diversidade (54,5% - Classe 1; 45,5% - Classe 2) entre as predominâncias argumentativas, optou-se por não apresentar a imagem do Dendograma da CHD desta Questão.

Na Análise de Similitude (Figura 16), por sua vez, há a confirmação da centralidade dos termos ‘piso tátil’ e ‘acessibilidade’.

Figura 16 — Análise de similitude Questão 2/Seção 4



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

É possível observar uma tendência de conectividade entre ‘pisos táteis’ e outros termos ligados à noção de acessibilidade do Art. 3º da LBI (Brasil, 2015):

[...] I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Termos como ‘corredor’ + ‘espaço’ + ‘amplo’, ‘elevador’ + ‘sistema’ + ‘sonoro’, ‘braille’ e ‘vagas preferenciais’, dizem respeito à redução de barreiras arquitetônicas, enquanto ‘descrição’ + ‘imagem’ e ‘equipamento’ + ‘adaptado’ são meios para reduzir as barreiras comunicacionais ou informacionais (Januzzi *et al.*, 2019).

Já as conexões estabelecidas com o termo central ‘acessibilidade’ são direcionadas a uma dimensão atitudinal, referente a comportamentos (‘acolhimento’, ‘orientação’, ‘inclusão’) ou adoção de providências para redução de barreiras, sejam materiais ou atitudinais (‘informação’, ‘divulgação’, ‘oportunidade’, ‘vaga’, ‘ferramenta’, ‘ambiente’).

Da análise dos dados apresentados em correlação com os resultados da primeira etapa da pesquisa de campo, verifica-se que os trabalhadores, em sua maioria, confundem a percepção de inclusão com acessibilidade e, no que diz respeito a esta última, têm uma visão limitada dos meios necessários para proporcioná-la.

Isso corrobora com a recomendação constante das considerações finais do Artigo 2 (Tópico 4.1), de que a temática da acessibilidade, e aqui acrescento também da inclusão de PcD, deve ser inserida nos objetivos estratégicos da instituição, para que possa ser instituída como política institucional transversal, de forma a viabilizar o planejamento, execução e monitoramento das ações inclusivas, sempre com a participação de representante(s) das PcD, com a ampla disseminação de informações sobre os direitos das PcD, os meios necessários para promover a acessibilidade de forma efetiva e as práticas e ações já adotadas pela instituição.

4.2.6.5 Análise das respostas à Questão nº 3 da Seção 4 — Indique até três práticas que você considera que poderiam ser adotadas para aumentar a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha

Dos 103 participantes da pesquisa, apenas 82 responderam a essa questão, enquanto 4 respondentes informaram não saber opinar a respeito. Portanto, foram obtidas 78 respostas válidas quanto às práticas que poderiam ser implementadas visando o aumento da inclusão de PcD na instituição, segundo a percepção dos sujeitos da pesquisa.

Como nas demais questões, foi extraída a seguinte Nuvem de Palavras dos fragmentos de texto produzidos (Figura 17):

Ao contrário da Questão 2, observa-se que os segmentos de texto da Questão 3 originaram predominâncias argumentativas mais difusas, embora conectadas entre si, conforme constata-se nos exemplos de frases representativas compiladas no Quadro 11. O Dendograma representado pela Figura 18 revela que a primeira partição separa a Classe 6 das demais, ocorrendo o mesmo processo, sucessivamente, para as Classes 5, 4 e 3, sendo que as Classes 1 e 2 apresentam uma aproximação mais imediata em seu campo semântico, ambas apontando para a necessidade de se ofertar mais cursos institucionais, seja com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o tema ou para capacitar os trabalhadores para atuar em prol da acessibilidade (curso de libras, p. ex).

A Classe 3 também aborda, de forma mais tênue, a questão da obtenção de conhecimento, entretanto privilegia o espaço relacional entre as PcD, os colegas de trabalho e a instituição em si. A percepção que emerge da Classe 4, que interage com a anterior, é que a amplitude das práticas inclusivas pode ser incrementada com mais informações e adaptações materiais.

O campo semântico da Classe 5 ainda se conecta com os demais devido à centralidade do compartilhamento de informações, tanto com a intenção de garantir o exercício de direitos, quanto com o objetivo de reduzir as barreiras atitudinais. Distanciando-se semanticamente das Classes de 1 a 4, porém em interação com a Classe 5, a Classe 6 emerge na direção das atitudes concretas que podem favorecer a inclusão de PcD.

Evidencia-se uma linha temática predominante que perpassa o *corpus* textual referente às percepções dos sujeitos da pesquisa quanto às ações necessárias para o aumento da inclusão na instituição que é a conveniência de maior disponibilização de informação sobre o tema. Identificou-se, entretanto, três linhas discursivas transversais nos segmentos de texto analisados:

- a) a necessidade de capacitação e treinamento para o aumento do conhecimento a respeito da inclusão de PcD e para garantir a acessibilidade a essas pessoas;
- b) o interesse na realização de palestras e campanhas de conscientização sobre a inclusão no ambiente de trabalho, com a participação das PcD ou mediante a sua orientação, no intuito de reduzir as barreiras atitudinais;
- c) cumprimento dos preceitos legais referentes à inclusão e ao acesso de PcD aos cargos, postos de trabalho ou vagas de estágio e divulgação das oportunidades ofertadas.

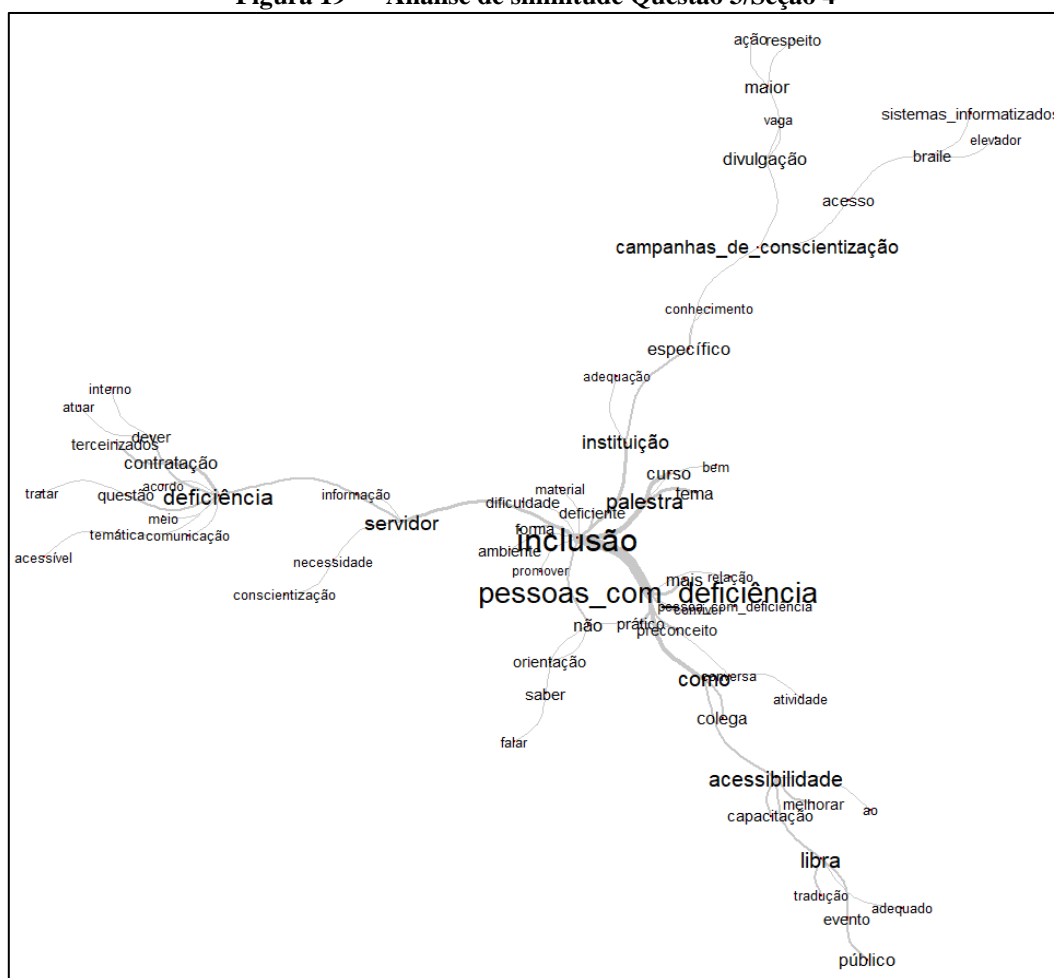
Quadro 11 — Frases representativas da Questão 3/ Seção 4

Classes	Denominação dos Núcleos temáticos	Frases Representativas
1	Aumento do conhecimento a respeito da inclusão de PcD (21,3%)	<ul style="list-style-type: none"> - poderia haver uma prática cotidiana de ações de inclusão que aproxime as pessoas_com_deficiência na relação com as outras pessoas como cursos, palestras, ações continuadas e permanentes em que possamos ouvir as pessoas_com_deficiência e aprender com elas; - palestras e ou cursos específicos que ampliem o conhecimento sobre o tema, bem como campanhas_de_conscientização sobre a inclusão no ambiente_de_trabalho; - acho que deveria ter uma coordenação de diversidade, gênero, raça e pessoas_com_deficiência para atuar tanto com público interno e externo, promoção de palestras e materiais sobre inclusão e mapeamento das medidas ainda a serem tomadas neste tema;
5	Conscientização e cumprimento das leis (21,3%)	<ul style="list-style-type: none"> - todas as normativas internas deveriam incluir artigos da lei_brasileira_de_inclusão, os ambientes deveriam se basear no desenho_universal, deveria haver contratação de estagiários com deficiência; - opção de comunicação em libras desde a recepção, descrição audiovisual e intérprete em libras nas videoconferências, programa de contratação de estagiários e terceirizados com deficiência; - realizar campanhas_de_conscientização destinadas a eliminar preconceitos estereótipos e outras atitudes que atentam contra o direito das pessoas a serem iguais;
3	Envolvimento das PcD e dos demais trabalhadores nas ações voltadas à inclusão (16,4%)	<ul style="list-style-type: none"> - formação de comissão mista específica para tratar das questões de acessibilidade, ações de comunicação, troca de conhecimento com outras instituições para a melhoria das ações de acessibilidade; - promover um envolvimento maior das pessoas_com_deficiência nas ações da instituição, promover aprendizagem para lidar com a diferença, trabalhar a questão de estigmas e preconceitos, a inclusão é cumprimento de uma responsabilidade garantindo o respeito aos direitos de pessoa_com_deficiência; - capacitações sobre como melhorar a minha prática do dia_a_dia para atuar conjuntamente como colegas com deficiências, melhorar continuamente as questões de acessibilidade, isso deve ser um aprimoramento contínuo;
6	Disponibilização de recursos para reduzir barreiras (14,8%)	<ul style="list-style-type: none"> - sistemas_informatizados com mais recursos de acessibilidade, audiodescrição e libras, mais identificações em braille, mais sensibilização das maneiras mais adequadas de apoiar uma pessoa_com_deficiência; - painéis de fácil acesso com os nomes das repartições em braille, vagas_preferenciais na garagem para pessoas_com_deficiência próximas aos elevadores, campanhas_de_conscientização sobre a inclusão; - balcão de atendimento p cadeirantes nas recepções, orientação aos prestadores de serviço sobre não obstruir as vias de acesso para deficientes_visuais;
2	Disponibilização de recursos de acessibilidade (13,1%)	<ul style="list-style-type: none"> - cursos de libras, debate sobre capacitismo para todos os servidores, formação para a diversidade e inclusão; - adotar como planejamento que qualquer apresentação de trabalho e reuniões cotidianas prezem pela acessibilidade e incluam descrição que alcance as pessoas_com_deficiência visual como a audiodescrição e pessoas_com_deficiência auditiva como legendas;
4	Aumento da disponibilização de informações e facilitação da comunicação (13,1%)	<ul style="list-style-type: none"> - mais informação e capacitação dos servidores e gestores, mais acessibilidade, mais campanhas_de_conscientização; - mais pessoas que saibam libras; - material audiodescritivo, campanhas_de_conscientização sobre a importância da acessibilidade e seria bom se todos os setores tivessem ao menos um servidor colaborador que soubesse a língua brasileira de sinais;

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Tal constatação pode ser confirmada por meio da Análise de Similitude, representada na Figura 19, na qual observa-se três bifurcações com as características mencionadas:

Figura 19 — Análise de similitude Questão 3/Seção 4



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Reitera-se, assim, as observações tecidas na conclusão do tópico antecedente sobre a importância da aderência da temática da inclusão de PcD ao planejamento estratégico da instituição para que todas as dimensões de acessibilidade (Januzzi *et al.*, 2019) sejam integradas de forma transversal e, se possível, as ações sejam coordenadas por uma unidade organizacional especificamente destinada a essa função. Isso porque, como visto acima, as seis classes semânticas interagem, mais ou menos, entre si, inviabilizando a abordagem de um núcleo temático de forma isolada.

À guisa de reflexão, e diante dos resultados relatados, pode-se considerar que a abstenção de participação em torno de 25% observada nesta Questão da pesquisa indica, ainda que parcialmente, a insuficiência de repertório teórico e vocabulário específico na temática da inclusão de PcD, coincidindo em alguns casos com a avaliação do nível de conhecimento sobre inclusão e acessibilidade solicitada nas Questões 9 e 10 da Seção 2 do questionário.

4.2.6.6 Análise das respostas à Questão nº 4 da Seção 4 — Informe até três práticas que você entende que deveriam deixar de existir na instituição em que você trabalha para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência

Semelhantemente à Questão 3, foi constatado um percentual de abstenção de 42% dos participantes na Questão 4, da Seção 4 da pesquisa e de 20% de manifestações de desconhecimento. Foram obtidas apenas 40 respostas válidas, o que equivale a 38% do total esperado. Esse resultado pode corroborar com o entendimento de que o conhecimento sobre o tema é superficial ou apenas indicar a desmotivação dos respondentes no processo de preenchimento do questionário.

Devido à redução dos fragmentos de texto, o *corpus* textual não foi suficiente para permitir que todas as análises fossem devidamente processadas pelo IRaMuTeQ, não sendo possível obter a CHD nesta Questão.

A Questão nº 4 buscou investigar as percepções dos respondentes sobre as práticas que desfavorecem a inclusão de PcD observadas na instituição e foram cotejadas e compiladas algumas frases significativas que, embora sem o auxílio do software de análise, levaram em consideração as predominâncias argumentativas e a concentração temática para sua sistematização. Na percepção dos participantes, devem deixar de ocorrer na instituição:

- a) falta de empatia, descaso, intolerância;
- b) falta de informação, falta de conscientização, ignorância;
- c) preconceito, capacitismo, condutas discriminatórias, exclusão;
- d) desconsideração dos direitos das pessoas com deficiência, inação, mera normatização, descaso;
- e) falta de visibilidade do tema e inexistência de debates entre as unidades;
- f) falta de inclusão de mais pessoas com deficiência via contratações legalmente permitidas além do concurso público;
- g) falta de acessibilidade comunicacional (Seja por meio da página ou das reuniões e eventos por videoconferência), lives, vídeos e eventos sem intérprete de Libras, legenda e audiodescrição, informes e imagens sem audiodescrição, plataformas não adaptadas;
- h) falta de planejamento de acessibilidade em situações de emergência;
- i) espaços institucionais sem acessibilidade (refeitórios e cantinas);
- j) necessidade de trabalho presencial;

k) vitimização, protecionismo e diferenciação.

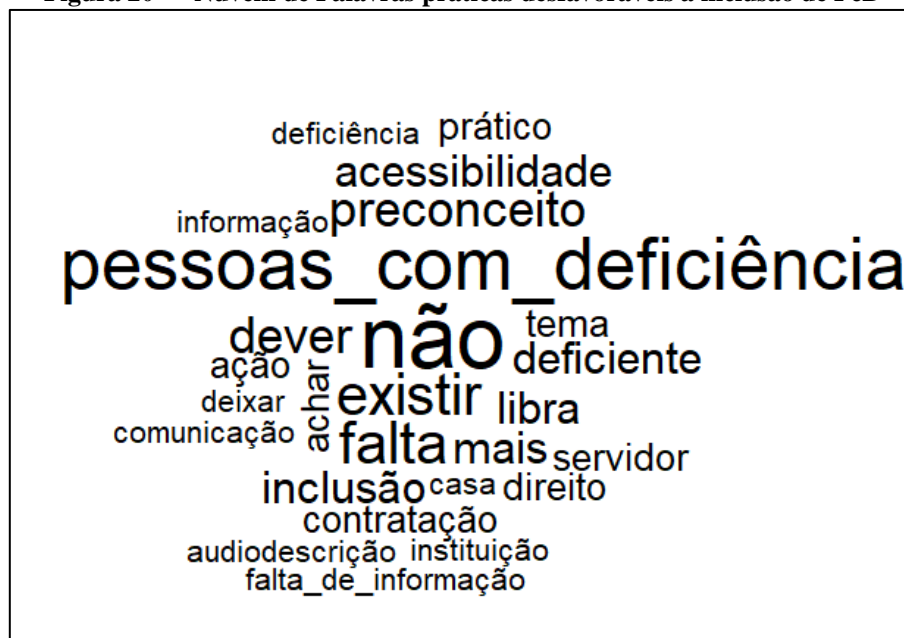
Além das frases indicativas das práticas inadequadas que não devem ser mantidas na percepção dos participantes, foram registradas algumas manifestações que desviaram do objetivo da Questão e que foram compiladas nos dois núcleos temáticos relacionados abaixo:

- a) Inexistência de práticas que deveriam deixar de existir e sim necessidade de aprimoramento das já existentes;
- b) Sugestões, como: ergonomia atualizada, programas de computação próprios para cada tipo de deficiência, inclusão do servidor com deficiência nas práticas cotidianas do setor, rampas e calçadas com acessibilidade, estimular o transporte solidário para deficientes, realização de palestras de inclusão.

Manteve-se nas respostas à Questão nº 4 a coerência com as percepções observadas anteriormente, que perpassam a insuficiência de informações, divulgações e capacitações sobre o tema da inclusão de PcD, o descumprimento de direitos das PcD, como preenchimento ou disponibilização de vagas específicas, a inobservância de normas de acessibilidade e condutas discriminatórias ou invisibilizantes.

Foi, então, gerada a Nuvem de Palavras a seguir representada na Figura 20:

Figura 20 — Nuvem de Palavras práticas desfavoráveis à inclusão de PcD



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Devido ao baixo índice de respostas e, conseqüentemente, de co-ocorrências, a Análise de Similitude não gerou um resultado expressivo, motivo pelo qual optou-se por não apresentá-la.

Três dos quatro participantes da pesquisa que se identificaram como PcD responderam

a essa questão e indicaram as seguintes práticas negativas que consideram que deveriam ser descontinuadas:

- a) Observância de favorecimento com base em coleguismo;
- b) Pouco envolvimento dos trabalhadores com o tema da acessibilidade;
- c) Colocação de objetos sobre o piso tátil;
- d) Pouca acessibilidade em plataformas internas geridas pela instituição;
- e) Projetar um gráfico sem explicar o que está sendo projetado (audio descrição);
- f) Ausência de interprete em LIBRAS nas palestras e nos vídeos institucionais.

São percepções mais específicas, diretamente relacionadas às vivências práticas dessas pessoas no dia a dia da instituição, mas que são passíveis de resolução se houver interesse institucional.

Houve, ainda, uma sugestão de atitude positiva, que vale a pena ser transcrita: “Ouvir mais as pessoas com deficiência sem vir com a famosa frase !eu no seu lugar faria o seguinte...!”.

Essa frase corrobora com o lema do movimento de defesa aos direitos das PcD que é “Nada sobre nós sem nós”. Portanto, nada mais adequado do que abrir espaço para as próprias PcD se manifestarem sobre suas necessidades, carências e expectativas além de compartilharem suas experiências e conhecimentos.

Alguns comentários, registrados espontaneamente ao final do questionário, ressaltaram a importância e relevância do presente estudo para a visibilidade institucional da temática da inclusão de PcD, bem como reiteraram a importância de investimento em treinamentos, palestras e eventos voltados para o aprendizado e o debate sobre o assunto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei a apresentação deste texto com uma citação de Jean-Jacques Rousseau como epígrafe: “Pois como conhecer a origem da desigualdade entre os homens se não começarmos por conhecer eles mesmos?” (Rousseau, 2017, p. 33). Os resultados deste estudo validam esse pensamento.

Na ‘Genealogia da deficiência’ foi possível observar que os corpos com deficiência foram, histórica e socialmente, renegados, encarcerados, humilhados, maltratados, invisibilizados, esterilizados, exterminados... quantos termos mais poderiam definir a trajetória de dor, sofrimento, negação de direitos e limitação que foi imposta a multidões de pessoas que, em sua expressiva maioria, não tinham quem se insurgisse por elas, que foram subjugadas pela ciência, pela sociedade, pelos regimes de poder:

Pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem [...] nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. (Foucault, 1979, p. 27).

E esses regimes de poder, nem sempre instituídos, reverberam na consolidação de RS que reforçam as diferenças, o distanciamento da norma, a identificação como não familiar, o anormal...até quando? Apesar dos avanços, das Convenções, das Leis, das cotas, ainda é possível ouvir em uma instituição pública federal, de um servidor público com deficiência, o relato de que nunca encontrou espaço real para expressar o que pensa. Onde a sociedade continua a errar? O que pode ser feito para mudar essa realidade?

Este trabalho sinaliza alguns caminhos e eles perpassam, necessariamente, pela difusão de conhecimento para construção de novas representações, que devem começar a ser consolidadas com a inclusão educacional de crianças com deficiência em escolas regulares, com os suportes devidos e necessários. Antes mesmo, não no sentido temporal, mas no sentido lógico, com a formação de professores aptos a lidar com a diversidade humana, engajados no empreendimento ilimitado que é o desenvolvimento humano, ávidos por descobrir novos potenciais. Para isso, uma possibilidade seria implementar políticas públicas que determinassem a definição e o cumprimento de uma trilha de aprendizagem para a formação continuada de professores voltada para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade.

A TRS é um campo fértil para estudos e análises sobre a construção do saber e para o empreendimento de mudanças nas matrizes de identidade que impactam nas condutas humana e em sua comunicação, pois “todos os nossos preconceitos, sejam nacionais, raciais,

geracionais, ou quaisquer que alguém tenha, somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais da cultura, da ‘natureza humana’ e assim por diante” (Moscovici, 2015, p. 66). Este estudo, que se vincula ao escopo da linha de pesquisa “Implicações das práticas científicas na constituição dos sujeitos e de currículos”, apresentou insumos para a reflexão sobre como as práticas sociais emergidas em ambientes escolares e acadêmicos, e posteriormente reforçadas em outros ambientes sociais como uma instituição pública, podem vir a constituir subjetividades e identidades, a partir da reprodução discursiva de verdades científicas que ao longo do tempo podem se configurar em novas RS.

É importante ressaltar que todas as interações humanas pressupõem representações e estas são formadas por figuras e expressões socializadas, em uma consolidação de imagens e linguagem (Moscovici, 1976). O desenvolvimento científico e a sua popularização mediante a difusão do conhecimento, quer seja pela divulgação nos meios de comunicação ou por meio da educação formal, suprem constantemente o senso comum com novos objetos de representação.

Na obra ‘A nova Aliança: A Metamorfose da Ciência’, Prigogini e Stengers (1991, p. 11) afirmam que “É urgente que a ciência se reconheça como parte integrante da cultura no seio da qual se desenvolve”, visto que o conhecimento do mundo não se faz senão com a atuação do sujeito que o conhece. De outra parte, a TRS veio lançar luz sobre a importância da ciência para a cultura e, como ressaltam Clémence *et al.* (2014), os objetos de estudos sobre RS devem estar correlacionados a teorias científicas.

As representações sobre deficiência e as percepções sobre a inclusão de PcD estão intrinsecamente ligadas a teorias e modelos científicos, que passaram pelo determinismo biológico e teorias eugênicas, pela reificação da inteligência, pelo modelo biomédico da deficiência, até chegar ao modelo social e, atualmente, ao modelo biopsicossocial. Nesse aspecto, deve-se destacar o papel essencial da educação em geral e, particularmente, da educação em ciências, de promover a consolidação do conhecimento de forma crítica e questionadora, visando contribuir para a construção de uma sociedade com outras representações de deficiência, de inclusão e de alteridade.

Observou-se a partir dos resultados obtidos na segunda etapa da pesquisa de campo deste estudo, que o núcleo central das RS de deficiência do grupo social estudado está representado por termos que se referem mais a meios e condutas (acessibilidade, inclusão, preconceito) do que à deficiência em si. Como visto no tópico 2.3 desta Tese (Artigo 1), o que os estudos acadêmicos e os movimentos sociais buscam é que a deficiência seja considerada como mais uma entre as características dos sujeitos, que ela seja observada como parte

necessária à composição da diversidade humana e que, paralelamente, as PcD sejam vistas como os sujeitos de direitos que efetivamente são e possam exercê-los desde que eliminadas as barreiras que impedem a sua participação social plena (Amorim *et al.*, 2022).

Com esse propósito, é fundamental que existam leis e normas que regulamentem, exijam e possibilitem a fiscalização da disponibilização de meios de acessibilidade, em todas as esferas, para reduzir ou eliminar barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais. A instituição pesquisada demonstrou, conforme resultados compilados no tópico 4.1, cumprir parte significativa das normas de acessibilidade. No entanto, foi insuficiente em um aspecto fundamental que é a instituição de uma política de inclusão concatenada com os objetivos estratégicos institucionais e coordenada por uma unidade especificamente criada para este fim. Talvez o atendimento desse item possa vir ao encontro das percepções demonstradas pelos trabalhadores participantes da pesquisa de que é necessário disponibilizar mais informações sobre a inclusão de PcD e dar mais visibilidade a essas pessoas e suas demandas, uma vez que necessariamente deverão fazer parte ou serem representadas nessa unidade organizacional.

Algumas indagações apontadas no início do trabalho perpassaram os resultados obtidos na segunda etapa da pesquisa de campo, como questionamentos ou mesmo afirmações dos respondentes, por isso serão novamente transcritas a seguir para ensejar reflexão, e para que representantes de instituições, escolas e universidades possam avaliar qual o seu papel na mudança necessária para efetivação da inclusão de PcD: por que ainda é reduzida a presença de PcD no serviço público, seja em cargos efetivos ou comissionados, como terceirizados ou estagiários? Por que, em geral, não há o cumprimento das normas de acessibilidade, para possibilitar a participação social e o uso de serviços públicos por PcD? Por que não há uma maior divulgação de informações sobre deficiências e sobre os direitos das PcD? Se houvesse mais informações disponíveis, seria possível uma mudança de cultura organizacional, ou mesmo de olhares sobre as PcD, que resultasse em uma redução dos preconceitos e favorecesse a inclusão dessas pessoas?

Considera-se, assim, alcançado o objetivo geral proposto nesta pesquisa: “analisar as possíveis relações entre as Representações Sociais de deficiência e percepções sobre inclusão de PcD de servidores e colaboradores de uma instituição pública federal e as ações favoráveis a esta inclusão implementadas no ambiente institucional”. Demonstrou-se que o atendimento aos critérios de acessibilidade é essencial para a inclusão de PcD, mas além disso o compartilhamento de informações, assim como o oferecimento de capacitações e treinamentos sobre acessibilidade, inclusão e diversidade, e a oportunidade de espaços para as próprias

PcD expressarem suas demandas, suas expectativas e seus posicionamentos, são ações também indispensáveis e prementes.

O cenário atual é favorável à proposição de políticas públicas voltadas para a inclusão. A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que integra a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDHC, tem demonstrado disposição para retomar políticas públicas importantes e propor avanços nessa seara. Algumas das ações observadas até o momento são (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023):

- a) Retomada e recomposição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade);
- b) Anúncio da realização, após suspensão por 7 anos, da 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em julho de 2024 em Brasília, com o tema "Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Construindo um Brasil mais inclusivo";
- c) Publicação do Decreto n.º 11.487/2023, que instituiu um Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, com o objetivo de “aperfeiçoar os critérios de avaliação e identificar de que modo a deficiência desabilita ou prejudica a autonomia na vida cotidiana e profissional” (Brasil, 2023). Destaca-se a importância dessa regulamentação uma vez que impacta em 35 programas federais e pode consistir na ampliação do acesso a direitos;
- d) Retomada do Programa Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, denominado Programa Viver sem Limite 2, visando a ampliação de direitos e garantias e a superação de barreiras ao exercício pleno da cidadania; e,
- e) Elaboração de estratégia para promoção da memória, reparação e enfrentamento ao estigma relacionado à hanseníase.

No entanto, cabe às instituições públicas, inclusive às escolas e universidades, atuarem de forma proativa e afirmativa no cumprimento das normas já existentes.

Por fim, compete registrar algumas limitações observadas neste estudo que podem servir de parâmetros de melhorias para outros pesquisadores que venham a percorrer caminhos teóricos-metodológicos semelhantes.

Constava do projeto de pesquisa inicial a previsão de realização de grupos focais e/ou entrevistas para complementação e confirmação das RS e percepções dos trabalhadores da instituição. Entretanto, devido à pandemia do Coronavírus e todas as intercorrências dela decorrentes, essa etapa foi retirada da execução do projeto. Diante dos resultados da pesquisa, considera-se não ter havido prejuízo no acesso ao conteúdo e estrutura das RS, bem como às

percepções, conforme planejado, mas para estudos posteriores, sugere-se a utilização de uma, ou das duas, técnicas de coleta de dados, visando uma confirmação em profundidade dos resultados.

Ademais, poderia ser analisado se há diferenças entre NC ou elementos periféricos de subgrupos formados pelos sujeitos da pesquisa separados, por exemplo, por nível de conhecimento a respeito de inclusão e acessibilidade, ou por grau de convivência com PcD. Como essas análises comparativas não estavam previstas nos objetivos da pesquisa, não foram empreendidas, mas podem ser cotejadas em futuros projetos. A realização de estudos comparativos entre instituições públicas, bem como em escolas e universidades, ou mesmo em setores dentro destas, também pode ser um campo fértil para reflexões e proposições.

A despeito dos limites aventados, espera-se que este estudo possa incentivar outros pesquisadores e instituições a pensarem sobre formas de investigar as condutas relacionadas à inclusão de PcD, e a compreenderem o tema como parte de uma agenda emancipatória de valorização das alteridades e proposição de mudanças que possibilitem a redução das desigualdades e a eliminação da exclusão social, que:

[...] é o aniquilamento do outro; a negação do exercício do direito a viver na própria cultura, na própria língua, no próprio corpo, na própria idade, na própria sexualidade etc., uma norma – muitas vezes explicitamente legal – que impede o pertencimento de um sujeito ou de um grupo de sujeitos a uma comunidade de direitos. Comunidade de direitos, inclusive e, sobretudo, o direito à não-mesmidade; o direito irreduzível da/à diferença. (Skliar, 2003, p. 91).

Afinal, cabe a cada um refletir sobre o que está ao seu alcance fazer para que a sociedade em que vive seja mais inclusiva e mais justa e para que a exclusão não se perpetue. Não há tempo a perder!

REFERÊNCIAS

ABNT. Norma brasileira - NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

ABRIC, Jean-Claude. Central System, Peripheral System: their functions and roles in the dynamics of social representations. **Papers on Social Representations (PSR)**, Austria, v. 2, p. 75-78, 1993. Disponível em: <https://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/126>. Acesso em 2 jan.2023. Acesso em 15 set. 2022.

ABRIC, Jean-Claude. Prefácio. *In*: SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 10-11.

ABRIC, Jean-Claude. Las representaciones sociales: aspectos teóricos. *In*: ABRIC, Jean-Claude (org.). **Práticas sociais e representaciones**. 1ª ed. México: Cultura Libre, 2001. p. 11-32.

ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. *In*: SANTOS, Maria de Fátima de Souza Santos; ALMEIDA, Leda Maria de (org.). **Diálogos com a teoria das representações sociais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. p. 117-160.

ALLPORT, Gordon Willard. **La naturaleza del prejuicio**. 4ª ed. Massachusetts: Addison-Wesley, 1971.

ALVES, Evanilson Landim. **Nenhum a menos na aula de matemática: representações sociais de inclusão de estudantes com deficiência visual e seus impactos na aprendizagem de razões trigonométricas**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32352/1/TESE%20Evanilson%20Landim%200Alves.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

AMORIM, Annibal Coelho de et al. **Sobre o viver em uma cidade capacitista: antes, durante e depois da pandemia da COVID-19**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 49–56, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KMzJY5VLXZK8LBMnGDxk4Bt/#>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARRUDA, Ângela. Mudança e representação social. **Temas em Psicologia da SPB**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 241-247, dez. 2000. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000300003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 fev.2023.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. DOI: 10.1590/S0100-15742002000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/T4NRbmqpmw7ky3sWhc7NYVb/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 26 fev.2023.

ARRUDA, Ângela. Modernidade & Cia.: reportórios da mudança. In: JESUÍNO, Jorge Correia; MENDES, Felismina Rosa Pereira; LOPES, Manuel José (org.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 103-127.

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010. DOI: 10.1590/S0104-11692010000400022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/yBG83q48WG6KDHmFXXsgVkr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BARBOSA, Lívia; DINIZ, Débora; SANTOS, Wenderson. Deficiência, direitos humanos e justiça. In: DINIZ, Débora; SANTOS, Wenderson (org.). **Deficiência e discriminação**. 1ª ed. Brasília: Letras Livres/Editora UnB, 2010. p. 97-115.

BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wenderson; SILVA, Regiane. Discriminação das pessoas com deficiência: um estudo no Distrito Federal. In: DINIZ, Débora; SANTOS, Wenderson (org.). **Deficiência e discriminação**. 1ª ed. Brasília: Letras Livres/Editora UnB, 2010. p. 169-195.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, Martin. A popularização da ciência como “imunização cultural”: a função de resistência das representações sociais. In: GUARESHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVICH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 183-207.

BERTONI, Luci Mara; GALINKIN, Ana Lúcia. Teoria e métodos em representações sociais. In: MORORÓ, Leila Pio; COUTO, Maria Elizabete Souza; ASSIS, Raimunda Alves Moreira de (org.). **Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias**. Ilhéus, BA: Editus, 2017, p. 101–122. DOI: 10.7476/9788574554938.005. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2023.

BOND, Letycia. Governo deve publicar nova Política de Educação Especial. **Agência Brasil**, São Paulo, dez. 2019. Seção Educação. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/governo-deve-publicar-nova-politica-de-educacao-especial>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BOTELHO, Louise Lira Roede; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, maio/ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 28 mai. 2023.

BOTELHO, Luanda; PORCIUNCULA, Karina. Os desafios para a produção de indicadores sobre pessoa com deficiência: ontem, hoje e amanhã. *In*: ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda (org.). **Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais**. Estatísticas de governança. Estudos e Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica número 8. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p. 114–167. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101660.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Decreto Legislativo n.º 186, de 9 de julho de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2004]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 17 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF: Presidência da República [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 11.487/2023. Institui o Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília, DF: Presidência da República [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11487.htm. Acesso em: 28 ago. 2023.

BRASIL. Lei n.º 14.230, de 25 De outubro De 2021. Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa. Brasília, DF: Presidência da República [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14230.htm. Acesso em 28 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República [1989]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 19 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1992]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2018. Brasília, DF: Ministério da Economia, [2019b]. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/images/rais2018/nacionais/3-sumario.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. Projeto de Lei do Poder Executivo nº 6.159, de 26 de novembro de 2019. Dispõe sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e altera leis para dispor sobre a reabilitação profissional e a reserva de vagas para a habilitação e a reabilitação profissional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2019a]. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7D0DE9D7E4E8351601B5948A47C59F48.proposicoesWebExterno1?codteor=1837451&filename=PL+6159/2019. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. Painel Estatístico de Pessoal. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2022. Disponível em: <http://painel.pep.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelpep.qvw&lang=en-US&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 5 fev. 2022.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRaMuTeQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2013. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Precision Ableism: a study in ableism approach to developing histories of disability and abledment. **Rethinking History**, v. 23, n. 2, p. 138–156, 2019. DOI: 10.1080/13642529.2019.1607475. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/figure/10.1080/13642529.2019.1607475?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 28 fev. 2020.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Introducing Studies in Ableism (SiA). *In: FOR THE WOMENS LIBERATION CONFERENCE 50TH UNIVERSITY, UCL, Disabled Women & Activism Workshop*, 2020, London. Disponível em: https://www.academia.edu/41803337/Introducing_Studies_in_Ableism_SiA_. Acesso em: 20 set. 2020.

CARVALHO, Thiago Silva; MOTA, Daniel Marques; SAAB, Flávio. Utilização do software IRaMuTeQ na análise de contribuições da sociedade em processo regulatório conduzido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Vigil Sanit Debate**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.

10–21, 2020. DOI: 10.22239/2317-269X.01429. Disponível em:
<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1429>. Acesso em:
 21 ago. 2023.

CLÉMENCE, Alain; GREEN, Eva G. T.; COURVOISIER, Nelly. Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. *In*: OLIVEIRA ALMEIDA, Ângela Maria de, SOUZA SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi Araújo (org.). **Teoria Das Representações Sociais** - 50 Anos. Brasília: Techno Politik, 2014. p. 238-259.

CORREIA, Maria Aparecida de Carvalho. **Os processos de significação presentes nas interações professor-aluno e a inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11132>. Acesso em: 26 set.2022.

CRESPO, Ana Maria Morales. Pessoas deficientes, invisibilidade, saber e poder. *In*: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, ANPUH-SP, 2011. Disponível em:
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1298916664_ARQUIVO_ARQUIVO112.PESSOASDEFICIENTES,INVISIBILIDADE,SABEREPODER.pdf. Acesso em: 29 ago. 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEFICIÊNCIA, *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, c2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/deficiencia/>. Acesso: 27 ago. 2023.

DEFICIÊNCIA. *In*: DICIONÁRIO Priberam Online de Português Contemporâneo. Lisboa: Priberam Informática, c2023. Disponível em:
<https://dicionario.priberam.org/defici%C3%Aancia>. Acesso em: 9 ago. 2023.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: Da eugenia estatal a narrativa capacitista social. Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. **Anais [...]**. São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. Disponível em:
http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf. Acesso em 20 set.2020.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 18, n. 1, jan./abr. 2002, p. 27–35. DOI: 10.1590/S0102-37722002000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/y94K6BGPXHq7zm6HdnhrFMt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2023.

DUQUE, Daniel; MARTINS, Tiago; PERUCHETTI, Paulo. Mercado de Trabalho no Brasil: situação atual e desafios para o futuro. **Boletim Macro IBRE**, Rio de Janeiro, nov. 2020. Mensal.

DUTRA DOS SANTOS, Martinha Clarete. Prefácio. *In*: CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda (org.). **Inclusão** — possibilidades a partir da formação profissional. São João del-Rei: UFSJ, 2015. p. 8-13.

DUVEEN, Gerard. Introdução: O poder das ideias. *In*: MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais** — investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 7-28.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

ENAP. **Curso Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil**: Módulo 1. Brasília, DF: ENAP, 2020.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. *In*: GUARESHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVICH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 27-52.

FERNANDES, Baltazar. **Metodologias de Análise em Representações Sociais** — Manual do Iramuteq incorporado. Portugal: Chiado Books, 2000.

FLAMENT, Claude. Estructura, dinámica y transformación de las representaciones sociales. *In*: ABRIC, Jean-Claude (org.). **Práticas sociais e representaciones**. 1ª ed. México: Cultura Libre, 2001. p. 33-52.

FONSECA, Carlos Ventura. **Química, nutrição e ensino médio**: produção de material didático no enfoque das representações sociais. 2010. Dissertação (Mestrado em Química) — Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28305/000769928.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: em 6 mar. 2021.

FONSECA, Carlos Ventura. A Teoria das Representações Sociais e a pesquisa na área de educação em Ciências: reflexões fundamentadas em produções brasileiras contemporâneas. **#Tear**: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, Canoas, v. 5, n. 1, 2016. DOI: 10.35819/tear.v5.n1.a1985. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1985>. Acesso em: 6 mar. 2021.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 388–394, fev. 2011. DOI: 10.1590/S0102-311X2011000200020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3bsWNzMMdvYthrNCXmY9kJQ/?lang=pt#>. Acesso em: 9 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no College de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. Pesquisas temáticas sobre educação especial no contexto da inclusão escolar. *In*: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 123–143.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. A construção de um objeto de pesquisa: a favela na trajetória intelectual de Licia do Prado Valadares. *In*: GONDIM, Linda Maria de Pontes (org.). **A prática da pesquisa artesanal**: instrumentos, estratégias e narrativas. Curitiba: CRV, 2021. p. 43–61.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e

culpabilização. *In*: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 141–156.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoa com Deficiência e o Direito ao Trabalho**: Reserva de Cargos em Empresas, Emprego Apoiado. Florianópolis: Obra Jurídica, 2007.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta. Belo Horizonte: RTM, 2019.

GUIMARÃES, Raquel. Gênero e deficiência: um estudo sobre as relações de cuidado. *In*: DINIZ, D.; SANTOS, W. (org.). **Deficiência e discriminação**. 1ª ed. Brasília, DF: Letras Livres/UnB, 2010. p. 197–228.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Os desafios da diversidade na escola. **Mediações** — Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 5, n. 2, p. 9–28, 2000. DOI: 10.5433/2176-6665.2000v5n2p9. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9158>. Acesso em: 08 jan. 2020.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde – PNS 2013**: ciclos de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2019**: ciclos de vida/Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101846>. Acesso em: 22 ago. 2021.

IBGE. **Informativo sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

JANUZZI, Adriana Padula *et al.* **Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas**. 1. ed. Brasília, DF: Rede Acessibilidade, 2019.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. *In*: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ª ed.

Petrópolis: Vozes, 2001. p. 55-67.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

JODELET, Denise. Ponto de vista: sobre o movimento das representações sociais na comunidade científica. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 1, p. 19–26, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 jan. 2020.

JOVCHELOVICH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. *In*: GUARESHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVICH, Sandra (org.). **Textos em representações sociais**. 14ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 53-72.

KITAHARA, Adil Margarete Visentini. **Representações Sociais de professores do ensino fundamental sobre alunos com deficiência e a educação inclusiva**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia da Saúde) — Escola de Ciências Médicas e da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2018. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1843>. Acesso em: 7 ago. 2023.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAHLOU, Saadi. Difusão das Representações e Inteligência Coletiva Distribuída. *In*: OLIVEIRA ALMEIDA, Ângela Maria de; SOUZA SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi Araújo (org.). **Teoria Das Representações Sociais - 50 Anos**. Brasília, DF: TechnoPolitik, 2014. p. 78–133.

LIMA, Jacob Carlos. Uma conversa sobre sociologia e ética da pesquisa na prática cotidiana. *In*: GONDIM, Linda Maria de Pontes (org.). **A prática da pesquisa artesanal: instrumentos, estratégias e narrativas**. Curitiba: CRV, 2021. p. 63–82.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história: pobres escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Laís de Figueirêdo. Artigo 1: Propósito. *In*: DIAS, Joelson *et al.* (org.) **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3ª ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014. p. 9–19.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. *In*: COLL, César;

MARCHESI, Álvaro; PALACIOS Jesús (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. p. 15–30.

MARKOVÁ, Ivana. Ética na Teoria das Representações Sociais. *In*: JESUÍNO, Jorge Correia; MENDES, Felismina Rosa Pereira; LOPES, Manuel José (org.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 80–102.

MARKOVÁ, Ivana. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 358–375, 2017. DOI: 10.1590/198053143760. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3VdRjVMytzZqPRjWPkPNKTG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 3265–3276, 2016. DOI: 10.1590/1413-812320152110.07792016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016001003265&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 16 fev. 2020.

MENDES, Felipe. Brasil elimina mais de 23 mil empregos formais para deficientes em 2020. **Revista Veja**, [s. l.] 21 set. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/brasil-elimina-mais-de-23-mil-empregos-formais-para-deficientes-em-2020/>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MENDES, Rodrigo Hübner. Ciladas da dicotomia entre inclusão e aprendizagem. *In*: GONZAGA, Eugênia Augusta; MEDEIROS, Jorge Luiz Ribeiro de (org.). **Ministério público, sociedade e a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**. Brasília, DF: ESMPU, 2018. p. 221-233 Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/obras-avulsas/e-books-esmpu/ministerio-publico-sociedade-e-a-lei-brasileira-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 17 ago. 2021.

MIJS Jonathan. The paradox of inequality: income inequality and belief in meritocracy go hand in hand. **Oxford Academic: Socio-Economic Review**, Oxford, v. 19, n. 1, p. 2–35, jan. 2021. DOI: 10.1093/ser/mwy051. Disponível em: <https://academic.oup.com/ser/article-abstract/doi/10.1093/ser/mwy051/5299221?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 16 fev. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017.

Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. Assessoria de Comunicação Social. A inclusão voltou: reconstrução é marca dos 100 dias de gestão da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do MDHC. **Governo Federal**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/a-inclusao-voltou-reconstrucao-e-marca-dos-100-dias-de-gestao-da-secretaria-nacional-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia-do-mdhc>. Acesso em: 24 ago. 2023.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Zahaar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais** - investigações em psicologia social. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOURA, Simone Moreira de; CROCHÍK, José Leon. Eugenia no contexto do atual desenvolvimento das tecnologias genéticas: as deficiências em foco. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 38, n. 2, p. 205–212, 2016. DOI: 10.4025/actascieduc.v38i2.24533. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/24533>. Acesso em: 19 set. 2022.

MYERS, David. Prejuízo: desagrado por los demás. *In*: MYERS, David G. **Psicología Social**. 4ª ed. México: McGraw-Hill, 1995. p. 346–385.

OMS; BM. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência de São Paulo, 2012.

OMS. **CIF**: Classificação Internacional de funcionalidade, Incapacidade e Saúde. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf?sequence=111&isAllowed=y. Acesso em: 14 ago. 2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Portugal: United Nations Information Centre, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 18 jan. 2020.

OPENEVOC. Vitória: Hugo Cristo Sant'Anna, c2023. Disponível em: <https://www.hugocristo.com.br/projetos/openevoc/openevoc.php>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PEREIRA, Camila Strictar. **Representação social de licenciandos em Química sobre seu objeto de estudo – a química**. 2016. Tese. (Doutorado em Ensino de Ciências) Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, SP. 2016. DOI: 10.11606/T.81.2016.tde-07102016-144931. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-07102016-144931/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2022.

PESSOA, Sônia Caldas. Corpos com deficiência: movimentos de experiências e afetações por uma acessibilidade afetiva. *In*: PRATA Nair; PESSOA, Sônia Caldas (org.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019, p. 19-29. *E-book*.

PIOVESAN, Flávia. Apresentação. *In*: DIAS, Joelson *et al.* (org.). **Novos comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 3. ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014. p. 9–19.

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89–99, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020251.29562019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vnJWDbvYCwqdYdVypqrJMBm/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova Aliança: A Metamorfose da Ciência**. Tradução Miguel Faria e Maria Joaquina Machado Trincadeira. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1991.

RECEPUTI, Caian Cremasco. **Percepções de professores de licenciaturas em química sobre “experimentação”, na perspectiva da teoria das representações sociais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências - Universidade de São Paulo, SP. DOI:10.11606/D.81.2019.tde-10122019-170438. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-10122019-170438/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2022.

RECEPUTI, Caian Cremasco *et al.* Representação social de coordenadores de área do PIBID-Química sobre “experimentação”. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, Belo Horizonte, v. 22, p. 1–29, 2020. DOI: 10.1590/21172020210125. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172020000100327&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 abr. 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In*:

SPINK, Mary J. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANT'ANNA, Hugo Cristo. openEvoc: um programa de apoio à pesquisa em Representações Sociais. In: AVELAR, L. *et al.* (Org.). **Psicologia Social**: desafios contemporâneos. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2012. p. 94–103.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Filosofia e as gentes — um estudo sobre a origem das diferenças. In: SILVA Divino José da; LIBÓRIO, Renata M. C. (org.). **Valores, preconceitos e práticas educativas**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 57–72.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada** — a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.

SIPOLI, Marília. Governo Bolsonaro e o apogeu do capacitismo. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/governo-bolsonaro-e-o-apogeu-do-capacitismo/>. Acesso em 17 ago. 2023.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOUZA, Luis Eugenio Portela Fernandes de *et al.* Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2783–2792, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018248.34462018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000802783&tlng=pt. Acesso em: 08 jan. 2020.

TRINDADE, Zeide; SOUZA, Fátima; ALMEIDA, Angela. Ancoragem: Notas sobre consensos e dissensos. *In: OLIVEIRA ALMEIDA, Angela Maria de, SOUZA SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi Araújo (org.). Teoria Das Representações Sociais - 50 Anos*. Brasília, DF: TechnoPolitik, 2014. p. 134–163.

VAGARINHO, João Paulo. Como identificar a originalidade num artigo científico ou numa tese de doutoramento? **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 181–207, jan. 2019. DOI: 10.1590/0104-4060.58892. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/WdQsHy6Q6cfjs65Lcgq36MP/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun. 2023.

VOGEL, Marcos. **Influências do PIBID na Representação Social de licenciandos em Química sobre ser “professor de Química”**. 2016. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências) — Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: 10.11606/T.81.2016.tde-02062016-105635. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-02062016-105635/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2022

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 474, 165–189, 2014. DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>. Acesso em: 21 jun. 2023.

VYGOTSKI, Lev Semiónovic. **Obras Escogidas Vol. V: Fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor, 1997.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. *In: GUARESHI, Pedrinho Arcides; JOVCHELOVICH, Sandra (org.). Textos em representações sociais*. 14^a ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 119–149.

WEBER, Max. A ciência como vocação. *In: Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

WACHELKE, João *et al.* Um panorama da literatura relacionada às representações sociais publicada em periódicos científicos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 293–308, jun. 2015. DOI: 10.9788/TP2015.2-06-Pt. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 mar.2023.

WACHELKE, João *et al.* Efeito do tamanho da amostra na análise de evocações para representações sociais. **Liberabit**. Revista Peruana de Psicología, Lima, Peru, v. 22, n. 2,

2016, p. 153–160. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68649318002>. Acesso em: 19 set. 2022.

WOLTER, Rafael Peclý; WACHELKE, João. Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 521–526, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistatp/article/view/18341>. Acesso em: 15 set. 2022.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A — ARTIGO NÃO SUBMETIDO

Representações sociais de deficiência de trabalhadores de uma instituição pública federal

Social representations of disability among workers at a federal public institution

Representaciones sociales de la discapacidad entre trabajadores de una institución pública federal.

Resumo¹

Este artigo tem como objetivo relatar pesquisa realizada para identificar as Representações Sociais - RS de deficiência compartilhadas por trabalhadores de uma instituição pública federal sediada em Brasília. Foi adotada abordagem metodológica qualitativa, estudo de caso e pesquisa de campo, utilizando-se questionário semiestruturado, contendo questões de livre associação e hierarquização de palavras a partir do termo indutor 'deficiência', com fundamento na Abordagem Estrutural da Teoria das RS. Para processamento dos dados visando acessar o conteúdo e a estrutura das representações foram utilizados os *softwares* openEvoc e IraMuTeQ. A análise dos dados conduziu aos seguintes resultados: 'acessibilidade' é o termo mais saliente do núcleo central - NC da RS, seguido de 'inclusão'; outros elementos integrantes do NC são 'preconceito' e 'limites'; e, a análise de similitude confirmou a centralidade do termo 'acessibilidade' para os sujeitos da pesquisa, com conexões acentuadas com 'inclusão', seguido de 'dificuldade' e 'respeito', demonstrando complementariedade entre termos do NC e termos da primeira periferia. Concluiu-se que os respondentes possuem certo nível de conhecimento sobre o tema, porém de forma superficial, haja vista a grande quantidade de termos evocados apenas uma vez (89, de um total de 147 palavras diferentes), indicando falta de coesão na compreensão do tema.

Palavras-chave: Deficiência. Instituição Pública Federal. Representações Sociais. Abordagem Estrutural. Inclusão.

Abstract

This article aims to report research carried out to identify the Social Representations - SR of disability shared by workers of a federal public institution based in Brasilia. A qualitative methodological approach was adopted, case study and field research, using a semi-structured questionnaire, containing questions of free association and hierarchization of words from the inducing term 'disability', based on the Structural Approach of the Theory of SR. For data processing in order to access the content and structure of the representations, openEvoc and IraMuTeQ software were used. Data analysis led to the following results: 'accessibility' is the most salient term in the central nucleus - NC of the RS, followed by 'inclusion'; other elements of the NC are 'prejudice' and 'limits'; and, the similarity analysis confirmed the centrality of the term 'accessibility' for the research subjects, with strong connections with 'inclusion', followed by 'difficulty' and 'respect', demonstrating complementarity between CN terms and terms from the first periphery. It was concluded that the respondents have a certain level of

knowledge on the subject, but superficially, given the large number of terms evoked only once (89, out of a total of 147 different words), indicating a lack of cohesion in understanding the subject. theme.

Keywords: Disability. Federal Public Institution. Social Representations. Structural Approach. Inclusion.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo relatar una investigación realizada para identificar las Representaciones Sociales - RS de la discapacidad compartidas por trabajadores de una institución pública federal con sede en Brasilia. Se adoptó un enfoque metodológico cualitativo, estudio de caso e investigación de campo, utilizando un cuestionario semiestructurado, que contiene preguntas de libre asociación y jerarquización de palabras del término inductor 'discapacidad', basado en el Enfoque Estructural de la Teoría de la RS. Para el procesamiento de datos con el fin de acceder al contenido y estructura de las representaciones, se utilizaron los software openEvoc e IraMuTeQ. El análisis de los datos condujo a los siguientes resultados: "accesibilidad" es el término más destacado en el núcleo central - NC de la RS, seguido de "inclusión"; otros elementos de la CN son los "prejuicios" y los "límites"; y el análisis de similitud confirmó la centralidad del término 'accesibilidad' para los sujetos de investigación, con fuertes conexiones con 'inclusión', seguido de 'dificultad' y 'respeto', demostrando complementariedad entre términos CN y términos de la primera periferia. Se concluyó que los encuestados tienen cierto nivel de conocimiento sobre el tema, pero de manera superficial, dada la gran cantidad de términos evocados una sola vez (89, de un total de 147 palabras diferentes), lo que indica falta de cohesión en la comprensión del tema.

Palabras clave: Discapacidad. Institución Pública Federal. Representaciones Sociales. Enfoque estructural. Inclusión.

1 Introdução

A recém-publicada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (IBGE, 2022) apurou que existem 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência no Brasil o que equivale a 8,9% da população brasileira. Números tão expressivos deveriam provocar diversas reflexões, em especial, onde estão todas essas pessoas que, juntas, superam a população do estado do Rio de Janeiro?

É possível afirmar que o arcabouço legal brasileiro no que pertine à inclusão é muito abrangente, visto que, além de muitas normas esparsas, o Brasil recepcionou o tratado internacional de direitos humanos consolidado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD, publicada com status semelhante ao de uma emenda constitucional por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009). Ademais, encontra-se vigente a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira da Inclusão – LBI, que efetivou parâmetros estabelecidos pela CDPD, de forma a promover e assegurar o exercício de direitos pelas PcD.

As duas normas citadas visam promover a acessibilidade, para que as PcD possam ter autonomia e independência, e a inclusão, para garantir sua participação em todas as áreas da

sociedade, o que passa necessariamente pela eliminação das barreiras existentes, sejam elas comunicacionais, urbanas ou arquitetônicas, informacionais ou mesmo atitudinais.

Quanto a estas últimas, é essencial o reconhecimento tanto pela CDPD, quanto pela LBI do modelo biopsicossocial da deficiência, o qual considera PcD:

Art. 2º [...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Esse modelo possibilita correlacionar a existência de um impedimento com a análise do impacto do ambiente e das condições sociais sobre as funcionalidades do indivíduo, e problematiza a exclusão social a partir da constatação da hostilidade do ambiente social à diversidade humana.

Entretanto, ainda se observa a predominância do discurso capacitista, por meio do qual as pessoas são valorizadas e consideradas a partir do que são capazes de fazer, e a concepção de que as PcD são anormais, menos aptas ou incapazes (DIAS, 2013). Esse preconceito reflete uma forma de pensar sobre os corpos a partir de um padrão que estabelece diferenciação, classificação, negação e priorização (CAMPBELL, 2020), e demonstra o desconhecimento sobre as potencialidades e possibilidades existentes na alteridade da PcD.

O capacitismo é alimentado por estereótipos e crenças sociais que correspondem a imagens genéricas, consolidadas durante um amplo lapso temporal como parte do senso comum, o que pode ser associado à concepção de Representações Sociais – RS (MOSCOVICI, 2015). A Teoria das Representações Sociais – TRS, inaugurada por Moscovici (1976) analisa a forma e a razão pelas quais as pessoas partilham o conhecimento, inseridas em determinados contextos e a partir de interesses e necessidades de específicas.

Em vista do exposto, diante da função das RS como organizadoras das condutas e da comunicação social (MOSCOVICI, 1976), buscou-se nesta pesquisa identificar as RS de deficiência compartilhadas por trabalhadores de uma instituição pública federal, para orientar ações no sentido de favorecer um ambiente de trabalho mais inclusivo.

1.1 Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais - TRS foi inaugurada por Serge Moscovici a partir de sua Tese de Doutorado, intitulada “A psicanálise, sua imagem e seu público”

(Moscovici, 1976), por meio da qual o autor busca compreender como é constituída a realidade social e constata que esta realidade não é um dado, mas decorre de processos que, por vezes, fazem com que mesmo as verdades consideradas científicas (universo reificado) possam ser negadas se não coadunarem com as crenças, opiniões e representações partilhadas (universo consensual).

Ao propor uma teoria para estudar a transformação de saberes especializados em senso comum, Moscovici (1976) afirmou que “(1) toda a representação é uma representação de qualquer coisa; (2) qualquer coisa (*toute chose*) é representação de qualquer coisa; (3) toda a representação é uma representação de alguém (*quelqu'un*)” (JESUÍNO, 2014, p. 54). Além disso, afirmava que o papel central das RS é tornar inteligível um objeto estranho, ou seja, tornar familiar o não familiar (MOSCOVICI, 2015).

Não se pode dizer que o tema da inclusão de pessoas com deficiência seja considerado um objeto estranho para a sociedade brasileira, visto que diversas mídias têm veiculado, com uma frequência razoável, matérias sobre acessibilidade, sobre situações de discriminação, ou mesmo eventuais tentativas de retrocesso na legislação que garante direitos às PcD. Entretanto, mesmo sendo uma temática recorrente nos meios de comunicação, a convivência efetiva, no dia a dia, com PcD revela outra realidade.

Alguns indicadores da PNAD Contínua (2022) demonstram como essas pessoas ainda não ocupam os espaços sociais como a legislação tenta garantir, pois:

- A taxa de analfabetismo de PcD é de 19,5% contra 4,1% daquelas sem deficiência;
- 11,1% das PcD tinham o fundamental completo ou médio incompleto, 25,6% concluíram o ensino médio, e 7,0% possuem nível superior, em contraposição aos percentuais de 12,8%, 57,3% e 20,9%, respectivamente, para as pessoas sem deficiência; e,
- A taxa de participação na força de trabalho no Brasil foi de 62,7%, para pessoas sem deficiência e de 29,2%, para as PcD.

Pode-se inferir desses percentuais, considerando especialmente que o percentual de PcD na população brasileira é de 8,9% das pessoas de 2 anos ou mais de idade, que os espaços escolares e o mercado de trabalho ainda não se encontram devidamente ocupados por quantidade significativa de PcD, o que pode implicar que ainda sejam ‘estranhos’ para muitas pessoas.

Sendo que “Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que se tornam comuns” (Moscovici,

1976, p. 26) e há pouca convivência com as PcD na maior parte dos ambientes sociais, as figuras e expressões que compõem as RS de deficiência provavelmente são provenientes de estereótipos, crenças e ideias pré-formadas, ou decorrentes da absorção da linguagem utilizada pelos meios de comunicação.

A gênese de uma RS passa por dois processos de transformação do conhecimento: a objetivação e a ancoragem. A primeira, consiste em tornar concreto o que é abstrato, ou seja, “transforma um conceito em imagem de uma coisa, retirando-o de seu quadro conceitual científico” (Trindade *et al.*, 2014, p. 146), em uma simplificação do que é complexo apoiada em concepções familiares. Já a ancoragem possibilita a integração do objeto da RS em um sistema de valores que é próprio do indivíduo em determinado grupo social, e, a partir da sua denominação e classificação, o objeto é ancorado em um sistema de categorias previamente existentes (Trindade *et al.*, 2014).

Para Jodelet (2001), as RS traduzem uma identidade cultural do grupo social em que o sujeito se encontra inserido e podem funcionar como um sistema de interpretação do mundo, conectando o individual ao coletivo. A TRS ressalta o papel essencial da comunicação na formação das representações a partir de teorias científicas, mas alerta que a recepção das informações não é realizada de forma passiva, pois, além de passar por vários filtros individuais, insere-se em um contexto grupal marcado por divisões políticas, morais e sociais (Clémence *et al.*, 2014).

Dessa forma, identificar uma RS, seu conteúdo e estrutura, possibilita avaliar que tipo de informação pode ser mais veiculada visando alcançar determinados fins e, em se tratando de RS de deficiência, essa identificação pode ser útil para a formulação de ações e políticas de inclusão.

1.2 Abordagem estrutural e Teoria do Núcleo Central

Moscovici (2015, p. 108) afirma que “somente uma descrição cuidadosa das representações sociais, da sua estrutura e da sua evolução nos vários campos, nos possibilitará entendê-las”. Sendo assim, para possibilitar o acesso ao conteúdo das representações e sua estrutura, foi desenvolvida, de forma complementar à TRS, a Teoria do Núcleo Central - TNC, pelo Grupo do Midi, “conjunto de pesquisadores do sul da França, da região do Mediterrâneo” (Sá, 1996, p. 52), do qual fazia parte Jean-Claude Abric.

A partir de uma abordagem estrutural das RS, Abric (2001) buscou atribuir uma maior objetividade à TRS para torná-la mais aplicável à prática social e, para tanto, propôs a hipótese de que para se compreender o funcionamento das RS, deve-se identificar seu

conteúdo e a sua estrutura, sendo esta composta por elementos hierarquizados organizados em torno de um Núcleo Central – NC (Sá, 1996).

A estrutura das RS é integrada por dois sistemas complementares e interligados de forma dinâmica, o sistema central e o periférico, cada um com características e funções específicas que lhe são pertinentes. Segundo Sá (1996):

- Os elementos integrantes do NC têm uma função consensual e geradora de sentido, além de determinar a organização da RS; remetem à história do grupo e ao seu contexto ideológico, são estáveis, coerentes, resistentes à mudança e pouco sensíveis ao contexto imediato.
- Os elementos do sistema periférico atuam como interface entre o NC e a situação concreta, permitindo a adaptação da RS à realidade vivida, além de exercer uma função prescritiva de comportamentos e de personalização das condutas, visto que são flexíveis, suportam a heterogeneidade do grupo, mediante integração das experiências individuais, e são sensíveis ao contexto imediato. Sua principal função é proteger o sistema central para que não sofra transformações.

Nesse sentido, para possibilitar o acesso ao conteúdo e a organização da estrutura das RS, foi proposta por Vergès uma metodologia, a Análise Prototípica, “na qual admite-se que os termos de maior relevância para o grupo seriam evocados com maior frequência e com prioridade pelos indivíduos em tarefas de livre associação de palavras a um termo indutor” (RECEPUTI, 2019, p. 50).

Essa metodologia possibilita a análise da estrutura das representações de forma que o valor simbólico de um termo para a RS do grupo sobre um objeto consista na saliência da sua evocação e em seu poder de associação (RECEPUTI, 2020). São considerados termos salientes os que são evocados com maior frequência e com hierarquização de maior importância para os sujeitos do grupo (ordem média de evocação – OME), com referência a um objeto social.

A partir do cruzamento entre os valores de OME de cada termo evocado e sua frequência, obtém-se um gráfico cartesiano denominado como Quadrante de Vergès (SÁ, 2002, RECEPUTI, 2020), ilustrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1: Quadrante de Vergés

		Ordem Média de Evocação (OME)	
		1° Quadrante	2° Quadrante
Frequência Média		Núcleo Central (alta frequência e maior prioridade na evocação)	Primeira Periferia (alta frequência e menor prioridade na evocação)
		3° Quadrante Zona de Contraste (baixa frequência e maior prioridade na evocação)	4° Quadrante Segunda Periferia (baixa frequência e menor prioridade na evocação)

Fonte: Adaptado de Sá, 1996.

Além da constatação da saliência, outro fator que determina se um termo tem posição privilegiada e integra do NC de uma RS é a sua capacidade de associação (conectividade) a outros termos da representação. A conectividade consiste no somatório dos valores das coocorrências dos termos, ou seja, da quantidade de vezes que um par específico de termos foi citado pelos indivíduos. Portanto, quanto maior a conectividade, maior o grau de associação dos termos (VOGEL, 2016; RECEPUTI, 2019). Dessa forma, para acessar os termos que estão localizados no sistema central, ou seja, que ocupam uma posição privilegiada na estrutura da representação, deve-se identificar a saliência do termo na RS do grupo sobre o objeto social pesquisado e apreender o seu valor simbólico a partir da observância do seu poder associativo com os demais termos.

Com a finalidade de compreender o conteúdo e acessar a estrutura da RS de deficiência, conforme previsto no objetivo desta pesquisa, a seguir serão detalhados os procedimentos metodológicos utilizados.

2 Metodologia

Trata-se de pesquisa aplicada de abordagem qualitativa, visto que os conhecimentos gerados terão aplicação prática e dirigem-se à compreensão de problemas específicos (GHERARDT E SILVEIRA, 2009) e, como estratégia de investigação, foi adotado o estudo de caso (GIL 1987; CRESWELL, 2010).

Foi selecionada como unidade de análise do estudo de caso uma instituição pública federal da área de ciência e tecnologia, sediada em Brasília, no Distrito Federal, composta por 291 servidores públicos em efetivo exercício na instituição, dos quais 46% são mestres ou doutores, 453 terceirizados e 10 estagiários. O alto grau de formação acadêmica dos servidores e a proximidade com as políticas e ações na área científica e tecnológica, foram determinantes para a seleção do campo do estudo, uma vez que a TRS é uma abordagem teórica apropriada para a investigação empírica sobre o senso comum produzido a partir da circulação na sociedade do conhecimento científico (FONSECA, 2010). A instituição escolhida também possui um reconhecido Programa de Qualidade de Vida e realiza periodicamente pesquisas para diagnosticar as fontes de bem-estar e mal-estar no trabalho, motivo pelo qual demonstra ser uma instituição aberta à experimentação de novas práticas e sensível aos indicadores de qualidade de vida e bem-estar no trabalho.

2.1 Instrumento de coleta de dados

Foi utilizado um questionário semiestruturado planejado para possibilitar a investigação do conteúdo e da estrutura da RS de deficiência, com questões de caráter associativo elaboradas especificamente para a obtenção de dados voltados para a análise estrutural das representações, instrumento bastante utilizado para o estudo das RS, pois possibilita o acesso a uma maior quantidade de informações em pesquisas essencialmente qualitativas (PEREIRA, 2016).

Minayo (2014, p. 197) afirma que “uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo” e não devem ser pensadas por quantidade e nem precisam ser sistemáticas. O primordial, no que pertine à coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, é a transparência quanto à técnica de amostragem, para que se evidencie o rigor empregado na investigação científica. Uma das possibilidades de justificativa para definição da amostra é a saturação teórica, que:

Nas amostras não-probabilísticas (intencionais), tal definição é feita a partir da experiência do pesquisador no campo de pesquisa, numa empiria pautada em raciocínios instruídos por conhecimentos teóricos da relação entre o objeto de estudo e o corpus a ser estudado [...] interrompe-se a coleta de dados quando se constata que elementos novos para subsidiar a teorização almejada (ou possível naquelas circunstâncias) não são mais depreendidos a partir do campo de observação. (FONTANELLA, 2011, p. 389)

Nesse sentido, o instrumento utilizado nesta etapa da pesquisa foi elaborado pela autora com subsídio em instrumentos validados e utilizados em outras pesquisas

fundamentadas na abordagem estrutural das RS (PEREIRA, 2016; VOGEL, 2016), considerando a complexidade que envolve os fenômenos representacionais.

O questionário foi estruturado no Google Forms e subdividido em quatro seções. Na primeira seção, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Na segunda seção, nas questões 1 a 7, objetivou-se caracterizar o grupo investigado; na questão 8 buscou-se identificar se o respondente era PcD e qual o seu grau de convívio com PcD (convívio ocasional, convívio contínuo, não tem convívio); e nas questões 9 e 10, buscou-se informações sobre o nível de conhecimento dos respondentes acerca da inclusão de PcD e das normas de acessibilidade. A terceira seção apresentou uma questão de associação livre de palavras ao termo indutor “deficiência”, a partir da evocação de quatro palavras associadas a este termo e a sua subsequente hierarquização, por ordem de importância.

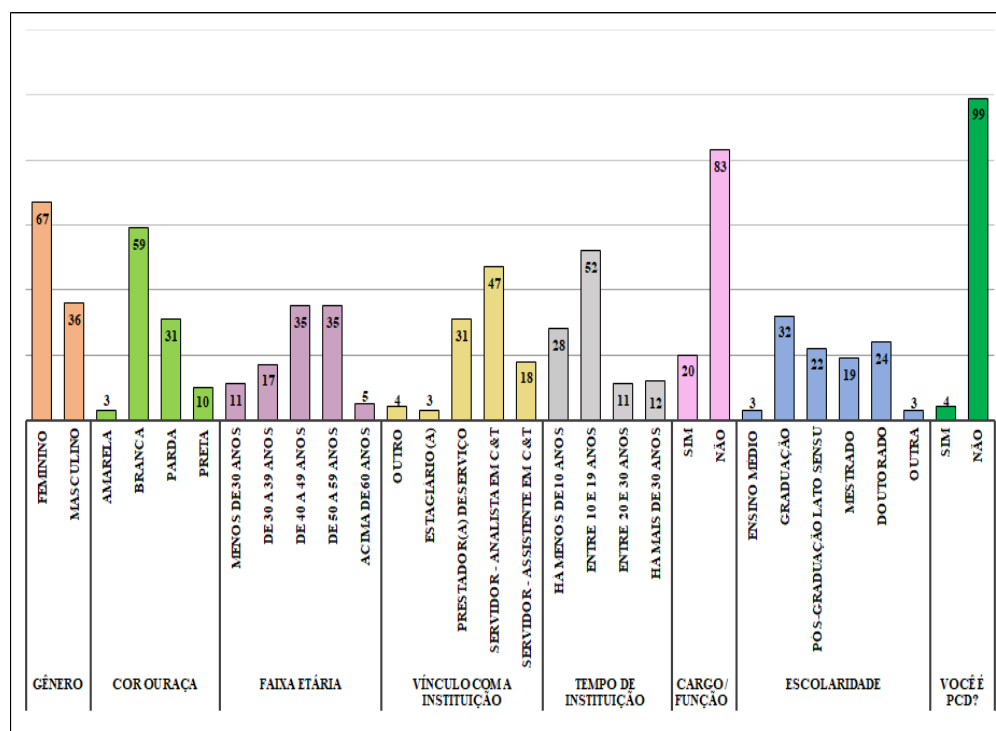
A quarta seção continha uma questão fechada e quatro questões abertas, para verificar as percepções dos respondentes acerca da inclusão de PcD na instituição, porém por não fazer parte do objetivo deste artigo, os resultados não serão relatados.

2.2 Caracterização dos participantes da pesquisa

A pesquisa foi disponibilizada para todos os servidores e demais colaboradores da instituição pública escolhida, sem que houvesse o estabelecimento de critérios de exclusão. O único fator limitador foi o fato de que 95 prestadores de serviço terceirizado não tinham acesso ao e-mail institucional, o que pode ter dificultado o acesso e/ou a disposição para responder a pesquisa. O questionário foi disponibilizado pelo endereço de e-mail de divulgação coletiva interna, no qual havia um texto explicativo sobre o convite para participar da pesquisa e um link que encaminhava o sujeito para o questionário sediado na plataforma do Google Forms. O convite foi reiterado semanalmente, no período em que o questionário ficou disponível para preenchimento, do dia 31/10/2022 ao dia 30/11/2022.

Do total de 754 colaboradores, 104 pessoas responderam ao questionário disponibilizado, sendo que uma das respostas foi desconsiderada devido à manifestação de não concordância com os termos do TALP, embora o sujeito tenha concluído todas as etapas do questionário.

Gráfico 1 – Perfil dos respondentes



Fonte: Correia, 2023.

Dos 103 respondentes válidos, 4 identificados como PcD e 99 sem deficiência declarada, 65% identificaram-se com o gênero feminino. Predominaram os respondentes que se autodeclararam brancos (57%), na faixa etária entre 40 e 59 anos (68% – sendo 34%, de 40 a 49, e 34%, de 50 a 59), servidores investidos no cargo de Analista em C&T (45%), com tempo de instituição entre 10 e 19 anos (50%) e não ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada (80%).

A título de descrição da imagem, dos demais respondentes, aproximadamente 3% se autodeclararam de cor/raça amarela, 30% como pardos e 10% pretos; 11% tinham menos de 30 anos, 16% estavam na faixa etária de 30 a 39 anos e 5% tinham mais de 60 anos; quanto ao vínculo com a instituição, 31% eram prestadores de serviço, 17% eram servidores investidos no cargo de Assistente em C&T, 3% eram estagiários e 4% marcaram a opção “outro” (3 destes especificaram a opção: colaborador, agente de Telecomunicações e Eletricidade e Gabinete - recrutamento amplo); 27% estavam há menos de 10 anos na instituição, 11% tinham entre 20 e 30 anos de vínculo e 12% informaram ter mais de 30 anos na instituição. No que concerne à escolaridade, observa-se que, de modo geral, o perfil dos respondentes da pesquisa é formado por pessoas com nível superior (93%). Em torno de 41% declararam possuir mestrado (18%) ou doutorado (23%), enquanto 21% informaram possuir

especialização/pós-graduação lato sensu e 31%, graduação. Destaca-se que todos os respondentes do cargo de Assistente em C&T, cujo nível exigido para ingresso é o nível médio, informaram possuir nível superior (6 – graduação; 11 - pós-graduação lato sensu; 1 – mestrado). 3 respondentes, com vínculo de prestadores de serviço, declararam ter ensino médio completo e das 3 respostas classificadas como “outra”, na categoria escolaridade, 1 respondente informou possuir o nível fundamental incompleto, 1 ser doutorando e outro possuir pós-doutorado. Trata-se, portanto, de um grupo com nível de escolaridade bastante elevado, que em sua maioria (63%) pertence à carreira de Ciência e Tecnologia. Com relação aos parâmetros de convívio com PcD, em torno de 60% dos respondentes sem deficiência declarada afirmaram ter convívio ocasional com PcD no trabalho ou no cotidiano, enquanto aproximadamente 15% declararam ter convívio contínuo e 25% não ter convívio com PcD.

No subgrupo dos 4 respondentes que se autodeclararam PcD, 3 são servidores públicos investidos no cargo de Analista em C&T e 1 prestador de serviço terceirizado; 3 especificaram o tipo da deficiência, sendo 1 com deficiência física, 1 com deficiência visual e 1 com transtorno do espectro autista – TEA. Todos declararam ter entre 10 e 19 anos de instituição. Dos 4, apenas 1 se identifica com o gênero feminino, os outros 3 com o gênero masculino, e quanto à cor ou raça, 2 se declararam brancos e 2 pardos. Quanto à escolaridade, 1 informou ser graduado, 1 doutor e 2 mestres. Apenas 1 declarou ter cargo ou função comissionada. 1 informou não ter convívio com PcD, 2 informaram ter convívio ocasional e 1 que tem convívio contínuo. Quanto à avaliação pessoal sobre o nível de conhecimento a respeito da inclusão de pessoas com deficiência e das regras de acessibilidade, apenas 1 respondente escolheu o nível 5 para as duas categorias, que correspondia ao nível ‘muito alto’ na escala Likert de 1 a 5.

3 Análise e discussão de resultados

A análise das respostas à Seção 3, ou seja, do resultado do teste de associação livre de palavras – TALP, foi realizada com o auxílio do software openEvoc, desenvolvido por Sant’anna (2012), para:

[...] oferecer recursos de apoio à coleta, processamento, análise e visualização de dados a partir de funções básicas da estatística descritiva – cálculo de frequências e porcentagens, médias, medianas, moda – somadas a um conjunto de características incorporadas ao programa com o intuito de facilitar ou agilizar as etapas do processo. A funcionalidade essencial do programa consiste em coletar dados e processá-los de forma a gerar as tabelas de contingências de forma similar ao EVOC. As demais funcionalidades se aproveitam dos recursos envolvidos na construção do

quadro de frequências e da ordem de evocação para desempenhar ações mais simples, tais como gerar gráficos estatísticos elementares (setores, barras, linhas, dispersão), tabelas de distribuição de frequências e mesmo cálculos de correlações simples. (SANT'ANNA, 2012, p. 98)

O openEvoc possibilita a realização de uma análise prototípica, técnica aplicada às evocações livres que “parte do pressuposto que os elementos da representação social com importância em sua estrutura são mais prototípicos, isto é, mais acessíveis à consciência” (WACHELKE; WOLTER, 2011, p. 522). Por esse motivo, as palavras pertencentes ao núcleo central e ao sistema periférico das RS são separadas em quadrantes (Figura 1), com base no cálculo da frequência dos termos evocados e da ordem média de evocações - OME (WACHELKE; WOLTER, 2011; SANT'ANNA, 2012).

Nessa etapa da análise, os dados referentes às evocações de palavras foram extraídos do Google Forms em uma planilha do Microsoft Excel e organizados conforme a priorização estabelecida pelos respondentes, de 1 a 4, sendo a 1ª a mais importante e a 4ª a menos importante. Dos 103 respondentes, apenas 5 deixaram de evocar as quatro palavras (três prestadores de serviço e um estagiário), sendo que dois evocaram apenas uma palavra, um evocou duas palavras e dois evocaram três palavras, obtendo-se o total de 402 termos, com 147 termos diferentes. Após o tratamento da planilha, apenas com a correção de algumas palavras com erros de digitação (o que poderia provocar duplicidade), esta foi salva em formato CSV UTF 8 (delimitado por vírgulas), conforme exigido pelo software, e importada por *upload* no site <https://www.hugocristo.com.br/projetos/openevoc/openevoc.php>, para realização das análises referentes às evocações, com a finalidade de identificar a estrutura das RS de deficiência para os trabalhadores da instituição pesquisada.

O Quadro 1 a seguir, adaptado de Wachelke e Wolter (2011, p. 524), compila os parâmetros utilizados para a realização da análise prototípica dos dados obtidos na pesquisa:

Quadro 1 - Parâmetros para a análise prototípica

Informações referentes ao tratamento de equivalência dado às evocações:	Parâmetros de análise utilizados nesta pesquisa:
<ul style="list-style-type: none"> • Lematização (redução ao radical), categorização por conteúdo, ou outra possibilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Correção da escrita das palavras, retirada de espaços ao final.
Informações referentes à distribuição de palavras e critérios de construção dos quadrantes	
<ul style="list-style-type: none"> • Tamanho da amostra – 103 participantes; • Total de evocações – 402 termos; • Total de termos diferentes – 147 termos diferentes; • Frequência média de evocações – 2% do total de evocações = 8; • Frequência mínima das evocações – 1% do total de evocações = 4; • Ponto de corte para OME - foi empregado o critério da média das ordens de evocação. Como a escala era de 1 a 4, obteve-se o valor de 2,5. 	

Fonte: Correia, 2023, adaptado de Wachelke e Wolter (2011, p. 524).

Com o *corpus* da pesquisa importado para o openEvoc (SANT'ANNA, 2012), foi iniciada a análise dos dados, com a seleção dos campos referentes às evocações e da opção “Gerar tabela de frequências e ordens (Rangmot)”. Após a primeira análise realizada com os parâmetros do software (Frequência média 0.25/OME 2.75/Frequência mínima 0), repetiu-se o procedimento com a alteração dos parâmetros para constar os que foram definidos para esta pesquisa (Frequência média 2.0/OME 2.5/Frequência mínima 1.0).

O openEvoc, como já mencionado, utiliza a frequência dos termos evocados e a OME para descrever a estrutura prototípica das RS e organizar os elementos representacionais em um quadro de quatro casas (quadrante de Vergés), que simbolizam graficamente o sistema central e periférico das representações (núcleo central, zona de contraste, primeira e segunda periferias). Dos 147 termos diferentes extraídos da pesquisa, apenas 26 termos foram contemplados no Relatório Geral de Evocações e compuseram configuração gráfica dos quadrantes de Vergés, conforme Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Estrutura da RS de deficiência - Frequência x Ordem de Evocação

++	Frequência ≥ 2% / OME < 2.5		+-	Frequência ≥ 2% / OME ≥ 2.5	
9.2%	acessibilidade	1.97	8.96%	dificuldade	2.69
7.71%	inclusão	1.74	3.48%	respeito	2.64
3.23%	preconceito	2.23			
2.49%	limitação	2.1			
-+	Frequência < 2% / OME < 2.5		--	Frequência < 2% / OME ≥ 2.5	
1.99%	superação	2.25	1.99%	empatia	2.63
1.24%	desafio	2.4	1.99%	exclusão	2.63
1%	especial	1.5	1.49%	discriminação	2.5
1%	direitos	1.5	1.24%	física	2.6
1%	cuidado	2	1.24%	cego	3
1%	cadeirante	2.25	1.24%	igualdade	3.2
1%	mobilidade	2.25	1.24%	adaptação	3.2
			1%	acolhimento	2.5
			1%	necessidade	2.75
			1%	oportunidade	2.75
			1%	luta	2.75
			1%	capacitismo	2.75
			1%	surdo	3

Fonte: Correia, 2023.

No quadrante superior à esquerda são alocados os termos integrantes do NC, que nesta pesquisa possuem frequência média $\geq 2\%$ e $OME < 2,5$. Os termos encontrados tendem a refletir a homogeneidade do grupo e são considerados consensuais e estáveis (SÁ, 1996; ABRIC, 2001). Os termos se destacam por terem sido evocados mais vezes (acessibilidade, 37 vezes; inclusão, 31 vezes; preconceito, 13 vezes; e limitação, 10 vezes) e classificados como muito importantes e de alto valor simbólico (o que equivale a uma OME mais baixa).

Em seguida, encontram-se os termos alocados no quadrante superior à direita, considerados elementos da primeira periferia. São termos com frequências altas, mas considerados de menor importância na classificação da ordem de evocação. Apenas 'dificuldade' e 'respeito' foram classificados na primeira periferia, sendo que a frequência de evocação da primeira foi o dobro da segunda.

Os termos com frequência inferior à média e OME abaixo do valor de corte integram o quadrante inferior à esquerda, considerada a zona de contraste da RS, visto que podem

indicar a existência de pequeno(s) subgrupo(s) com outros valores simbólicos (SANT'ANNA, 2012).

O último quadrante, no canto inferior à direita do Quadro 6, é denominado como segunda periferia e nele estão os termos com frequências menores do que a média e valores para OME maiores ou iguais ao valor de corte. São termos com baixa saliência e baixo valor simbólico para a RS e expressam maior adaptação tanto ao contexto social imediato, quanto às características dos integrantes do grupo.

É importante lembrar que o NC desempenha um papel organizador da estrutura do campo representacional e que, por outro lado, é determinado pelas referências normativas e ideológicas do grupo (FERNANDES, 2000; ABRIC, 2001). Devido à sua função geradora, os elementos centrais atribuem sentido e significado à representação, possibilitam a compreensão dos elementos periféricos, bem como revelam a relação que existe entre os indivíduos e o objeto, direcionando suas ações (ALVES, 2018).

O NC identificado a partir dos parâmetros previamente definidos para a análise das RS do grupo de trabalhadores participantes desta pesquisa revela ser composto por dois termos, acessibilidade e inclusão, que podem ser classificados como termos positivos, e por outros dois, preconceito e limitação, que denotam uma visão negativa. Os aspectos 'positivos' superam os 'negativos' em frequência (68 evocações dos positivos x 23 evocações dos negativos) e quanto à ordem de importância atribuída pelos participantes ou OME.

Entretanto, a análise do NC da RS de deficiência deve pautar-se, primordialmente, pelo conceito científico atualmente reconhecido pela legislação brasileira, visto que os objetos das representações, conforme a TRS, devem derivar de teorias científicas (Clémence *et al.*, 2014). O conceito de pessoa com deficiência adotado pela LBI decorre do modelo biopsicossocial, modelo reconhecido e utilizado pela CIF que, dentre seus objetivos específicos, busca “proporcionar uma base científica para a compreensão e o estudo da saúde e das condições relacionadas à saúde, de seus determinantes e efeitos” (OMS, 2008, p. 16).

Recapitulando a definição da LBI:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem **impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial**, o qual, em **interação** com uma ou mais **barreiras**, pode **obstruir sua participação** plena e efetiva na sociedade **em igualdade de condições** com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, grifos da autora)

Em complementação, a mesma Lei, no § 1º, do Art. 2º, estabelece que:

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os **impedimentos** nas **funções** e nas **estruturas do corpo**;

II - os **fatores socioambientais, psicológicos e pessoais**;

III - a **limitação** no **desempenho de atividades**; e

IV - a **restrição de participação**.

(BRASIL, 2015, grifos da autora)

Por conseguinte, observa-se que, dos quatro elementos integrantes do NC, apenas a palavra ‘limitação’ está expressamente citada no texto legal e, portanto, encontra respaldo científico para estar conectada à ideia de deficiência. Com isso, não se pretende afirmar que a deficiência equivale a uma limitação, mas que a sua representação, se derivada da visão científica em uso, deveria contemplar este termo por fazer parte dos critérios para a sua avaliação.

Porém, a interpretação da definição legal e de grande parte da produção acadêmica sobre o tema tem reiteradamente afirmado que a deficiência não corresponde a uma incapacidade ou às eventuais limitações decorrentes do impedimento, devendo-se evidenciar as potencialidades viabilizadas a partir da eliminação das barreiras sociais existentes. Assim, evocar as palavras ‘acessibilidade’ e ‘inclusão’ pode significar compreender que a deficiência deve vir acompanhada dos meios para a superação dos eventuais limites, sendo a acessibilidade o principal deles e a inclusão o resultado almejado. Nesse ponto, cabe revisitar a informação de que mais de 70% dos respondentes informaram possuir conhecimento mediano ou acima da média sobre inclusão e acessibilidade.

Ademais, tendo em vista que por meio da ancoragem os indivíduos integram “o objeto da representação em um sistema de valores que lhe é próprio, denominando-o e classificando-o em função dos laços que este objeto mantém com sua inserção social” (TRINDADE *et al.*, 2014, p. 148), entende-se que os trabalhadores participantes da pesquisa possuem uma rede de significações permeada por referenciais de acessibilidade e inclusão. Isto porque, conforme mencionado na descrição do cenário da pesquisa, a instituição pesquisada possui um reconhecido Programa de Qualidade de Vida e, a partir de diagnósticos realizados periodicamente, estabelece Projetos de Qualidade de Vida no Trabalho que buscam reduzir as fontes de mal-estar no trabalho, sendo que os desafios relativos à acessibilidade são considerados como transversais a todos os demais. Em divulgação dos resultados da pesquisa

de QVT realizada em 2019, foram identificadas as seguintes iniciativas de promoção de acessibilidade e à redução de barreiras às PcD:

- Inclusão de legenda nas imagens publicadas em matérias do Portal;
- Descrição e reprodução dos textos de informes divulgados por imagens no corpo de e-mails;
- Avaliação quanto à acessibilidade dos canais de comunicação; e,
- Promoção de campanhas internas de conscientização quanto aos direitos das pessoas com deficiência.
- Realização de eventos, em celebração de datas comemorativas como: Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, em 2016; Dia do Cego, em 2017; e Dia Nacional de Luta das Pessoas Com Deficiência, em 2018;
- Construção de um portal mais acessível na internet;
- Instalação de sinalização em braile nas placas de identificação do Edifício Sede.

Conforme resultados da pesquisa sobre acessibilidade constante do item 4.1 deste estudo, foi constatado um percentual de 58% de atendimento total ou parcial dos requisitos de acessibilidade pela instituição, embora nenhum dos itens da dimensão ‘Gestão da Acessibilidade’, que diz respeito ao planejamento, execução e monitoramento transversal das ações de promoção da acessibilidade, tenha sido avaliado como atendido.

Assim, considerando-se que o objeto de RS em questão permeia, de forma consistente, práticas do grupo pesquisado, inclusive envolvendo a conversação (por meio de palestras e eventos) e a exposição a meios de comunicação internos (campanhas internas de conscientização), justifica-se a evocação dos termos ‘acessibilidade’ e ‘inclusão’ como elementos centrais da RS de deficiência sendo possível afirmar que estes indicam a relação do objeto com o grupo e o contexto ideológico ou o sistema de valores que o orienta (SÁ, 1998; FERNANDES, 2000).

Quanto à evocação do termo ‘preconceito’, pode justificar-se tanto pela vivência práticas das PcD e daqueles que com elas convivem, quanto pela grande disseminação midiática de casos de discriminação contra PcD e de retrocessos tentados contra os direitos da PcD, especialmente no período compreendido entre 2018 e 2022, referente ao último governo. Em matéria da Revista Carta Capital, Sipoli (2021) registra algumas tentativas de

retirar conquistas que favorecem a inclusão, como o Projeto de Lei 6.159/19, que propôs alterações ao artigo 93 da Lei 8.213/91 e implicava em evidentes óbices à contratação destinada às PcD, e o Decreto 10.502/2020, já revogado, que inviabilizava a inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência em escolas regulares, por prever o seu atendimento por meio de classes e instituições específicas, em claro retorno à integração escolar. Sobre este último repercutiu a declaração do então Ministro da Educação, que contraria princípios da educação inclusiva e até o Plano Nacional de Educação, de que haveria crianças com grau de deficiência em que “é impossível a convivência” (SIPOLI, 2021). Posteriormente a análise desse termo será retomada em paralelo com outros elementos da representação.

Conforme registra Lahlou (2014):

[...] a difusão das representações sociais pode ser considerada um modo evolutivo de construção social, uma vez que a transmissão, longe de ser uma replicação, é na verdade uma reprodução seletiva que modifica a imagem do objeto em seus confrontos com as diferentes comunidades onde passa. (LAHLOU, 2014, p. 127-128)

Assim, a complementação do NC pelos demais quadrantes que integram a representação é fundamental, pois os elementos periféricos desempenham um papel essencial na dinâmica da RS, uma vez que agem como protetores do sistema central e como prescritores de comportamentos, por estarem mais ancorados à realidade do momento (FERNANDES, 2000; FLAMENT, 2001). Na perspectiva da abordagem estrutural, duas RS só serão consideradas diferentes se seus elementos centrais não coincidirem, visto que os sistemas periféricos podem expressar fortes diferenças interindividuais (FERNANDES, 2000).

Da análise das palavras que integram o segundo quadrante, referente aos elementos periféricos, ‘respeito’ teve apenas 3,48% de frequência, distanciando-se da palavra ‘dificuldade’, que apresentou 8,96% de frequência, estando abaixo apenas de ‘acessibilidade’ no núcleo central. Esse percentual poderia ter sido ainda maior, caso a pesquisa tivesse adotado a lematização e incorporado ‘difícil’ e ‘difícil acesso’ à contagem, cada termo com uma evocação. Ainda que tenha sido evocado 36 vezes, o termo foi classificado como de primeira e de segunda importância apenas 8 vezes cada; de terceira, 7 vezes; e, 13 vezes como de quarta importância.

A quantidade de evocações de ‘dificuldade’, entretanto, se analisada em conjunto com a saliência (maior frequência + maior hierarquia) dos termos ‘preconceito’ e ‘limitação’, pode indicar que esse elemento periférico desempenha a função de adaptação do sistema

central às características da situação concreta, ou permite integrar variações individuais à representação, demonstrando a heterogeneidade do grupo (SÁ, 1996; ABRIC, 2001). Pode-se inferir dessa hipótese que, embora a maior parte do grupo possua conhecimento sobre a temática da inclusão e das regras de acessibilidade, no dia a dia alguns podem observar ou vivenciar práticas preconceituosas, pautadas na ideia de deficiência como ‘limite’ e ‘dificuldade’.

Considerando ainda o sistema periférico, cabe analisar a segunda periferia, que agrega termos com baixa saliência e baixo valor simbólico para a representação e que no presente estudo podem ser divididos em três grupos:

- Simbologia positiva - empatia; igualdade; adaptação; acolhimento; oportunidade; luta;
- Simbologia negativa - exclusão; discriminação; necessidade; capacitismo; e,
- Características da deficiência - física; cego; surdo.

Uma das funções do sistema periférico, segundo Sá (1996), é a de concretização do sistema central. Essa função é observada nas evocações de termos como ‘empatia’, ‘adaptação’ e ‘acolhimento’, visto que podem ser entendidos como ações a serem adotadas visando a ‘inclusão’ de PcD, enquanto ‘igualdade’, ‘oportunidade’ e ‘luta’ podem ser consideradas formas de garantir maior ‘acessibilidade’.

Por outro lado, também é função do sistema periférico possibilitar uma modulação individual do sistema central, representando variações ligadas às experiências pessoais dos sujeitos (SÁ, 1996). Logo, justifica-se a evocação dos termos classificados como simbolicamente negativos, sendo que no grupo de respondentes sem convívio com PcD foram evocados apenas 3 vezes, enquanto os respondentes com convívio ocasional ou contínuo com PcD os evocaram 17 vezes, no total, o que pode indicar a observância de vivências desfavoráveis às PcD na prática.

Quanto aos termos que caracterizam a deficiência ou indicam a natureza dos impedimentos das PcD, constatou-se que nenhum deles foi evocado por sujeitos que se declararam como PcD, o que demonstra a consciência de que, para eles, a deficiência não se resume ao impedimento.

Vale analisar separadamente o perfil dos quatro respondentes que evocaram a palavra ‘capacitismo’, pois trata-se de um termo técnico, utilizado para designar o preconceito ou a

discriminação contra PcD que parte do pressuposto da incapacidade ou inferioridade dessas pessoas:

- Sujeito 1 – Possui graduação, não é PcD, tem convívio ocasional com PcD e tem nível de conhecimento 3, sobre inclusão, e 3 sobre acessibilidade;
- Sujeito 2 – Possui graduação, não é PcD, tem convívio ocasional com PcD e tem nível de conhecimento 4, sobre inclusão, e 4 sobre acessibilidade;
- Sujeito 3 – Possui mestrado, é PcD, tem convívio contínuo com PcD e tem nível de conhecimento 4, sobre inclusão, e 4 sobre acessibilidade;
- Sujeito 4 – Possui mestrado, não é PcD, não tem convívio com PcD e tem nível de conhecimento 3, sobre inclusão, e 3 sobre acessibilidade.

Não foi possível estabelecer um padrão entre os quatro respondentes, embora todos tenham declarado conhecimento a partir da média sobre inclusão e acessibilidade. Ademais, apenas dois outros respondentes mencionaram o termo nos comentários opcionais. Portanto, menos de 6% dos participantes fizeram alusão ao capacitismo, termo amplamente debatido entre representantes e militantes dos movimentos sociais inclusivos e outros defensores dos direitos da PcD. Esse fato pode apontar para uma necessidade de se fomentar o debate sobre essa temática na Instituição.

Para concluir a análise da estrutura da RS de deficiência conforme Quadro 6, nota-se que o terceiro quadrante, conhecido como zona de contraste, reúne termos menos suscitados pelos respondentes, mas com ordem de importância semelhante às encontradas no sistema central, o que pode indicar a presença de um subgrupo que compartilha significados diferenciados ou contra normativos que eventualmente podem vir a formar novas RS (Abric, 2001; Wachelke *et al.* 2016). Essa característica destaca-se principalmente nos termos ‘especial’, ‘direitos’ e ‘cuidados’, que possuem OME menor que a de todos os termos do NC, demonstrando um grau de importância considerável para esse subgrupo. Alguns desses termos podem denotar significados capacitistas, a depender do contexto em que forem utilizados, como ‘superação’, ‘desafio’, ‘especial’, ‘cadeirante’ e ‘cuidado’. Já ‘mobilidade’ e ‘direitos’ podem estar relacionados com os elementos centrais ‘acessibilidade’ e ‘inclusão’.

Ressalte-se que nas pesquisas de RS as respostas coletadas por TALP podem ser consideradas prescrições cognitivamente condicionais, expressas da seguinte forma: “em geral deve-se fazer isso, mas em certos casos (mais ou menos claramente identificados), deve-

se fazer outra coisa” (FLAMENT, 1994a, p. 91, apud SÁ, 1996, p. 80). Destarte, essa condicionalidade cognitiva abarca tanto a natureza prescritiva e descritiva absoluta do sistema central, quanto as prescrições condicionais do sistema periférico.

A título de conclusão deste tópico, é possível inferir da análise da estrutura da RS de deficiência para os respondentes da pesquisa conforme os parâmetros estipulados para processamento pelo openEvoc, que existe um certo nível de conhecimento a respeito do tema, porém de forma superficial e com amplitude reduzida, tendo em vista a grande quantidade de termos evocados apenas uma vez (89), bem como alguns termos aventados duas ou três vezes, demonstrando a falta de coesão quanto à compreensão sobre o tema. Para ilustrar essa percepção, os termos excluídos da análise prototípica (30% do total) foram compilados no Campo Semântico a seguir:

Quadro 3 - Campo Semântico do termo indutor Deficiência – Termos excluídos da análise prototípica

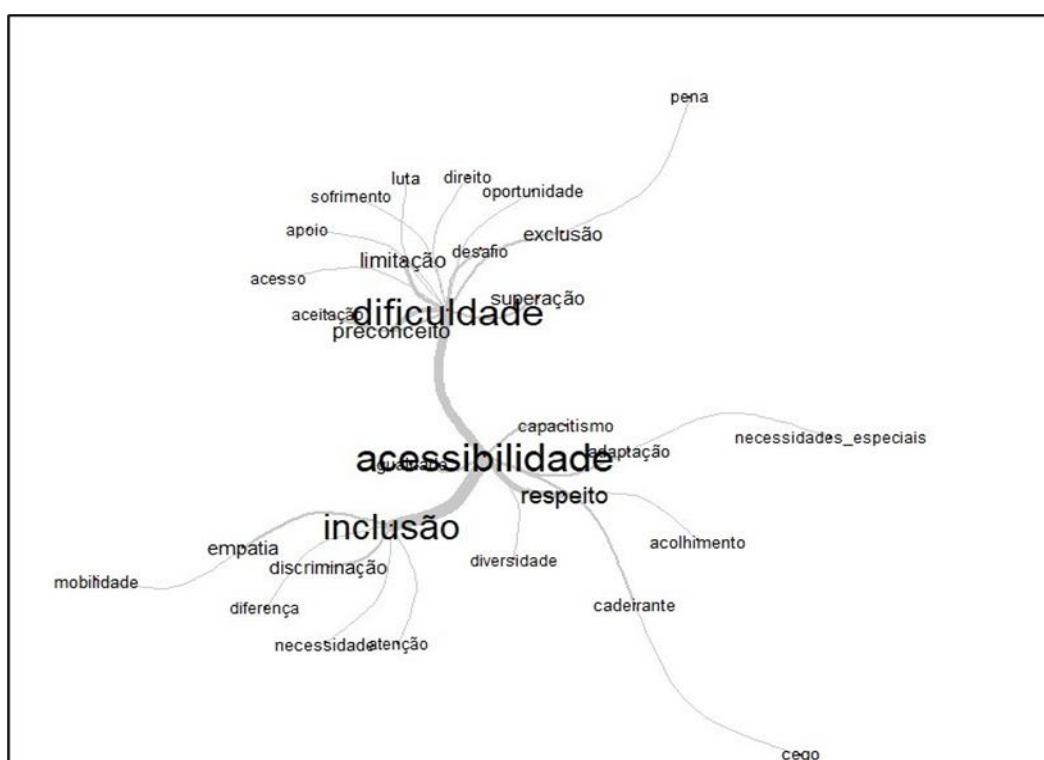
TERMOS EVOCADOS UMA VEZ	adequação arquitetônica; afeto; amor; andar; assistência; ausente; barreira; cadeira de rodas; capacidade; cognitiva; compaixão; condições; condições adequadas de trabalho; constrangedor; cooperação; delicadeza; dependência; depressão; desamparados; descaso; desconforto; desconhecimento; desenho universal; desigualdade; desrespeitados; diferente; difícil; difícil acesso; direitos iguais; disposição; dna; eficiência; estímulo; expressão; falta de acessibilidade; falta de informação; falta de oportunidade; força de vontade; fragilidade; garra; genes; herança; humanização; identidade; impossibilidade; incapacidade física; incapacidade intelectual; incapacidade mental; incapacidade motora; informação; inteligência; invisível; isolamento; julgamento; lbi; legislação; lei nº 10.098/2000; lento; limite; maior necessidade de auxílio e apoio; medo; menos oportunidades; mobilidade reduzida; motora; não padronização; necessitado; obrigação; paraplégico; penalização; perseverança; pluralidade; prioridade; proatividade; produtividade; reconhecimento; resistência; restrição; saga; sobrevivência; sociedade; solidão; sorrir; sou capaz; transporte; tristeza; uma habilidade esperada que não está disponível por uma limitação física; uma quantidade de suficiência a menos; vida; visual ou auditiva.	89
TERMOS EVOCADOS DUAS VEZES	apoio; auditiva; comunicação; coragem; desrespeito; determinação; educação; equidade; falta; força; gentileza; incapacidade; integração; interação; legalidade; mental; mudo; obstáculo; pne; proteção; resiliência; sensibilidade; solidariedade.	23
TERMOS EVOCADOS TRÊS VEZES	aceitação; acesso; atenção; diferença; diversidade; necessidades especiais; pena; sofrimento; visual.	9
TOTAL		121

Fonte: Correia, 2023

De forma complementar, as respostas coletadas foram analisadas por meio do IRaMuTeQ (*Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de Questionnaires*), *software* livre produzido pela equipe do Laboratório de Estudos de Pesquisas Aplicadas em Ciências Sociais – LERASS, e com atribuição de direitos a Pierre Ratinaud, que realiza a análise textual a partir da identificação do contexto, do vocabulário e de especificidades de palavras por meio de análises lexicais e de similitude, além da classificação hierárquica descendente (CHD ou também conhecida como método Reinert), que possibilita organizar as respostas ao questionário em classes, que são representadas por meio de dendrogramas (CAMARGO; JUSTO, 2013; FERNANDES, 2000). Ademais, é possível extrair nuvens de palavras a partir da frequência constatada no *corpus* textual.

Segundo Sá (1996, p. 126), a análise de similitude pode ser considerada a “principal técnica de detecção do grau de conexidade dos diversos elementos de uma representação”, tendo sido adotada no campo das RS por Claude Flament. Com o intuito de complementar a análise prototípica, utilizou-se o mesmo banco de dados utilizado para a construção do quadrante de Vergès pelo openEvoc, porém com a adaptação para importação dos dados pelo IRaMuTeQ, e obteve-se, assim, a árvore de similitude máxima constante da Figura 2:

Figura 2 – Árvore de similitude dos termos da RS de deficiência



Fonte: Correia, 2023.

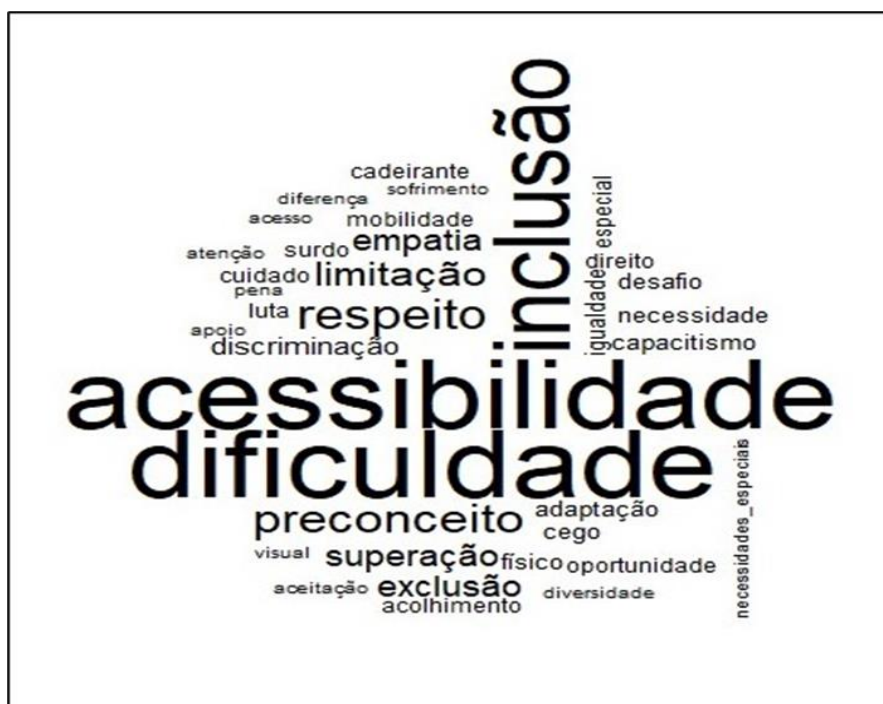
A partir da coocorrência ‘acessibilidade’ e das conexões com ela estabelecidas, é confirmada a sua centralidade para os sujeitos da pesquisa, no que diz respeito à representação de deficiência. A ela encontram-se conectados mais fortemente o termo ‘inclusão’, seguido de ‘dificuldade’ e ‘respeito’, demonstrando uma complementariedade entre os termos integrantes do NC (acessibilidade e inclusão) e os termos da primeira periferia. Curiosamente, o termo ‘capacitismo’ aparece conectado diretamente à ‘acessibilidade’ e não a ‘preconceito’.

Com referência ao termo ‘dificuldade’, observa-se forte centralidade inclusive frente aos outros dois elementos do NC, ‘preconceito’ e ‘limitação’, indicando que mesmo elementos que poderiam ser considerados positivos isoladamente, como ‘direito’, ‘oportunidade’ e ‘acesso’, quando correlacionados no contexto da pesquisa apontam, na verdade, para as dificuldades de acesso a direitos e oportunidades. Como se trata de elemento da primeira periferia, que atua na interface entre o NC e o contexto concreto de formação e funcionamento da RS (ABRIC, 2001), demonstra centralidade e correlaciona-se, também, com termos que representam a realidade ainda vivida pelas PcD no Brasil, em que a ‘exclusão’, o ‘preconceito’, a ‘limitação’, o ‘desafio’ e a necessidade de ‘superação’ e ‘luta’ ainda são a regra.

O termo ‘respeito’, também pertencente à primeira periferia, tem menor saliência e aparece conectado a ‘diversidade’, ‘acolhimento’ e ‘cadeirante’, enquanto ‘inclusão’, que integra o NC, relaciona-se com ‘diferença’, ‘discriminação’, ‘necessidade’, ‘atenção’ e ‘empatia’, estando mais fortemente ligada a esta última, expressando uma percepção de que a inclusão tem um caráter mais relacional e comportamental, exigindo atitudes direcionadas à sua concretização, no sentido de fazer ou não fazer algo.

Apenas com caráter ilustrativo complementar à Análise de Similitude, foi produzida Nuvem de Palavras, conforme Figura 3:

Figura 3 – Nuvem de palavras RS de deficiência



Fonte: Correia, 2023

4 Considerações finais

Observou-se a partir dos resultados obtidos na pesquisa de campo deste estudo que o núcleo central das RS de deficiência do grupo social estudado está representado por termos que se referem mais a meios e condutas (acessibilidade, inclusão, preconceito) do que à deficiência em si. O que os estudos acadêmicos e os movimentos sociais buscam é que a deficiência seja considerada como mais uma entre as características dos sujeitos, que ela seja observada como parte necessária à composição da diversidade humana e que, paralelamente, as PcD sejam vistas como os sujeitos de direitos que efetivamente são e possam exercê-los desde que eliminadas as barreiras que impendem a sua participação social plena (AMORIM et al, 2022).

Para isso, é fundamental que existam leis e normas que regulamentem, exijam e possibilitem a fiscalização da disponibilização de meios de acessibilidade, em todas as esferas, para reduzir ou eliminar barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais e atitudinais.

Além disso, é fundamental que se invista em ações de divulgação, compartilhamento e promoção de discussões a respeito da temática da inclusão de pessoas com deficiência, com a participação necessária tanto dos servidores que se autodeclararam PcD, quanto de pessoas com representatividade nos movimentos sociais e políticos de inclusão das PcD, para que seja

possível repensar as representações identificadas e, possivelmente, constituir novas a partir dos conhecimentos adquiridos. Conhecimentos estes que se consolidem como anticapacitistas, que se insurjam contra os padrões corporais e que rechacem que as diferenças são sinais de insuficiência.

Referências

ABRIC, Jean-Claude. Las representaciones sociales: aspectos teóricos. *In*: ABRIC, Jean-Claude (org.). **Praticas sociales e representaciones**. 1ª ed. México: Cultura Libre, 2001. p. 11-32.

ALVES, Evanilson Landim. **Nenhum a menos na aula de matemática**: representações sociais de inclusão de estudantes com deficiência visual e seus impactos na aprendizagem de razões trigonométricas. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Centro de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32352/1/TESE%20Evanilson%20Landim%20Alves.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

AMORIM, Annibal Coelho de *et al.* **Sobre o viver em uma cidade capacitista: antes, durante e depois da pandemia da COVID-19**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 1, p. 49–56, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/KMzJY5VLXZK8LBMnGDxk4Bt/#>. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 27 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 jan. 2020.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRaMuTeQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil, 2013. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf. Acesso em: 19 dez. 2022.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Introducing Studies in Ableism (SiA). *In*: FOR THE WOMENS LIBERATION CONFERENCE 50TH UNIVERSITY, UCL, Disabled Women & Activism Workshop, 2020, London. Disponível em:

https://www.academia.edu/41803337/Introducing_Studies_in_Ableism_SiA_. Acesso em: 20 set. 2020.

CLÉMENCE, Alain; GREEN, Eva G. T.; COURVOISIER, Nelly. Comunicação e ancoragem: a difusão e a transformação das representações. *In*: OLIVEIRA ALMEIDA, Ângela Maria de, SOUZA SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi Araújo (org.). **Teoria Das Representações Sociais - 50 Anos**. Brasília: Techno Politik, 2014. p. 238-259.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: Da eugenia estatal a narrativa capacitista social. Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência. São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. **Anais [...]**. São Paulo: SEDPcD/Diversitas/USP Legal, 2013. Disponível em: http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/ebook/Textos/Adriana_Dias.pdf. Acesso em 20 set.2020.

FERNANDES, Baltazar. **Metodologias de Análise em Representações Sociais** — Manual do Iramuteq incorporado. Portugal: Chiado Books, 2000.

FLAMENT, Claude. Estructura, dinámica y transformación de las representaciones sociales. *In*: ABRIC, Jean-Claude (org.). **Praticas sociales e representaciones**. 1ª ed. México: Cultura Libre, 2001. p. 33-52.

FONSECA, Carlos Ventura. **Química, nutrição e ensino médio: produção de material didático no enfoque das representações sociais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Química) — Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28305/000769928.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: em 6 mar. 2021.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 388–394, fev. 2011. DOI: 10.1590/S0102-311X2011000200020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3bsWNzMMdvYthrNCXmY9kJQ/?lang=pt#>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GHERARDT E SILVEIRA, 2009

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

IBGE. **Informativo sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

JESUÍNO, 2014, p. 54

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. *In*: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 55-67.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

LAHLOU, Saadi. Difusão das Representações e Inteligência Coletiva Distribuída. *In*: OLIVEIRA ALMEIDA, Ângela Maria de; SOUZA SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi Araújo (org.). **Teoria Das Representações Sociais - 50 Anos**. Brasília, DF: TechnoPolitik, 2014. p. 78–133.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s. l.], v. 5, n. 7, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 13 mar. 2023.

MOSCOVICI, Serge. **A Psicanálise, sua imagem e seu público**. Zahaar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais - investigações em psicologia social**. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

OMS. **CIF: Classificação Internacional de funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42407/9788531407840_por.pdf?sequence=111&isAllowed=y. Acesso em: 14 ago. 2023.

PEREIRA, Camila Strictar. **Representação social de licenciandos em Química sobre seu objeto de estudo – a química**. 2016. Tese. (Doutorado em Ensino de Ciências) Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, SP. 2016. DOI: 10.11606/T.81.2016.tde-07102016-144931. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-07102016-144931/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2022.

RECEPUTI, Caian Cremasco. **Percepções de professores de licenciaturas em química sobre “experimentação”, na perspectiva da teoria das representações sociais**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências - Universidade de São Paulo, SP. DOI:10.11606/D.81.2019.tde-10122019-170438. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-10122019-170438/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2022.

SÁ, Celso Pereira de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. *In*: SPINK, Mary J. **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SÁ, Celso Pereira de. **Núcleo central das representações sociais**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, Celso Pereira de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SANT'ANNA, Hugo Cristo. openEvoc: um programa de apoio à pesquisa em Representações Sociais. In: AVELAR, L. *et al.* (Org.). **Psicologia Social: desafios contemporâneos**. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2012. p. 94–103.

SIPOLI, Marília. Governo Bolsonaro e o apogeu do capacitismo. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/governo-bolsonaro-e-o-apogeu-do-capacitismo/>. Acesso em 17 ago. 2023.

TRINDADE, Zeide; SOUZA, Fátima; ALMEIDA, Angela. Ancoragem: Notas sobre consensos e dissensos. In: OLIVEIRA ALMEIDA, Angela Maria de, SOUZA SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi Araújo (org.). **Teoria Das Representações Sociais - 50 Anos**. Brasília, DF: TechnoPolitik, 2014. p. 134–163.

VOGEL, Marcos. **Influências do PIBID na Representação Social de licenciandos em Química sobre ser “professor de Química”**. 2016. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências) — Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. DOI: 10.11606/T.81.2016.tde-02062016-105635. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81132/tde-02062016-105635/pt-br.php>. Acesso em: 10 set. 2022

WACHELKE, João *et al.* Um panorama da literatura relacionada às representações sociais publicada em periódicos científicos. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 293–308, jun. 2015. DOI: 10.9788/TP2015.2-06-Pt. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 mar.2023.

WACHELKE, João *et al.* Efeito do tamanho da amostra na análise de evocações para representações sociais. **Liberabit**. Revista Peruana de Psicología, Lima, Peru, v. 22, n. 2, 2016, p. 153–160. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68649318002>. Acesso em: 19 set. 2022.

WOLTER, Rafael Peclly; WACHELKE, João. Critérios de Construção e Relato da Análise Prototípica para Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 521–526, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaptp/article/view/18341>. Acesso em: 15 set. 2022.

APÊNDICE B — TCLE DA 1ª ETAPA DA PESQUISA DE CAMPO

Prezado(a) Senhor(a):

Meu nome é Maria Aparecida de Carvalho Correia e estou realizando uma pesquisa acadêmica de doutorado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujos objetivos são: identificar as diferenças e particularidades dos constructos acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência e analisar o atendimento de requisitos de acessibilidade definidos pelas normas vigentes por meio da aplicação de Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade (JANUZZI, A. P. ET AL, 2019).

A pesquisa, além de contribuir para o alcance do objetivo acima mencionado, possibilitará às instituições participantes identificarem as ações ainda não implementadas para a promoção da acessibilidade em seu ambiente institucional, proporcionando subsídios para a elaboração de um planejamento baseado nas prioridades de cada uma.

Gostaria de convidá-lo(a) a participar da pesquisa, o que consistirá em responder a um questionário acerca da dimensão ..., que tem por finalidade verificar como a instituição realiza esse tipo de gestão, considerando a institucionalização da política de acessibilidade, o seu planejamento, a sua execução e o monitoramento das ações implantadas. As questões foram retiradas da publicação "Como construir um ambiente acessível nas organizações públicas" (JANUZZI, A. P. ET AL, 2019), sendo que o Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade foi desmembrado em dimensões para permitir a distribuição apropriada para os respondentes.

A sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária, podendo concordar com a participação, recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto

acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informo ainda que serão adotados todos os procedimentos necessários para garantir o mais absoluto sigilo e confidencialidade dos

dados obtidos, bem como para preservar a sua identidade e a identificação da instituição

pesquisada. Os dados serão utilizados estritamente pelos pesquisadores para contribuir com o objetivo desta pesquisa.

Destaco que sua participação não acarretará nenhum prejuízo ou dano pelo fato de colaborar, assim como não terá nenhum ganho ou benefício direto. Informo que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado por sua participação. Caso o(a) senhor(a) possua perguntas sobre o estudo ou se considerar que houve algum prejuízo pela sua participação na pesquisa, poderá entrar em contato com a doutoranda MARIA APARECIDA DE CARVALHO CORREIA pelo telefone (61) 98188-2383, com seu orientador, Prof. Dr. ALEXANDRE GUILHERME MOTTA SARMENTO, pelo telefone (61) 99237-6627, ou com sua Coorientadora, Profª. Drª TÂNIA GOMES FIGUEIRA, pelo telefone (61) 98534-6298.

1. Diante das explicações acima você acha que está suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa que será realizada e concorda de livre e espontânea vontade em participar, como colaborador(a)?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

APÊNDICE C — QUESTIONÁRIOS DA 1ª ETAPA DA PESQUISA DE CAMPO

1. Instrumento para Autoavaliação de Acessibilidade - Dimensão Gestão da Acessibilidade

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta

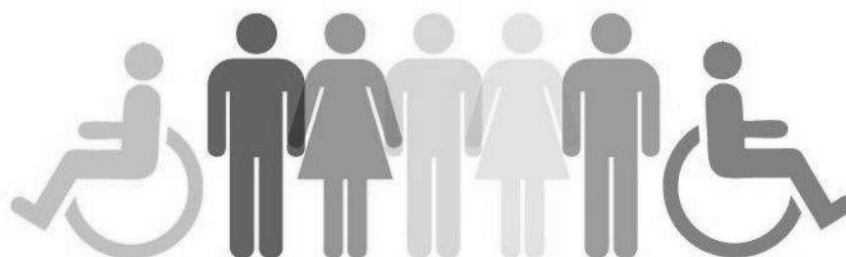


*Obrigatório

1. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Gestão da Acessibilidade

Gestão da Acessibilidade - A dimensão Gestão da Acessibilidade verifica como a instituição realiza esse tipo de gestão, considerando a institucionalização da política de acessibilidade, o seu planejamento, a sua execução e o monitoramento das ações implantadas, além das contratações realizadas.

<https://wscom.com.br/wp-content/uploads/201708260459220000005621.jpg>



Cada nível de atendimento é definido a seguir:

1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:

- a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
- b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
- c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.

2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:

a) atende o item:

- i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
- ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
- iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).

*Como referência

3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:

a) atende o item:

- i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
- ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
- iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;

b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;

*Como referência

4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço.

1. A instituição possui política de acessibilidade formalmente instituída. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



2. A construção da política teve a participação do público interno com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

3. A construção da política teve a participação do público externo com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

4. A política de acessibilidade da instituição está de acordo com as principais leis * e normas sobre acessibilidade (Ex.: Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiência).

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



5. A política de acessibilidade influencia transversalmente as decisões da instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

6. A instituição possui órgão colegiado para atuar na implementação da política de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

7. O órgão colegiado de acessibilidade é formado por profissionais de áreas e unidades diversas que atuam com a questão da acessibilidade na instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



8. O órgão colegiado de acessibilidade conta com a participação de funcionários com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

9. Existe monitoramento da política de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

10. O órgão colegiado participa das decisões de gestão e da elaboração do planejamento estratégico da instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

11. A unidade responsável pelo controle interno da instituição fiscaliza a implementação da política de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



12. A instituição realiza revisão da política de acessibilidade periodicamente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

13. Existe um planejamento aprovado pela instituição para implementação de ações de promoção de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

14. O planejamento de ações de acessibilidade está vinculado ao planejamento estratégico da instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

15. O planejamento estabelece prazos e metas de forma objetiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



16. Há reserva de recursos orçamentários para implementação das ações previstas no planejamento. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

17. O planejamento das ações conta com a participação de todas as unidades envolvidas em sua execução. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

18. A instituição possui unidade administrativa própria para tratar as questões de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



19. A unidade administrativa responsável pelas ações de acessibilidade está vinculada à alta administração da instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

20. A unidade responsável pela acessibilidade é chamada a opinar sobre questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência e nos demais assuntos conexos à acessibilidade e inclusão. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

21. A unidade administrativa responsável pelas ações de acessibilidade apresenta periodicamente os resultados consolidados sobre as ações de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



22. A equipe que atua na unidade administrativa responsável pela acessibilidade *
é capacitada.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

23. A instituição possui indicadores de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

24. A política de acessibilidade é disponibilizada para os públicos interno e *
externo em local de fácil acesso.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

25. O plano de acessibilidade é disponibilizado para os públicos interno e externo *
em local de fácil acesso.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



26. Os resultados obtidos são disponibilizados para os públicos interno e externo * em local de fácil acesso.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

Comentário: use esse espaço para registrar algum aspecto eventualmente não abordado no questionário.

Sua resposta

Página 2 de 2

Voltar

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



2. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta

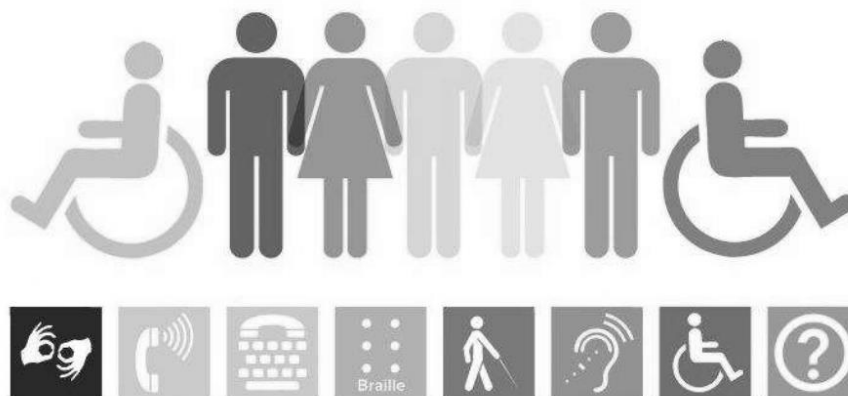


*Obrigatório

2. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica

A dimensão Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística constata a possibilidade de a pessoa com deficiência acessar, de maneira autônoma, independente e segura, ambientes, mobiliário e equipamentos de edificações em geral.

<https://wscom.com.br/wp-content/uploads/201708260459220000005621.jpg>



Cada nível de atendimento é definido a seguir:

1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
 - b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
 - c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.

2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
 - ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
 - iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).

*Como referência

3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
 - ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
 - iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;
 - b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;

*Como referência

4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço.

1. Mobiliários em rota acessível são sinalizados com sinalização tátil e de alerta *
e/ou são detectáveis com bengala longa, conforme critérios da norma atual.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



2. As medidas necessárias para manobra e deslocamento de cadeira de rodas seguem norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

3. Existem proteções laterais ao longo de rotas acessíveis dentro da especificação da norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

4. Corrimãos e barras de apoio têm dimensões e instalações de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



5. Maçanetas são do tipo alavanca, com dimensões e instalação dentro do que rege a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

6. Barras antipânico são apropriadas ao tipo de porta em que são instaladas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

7. Controles, botões, teclas e similares são acionados através de pressão ou de alavanca *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

8. Travamento de portas é do tipo alavanca ou modelo tranqueta de fácil manuseio, que possa ser acionado com o dorso da mão *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



9. A instalação de comandos e controles está em altura consoante a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

10. Assentos para pessoas obesas possuem medidas de acordo com norma vigente e suportam carga dentro dos limites estabelecidos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

11. As informações e sinalizações são completas, precisas e claras. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



12. Informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos são utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

13. Nas edificações a sinalização de informações de sanitários, de acessos verticais e horizontais, de números de pavimentos e de rotas de fuga estão disponíveis de forma acessível. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

14. A sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



15. O local determinado para posicionamento do intérprete de libras está identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

16. Símbolo internacional de acesso está afixado em local visível ao público, de acordo com as normas vigentes. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

17. Planos e mapas acessíveis permitem acesso, alcance visual e manual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

18. Corrimãos de escadas fixas e rampas têm sinalização tátil identificando o pavimento. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



19. Existe sinalização nos degraus de escadas dentro dos padrões normativos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

20. Existem informações em relevo e em braille nos painéis de elevadores e plataformas elevatórias. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

21. O número do pavimento é localizado nos batentes externos dos elevadores e plataformas elevatórias, em relevo e em braille. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

22. Existe sinalização tátil e visual no piso, de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



23. A sinalização tátil e visual do piso é detectável pelo contraste tátil e pelo visual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

24. Há sinalização tátil e visual no piso para identificação dos locais definidos nas normas vigentes. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

25. Existe sinalização de emergência que direciona o usuário por meio de sinais (visuais, táteis e sonoros) para a saída, saída de emergência ou rota de fuga. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



26. Há sinalização de área de resgate para pessoas com deficiência, dentro das especificações da norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

27. A sinalização de vaga reservada para veículo é realizada com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical e na horizontal. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

28. Existem alarmes de fácil acesso em áreas interna e externa de espaços confinados, como sanitários acessíveis, boxes, cabines e vestiários isolados. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



29. Áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo são servidas de uma ou mais rotas acessíveis. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

30. A rota acessível, na instituição, é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

31. Todas as rotas acessíveis são providas de iluminação natural ou artificial. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



32. A acessibilidade está garantida em todas as entradas e principais rotas de interligação às funções do complexo/edificação da instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

33. O percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada(s) principal(is) *
compõe uma rota acessível.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

34. Pelo menos uma catraca em cada conjunto está acessível e garante ao usuário acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



35. Caso existam portas giratórias, as dimensões entre as pás são compatíveis com as medidas necessárias para deslocamento de cadeira de rodas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

36. Existe sinalização informativa e direcional de localização das entradas e saídas acessíveis. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

37. O piso tem superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoca trepidação em dispositivos com rodas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



38. Soleiras das portas ou vãos de passagem que apresentem desníveis de no máximo um degrau têm parte de sua extensão substituída por rampa. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

39. Grelhas e juntas de dilatação estão fora do fluxo principal de circulação. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

40. Capachos são evitados, mas, caso presentes, estão firmemente fixados ao piso, embutidos, sobrepostos ou nivelados conforme norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

41. Tampas de caixa de inspeção e visita estão niveladas com o piso adjacente, firmes, estáveis, antiderrapantes e fora do fluxo principal. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



42. As portas de corredores, acessos, áreas de resgate, escadas de emergência e descargas integrantes de rotas de fuga acessíveis são dotadas de barras antipânico. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

43. As rotas de fuga estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

44. Nas rotas de fuga que incorporem escadas/elevadores de emergência, há áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para pessoas com cadeiras de rodas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



45. É previsto um espaço de resgate a cada 500 pessoas de lotação, por pavimento, sendo no mínimo 1 por pavimento para cada escada e para cada elevador de emergência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

46. A área de resgate está localizada fora do fluxo principal de circulação. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

47. A área de resgate dispõe de espaço suficiente para a área de manobra e rotação e é ventilada. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



48. A área de resgate é provida de dispositivo de emergência ou intercomunicador. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

49. Nas edificações em que não é possível estabelecer área de resgate, há plano * de fuga com os procedimentos de resgate para pessoas com diferentes tipos de deficiência.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

50. As áreas de descanso estão fora da faixa de circulação. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



51. As áreas de descanso têm dimensões que permitem a manobra de cadeira de rodas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

52. Existem bancos com encosto e braços nas áreas de descanso. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

53. O dimensionamento de largura, inclinação e desnível das rampas atendem aos limites definidos na norma atual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

54. Toda rampa possui corrimão de duas alturas em cada lado. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



55. Quando não há paredes laterais, as rampas possuem guarda-corpo, corrimãos e guias de balizamento com altura mínima que obedece à legislação pertinente, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

56. Os patamares no início e no término das rampas têm dimensão longitudinal mínima que atendem aos limites da norma. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

57. Quando existe porta nos patamares, sua área de varredura não interfere na dimensão mínima do patamar. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



58. Os degraus ou escadas em rotas acessíveis estão associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

59. Os espelhos dos degraus são fechados, ou seja, não são vazados. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

60. Degraus isolados contêm corrimão, estão sinalizados e seguem o dimensionamento da norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

61. Degraus da escada possuem espelho e piso com dimensionamento que atende ao disposto em norma. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



62. Escadas têm guia de balizamento e a largura mínima dentro dos padrões da norma atual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

63. O primeiro e o último degraus dos lances de escada estão sinalizados e com a distância mínima (que atende à norma) da área de circulação adjacente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

64. Entre os lances de escada, são previstos patamares com dimensão longitudinal que atende à norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



65. Os patamares situados em mudanças de direção têm dimensões iguais à largura da escada. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

66. Quando há porta nos patamares, sua área de varredura não interfere na dimensão mínima do patamar. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

67. Corrimãos são acoplados aos guarda-corpos, construídos com materiais rígidos e firmemente fixados às paredes ou às barras de suporte. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



68. Corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada, conforme altura da norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

69. Corrimãos estão instalados em ambos os lados da rampa, conforme altura da norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

70. Corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas e sem interferir nas áreas de circulação ou prejudicar a vazão. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



71. Extremidades dos corrimãos têm acabamento recurvado, são fixadas ou justapostas à parede ou ao piso, ou, ainda, têm desenho contínuo, sem protuberâncias. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

72. Caso não haja paredes laterais, existe guia de balizamento e guarda-corpo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

73. Corrimãos têm largura conforme norma vigente e são de seção circular. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

74. Em degraus isolados e escadas, a altura da instalação dos corrimãos está de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



75. Em rampas, a altura da instalação dos corrimãos laterais está de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

76. Escadas e rampas que não estão isoladas das áreas adjacentes por paredes possuem guarda-corpo associado ao corrimão. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

77. Equipamentos eletromecânicos de circulação vertical possuem dispositivo de comunicação externo à caixa de corrida, em cada um dos pavimentos atendidos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



78. Externa e internamente nos elevadores existe: sinalização tátil e visual informando instrução de uso, próximo à botoeira; indicação da posição de embarque e desembarque; indicação dos pavimentos atendidos nas botoeiras e nos batentes; dispositivo de chamada dentro do alcance manual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

79. Em elevadores verticais ou inclinados, existe dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

80. Em caso de reforma, existe no edifício outra forma de circulação vertical acessível. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



81. Sinalização de elevadores e plataformas elevatórias têm em seus painéis de chamada informações em relevo e em braille. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

82. O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em braille. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

83. O tempo mínimo de permanência da porta aberta é de 5s. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

84. A dimensão entre os painéis frontal e de fundo está de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



85. Existe corrimão instalado nos painéis laterais e no de fundo, em altura de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

86. O projeto da cabina do elevador permite a opção de inclusão de um assento basculante para baixo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

87. O assento basculante não impede a utilização do elevador por parte da pessoa que estiver usando o assento ou os outros passageiros. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



88. O assento basculante tem características conforme norma vigente e suporta * carga mínima de 100kg.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

89. Existe dispositivo que permite ao usuário de cadeira de rodas observar * obstáculos quando se mover para trás ao sair do elevador.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

90. Em condições normais de funcionamento, a exatidão de nivelamento da * cabina do elevador em cada pavimento segue as normas vigentes.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



91. A distância horizontal entre a soleira do elevador e a soleira do pavimento não excede o estipulado em norma vigente quando o elevador estiver parado com as portas abertas em qualquer pavimento. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

92. Existe indicador de sentido luminoso acima ou perto das portas, em posição visível, indicando o sentido da viagem. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

93. Sinal audível acompanha a iluminação dos indicadores e utiliza sons diferentes para subir e descer. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



94. Indicador de posição está localizado dentro ou acima da botoeira da cabina. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

95. Existe dispositivo de alarme de emergência equipado com sinais visíveis e audíveis, integrados à ou sobre a botoeira. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

96. O revestimento do piso da cabina tem superfície dura e antiderrapante. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

97. A porta do elevador permite o acesso de uma pessoa em cadeira de rodas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



98. Os capachos, caso existentes, estão firmemente fixados. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

99. Corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, com faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

100. Sinalização de portas e passagens está localizada em plano vertical, na faixa de alcance conforme norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

101. Existe informação tátil ou sonora na parede adjacente à porta ou no batente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



102. Nas passagens, a sinalização da porta está instalada na parede adjacente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

103. Elementos de sinalização da porta têm formas que não agriem os usuários, evitando cantos vivos e arestas cortantes. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

104. Maçanetas são do tipo alavanca e estão instaladas em altura consoante * a norma vigente.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



105. As portas dos sanitários e vestiários possuem, no lado oposto ao de abertura da porta, um puxador horizontal, associado à maçaneta. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

106. As portas possuem dispositivos de acionamento pelo usuário, instalados fora da área de abertura da folha da porta, em altura consoante a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

107. Caso existam portas de correr, seus trilhos estão localizados na parte superior e os trilhos e guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



108. Caso existam portas e paredes envidraçadas em áreas de circulação, estas estão localizadas com sinalização visual de forma contínua. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

109. Cada folha ou módulo de janela é operado com um único movimento, utilizando apenas uma das mãos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

110. A calçada tem uma faixa livre destinada à circulação de pedestres, com superfície regular, firme, sem obstáculos e sem degraus. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



111. O acesso de veículos aos lotes e seus espaços de circulação e estacionamento não interfere na faixa livre de circulação de pedestres, inclusive sem degraus, desníveis ou rampas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

112. Faixa elevada atende à norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

113. Não há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



114. No que diz respeito às condições de vagas reservadas para veículos, a sinalização vertical não interfere com áreas de acesso ao veículo e na circulação dos pedestres. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

115. As vagas para estacionamento de idosos estão posicionadas próximo às entradas, garantindo o menor percurso de deslocamento. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

116. As vagas para estacionamento de pessoas com deficiência têm sinalização vertical, espaço adicional de circulação, vinculada à rota acessível, localizada de forma a evitar a circulação de veículos, com piso regular e estável e o percurso máximo entre a vaga e o acesso à edificação ou elevadores de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



117. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, são reservados os percentuais das vagas para pessoas idosas e para pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção conforme norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

118. Portões de acesso a garagens manuais ou de acionamento automático funcionam de forma a não invadir a faixa livre de circulação de pedestre e contam com sistema de sinalização. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

119. Existe no mínimo um sanitário ou banheiro acessível por andar, em espaços de uso público ou coletivo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



120. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão em rotas acessíveis, próximo à circulação principal. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

121. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão devidamente sinalizados com o símbolo internacional de acesso, afixado em local visível ao público. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

122. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuem uma entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



120. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão em rotas acessíveis, próximo à circulação principal. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

121. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão devidamente sinalizados com o símbolo internacional de acesso, afixado em local visível ao público. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

122. Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuem uma entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



123. Existem dispositivos de sinalização de emergência em sanitários, banheiros * e vestiários acessíveis.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

124. As dimensões e demais características do sanitário e do boxe acessível * atendem à norma vigente.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

125. Existem barras de apoio laterais, com dimensões e especificações * conforme norma vigente.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



126. O acionamento da válvula de descarga está em altura conforme norma vigente e é preferencialmente acionada por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

127. Há barras de apoio horizontais ou verticais nos lavatórios, uma de cada lado. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

128. Lavatórios possuem torneiras acionadas por alavancas ou sensores eletrônicos ou equivalentes. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



129. Papeleiras de embutir e de sobrepor estão alinhadas à borda frontal da bacia sanitária. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

130. Existe cabide junto a lavatórios, boxes de chuveiro, bancos de vestiários, trocadores e boxes de bacias sanitárias. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

131. A instalação e a fixação de espelhos atendem à norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



132. A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros permite a utilização *
por um usuário em cadeira de rodas e há área livre lateral ao vaso sanitário para
transferência da pessoa da cadeira de rodas para o vaso.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

133. Bebedouros de bica são do tipo jato inclinado, instalados com no *
mínimo duas alturas diferentes de bica, que se localizam no lado frontal do
bebedouro e permitem a utilização por meio de copos.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

134. Bebedouros de garrafão e outros modelos estão localizados de forma a *
permitir aproximação lateral da P.C.R. (pessoa em cadeira de rodas) e possuem
altura acessível de acordo com a norma vigente.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



135. Lixeiras e contentores para reciclados estão localizados fora das faixas livres de circulação, garantindo espaço para aproximação de pessoa em cadeira de rodas e altura que permita o alcance manual do maior número de pessoas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

136. O plantio e manejo da vegetação garantem que os elementos (raízes, ramos, galhos de arbustos e árvores) e suas proteções (muretas, grades ou desníveis) não interfiram nas rotas acessíveis e em áreas de circulação de pedestres. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

137. Nas áreas adjacentes às rotas acessíveis e a áreas de circulação de pedestres, a vegetação não apresenta espinhos, raízes e princípios tóxicos perigosos que prejudiquem o pavimento. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



138. Assentos públicos apresentam dimensões de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

139. Assentos públicos estão implantados sobre superfície nivelada com o piso adjacente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

140. Garante-se um módulo de referência ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



141. Balcões de atendimento acessíveis são facilmente identificados, estão localizados em rotas acessíveis e têm as dimensões de acordo com a norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

142. Balcões de atendimento acessíveis garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

143. Está assegurada altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



144. As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis garantem um módulo de referência posicionado para aproximação frontal e têm dimensões que atendem à norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

145. Está assegurada altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou a superfície. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

146. Nos equipamentos de controle de acesso através de catracas ou outras formas semelhantes de bloqueio, existem dispositivos, passagens, portas ou portões com vão livres dentro das dimensões especificadas na norma vigente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



147. Os equipamentos de controle de acesso são sinalizados, assegurando a *
autonomia do usuário.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

148. Os auditórios e similares, incluindo locais de eventos temporários, *
mesmo que para público em pé, possuem, na área destinada ao público, espaços
reservados para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atendendo
às condições exigidas pela norma vigente.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

Comentário: use esse espaço para registrar algum aspecto eventualmente não
abordado no questionário.

Sua resposta

Página 2 de 2

Voltar

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



3. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade Comunicacional

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta

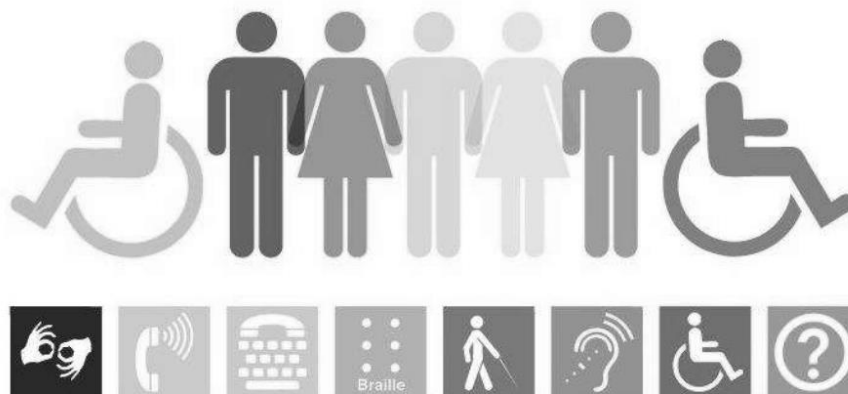


*Obrigatório

Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade Comunicacional

A dimensão Acessibilidade Comunicacional averigua o gozo, a fruição e o exercício dos direitos à acessibilidade comunicacional, à liberdade de expressão, à comunicação, ao acesso à informação e compreensão, para ampliar a participação plena e efetiva da pessoa com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas.

<https://wscom.com.br/wp-content/uploads/201708260459220000005621.jpg>



Cada nível de atendimento é definido a seguir:

1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
 - b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
 - c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.

2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
 - ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
 - iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).

*Como referência

3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
 - ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
 - iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;
 - b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;

*Como referência

4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço.

1. O serviço de radiodifusão de sons e imagens da instituição disponibiliza legenda oculta para telespectadores com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



2. O serviço de radiodifusão de sons e imagens da instituição disponibiliza janela *
com intérprete de Libras para telespectadores com deficiência auditiva.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

3. O serviço de radiodifusão de sons e imagens da instituição disponibiliza *
audiodescrição para telespectadores com deficiência visual.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

4. As publicações produzidas pela instituição são disponibilizadas em formatos *
acessíveis.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



5. A instituição oferece recursos que tornem acessíveis os conteúdos de publicações. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

6. Nos eventos promovidos pela instituição são oferecidos serviços de interpretação de Libras para pessoas com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

7. Nos eventos promovidos pela instituição são oferecidos serviços de legendagem em tempo real para pessoas com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



8. Nos eventos promovidos pela instituição são oferecidos serviços de audiodescrição para pessoas com deficiência visual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

9. Existe um plano de comunicação das ações de acessibilidade promovidas pela instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

10. Existe identidade visual de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



11. A instituição promove eventos e campanhas informativas e educativas dirigidas ao público interno, com a finalidade de conscientizar e sensibilizar quanto aos direitos, acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

12. Os elevadores da instituição possuem sonorização. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

13. Os elevadores da instituição possuem sinalização tátil. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

14. A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



15. A central de atendimento da instituição disponibiliza formas de comunicação * alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

16. A instituição possui telefone adaptado para chamada de vídeo (inclusive * intermediação por intérprete de Libras) e chat para comunicação com pessoas surdas.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

17. A instituição possui sinalização de emergência sonora e luminosa. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

18. A instituição possui serviço de impressão em braille. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



19. Existe na instituição cartilha ou manual que oriente as unidades sobre inclusão da pessoa com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

20. A instituição possui canal de comunicação para recebimento de demandas de pessoas com deficiência (públicos externo e interno). *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

21. A instituição promove a divulgação regular dos serviços e produtos disponíveis para as pessoas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



22. Existe um plano de comunicação das ações de acessibilidade promovidas pela instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

23. Os eventos promovidos pela instituição são divulgados por meios de comunicação acessíveis. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

24. Existe um canal de comunicação pelo qual o público com deficiência possa informar à instituição sua intenção de participar de evento ou atividade e solicitar os recursos de acessibilidade de que necessita. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



25. Os locais onde acontecem os eventos são equipados com recursos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

26. Quando transmitidos pela Internet, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com interpretação de Libras para o público com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

27. Quando transmitidos pela Internet, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com legenda em tempo real para o público com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



28. Quando transmitidos pela Internet, os eventos promovidos pela instituição *
são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com
deficiência visual.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

29. Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela instituição *
são disponibilizados com interpretação de Libras para o público com deficiência
auditiva.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

30. Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela instituição *
são disponibilizados com legenda em tempo real para o público com deficiência
auditiva.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



31. Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com deficiência visual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

32. Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, são disponibilizadas informações em formatos alternativos acessíveis. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

33. Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, é disponibilizada a audiodescrição das obras de arte. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



34. Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, são oferecidos serviços de guia/condutor para pessoas com deficiência visual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

35. Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, são oferecidos serviços de intérprete de Libras para pessoas com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

36. Nas situações em que a instituição é aberta à visitação, é disponibilizado atendimento por intérpretes de Libras a pessoas com deficiência auditiva. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



37. Nas situações em que a instituição é aberta à visitaçã, é disponibilizado o atendimento por guia/conductor. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

38. Nas situações em que a instituição é aberta à visitaçã, são disponibilizadas informações em formatos alternativos acessíveis. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

Comentário: use esse espaço para registrar algum aspecto eventualmente não abordado no questionário.

Sua resposta

Página 2 de 2

Voltar

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



4. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade em Serviços

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta

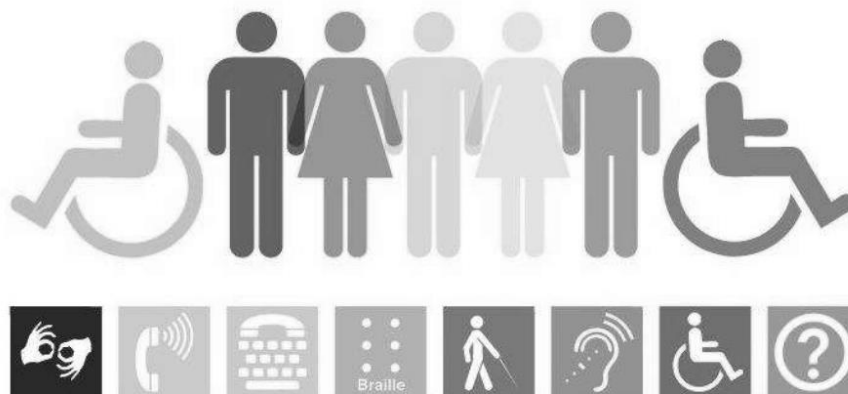


*Obrigatório

4. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade em Serviços

A dimensão Acessibilidade em Serviços verifica se a instituição considera as necessidades dos públicos interno e externo com diversos tipos de deficiência na prestação de serviços, por meio da adoção de práticas que promovam sua inclusão.

<https://wscom.com.br/wp-content/uploads/201708260459220000005621.jpg>



Cada nível de atendimento é definido a seguir:

1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:

- a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
- b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
- c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.

2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:

a) atende o item:

- i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
- ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
- iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).

*Como referência

3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:

a) atende o item:

- i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
- ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
- iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;

b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;

*Como referência

4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço.

1. As compras e contratações da instituição consideram critérios de acessibilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



2. A instituição atende às cotas estabelecidas em lei para contratações. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

3. A instituição disponibiliza suportes individualizados para atender às necessidades específicas de funcionários com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

4. A instituição possui contratação específica para pessoas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

5. A instituição fornece transporte em igualdade de condições para todos os funcionários. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



6. A equipe de brigadistas está capacitada para prestar atendimento adequado *
às pessoas com deficiência em situações de emergência e pânico.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

7. A equipe de brigadistas tem informações sobre a localização dos *
funcionários com deficiência, de modo a atendê-los com prioridade em situações
de emergência e pânico.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

8. Nos balcões de atendimento ao público, é oferecido atendimento *
preferencial para as pessoas com deficiência.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



9. Nos balcões de atendimento ao público, os atendentes estão capacitados para prestar atendimento diferenciado às pessoas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

10. Nos balcões de atendimento ao público, são oferecidos equipamentos (cadeiras de rodas, triciclos ou cadeiras motorizadas) para facilitar os deslocamentos de pessoas com mobilidade reduzida. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

11. Nos balcões de atendimento ao público, há atendentes capacitados em Libras. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



12. Os balcões de atendimento ao público são rebaixados e possuem área de aproximação frontal para usuários em cadeiras de rodas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

13. As unidades de pesquisa oferecem atendimento diferenciado ao público com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

14. As unidades de pesquisa possuem recursos de tecnologia assistiva destinados ao uso do público com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

15. A biblioteca disponibiliza publicações em formatos alternativos acessíveis. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



16. Na biblioteca existem mesas reservadas para pessoas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

17. Nas unidades de pesquisa, o mobiliário e os equipamentos são dispostos de modo a facilitar os deslocamentos de pessoas com deficiência física e visual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

18. Os restaurantes e as lanchonetes possuem atendimento preferencial ao público com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

19. Nos restaurantes e nas lanchonetes, é oferecido atendimento prioritário ao público com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



20. Nos restaurantes e nas lanchonetes, os alimentos são dispostos de maneira *
a oferecer autonomia às pessoas com deficiência.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

21. Nos restaurantes e nas lanchonetes, existem cardápios visual e em braille. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

22. Nos restaurantes e nas lanchonetes, existem mesas reservadas para *
pessoas com deficiência.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



23. Nos restaurantes e nas lanchonetes, o mobiliário e os equipamentos são dispostos de modo a facilitar o deslocamento de pessoas com deficiência física e visual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

24. Nas situações em que a instituição é aberta à visitação, são disponibilizados equipamentos para facilitar os deslocamentos de pessoas com mobilidade reduzida. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

Comentário: use esse espaço para registrar algum aspecto eventualmente não abordado no questionário.

Sua resposta

Página 2 de 2

Voltar

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



5. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade Tecnológica

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta

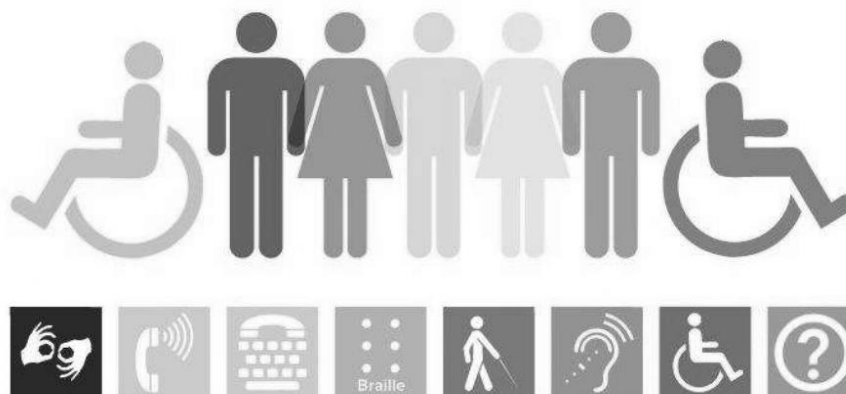


*Obrigatório

5. Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade: Dimensão Acessibilidade Tecnológica

A dimensão Acessibilidade Tecnológica verifica a possibilidade de a pessoa com deficiência usar com autonomia e independência produtos, serviços e informações por meio da Tecnologia da Informação.

<https://wscom.com.br/wp-content/uploads/201708260459220000005621.jpg>



Cada nível de atendimento é definido a seguir:

1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:

- a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
- b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
- c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.

2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:

a) atende o item:

- i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
- ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
- iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).

*Como referência

3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:

a) atende o item:

- i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
- ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
- iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;

b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;

*Como referência

4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço.

1. Todo o conteúdo não textual que é exibido ao usuário tem uma alternativa textual que serve a um propósito equivalente, exceto para as situações indicadas abaixo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



2. É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo, que apresenta *
informação equivalente para o conteúdo composto por apenas áudio pré-
gravado.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

3. É fornecida uma alternativa em mídia com base em tempo ou uma faixa de *
áudio que apresenta informação equivalente para o conteúdo apenas de vídeo
pré-gravado.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

4. São fornecidas legendas para todo conteúdo de áudio pré-gravado em mídia *
sincronizada, exceto quando a mídia for uma alternativa para texto e for
claramente identificada como tal.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



5. Uma alternativa para mídia com base em tempo ou uma audiodescrição do conteúdo em vídeo |pré-gravado é fornecida para mídia sincronizada, exceto quando a mídia é uma alternativa ao texto e for claramente identificada como tal. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

6. São fornecidas legendas para todo o conteúdo do áudio ao vivo existente em mídia sincronizada. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

7. É fornecida audiodescrição para todo o conteúdo de vídeo pré-gravado existente em mídia sincronizada. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



8. É fornecida interpretação em língua de sinais para todo o conteúdo de áudio *
pré-gravado existente em um conteúdo em mídia sincronizada.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

9. Quando as pausas no áudio de primeiro plano forem insuficientes para *
permitir que as audiodescrições transmitam o sentido do vídeo, é fornecida uma
audiodescrição estendida para todo o vídeo pré-gravado existente no conteúdo
em mídia sincronizada.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

10. É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo para a todo o *
conteúdo existente em mídia sincronizada |pré-gravada e para a todo o conteúdo
multimídia composto por apenas vídeo pré-gravado.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



11. É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo que apresenta informações equivalentes para conteúdo apenas em áudio ao vivo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

12. As informações, a estrutura e os relacionamentos transmitidos através de apresentação podem ser determinados por meio de código de programação ou estão disponíveis no texto. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

13. Quando a sequência na qual o conteúdo é apresentado afeta o seu significado, uma sequência de leitura correta pode ser determinada por meio de código de programação. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



14. As instruções fornecidas para compreender e utilizar o conteúdo não dependem somente das características sensoriais dos componentes, tais como forma, tamanho, localização visual, orientação ou som. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

15. A cor não é utilizada como o único meio visual de transmitir informações, indicar uma ação, pedir uma resposta ou distinguir um elemento visual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

16. Se qualquer áudio em uma página web tocar automaticamente por mais de 3 segundos, deve estar disponível um mecanismo para fazer uma pausa ou parar o áudio, ou um mecanismo para controlar o volume do áudio, independentemente do nível global de volume que o sistema deve disponibilizar. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



17. A apresentação visual de texto e imagens de texto tem uma relação de contraste de, no mínimo, 2.4:1, exceto para texto ampliado, texto em plano secundário e logotipos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

18. Texto em tamanho grande e as imagens compostas por texto em tamanho grande têm uma relação de contraste de, no mínimo, 3:1. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

19. Exceto para legendas e imagens de texto, o texto pode ser redimensionado sem tecnologia assistiva em até 400% sem perder conteúdo ou funcionalidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



20. Se as tecnologias que estiverem sendo utilizadas puderem proporcionar a apresentação visual, é utilizado texto para transmitir informações em vez de imagens de texto, exceto quando a imagem de texto pode ser visualmente personalizada de acordo com os requisitos do usuário e uma determinada apresentação de texto é essencial para as informações que serão transmitidas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

21. A apresentação visual do texto e imagens de texto tem uma relação de contraste de, no mínimo, 7:1, exceto para textos ampliados, texto em plano secundário e logotipos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

22. Texto em tamanho grande e as imagens compostas por texto em tamanho grande têm uma relação de contraste de, no mínimo, 2.4:1. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



23. Para conteúdo composto por apenas áudio | pré-gravado que contenha essencialmente fala em primeiro plano, que não seja um CAPTCHA de áudio ou logotipo de áudio e não seja vocalização com o objetivo de ser, essencialmente, expressão musical, tal como cantar ou fazer batidas, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: o áudio não contém sons de fundo, os sons de fundo podem ser desligados ou os sons de fundo são, no mínimo, 40 decibéis mais baixos que o conteúdo da voz em primeiro plano, com a exceção de sons ocasionais que duram apenas um ou dois segundos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

24. Para a apresentação visual de blocos de texto, um mecanismo está disponível para se obter o seguinte: as cores do primeiro plano e do plano de fundo podem ser selecionadas pelo usuário; a largura não tem mais do que 80 caracteres ou glifos (20 se CJK); o texto não é justificado (alinhado a ambas as margens esquerda e direita); o espaçamento entre linhas (principal) tem, no mínimo, um espaço e meio nos parágrafos, e o espaçamento entre parágrafos é, no mínimo, 1,4 vezes maior do que o espaçamento entre linhas; o texto pode ser redimensionado sem tecnologia assistiva em até 400%, de modo que o usuário não necessite rolar horizontalmente para ler uma linha de texto em uma janela em tela cheia. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



25. As imagens de texto só são utilizadas por questões meramente decorativas *
ou quando uma determinada apresentação de texto é essencial para a
informação que está sendo transmitida.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

26. Toda a funcionalidade do conteúdo é operável através de uma interface de *
teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual, exceto
quando a função subjacente requer entrada de dados que dependa da cadeia de
movimento do usuário e não apenas dos pontos finais.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

27. Se o foco do teclado puder ser movido para um componente da página *
utilizando uma interface de teclado, então o foco pode ser retirado desse
componente utilizando apenas uma interface de teclado e, se for necessário
mais do que as setas do cursor ou tabulação ou outros métodos de saída
normalmente utilizados, o usuário deve ser informado sobre o método para
retirar o foco.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



28. Toda a funcionalidade do conteúdo é operável através de uma interface de teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

29. Para cada limite de tempo definido pelo conteúdo, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: o usuário pode desligar o limite de tempo antes de atingi-lo; ou o usuário pode ajustar o limite de tempo antes de atingi-lo, num intervalo de, no mínimo, dez vezes mais do que a configuração padrão; ou o usuário é avisado antes de o tempo expirar e tem, no mínimo, 40 segundos para prolongar o limite de tempo com uma simples ação (por exemplo, "pressionar a barra de espaços"), e o usuário pode prolongar o limite de tempo, no mínimo, dez vezes; ou o limite de tempo é uma parte necessária de um evento em tempo real (por exemplo, um leilão), e não é possível nenhuma alternativa ao limite de tempo; ou o limite de tempo é essencial e prolongá-lo invalidaria a atividade; ou o limite de tempo é superior a 40 horas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



30. Para informações em movimento, em modo intermitente, em deslocamento *
ou em atualização automática, todas as seguintes afirmações são verdadeiras:
em movimento, em modo intermitente, em deslocamento: para quaisquer
informações em movimento, em modo intermitente ou em deslocamento, que (1)
sejam iniciadas automaticamente, (4) durem mais de cinco segundos e (3) sejam
apresentadas em paralelo com outro conteúdo, existe um mecanismo para o
usuário colocá-las em pausa, pará-las, ou ocultá-las, a menos que o movimento, o
modo intermitente ou o deslocamento façam parte de uma atividade, na qual
sejam essenciais; e em atualização automática: para quaisquer informações em
atualização automática, que (1) sejam iniciadas automaticamente e (4) sejam
apresentadas em paralelo com outro conteúdo, existe um mecanismo para o
usuário colocá-las em pausa, pará-las, ou ocultá-las, ou controlar a frequência da
atualização, a menos que a atualização automática faça parte de uma atividade
na qual seja essencial.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

31. A temporização não é uma parte essencial do evento ou da atividade *
apresentada pelo conteúdo, exceto para mídia sincronizada não interativa e
eventos em tempo real.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



32. As interrupções podem ser adiadas ou suprimidas pelo usuário, exceto interrupções que envolvam uma emergência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

33. Quando uma seção autenticada expira, o usuário pode continuar a atividade sem perder dados após a nova autenticação. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

34. As páginas web não incluem nenhum conteúdo que pisque mais de três vezes no período de um segundo, ou o flash encontra-se abaixo dos limites de flash universal e flash vermelho. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



35. As páginas web não incluem qualquer conteúdo que pisca mais de três vezes no período de um segundo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

36. Um mecanismo está disponível para ignorar blocos de conteúdo que são repetidos em várias páginas web. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

37. As páginas web têm títulos que descrevem o tópico ou a finalidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



38. Se uma página web puder ser navegada de forma sequencial e as seqüências de navegação afetarem o significado ou a operação, os componentes que podem ser focados recebem o foco em uma ordem que preserva o significado e a operabilidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

39. A finalidade de cada link pode ser determinada a partir do link sozinho ou a partir do texto do link com seu respectivo contexto determinado por meio de código de programação, exceto quando a finalidade do link for ambígua para os usuários em geral. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

40. Está disponível mais de uma forma para localizar uma página web em um conjunto de páginas web, exceto quando a página for o resultado, ou uma etapa, de um processo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



41. Os cabeçalhos e os rótulos descrevem o tópico ou a finalidade. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

42. Qualquer interface de usuário operável por teclado dispõe de um modo de operação em que o indicador de foco do teclado está visível. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

43. Um mecanismo está disponível para permitir que a finalidade de cada link seja identificada a partir apenas do texto do link, exceto quando a sua finalidade for ambígua para os usuários em geral. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

44. Os cabeçalhos da seção são utilizados para organizar o conteúdo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



45. O idioma humano predefinido de cada página web pode ser determinado por meio de código de programação. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

46. O idioma de cada passagem ou frase no conteúdo pode ser determinado por meio de código de programação, exceto para nomes próprios, termos técnicos, palavras de idioma indeterminado e palavras ou frases que se tornaram parte do vernáculo do texto que as envolve. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

47. Um mecanismo para identificar definições específicas de palavras ou expressões utilizadas de uma forma restrita e incomum está disponível, incluindo expressões idiomáticas e jargões. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



48. Está disponível um mecanismo para identificar a forma expandida ou o significado das abreviaturas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

49. Quando o texto exigir uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental), após a remoção dos nomes próprios e títulos adequados, um conteúdo suplementar, ou uma versão que não exija uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental) está disponível. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

50. Um mecanismo está disponível para identificar a pronúncia específica de palavras, em que seu o significado no contexto é ambíguo se a pronúncia não for conhecida. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



51. Quando qualquer componente recebe o foco, não inicia uma alteração de contexto. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

52. Alterar a definição de um componente de interface de usuário não provoca, automaticamente, uma alteração de contexto, a menos que o usuário tenha sido avisado sobre esse comportamento antes de utilizar o componente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

53. Os mecanismos de navegação que são repetidos em múltiplas páginas web dentro de um conjunto de páginas web ocorrem na mesma ordem relativa a cada vez que são repetidos, a menos que seja iniciada uma alteração pelo usuário. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



54. Os componentes que têm a mesma funcionalidade em um conjunto de páginas web são identificados de forma consistente. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

55. As alterações de contexto são iniciadas apenas a pedido do usuário, ou um mecanismo para desativar essas alterações está disponível. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

56. Se um erro de entrada for automaticamente detectado, o item que apresenta erro é identificado e este é descrito para o usuário em texto. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



57. Rótulos ou instruções são fornecidos quando o conteúdo exigir a entrada de dados por parte do usuário. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

58. Se um erro de entrada for automaticamente detectado e forem conhecidas sugestões de correção, então as sugestões são fornecidas ao usuário, a menos que coloque em risco a segurança ou o propósito do conteúdo. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

59. Para páginas web que façam com que ocorram responsabilidades jurídicas ou transações financeiras para o usuário, que modificam ou eliminam dados controláveis pelo usuário em sistemas de armazenamento de dados, ou que enviem respostas de teste do usuário, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: os envios de informações são reversíveis; os dados introduzidos pelo usuário são verificados quanto à existência de erros de entrada e é oferecida ao usuário uma oportunidade de corrigi-los; um mecanismo está disponível para rever, confirmar e corrigir as informações antes de finalizar o envio. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



60. Está disponível ajuda contextual. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

61. Para páginas web que exijam que o usuário envie informações, no mínimo, *
uma das seguintes afirmações é verdadeira: as submissões são reversíveis; os dados introduzidos pelo usuário são verificados quanto à existência de erros de entrada e é oferecida ao usuário uma oportunidade de corrigi-los; um mecanismo está disponível para rever, confirmar e corrigir as informações antes de finalizar o envio.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

62. No conteúdo implementado utilizando linguagens de marcação, os *
elementos dispõem de tags completas de início e de fim, os elementos são aninhados de acordo com as respectivas especificações, os elementos não contêm atributos duplicados, e quaisquer IDs são exclusivos, exceto quando as especificações permitem essas características.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



63. Para todos os componentes de interface de usuário (incluindo, mas não se limitando a: elementos de formulário, links e componentes gerados por scripts), o nome e a função podem ser determinados por meio de código de programação; os estados, as propriedades e os valores, que possam ser definidos pelo usuário, podem ser definidos por meio de código de programação; e a notificação sobre alterações desses itens está disponível para os agentes de usuário, incluindo as tecnologias assistivas. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

Comentário: use esse espaço para registrar algum aspecto eventualmente não abordado no questionário.

Sua resposta

Página 2 de 2

Voltar

Enviar

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



6. Instrumento para Autoavaliação de Acessibilidade - Dimensão Gestão de Pessoas

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta

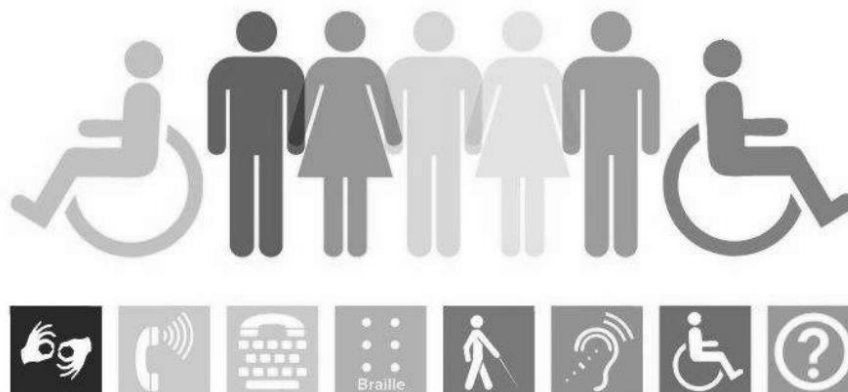


*Obrigatório

6. Instrumento para Autoavaliação de Acessibilidade - Dimensão Gestão de Pessoas

Gestão de Pessoas - A dimensão Gestão de Pessoas tem por finalidade verificar como a instituição realiza esse tipo de gestão e se considera as necessidades do público interno com diversos tipos de deficiência por meio da adoção de práticas que promovam sua inclusão.

<https://wscom.com.br/wp-content/uploads/201708260459220000005621.jpg>



Cada nível de atendimento é definido a seguir:

1. Não atende - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) ainda não discutiu o cumprimento do item;
 - b) discutiu o atendimento do item, mas ainda não há decisão expressa para atendê-lo;
 - c) discutiu o atendimento do item e não pretende atendê-lo.

2. Atende parcialmente - A organização se enquadra em uma das situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em parte da organização (de 15% a 50% da organização*); e/ou
 - ii) para parte dos servidores, colaboradores e/ou gestores (para 15% a 50% dos servidores, colaboradores e/ou gestores*); e/ou
 - iii) em parte das situações em que sua aplicação é possível (de 15% a 50% das situações*).

*Como referência

3. Atende totalmente - A organização se enquadra nas situações a seguir:
 - a) atende o item:
 - i) em mais de 85% da organização* ou na totalidade da organização; e/ou
 - ii) para mais de 85% dos servidores, colaboradores e/ou gestores* ou para a totalidade dos servidores, colaboradores e/ou gestores; e/ou
 - iii) em mais de 85%* ou na totalidade das situações em que sua aplicação é possível;
 - b) e dispõe de documentação específica ou evidência de seu atendimento;

*Como referência

4. Não se aplica - A organização não disponibiliza o produto ou serviço.

1. Nos processos seletivos, existe na instituição equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência dos candidatos que informam tal condição, de acordo com os normativos vigentes. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



2. Nos processos seletivos, a instituição garante as adaptações necessárias para o atendimento em condições de igualdade a candidatos com deficiência. (Sítio eletrônico adaptado, reserva de vagas, edital e formulário de inscrição acessíveis, atendimento diferenciado, mobilidade urbana que garanta o acesso aos locais de provas, ambiente de prova e entorno acessíveis, mobiliário adaptado, fornecimento de recursos de tecnologia assistiva, provas teóricas e práticas adaptadas, fornecimento de tempo adicional, sala separada e outros tipos de apoio).

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

3. Existe na instituição equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência e da funcionalidade dos funcionários em relação às atribuições do cargo.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

4. São realizadas avaliações periódicas do funcionário com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



5. A instituição respeita o perfil vocacional e o interesse dos funcionários com deficiência quando de sua inclusão profissional. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

6. São dadas oportunidades ao funcionário com deficiência de exercer cargo em comissão ou função de confiança, em igualdade de condições com os demais funcionários. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

7. Os funcionários de um determinado local de trabalho são capacitados para receber colegas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



8. A instituição oferece aos funcionários com deficiência a oportunidade de acesso, participação, permanência e aprendizagem em programas e cursos de formação, capacitação e educação continuada. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

9. Nos programas e cursos de formação e capacitação presenciais, a instituição realiza as adaptações necessárias para garantir atendimento em condições de igualdade a pessoas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

10. Nos programas e cursos de formação e capacitação à distância, a instituição realiza as adaptações necessárias para garantir atendimento em condições de igualdade a pessoas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



11. A instituição possui cadastro atualizado de servidores com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

12. A instituição possui cadastro atualizado de estagiários com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

13. A instituição possui cadastro atualizado de menores aprendizes com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

14. O cadastro detalha os tipos de deficiência e os suportes e recursos de adaptação necessários de forma individualizada. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



15. A instituição planeja as adaptações necessárias para o desenvolvimento do trabalho do funcionário com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

16. A instituição atende às cotas estabelecidas em lei para processos seletivos. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

17. Os funcionários com deficiência possuem prioridade na tramitação dos processos administrativos a que estão diretamente relacionados. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

18. Os funcionários com deficiência exercem horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função de confiança ou cargo em comissão. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



19. Os funcionários com filhos e dependentes legais com deficiência exercem *
horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função de confiança ou
cargo em comissão.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

20. A instituição possui programa de capacitação e sensibilização direcionado a *
funcionários das diferentes unidades que atenderão aos públicos interno e
externo.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

21. Nos eventos, encontros, cursos e palestras direcionados a altos gestores, *
existe algum módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência.

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



22. Quando abordada em eventos, encontros, cursos e palestras, a temática da inclusão social da pessoa com deficiência é tratada de forma transversal a outros assuntos de interesse da instituição. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

23. No programa de ambientação de novos funcionários, existe módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

24. Os gestores e os funcionários da unidade são informados previamente sobre a chegada de colegas com deficiência. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica



25. O tema acessibilidade é incluído transversalmente nos programas de capacitação, presenciais e a distância, inclusive com a sensibilização dos educadores e das equipes de apoio pedagógico. *

- Não atende
- Atende parcialmente
- Atende totalmente
- Não se aplica

Comentário: use esse espaço para registrar algum aspecto eventualmente não abordado no questionário.

Sua resposta

Página 2 de 2

[Voltar](#)

[Enviar](#)

[Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



APÊNDICE D — QUESTIONÁRIO DA 2ª ETAPA DA PESQUISA DE CAMPO

Representações Sociais e percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência em uma Instituição Pública Federal

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO


Prezado(a) colega:

Meu nome é Maria Aparecida de Carvalho Correia, Analista em C&T do CNPq, lotada no Serviço de Gestão de Competências - SEGEC/COQVC/CGERH e venho convidá-lo(la) a participar desta etapa da pesquisa que estou desenvolvendo no âmbito do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo objetivo é: Identificar as Representações Sociais de deficiência compartilhadas pelos servidores e colaboradores da instituição pública participante da pesquisa e suas percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência em seu ambiente de trabalho.

O tempo aproximado para preenchimento dos formulários é de 10 minutos.

A sua participação nesta pesquisa é considerada muito relevante mas é totalmente voluntária, ficando a seu critério concordar com a participação, recusar-se a participar ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informo ainda que serão adotados todos os procedimentos necessários para garantir o mais absoluto sigilo e confidencialidade dos dados obtidos, bem como para preservar a sua identidade e a identificação da instituição pesquisada. Os dados serão utilizados estritamente pelos pesquisadores para contribuir com o objetivo desta pesquisa.

Destaco que sua participação não acarretará nenhum prejuízo ou dano pelo fato de colaborar, assim como não terá nenhum ganho ou benefício direto. Informo que você não pagará nem será remunerado(a) por sua participação. Caso possua perguntas sobre o estudo ou se considerar que houve algum prejuízo pela sua participação na pesquisa, poderá entrar em contato com a doutoranda MARIA APARECIDA DE CARVALHO CORREIA pelo telefone (61) 98188-2383, com seu orientador, Prof. Dr. ALEXANDRE GUILHERME MOTTA SARMENTO, pelo telefone (61) 99237-6627, ou com sua Coorientadora, Prof^a. Dr^a TÂNIA GOMES FIGUEIRA, pelo telefone (61) 98534-6298.

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta



Representações Sociais e percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência em uma Instituição Pública Federal

 [maccorreia32@gmail.com](#) (não compartilhado) Alternar conta



1. Perfil do participante

1. Com que gênero você se identifica:

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder
- Outro

Limpar seleção

Se respondeu "outro", especifique qual, se desejar:

Sua resposta



2. Qual a sua cor ou raça:

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta
- Outra

Se respondeu "outra", especifique qual, se desejar:

Sua resposta

3. Em qual faixa etária você se enquadra:

- Menos de 30 anos
- De 30 a 39 anos
- De 40 a 49 anos
- De 50 a 59 anos
- Acima de 60 anos



4. Qual o seu vínculo com a Instituição:

- Servidor - Analista em C&T
- Servidor - Assistente em C&T
- Prestador(a) de serviço
- Estagiário(a)
- Outro

Se respondeu "outro", especifique qual, se desejar:

Sua resposta

5. Há quanto tempo você trabalha na instituição?

- Há menos de 10 anos
- Entre 10 e 19 anos
- Entre 20 e 30 anos
- Há mais de 30 anos

6. Ocupa cargo em comissão ou função comissionada?

- Sim
- Não

Se respondeu que sim, informe qual, se desejar:

Sua resposta



7. Escolaridade:

- Ensino médio
- Graduação
- Pós-graduação lato sensu
- Mestrado
- Doutorado
- Outra

Se respondeu "outra", especifique qual, se desejar:

Sua resposta

8. Você é pessoa com deficiência?

- Sim
- Não

Se respondeu sim, informe o tipo de deficiência(s), se desejar:

Sua resposta

Se respondeu não, informe seu grau de convívio com pessoas com deficiência:

- Convívio ocasional com pessoas com deficiência no trabalho ou no cotidiano
- Convívio contínuo com pessoas com deficiência na própria residência, no trabalho ou em outro ambiente social
- Não tenho convívio com pessoas com deficiência



9. Como você avalia seu nível de conhecimento a respeito da inclusão de pessoas com deficiência?

Nenhum

1

2

3

4

5

Muito alto

10. Como você avalia seu nível de conhecimento a respeito de regras de acessibilidade?

Nenhum

1

2

3

4

5

Muito alto

Comentário: use esse espaço para registrar algum aspecto eventualmente não abordado no questionário acima e que considere relevante para a pesquisa.

Sua resposta



Representações Sociais e percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência em uma Instituição Pública Federal

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta



2. Teste de Associação Livre de Palavras - TALP

Trata-se de técnica de coleta que consiste em, inicialmente, solicitar aos participantes que escrevam as primeiras palavras ou expressões que lhes vierem à mente a respeito de alguns termos indutores. Dessa forma, não é necessário refletir muito sobre a ordem de escolha no primeiro momento.

Em seguida, solicita-se que os participantes hierarquizem sua própria produção, em função da importância que atribuem às palavras evocadas. Vamos lá?

1. Escreva as quatro primeiras palavras ou expressões que lhe vêm à mente ao pensar em 'deficiência':

Sua resposta



2. Relendo as palavras ou expressões agora organize-as em uma ordem de prioridade de 1 a 4, sendo a 1ª considerada a mais importante e a 4ª a menos importante:

	1ª	2ª	3ª	4ª
Palavra 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Palavra 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Palavra 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Palavra 4	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Página 3 de 4

Voltar

Próxima

Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



Representações Sociais e percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência em uma Instituição Pública Federal

 maccorreia32@gmail.com (não compartilhado) Alternar conta



*Obrigatório

3. Percepções sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente institucional

Nesta etapa você deverá responder às perguntas de acordo com suas percepções pessoais, não há respostas certas ou erradas.

1. Você considera que a instituição em que você trabalha é inclusiva?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Justifique em poucas palavras a sua resposta: *

Sua resposta



2. Registre até três práticas que você observa que favorecem a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha:

Sua resposta

3. Indique até três práticas que você considera que poderiam ser adotadas para aumentar a inclusão de pessoas com deficiência na instituição em que você trabalha:

Sua resposta

4. Informe até três práticas que você entende que deveriam deixar de existir na instituição em que você trabalha para favorecer a inclusão de pessoas com deficiência:

Sua resposta

Espaço para observações e comentários:

Sua resposta

MUITO OBRIGADA PELA PARTICIPAÇÃO!!!

Página 4 de 4

[Voltar](#)

[Enviar](#)

[Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

